

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO MARANHÃO

CARLOS ALBERTO GAMA

OLIGARQUIA SARNEY: CULTURA E PODER POLÍTICO – 1994-2002

São Luís
2005

CDU: 321.01

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO MARANHÃO**

CARLOS ALBERTO GAMA

OLIGARQUIA SARNEY: CULTURA E PODER POLÍTICO – 1994-2002

**Monografia, sob orientação do Prof. MSc.
Paulo Roberto Rios Ribeiro, apresentada
ao curso de Especialização em História do
Maranhão, para obtenção do grau de
Especialista em História do Maranhão.**

São Luís
2005

GAMA, Carlos Alberto.

“Oligarquia Sarney: Cultura e Poder Político – 1994-2002” / Carlos Alberto Gama. – São Luís: UEMA, 2005.

159 p.

Monografia (Especialização em História do Maranhão). Universidade Estadual do Maranhão, 2005-12-15

1. Maranhão 2. Poder Político 3. Oligarquia 4. Cultura Popular I. Título

CDU: 321.01

OLIGARQUIA SARNEY: CULTURA E PODER POLÍTICO – 1994-2002

Carlos Alberto Gama

APROVADA EM: 06 / 01 / 2006

BANCA EXAMINADORA

Paulo Rios

Prof. Paulo Roberto Rios Ribeiro
Mestre em História do Brasil
Orientador

Adriana Zierer

Prof^ª Adriana Maria de S. Zierer
Doutora em História Medieval
1^º Examinadora

Carlos Alberto Ximenes

Prof. Carlos Alberto Ximenes
Mestre em História Social
2^ª Examinador

O APOIO, de uma pessoa para outra, é um triunfo vivo que causa satisfação na vida das duas, é um bem-estar, uma graça à vida humana. É um sentimento que entusiasma e fortalece; faz viver mais ainda corações para a bondade e o amor e se desenvolver intensamente uma mente para idéias fantásticas para grandes realizações. É uma vida.

DEDICATÓRIA

A *DEUS*,

Senhor criador do Universo e da vida, presente para todos os momentos, de adversidades e vitórias, de reflexão e alegrias

À minha mãe *Maria Antonia Gama*, início da minha vida, que me inspira para a luta do meu desenvolvimento e bem-estar familiar.

À memória do professor-engenheiro e amigo *Marcus Venícius Martins de Oliveira*, cuja influência educacional contribuiu para a minha construção.

Ao ilustre professor MSc. *Joaquim Teixeira Lopes*, revolucionário político-educacional defensor íntegro da UEMA.

AGRADECIMENTOS

A *DEUS*, pela Sua existência e Sua presença em nossas vidas.

À minha mãe *Maria Antonia Gama*, um dos motivos da minha dedicação nos meus estudos. Para *Renata Alves* e às minhas filhas *Mércia Carla da Silva Gama* e *Irla Carina da Silva Gama*, pelo afeto e responsabilidade que tenho por elas e me impulsionarem para apoiá-las no seu desenvolvimento educacional e de juízo crítico.

Para *Nelma Muniz Habibe*, Dr^a *Márcia Cristina Coelho Chaves*, Dr^a *Edimée Dominice Castelo Branco*, Dr. *Celso da Conceição Coutinho*, Dr. *Antonio Fernando Carvalho Silva* e *Conceição Ramos*, que me influenciaram com o seu carisma, sua erudição e sua filosofia de vida.

Às professoras Ana Lúcia Cunha Duarte, Adriana Maria de S. Zierer, Maria da Glória Guimarães Correa, Helidacy M. Muniz Corrêa e aos professores Carlos Alberto Ximendes, Paulo Roberto Rios, Cláudio Zanonni, Marcelo Cheche Galves, Josenildo de Jesus Pereira, José Henrique Borralho, que com ensino crítico se dedicaram para este *Aluno* e aos meus colegas da turma de Especialização em História do Maranhão/2004-2005 à nossa aprendizagem e, com efeito, à nossa formação intelectual e profissional.

Para o literato e combatente em defesa das causas sociais e educacionais *Nascimento Morais Filho*, que plantou sementes do saber, do questionar, da coragem e da sensibilidade em corações e mentalidades de jovens estudantes.

A todos os livros fontes de saber e desenvolvimento da pessoa e do seu espaço.

LISTA DE SIGLAS

ABMI – Associação dos Bumba-bois de Matraca da Ilha
ALUMAR – Consórcio de Alumínio do Maranhão
AP – Amapá
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASSECOM – Assessoria de Comunicação (da Secretaria de Estado da Comunicação)
BEM – Banco do Estado do Maranhão
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Mundial
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAP – Comissão de Aprovação de Projeto
CBN/Globo – (Emissora do Sistema Globo de Rádio)
CCCMD – Conselho Comunitário Cultural da Madre Deus
CD – Compact Disc
CE – Ceará
CEASA – Centrais de Abastecimento do Maranhão
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEMA – Centro Educacional do Maranhão
CINTRA – Centro Integrado do Rio Anil
CONSEC – Conselho Estadual de Cultura
COPEMA – Companhia Industrial de Produtos Agropecuários do Maranhão
CTAS – Câmara Técnica de Especialização, Avaliação e Seleção de Projetos
DF – Distrito Federal
DVD – Disco Digital de Vídeo
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FUNC – Fundação Municipal de Cultura
FUNCMA – Fundação Cultural do Maranhão
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INFOANPUH – Informativo da Associação Nacional dos Professores de História

IPTU – Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PA – Pará
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrático Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PI – Piauí
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PQD – Programa de Qualificação de Docentes
PR – Partido Republicano
PROCAD – Programa de Capacitação de Docentes
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PT – Partido dos Trabalhadores
RJ – Rio de Janeiro
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECMA – Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão
SEEDUC – Secretaria de Estado da Educação
SECOM – Secretaria de Estado da Comunicação do Maranhão
SEGIC – Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão
SESINC – Secretaria Executiva do SINC
SIMPROESSEMA – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Estadual
e Municipais do Maranhão
SINC – Subsistema de Incentivo à Cultura
SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público
SIOGE – Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado do Maranhão
SP – São Paulo

TCE – Tribunal de Contas do Estado do Maranhão

TO – Tocantins

TRE/MA – Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

UDN – União Democrática Nacional

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UMCHSL – União dos Moradores do Centro Histórico de São Luís

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

USIMAR – Usina Siderúrgica do Maranhão

LISTA DE QUADROS

	Pág.
QUADRO 1: Eleições para Governador do Estado do Maranhão – 1965	47
QUADRO 2: Eleições para Governador do Estado do Maranhão – 1994 Segundo turno	61
QUADRO 3: Eleições para Governador do Estado do Maranhão – 1998 Primeiro turno	62
QUADRO 4: Eleições para o Senado Federal – 2002	62

LISTA DE TABELAS

	Pág.
TABELA 1: Produto Interno Bruto – PIB em 5 estados brasileiros no período de 1992 a 1999 – comparando com o Maranhão	75
TABELA 2: Famílias (em %) vivendo com menos de meio salário mínimo per capita em alguns estados, no Nordeste e no Brasil comparando com o Maranhão – de 1992 e 1999	76
TABELA 3: Investimento estadual em comunicação social – valor (R\$) previsto (1995-2001)	100
TABELA 4: Investimento estadual em comunicação social – valor (R\$) aplicado (1995-2001)	101
TABELA 5: Demonstrativo financeiro dos principais projetos à cultura popular (R\$) – 1998/2002	116
TABELA 6: Demonstrativo financeiro dos principais projetos à cultura popular (R\$) – 2002/2005	116
TABELA 7: Recursos para a cultura (geral) – valor (R\$) previsto (1995-2001)	119
TABELA 8: Investimento em cultura (geral) – valor (R\$) aplicado (1995-2001)	120

LISTA DE ANEXOS

- ANEXO 1: Demonstrativo financeiro dos principais projetos (à cultura popular) – 1998/2005
- ANEXO 2: Demonstrativo dos recursos orçamentários *previstos* do Estado nas áreas de *Comunicação e Cultura*, nos exercícios de 1995 a 2001
- ANEXO 3: Mensagem n° 066/2005 – Encaminhando à Assembléia Legislativa o projeto de lei que dispõe sobre o Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão
- ANEXO 4: Projeto de Lei n° 199/05 – Institui o Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão – SEGIC, e dá outras providências.
- ANEXO 5: Recorte do Jornal Pequeno com a matéria “Roseana ‘grila’ até o Reviver”, matéria de Walter Rodrigues
- ANEXO 6: Recorte do Jornal Pequeno com a matéria “Roseana quer tirar este homem da Assembléia”, matéria de Walter Rodrigues, de 4/10/98)
- ANEXO 7: Resultado das eleições para os cargos de Governador 1994, 1998 e 2002 e Senador 2002 do Estado do Maranhão

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	06
LISTA DE QUADROS	09
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE ANEXOS	11
1. INTRODUÇÃO	13
2. RELAÇÕES ENTRE CULTURA E PODER POLÍTICO	19
2.1 Comparações entre as culturas popular, erudita e de massa	22
2.2 Leis de incentivo cultural	27
2.3 Relações entre intelectuais e poder político à cultura maranhense	38
3. GOVERNO ROSEANA: CULTURA COMO INSTRUMENTO DE PODER	44
3.1 A política como fenômeno conservador na estrutura do poder	44
3.2 Ascensão da Oligarquia Sarney e as suas práticas	46
3.3 Tratamento à cultura popular em detrimento da educação pública pelo Governo	76
4. O ESTADO MECENAS E AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS POPULARES MARANHENSES	87
4.1 Bumba-Meu-Boi, principal manifestação cultural popular a serviço do poder público maranhense	90
4.2 Governadora mecenas e as manifestações culturais populares maranhenses (1995-2002)	96
4.3 Visões do tema a partir da oralidade (dos produtores culturais, observadores críticos e brincantes)	125
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	146
ANEXOS	159

OLIGARQUIA SARNEY: CULTURA E PODER POLÍTICO – 1994-2002

*Carlos Alberto Gama**

Estudo sobre a relação de mecenato¹ estabelecida entre o Poder Executivo Estadual e os grupos responsáveis pelas manifestações culturais do Maranhão (tendo como abordagem principal o Bumba-Meu-Boi). Analisa-se a utilização dessas manifestações como parte de ações estratégicas para a manutenção do poder político e econômico da Oligarquia Sarney, personificado na figura da Governadora Roseana Sarney, no período 1994-2002. Interpreta-se as relações entre o público e o privado na sociedade maranhense, destacando o poderio empresarial da Oligarquia Sarney, construído a partir da destinação de grande parte dos recursos públicos para as suas empresas.

1. INTRODUÇÃO

Entrando no mérito do domínio oligárquico, e conseqüentemente político-sarneista, no Estado do Maranhão no período de 1994 a 2002 do Governo Roseana Sarney, procuramos investigar, analisar e produzir uma história-problema fundamentada no conceito da *Escola dos Annales*, que fez a revolução da historiografia às orientações da pesquisa histórica trabalhando criticamente as estruturas e os fenômenos sócio-políticos e culturais.

É sobre as decisões e práticas políticas da Oligarquia Sarney através do Governo Roseana Sarney relacionadas para a cultura, de manifestações populares a/ movimentos intelectuais, que tratamos de trabalhar no intuito de compreender a sua dinâmica e a sua lógica, de como esse poder fechado consegue dominar uma sociedade e a sua cultura, usufruir ao máximo os bens públicos, sem que dê atenção às situações sociais e educacionais, mantendo o vício de poder e privilégios (por gerações) e excesso de “suas riquezas” diante de um bolsão de pobreza e acomodação da maioria do povo.

A cultura popular maranhense, em parte, tem sido utilizada como instrumento ideológico contribuindo à manutenção da Oligarquia Sarney, a qual tem se envolvido com uma dinâmica política bem estruturada e organizada, desenvolvendo a sua influência pública para efeito dos seus interesses e dos seus métodos sobre a sociedade maranhense. Oligarquia

* *Aluno do Curso de Especialização em História do Maranhão, 2004-2005.*

que tem dado incentivo cultural como um dos seus discursos políticos através dos meios de comunicação jornal, rádio e TV do sistema Mirante, ao seu controle, pelos quais divulga o seu “apoio” manipulando as massas e tentando se justificar diante da opinião pública.

Para se entender esses tipos de decisões e práticas a historiografia avançou significativamente, com a fundação da *Escola dos Annales* em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, para a sua maturidade com novo conceito no que diz respeito *o fazer a história*, negando a história político-narrativa e trabalhando a *história temática*, a *história-problema*. É o surgir de contestações pela nova mentalidade de historiadores à criticidade que percebem pessoas fazerem história.

Percebe-se os reais conceitos de vida social e política, abolindo o termo *factos* ou *factuais*, avançando no tempo, agora, com a visão crítica sobre os acontecimentos, alcançando novos *temas* e desenvolvendo novos paradigmas em “um período histórico de grande efervescência cultural e desejo de mudança social, marcado pelo movimento da contracultura, difusão da pílula anticoncepcional, movimento hippie, crítica ao racismo, movimento feminista” (ZIERER: 2003, 26). A partir deste momento a historiografia nos lega um novo conceito de estudo dentro da História Nova: *História das mentalidades*, que vai tratar das estruturas mentais, do nível inconsciente de pensamento do ser humano.

Nos determinamos ao estudo histórico sobre a psicologia e a ação dos homens para podermos compreender a dinâmica e a lógica dos acontecimentos, das estruturas, das diferenças constituídas, das mudanças e permanências, no que devemos reconhecer que as causas e os efeitos sócio-políticos e culturais são provocados pelo ser humano. Portanto é necessários esse estudo problematizado para obtenção de resultados sobre os eventos, conforme definição de BLOCH (2001, 24), “**os homens no tempo**”. Diante desta lógica há a evidência de que a História não seria mais entendida como uma “ciência do passado”, por que, segundo Bloch, “passado não é objeto da ciência” e nem “ciência do homem”, mas a “ciência dos homens no tempo” (SCHWARCZ In: BLOCH: 2001, 7).

Por essa perspectiva podemos perceber os fenômenos políticos causados pela Oligarquia Sarney no Governo Roseana Sarney (1995-2002) e as suas experiências de manipulação da cultura e o uso de outros instrumentos ideológicos para favorecimento do paternalismo, clientelismo e nepotismo, como também as conjunturas econômicas e

estruturas sociais, através da história-problema do Estado do Maranhão, desenvolvendo um estudo temático sobre as fontes documentais e orais locais, desmistificando conceitos sobre a história política e a ação livre desse grupo “produtor de eventos grandiosos” e “benefícios sociais” nos poderes públicos em conformidade com os seus interesses, utilizando a cultura popular maranhense e lançando constantes propagandas político-culturais pelo seus meios de comunicação de massas, tendo a televisão como o seu maior instrumento de persuasão.

Ao desenvolvimento desta monografia “**Oligarquia Sarney: Cultura e Poder Político – 1994-2002**”, do Curso de Especialização em História do Maranhão, foram feitas pesquisas e análises em fontes bibliográficas, como livros, monografias, teses de mestrado, em revistas informativas e periódicos, como também em fontes orais, como professores de História, jornalistas locais, donos de Bumba-Meu-Boi, músicos, literatos, etc. e ex-políticos maranhenses que possam contribuir com informações sobre a atuação político-econômica da Oligarquia, na condição de mecenato, para com a cultura maranhense.

Além dessas referências e oralidades, nos acessamos com espírito investigativo em instituições da memória maranhense como o Arquivo Público do Estado, bibliotecas, SIOGE, Convento das Mercês, Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, Conselho Cultural Comunitário da Madre Deus, Assembléia Legislativa e redações de jornais locais pesquisando documentos estatais e culturais, escritos, imagéticos e artefatos, como fontes vivas e abundantes, que nos dão condições de obter resultados satisfatórios para fortalecer a veracidade sobre como funciona a relação entre os sistemas *cultura e política* do Maranhão.

Essas fontes de pesquisas são essenciais para a coleta de dados para a produção de textos temáticos, pelas quais podemos conhecer, interpretar e compreender dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas do contexto histórico maranhense. As pesquisas sobre essas fontes têm uma série de métodos sistemáticos e técnicas acompanhados de indagações com as quais o pesquisador se orienta de como fazer, para obtenção científica dos resultados à veracidade dos fatos, ou melhor, dos *temas*.

Os jornais são fontes riquíssimas de informações ao que se quer pesquisar, como o Diário Oficial do Estado, que publica os atos oficiais do Governo do Estado do Maranhão, e os que noticiam os acontecimentos do dia-dia da sociedade em todos os seus aspectos.

Mas quando dois jornais divulgam a mesma notícia mas em sentidos diferentes, por serem, politicamente, um a favor e outro oposição, é necessário averiguar a notícia, no caso os jornais locais *O Estado do Maranhão* (voltado ao Governo) e *Jornal Pequeno* (oposição ao Estado, até o falecimento do seu fundador Ribamar Bogéa e final do Governo Roseana), é necessário averiguar cuidadosamente de como estão colocando a notícia. Pois o que favorece exalta e o que se opõe, critica. É comum o exagero de um e outro. É preciso ter noção investigativa e curiosidade profunda para compreender a realidade dos *temas* expostos por ambos os jornais. Podemos considerar as revistas informativas como *Veja*, *Isto É* e *Carta Capital* (que não são locais, mas de âmbito nacional) como fontes que registraram, em alguns momentos, a política dos Sarney.

Já as monografias e teses, tratadas como trabalhos científicos acadêmicos, oferecem menos dificuldades às pesquisas do que os jornais, pois já selecionam os seu conteúdo de forma metodológica e sistemática retiradas de outras fontes, até mesmo podendo ter obtido suas informações a partir de fontes primárias, isto é, trabalho de campo, e/ou secundárias, como as bibliográficas. Estas, como produção sobre o já produzido, não deixam de ter o senso crítico do pesquisador, o qual, na sua integridade investiga as fontes no sentido de obter respostas para a veracidade do que é registrado e divulgação dos *temas* em sua realidade e veracidade.

Quanto aos livros, são abundantes ao pesquisador como fontes primárias e/ou secundárias. São produzidos pelo escritor que pode passar pela experiência ou não, neles registrar os acontecimentos quer seja do momento ou após, do seu tempo ou de outrora, de curta ou de longa duração. Como fonte primária, registrada pelo pesquisador que vivenciou o evento, temos a obra *O Boizinho Barrica à Luz de uma estrela*, do produtor cultural José Pereira Godão; e como fonte secundária, produzida por quem pesquisou o *evento* através de outras fontes, o livro *História do Maranhão: novos estudos*, do historiador maranhense Wagner Cabral da Costa.

As fontes como arquivos históricos de documentos estatais, são essenciais às pesquisas (investigativas) sobre os objetos de estudos que são *os homens* (e as mulheres) provocadores de fenômenos sociais e políticos, utilizando instrumentos intelectuais e culturais, numa linha ideológica em qualquer categoria à formação e manutenção da sua influência e do seu poder públicos.

Claro, que temos fontes orais como jornalistas, políticos e ex-políticos locais como também funcionários públicos próximo aos Sarney. Neste ponto, também, é necessário observação sobre o que é dito, pois temos fontes simpáticas para a oligarquia e fontes totalmente de oposição a ela. O essencial, aqui, é a veracidade dos fenômenos culturais, de como os Sarney conseguem também nas manifestações culturais populares o apoio para o seu domínio político no Maranhão.

No que diz respeito às entrevistas podem ser consideradas fontes primárias, mesmo porque essas fontes viveram a experiência ou presenciaram os *eventos*. Mas isso não quer dizer que as respostas orais não possam conter algumas falhas. Para se colher bons frutos da oralidade vai depender muito do esforço e habilidade do historiador como também da sua integridade ao divulgar o seu trabalho.

Essas fontes são o sustento para a pesquisa sobre **“Oligarquia Sarney: Cultura e Poder Político – 1994-2002”**, que é um tema que nos interessa pela dinâmica política de uma família, incluindo os partidários não pertencentes ao mesmo sangue que, começando por um homem e suas coligações, dissemina a sua dominação política e ideológica por todo o Estado do Maranhão de forma tão astuta, utilizando a cultura popular e os meios de comunicação como instrumentos mais importantes, para o que as forças de oposição têm encontrado dificuldades em combater.

Na monografia **“Oligarquia Sarney: Cultura e Poder Político – 1994-2002”**, procura-se explorar, com espírito investigativo, essas fontes no intuito de compreender a dinâmica e a lógica do fenômeno político maranhense produzido e muito centrado numa família há 40 anos. Compreender de como essa Oligarquia consegue controlar as instituições políticas através de movimentos intelectual e cultural, bem como com discursos ideológicos sobre a sociedade maranhense e as suas relações como o povo. De como ela, enquanto força política sedutora e promotora de eventos culturais, invade a vida cotidiana de pessoas comuns nas cidades e na zona rural do Estado, de tal forma que faz com que essas pessoas até tratam essa força como uma instituição mitológica, “salvadora” social.

E esses temas cientificamente trabalhados por métodos e técnicas, revelam novas abordagens históricas, indagadas pelo historiador, utilizando-se de instrumentos de investigação necessários para obtenção de respostas coerentes sobre o que se quer saber a

respeito dos *eventos*, da formação e estruturação da sociedade pelas idéias e ações dos homens e mulheres, cujos propósitos registrados. Daí o interesse do historiador na busca de respostas corretas do ocorrido *no tempo* (e espaço) de forma a “compreender o presente pelo passado e o passado pelo presente”, nas palavras de Marc BLOCH (2001, 25).

Essas fontes, reestudadas com criticidade pelos historiadores de espírito investigativo e tornadas temáticas, agora, têm um novo sentido de história iniciado com a *História Nova*, dentro da qual a historiografia nos lega, entre outros, a *História social*, *História Cultural*, *História da Vida Privada*, *História do Imaginário*, *História das Mentalidades*, etc., e *História Política* (problematizada) do Maranhão.

As análises vão revelando o mais próximo da verdade o que aconteceu para se compreender melhor as ações humanas e os fenômenos sócio-políticos e culturais produzidos no tempo. Aos poucos, a historiografia maranhense vai desmistificando a “grandiosidade”, falsos conceitos e concepções registrados e veiculados a respeito da dinâmica política, as decisões e as práticas da Oligarquia Sarney sobre a cultura popular, em específico, e a sociedade maranhense, em geral.

No caso aqui, para este trabalho, à medida das pesquisas feitas, fomos percebendo a dinâmica do funcionamento e do objetivo das ações e dos fenômenos referentes para as relações do Governo Roseana Sarney (1995-2002) com as manifestações culturais populares do Estado do Maranhão.

Percebemos que *a sabedoria popular tem seus encantos que a erudição nem presente*, que os grupos empresarial, intelectual e político, mediante o momento e a oportunidade, se direcionam para determinadas produções populares e através delas obterem investimentos e credibilidade, como o Bumba-Meu-Boi, que passou a brincar/trabalhar com intensidade em sua época tradicional de apresentações e, também, fora de época, para satisfazer uma indústria cultural e uma classe política.

Cabendo a nós, estudantes e profissionais de História, contribuirmos para enriquecer o acervo bibliográfico e divulgarmos para a crítica dos interessados sobre o funcionamento e o objetivo movidos pelas ações e fenômenos provocados pelo poder público (origem e sustentáculo de oligarquias) historicamente instituído.

2. RELAÇÕES ENTRE CULTURA E PODER POLÍTICO

Especificamente no Estado do Maranhão, desde a formação do Brasil como Estado Nacional na década de 1820, as famílias políticas afortunadas formaram-se aristocráticas unidas e organizadas em torno de uma liderança pública, na oportunidade de poderem manipular e dominar facilmente uma parcela do povo carente de reflexão, submissa à imposição de ideologias político-culturais e destituída de poder político e econômico. Dinâmica política que se tornou refinada no Governo estadual de José Sarney (1966-70).

Já a partir da década de 1990, mediante a isto, as forças hegemônicas deste Estado se aproveitam, investindo consideravelmente na cultura popular maranhense transformando-a em cultura capitalista no que diz respeito a carnaval, bumba-meu-boi, festejos religiosos e a recém-lançada Marafolia. É, na conformidade com o dito popular milenar, “*pão e circo ao povo*”¹, porém menos comida e mais divertimento no Maranhão.

Os aristocratas têm atuado da mesma forma tanto no passado distante no Império Romano, dando divertimentos ao povo; como no Século XVI de MAQUIAVEL (2003, 134), que diz: “Precisam manter o povo entretido com festas e espetáculos, nas épocas convenientes”; semelhante no Século XIX de Auguste COMTE (In: COVEZZI: 2003, 34), que presenciou muitas festas de carnaval em meio a um grande contraste de riqueza e luxo de poucos e miséria de muitos cidadãos parisienses; e em nossa época, constantes festas públicas diante da imensa riqueza de uma minoria, enquanto milhares de famílias carentes, desempregadas, outras exploradas no seu *trabalho mecânico*, sem moradia própria, e dezenas tentando se abrigar debaixo de pontes e nas ruas, sem que os governos locais se importem com as suas obrigações para com o bem-estar social de nossa época.

Na mesma linha, historicamente, seguem os discursos lançados pelos poderes públicos à legitimidade da sua atuação política sobre a sociedade, firmando, assim, a

¹ Este tema foi discutido e apresentado por historiadores no documentário *Gladiator games roman blood sport* (GLADIADOR: 2000), que no antigo Império Romano, por exemplo, nos governos do Imperador Tito, que se gloriou com a morte de 9 mil animais, e do Imperador Trajano, que promoveu jogos em 122 dias seguidos com a morte de 11 mil pessoas e 10 mil animais nas arenas romanas no século III d.C., o povo pagava ingressos para se divertir às custas dos jogos fatais e recebia vale-brindes (que eram trocados por prêmios) e pão, jogado por funcionários às graças de Roma. Esses jogos, promovidos em algumas cidades do Império, e financiados pelos soberanos e particulares, envolvendo toda uma propaganda ao estilo da época, atraíam milhares de pessoas locais e de várias províncias. Os governos investiam recursos em infra-estrutura e espetáculos à dimensão de uma indústria multimilionária, que produzia significativo retorno econômico, crédito político e povo passivo diante das questões sócio-políticas. Daí a importância da dualidade *pão e circo*, para “saciar” a fome e o prazer (de divertimento) do povo durante os espetáculos nos coliseus e anfiteatros nas regiões de domínio romano.

obediência e o comodismo popular, sem efeito às poucas contestações, combates e denúncias sobre a atuação, nas administrações públicas, dos que tentam personificar-se *donos* do poder no Estado do Maranhão.

Essas questões devem ser reveladas por produção historiográfica problematizada e atualizada, provocando reflexão e amplos debates no campo da educação sobre a política do Maranhão e as pretensões da oligarquia Sarney, de como esta age no poder público e como se comportam os cidadãos maranhenses em função desse processo político-cultural. E para a nossa historiografia exploramos a cultura e a política, no contexto de “**um novo tempo**”, ideologizado pela *nova ordem* mundial, que concretizou a nova estrutura e dinâmica dessa cultura maranhense para fins capitalistas e contribuição para a manutenção do poder.

Reconhecida em antropologia, pela diferenciação de etnias (européias, negras, indígenas e mestiças) e em sociologia, pela diferenciação de classes sociais (burguesa e operária, rica e pobre), e tratada em sua diversidade e heterogeneidade, a *Cultura* diz respeito a todas as manifestações materiais e espirituais produzidas, experiências adquiridas e acumuladas pelo ser humano no decorrer da história. Passa a significar

“resultados expressos em obras, feitos, ações e instituições: as artes, as ciências, a Filosofia, os ofícios, a religião e o Estado. Torna-se sinônimo de civilização, pois os pensadores julgavam que os resultados da formação-educação aparecem com maior clareza e mais nitidez na vida social e política ou na vida civil” (CHAUI: 1995, 292).

O termo *Cultura* é interpretado, à pluralidade, como fenômenos simbólicos perpassando pelo imaginário de um povo às manifestações *populares*, *eruditas* e *para as massas* (de eventos religiosos, como festa de São José do Ribamar e candoblé, eventos profanos, como danças folclóricas, Marafolia e programas culturais intelectuais), que vão sendo modificadas de uma para outra por forças políticas e econômicas à medida que se desenvolve o capitalismo na sociedade moderna de classes. E é mediante e a serviço dessas forças que a cultura popular passa a ter crescentes problemas por se caracterizar pela lógica produtivista cultural gerada pelo progresso. É para CERTEAU (1995, 192),

“Mais do que um conjunto de “valores” que devem ser defendidos ou idéias que devem ser promovidas, a cultura tem hoje a conotação de um trabalho que deve ser realizado em toda a extensão da vida social. Por esse motivo, impõe-se uma operação preliminar que vise a determinar, no fluxo fecundo da cultura, um funcionamento social, uma topografia de questões ou tópica, um campo de possibilidades estratégicas e das implicações políticas”.

Raymond Willians (1921-1988), crítico inglês dos estudos culturais, reforça com suas idéias que

“(...) nessa altura ficou ainda mais evidente que não podemos entender o processo de transformação em que estamos envolvidos se nos limitarmos a pensar as revoluções democrática, industrial e cultural como processos separados. Todo nosso modo de vida, da forma de nossas comunidades à organização e conteúdo da educação, e da estrutura da família ao estatuto das artes e do entretenimento, está sendo profundamente afetado pelo progresso e pela interação da democracia e da indústria, e pela extensão das comunicações” (In: CEVASCO: 2003, 12).

E como o poderio econômico se entrelaça com a expansão cultural o impulso para os conflitos não está mais fundamentado nos processos ideológicos e sim culturais. Pode-se perceber isso, levando a nível mundial, a invasão do Iraque pelos Estados Unidos em março de 2003 para, além do seu domínio sobre o petróleo iraquiano, o seu domínio cultural.

Em relação ao Estado do Maranhão, tem-se a invasão de produtos e manifestações culturais estrangeiros (como Halloween) como também, internamente, as manifestações de massa e produtos impostos, com refinamento, pelas forças política e econômica. Percebe-se, como as mudanças que ocorrem no mundo e no Brasil, a cultura no contexto maranhense, no modo do seu trato, não diferencia da cultura geral deste País, no momento presente.

Nesse processo cultural envolve-se as questões da etnia, da mestiçagem e identidades, cujas diferenças são discutidas como fenômenos políticos, em que as misturas, hibridizações são feitas por razões de sobrevivência física e social. O negro com o branco, por exemplo, da uma condição de menos discriminação física e social ao negro ou negra e seus descendentes, no contexto de hoje. Mas a questão da etnia não é o tema deste trabalho. Foi apresentada aqui apenas para frisar que faz parte do processo cultural.

O que temos, aqui, para a temática é a cultura como manifestação social (Bumba-Meu-Boi, etc.), que apresentamos para entendermos de como a Oligarquia Sarney, na oportunidade, mediante o turismo, trata esse tipo de cultura. Conforme dito por Roseana Sarney em entrevista à revista *Época*, nº 196, de 18.02.2002, quando perguntada sobre manifestações populares maranhenses, ela responde: “Não sei quem falou que a cultura é a alma do povo. Mas eu concordo”. E exatamente por ser a alma do povo que a cultura popular maranhense foi colocada como alvo de instrumento político da Oligarquia Sarney.

2.1 Comparações entre as culturas popular, erudita e de massa

Como um conjunto de experiências imaginadas, criadas e recriadas, adquiridas, modos, costumes, valores, crenças, expressões artísticas, etc., a cultura popular (de expressão do povo), como constituição do real, é praticada por comunidades e transmitida de forma oral, escrita e por representações. Ela estabelece relação com a cultura erudita (de expressão aristocrática) e com esta passa a ter uma conotação literária pela sua transmissão e proliferação escritas e caráter massificado para produção capitalista.

Para as manifestações culturais dotadas de identidade popular, com suas tradições materiais e imateriais, dá a entender que as suas criações são coletivas, portanto demonstrando inexistência de autor individual. Daí diz-se ser do povo a cultura popular. Mas, pela origem destas manifestações existe, sim, uma mente criadora, ocultada, exceto para a poesia, que se torna a canção do Bumba-Meu-Boi, por exemplo, cantada pelo amo, que revela seu compositor.

Reforçando esta opinião, extraímos da obra *“Lendas do Sul”*, na qual Luiz Antonio BARRETO (In: BENJAMIN: 2005, 7) diz que

“São muitos os exemplos de armorizações da cultura popular, como se por tal conduto o povo, elevado às titulações nobres, tivesse as suas criações revisitadas, recriadas para uso pela sociedade. As ocorrências ocupam amplo campo do conhecimento, desde as manifestações tipicamente artísticas até os procedimentos originários das sabenças acumuladas pelas populações. (...) O movimento armorial não tem qualquer sustentação estética e representa, ainda que sem intenção deliberada, a má vontade da sociedade para com as coisas da cultura popular, aí tuteladas para serem recolocadas no mercado de consumo urbano”

Em seu texto *“Folclore: invenção, apropriação e expropriação”*, o Presidente da Comissão Nacional de Folclore, Roberto BENJAMIN (2005, 5), deixa bem claro que

“Os fatos e manifestações folclóricas nascem da comunidade, não surgem de decretos e portarias; não se aprende nas escolas através de um exercício sistemático, mas com a convivência, de forma quase inconsciente e progressiva. Os fatos folclóricos surgem da criação do povo, a partir da sua cultura tradicional ou da hibridização com elementos de outras culturas através da aceitação coletiva.

E nós, se examinarmos não só a propaganda turística, mas também os estudos culturais e especialmente os textos dos nossos folcloristas, vamos encontrar atribuídas à criação do povo brasileiro manifestações ditas únicas, originais e espontâneas que, na verdade, foram fruto da incorporação de propostas de dominação cultural ao longo do período de

constituição da nacionalidade brasileira. Uma grande parte daquilo que se quer defender da globalização do terceiro milênio não passa de traços das múltiplas globalizações a que temos sido submetidos ao longo da nossa história.

O que hoje parece espontâneo, não passa de permanência daquilo que nos foi dirigido e imposto pela cultura hegemônica. Muito do que nós chamamos de genuíno, de espontâneo, de elemento da identidade brasileira é fruto da reinterpretação, do aproveitamento, da hibridização trabalhada ao longo dos anos”.

Mas a partir do momento em que a cultura popular recebe incentivo do poder público, passa a ser tratada como fonte de lucro (pelos sistemas capitalista e midiático) e, por isto mesmo, nesta oportunidade, de voto (pelo sistema político) a satisfazer o comércio, a publicidade, o turismo e cargos públicos se torna expropriação² (como fenômeno de corporação para a cultura erudita e cultura de massa) e apropriação³ da classe erudita, e, mais ainda, do Estado. Em função disto, a cultura popular passa a ser direcionada por leis e cronogramas governamentais, passa a ter programações determinadas pelos poderes, passa a ser criação ou inovação de alguém ou de uma instituição, controlada de forma ideológica e “democrática”, sendo, portanto, destituída das suas manifestações críticas e irônicas, da sua autonomia e auto-sustentação. Passa a ser indústria cultural e instrumento de espetáculos, sofrendo exploração econômica predatória.

“No processo de apropriação – seja dos elementos impostos, seja daqueles que o povo tomou como seus por considerar compatível com a sua tradição cultural – ocorrem processos diversos como a aceitação integral e sem crítica, a compatibilização dos novos elementos com os elementos tradicionais, como também a incorporação crítica através da caricatura e da ironia.” (Id., 7).

Diante dessa explanação, desde a segunda metade da década de 1990, a apropriação tem-se firmado nessa relação de “apoio mútuo” governo/cultura popular através dos meios de comunicação, controlados pelos dominadores.

É interessante frisar que a erudição cultural dominante por incentivo da classe intelectual chega para se apropriar e o Poder Público utilizar a cultura popular como um seu instrumento de propaganda política e de acomodação pública. Por essas forças, dentro do sistema capitalista e usada como produto, ela chega a ser tratada como *cultura para as massas* no sentido de conquistar o imaginário das classes populares, a seu modo manipular

² EXPROPRIAÇÃO: “ Ato de expropriar, desapossar (alguém) de sua propriedade segundo as formas legais e mediante justa indenização” (FERREIRA: 1984, 601)

³ APROPRIAÇÃO: “Ato pelo qual nos apoderamos, para dele fazer nossa propriedade individual, do que não pertence a ninguém ou a toda gente” (LALANDE: 1999, 83).

as suas vontades, além de satisfazer o turismo, diante do que não se percebe uma manifestação de conteúdo crítico, mas, pelo contrário, elogios às autoridades públicas.

Essa cultura popular, própria do povo, expropriada pela cultura erudita como instrumento industrial de espetáculos para as massas, ela tem características folclóricas de tradicionalidade (transmitida de geração a geração pela sua comunidade), oralidade (transmitida de boca-a-boca), anonimato (não tem autoria individual), funcionalidade (existe uma razão para o fato acontecer), espontaneidade (não é institucionalizada nem oficial), vulgaridade (pertence às classes populares e sem apropriação pela elite) e de aceitação coletiva (todos os populares da comunidade se identificam com o fato das manifestações). É tratada como elemento único da região onde ela existe, como por exemplo, o Bumba-Meu-Boi maranhense com a sua dinâmica própria de se manifestar (é diferente do Bumba-Meu-Boi do estado do Amazonas) ou o cacuriá. (Wikipedia: 2006, 3).

Já a cultura erudita é sinônimo de cultura clássica. A palavra *clássica* origina-se do latim *classis*, de classe social da elite romana (políticos, intelectuais, grandes comerciantes, magistrados, etc.) distinguindo-a da massa da plebe. E *clássico* constituía os escritores modelos a serem seguidos e as suas obras eram estudadas pela elite. O clássico como modelo persiste até hoje, apropriando-se dos conteúdos e valores transmitidos por esses modelos. “Ela é própria da ascensão da civilização humanista-liberal-cristão-burguesa que se dá no século XVI com o renascimento, movimento considerado por eruditos historiadores como um ressurgimento da cultura clássica” (PASSOS: 2003, 105). Isto faz distinguir cultura erudita de cultura popular.

A cultura erudita é acadêmica e extra-universitária. Enquanto acadêmica, é fonte de saber, da formalização e profissionalização da cultura, é fonte de produção e reprodução de idéias, é produtora de pessoas habilitadas e capazes de apoio fundamental ao aparelho burocrático do Estado e às empresas do sistema privado. Essas pessoas geralmente são muito mais de classes sócio-econômicas alta e média (enquanto as de classes baixas pouco conseguem sobreviver à universidade em função, principalmente, das suas precárias condições econômicas). Já a erudição extra-universitária não é especializada e concentrada mas de caráter mesclado, onde os símbolos e os bens culturais não são objetos de análise detida ou de interpretação sistemática e nem tematizados em abstrato (BOSI: 1992, 320).

Através da mobilização de recursos de poder a cultura erudita se sobressai à cultura popular, política e economicamente, por meio da mídia, legitimando seu domínio com estratégias de cultura de massa. Pensada e praticada pela burguesia mais como uma mercadoria do que propriamente cultura, a cultura popular, mesclada com a cultura erudita, passa a ter caráter de manifestações *para as massas*, e de elogios a autoridades, extraindo do povo suas expressões legítimas através da tecnologia, em específico pelos meios de comunicação de massa e pela dialética produção/consumo, para fins de aumento de capital. Assim, surge a nova ordem cultural: a *cultura de massa* ou *indústria cultural*.

Atendendo ao pensamento de FEATHERSTONE (In: PASSOS: 2003, 112),

“o termo “massa” ficou identificado com as camadas populares industriais urbanas e a população trabalhadora, os crédulos, os rebanhos, que constituíam uma ameaça permanente à cultura. A tecnologia e as comunicações de massa são freqüentemente arroladas para sugerir que a sociedade se massificou e produziu uma cultura de massa homogênea e de mau gosto, com a pós-cultura (Steiner, 1971) que destruiu os ideais da cultura humanista de elite”.

Expropriando do povo o seu bem cultural popular e levando-o a perder sua referência, tradições e criatividade, passando apenas a ser repetidor de movimentos e consumidor dessa nova cultura que é a *cultura para as massas*, a nova ordem cultural não mede esforços para alcançar o seu objetivo, que é aumentar consideravelmente os seus recursos e ditar as normas políticas, sociais e econômicas. Para este sentido, a cultura de massa é tratada como instrumento “democrático” por excelência para um mercado lucrativo.

As injustiças na distribuição das riquezas inerentes a um sistema que concentra a renda nas mãos de uns poucos pratica a divisão social alargando o fosso entre classes sociais ao mesmo tempo que dá mais aos ricos e produz mais pobres, enquanto a religião, como poderoso apaziguador das tensões sociais, perde força e influência desacreditada pelas atividades da ciência industrial e do capitalismo, enquanto o Estado, que era responsável pelo estado de bem-estar social no século XX, deixa de participar no cumprimento dessa tarefa. Em substituição a eles, a cultura passa a contribuir para desempenhar novo papel social que é o de continuar o apaziguamento e organização do mundo real dos conflitos e disputas sociais, conter o desenvolvimento da consciência das massas.

E como ideologia, a cultura de massa oferece um regime “democrático”, não propriamente de conotação política mas social, de direitos ao público às manifestações e às informações culturais. Mas, conforme os pensadores de conhecimentos das áreas humanas, como Marilena CHAUI (In: PASSOS: 2003, 140-142)),

“a indústria cultural acarreta o resultado oposto ao massificar a Cultura. Por que? Em primeiro lugar, porque separa os bens culturais pelo seu suposto valor de mercado: há obras “caras” e “raras”, destinadas aos privilegiados que podem pagar por elas, formando uma elite cultural; e há obras “baratas” e “comuns”, destinadas à massa. Assim, em vez de garantir o mesmo direito de todos à totalidade da produção cultural, a indústria cultural introduz a divisão social entre elite “cultura” e massa “incultura”. O que é massa? É um agregado sem forma, sem rosto, sem identidade e sem pleno direito à Cultura.

Em segundo lugar, porque cria ilusão de que todos têm acesso aos mesmos bens culturais, cada um escolhendo livremente o que deseja, como o consumidor no supermercado. No entanto, basta darmos atenção aos horários dos programas de rádio e televisão ou ao que é vendido nas bancas de jornais e revistas para vermos que, através dos preços, as empresas de divulgação cultural já selecionaram de antemão o que cada grupo social pode e deve ouvir, ver ou ler. [...]

Em terceiro lugar, porque inventa uma figura chamada “espectador médio”, “ouvinte médio” e “leitor médio”, aos quais são atribuídos certas capacidades mentais “médias”, certos conhecimentos “médios” e certos gostos “médios”. Que significa isso?

A indústria cultural vende Cultura. Para vendê-la, deve seduzir e agradar o consumidor. Para seduzi-lo e agrada-lo, não pode chocá-lo, provocá-lo, fazê-lo pensar, fazê-lo ter informações novas que o perturbem, mas deve devolver-lhe, com nova aparência o que ele já sabe, já viu, já fez. A “mídia” é o senso-comum cristalizado que a indústria cultural devolve com cara de coisa nova.

Em quarto lugar, porque define a Cultura como lazer e entretenimento, diversão e distração, de modo que tudo o que nas obras de arte e de pensamento significa trabalho de sensibilidade, da imaginação, da inteligência, da reflexão e de crítica não tem interesse, não “vende”. Massificar é, assim, banalizar a expressão artística e intelectual. Em lugar de difundir e divulgar a Cultura, despertando interesses por ela, a indústria cultural realiza a vulgarização das artes e dos conhecimentos”.

O Bumba-Meu-Boi, é um desses instrumentos “democráticos” que, como cultura importada pelos colonizadores portugueses ao Brasil e adotado muito bem pelo Maranhão, e considerado cultura popular. Para as suas manifestações não tinha ligação, nem apoio e nem presença da elite, que antes não buscava investimentos nesse tipo de cultura.

A partir da década de 1990, o Bumba-meu-Boi, abandonado como objeto de crítica e diminuído o seu papel de culto e de popular, mas não suprimido, pela elite, passa a ser colocado no cenário da mídia e tratado como elemento de produção, sendo, assim, constituído como uma cultura nova, cultura de massa ou indústria cultural, com apresentações quase constantes tanto locais, com a presença de turistas, como em outros estados, e até mesmo tem programas para suas apresentações em outros países.

Já a Marafolia, que é uma manifestação de carnaval fora de época para um público pagante, é um pouco diferente por ter imediatamente nascido como cultura de massa. Como o Bumba-Meu-Boi, tem constante assistência propagandista muito mais pela mídia, que consegue ter um grande poder de sedução das massas. É um dos sustentáculos da TV Mirante maranhense, das organizações Sarney. É uma indústria cultural que também tem como uma das características mostrar, pelos meios de comunicação, só o lado “positivo” mas esconde o negativo, como a violência física nela gerada.

Como o Bumba-Meu-Boi, tantas são outras manifestações populares do Maranhão transformadas em indústria cultural. Praticamente são utilizadas como *colônias* do capitalismo, fazendo do Maranhão uma sociedade sem incentivo à educação, contaminada pelo analfabetismo e pela pobreza. Só os seus recursos populares (e naturais) são utilizados como veios de lucros, aos quais os maranhenses na sua totalidade não têm acesso. Nestas condições, praticamente não tem desenvolvimento humano, portanto, social e técnico-científico.

E além disso, a liberdade de expressão literário-político, por parte da população e da opinião pública é encoberta e censurada pela falsa democracia (para todos), enquanto a contestação de liberdade da cultura popular não é ouvida diante do barulho da cultura de massa, enquanto os excessos de propaganda pelos meios de comunicação impede e anula a percepção pública sobre esse produto da indústria cultural, uma das sustentações do capitalismo selvagem.

2.2 Leis de incentivo cultural

As manifestações culturais populares em sua essência chegavam até a ser auto-sustentáveis e mantendo a sua identidade própria. Mas mediante a interferência do Estado como organizador, contribuinte com recursos e mediador no sentido de angariar apoio financeiro e promocional com empresas privadas para essas manifestações no sistema social capitalista, percebemos a cultura popular ser tratada como um instrumento público apaziguador social, propaganda política e gerador de recursos às empresas gerenciadoras.

Neste sentido é que surgem os planos para a produção, desenvolvimento, difusão e atividades culturais, instituídos pelo Governo do Estado do Maranhão de Edson Lobão

(1991-1994) visando preparar o caminho da cultura popular ao Governo Roseana Sarney, através do Plano de Desenvolvimento da Cultura (1995), no qual determina-se como *diretrizes e mecanismo de ação*:

“Estimular a produção e consumo de bens e serviços culturais, junto a todos os seguimentos sociais, priorizando aqueles que resgatem a autenticidade das manifestações, geram emprego e renda, utilizando-se, entre outros, os seguintes mecanismos de ação:

- a) recuperação, reforma ou adaptação das instalações físicas dos diversos órgãos do Sistema Estadual de Cultura, ajustando-os a sua nova dinâmica;
- b) estabelecimento de uma programação cultural variada, do popular ao erudito, visando a expressão da demanda;
- c) apoio e incentivo financeiro aos produtores de arte e cultura do Estado, garantindo a qualidade dessas produções;
- d) reciclagem e/ou formação de técnicos e outros profissionais das áreas de arte e cultura;
- e) realização de pesquisas específicas, visando a identificação de alternativas de produção e consumo comunitários de bens e serviços culturais;
- f) expansão e dinamização das oficinas culturais, em todos os gêneros (cerâmica, azulejos, papel, dança, teatro, fabrico de embarcações, etc).

Promover ampla democratização das ações e decisões da SECMA, com destaque para as participações de grupos minoritários (na estrutura do poder) particularmente os negros e os seguimentos indígenas, para o que utilizar-se-ão os seguintes mecanismos:

- a) estabelecimento de estreito intercâmbio com associações comunitárias e associações culturais independentes, buscando espaços alternativos para a produção e consumo de bens e serviços do gênero;
- b) apoio e incentivo às manifestações culturais promovidas por quaisquer organizações representativas da cultura afro-brasileira;

Ampliar os serviços de divulgação e difusão artístico-culturais em todo o território estadual, para o que utilizar-se-ão:

- a) estabelecimento de uma programação voltada para a educação artística da criança e do jovem, envolvendo as redes de ensino do 1º e 2º graus, no Estado;
- b) estabelecimento de uma estratégia de divulgação a níveis estadual e nacional da produção musical mais significativa do Estado;
- c) dinamização do Plano de Editoração, ampliando as oportunidades de divulgação da produção literária maranhense;
- d) Ampla divulgação da produção artístico-cultural;
- e) Apoio, promoção e realização de eventos (feiras, festivais);
- f) Definição de um plano de ações permanentes voltado para a formação de platéias e a ampliação do público apreciador e consumidor de bens e serviços culturais;
- g) Promoção, juntamente com outras entidades públicas ou privadas, pessoas físicas ou jurídicas, comunitárias ou não, de atividades culturais, seminários em bairros, cursos ou treinamento em bairros, povoados ou cidades, relativos a teatro popular e de bonecos, dança, música, cerâmica, artes plásticas, vídeo e cinema, fotografia, tecnologia simplificada de produção (culinária, brinquedos de madeira, de corda, de flandres, etc).”

Quando José Sarney na Presidência da República Federativa do Brasil (1985-1990), ele instituiu uma lei de incentivo à cultura nacional. E como não poderia deixar de ser, o Estado do Maranhão se beneficia dessa lei à sua cultura:

“A Lei 7.505 de 02 de julho de 1986 – Lei Sarney – dispõe sobre benefícios fiscais na área de imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico, representando um importante mecanismo para impulsionar o desenvolvimento dessas áreas, através da ação conjunta dos vários segmentos da sociedade civil. Tem em sua linha de atuação a divulgação e operacionalização da lei e a captação e distribuição de recursos para realização de projetos culturais” (AZULEJOS: 1988, 3).

As leis de incentivo para a cultura são a Lei Sarney, no Âmbito Federal (anteriormente citada), e a Lei Municipal 3.700/98, de 22 de abril de 1998, num total de 13 artigos, que

“DISPÕE SOBRE INCENTIVO PARA A REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE SÃO LUÍS, Capital do Estado do Maranhão.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Câmara Municipal de São Luís decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de São Luís, incentivo fiscal para a realização de projetos culturais a ser concedido a pessoa física ou jurídica domiciliada no Município.

§ 1º - O incentivo fiscal referido neste artigo corresponderá ao recebimento, por parte do empreendedor de qualquer projeto cultural do Município, seja através de doação, patrocínio ou investimento, de certificados expedidos pelo Poder Executivo correspondentes ao valor do incentivo autorizado.

§ 2º - Os portadores dos certificados poderão utiliza-los para pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), até o limite de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada incidência dos tributos.

§ 3º - O valor que deverá ser usado como incentivo cultural, anualmente não poderá ser superior a 2% (dois por cento) da receita proveniente do ISSQN e IPTU efetivamente arrecadados no exercício anterior.

Art. 2º - São abrangidas Lei as seguintes áreas:

- Teatro, dança, circo, ópera, música e congêneres;
- Produção cinematográfica, videográfica, fotográfica, discográfica, e congêneres;
- Literatura, inclusive obras de referência;
- Artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, filatelia e congêneres;
- Folclore e artesanato;
- Patrimônio cultural e humanidades;
- Rádio e televisão educativas e culturais de caráter não comercial;
- Esporte amador, associado a atividades educativas e culturais, de caráter não comercial;
- Cultura Negra;
- Cultura indígena.

Art. 3º - Fica autorizada a criação, junto à Fundação Municipal de Cultura, de uma Comissão Normativa e independente, formada por representantes do setor cultural do

Município e por técnicos da administração municipal, a ser nomeada por decreto, que ficará incumbida da averiguação e da avaliação dos projetos apresentados.

§ 1º - Os componentes da Comissão Normativa deverão ser de comprovada idoneidade e de reconhecida notoriedade na área cultural.

[...]

§ 4º - Terão prioridade os projetos de contribuintes incentivadores, acompanhados de declarações de intenção de participarem da presente proposta.

§ 5º - O Executivo poderá fixar, a cada exercício, o limite máximo de incentivos por projeto, individualmente.

[...]

Art. 8º - Qualquer cidadão ou representante de entidade de natureza civil poderá ter acesso, em todos os níveis, a toda documentação referente aos projetos culturais aprovados por esta Lei.

Art. 13 - Revogam-se a Lei nº 3.180, de dezembro de 1991, e demais disposições em contrário.

Mando, portanto, a todos quantos o conhecimento e execução da presente Lei pertencente que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente, como nela se contém. O Gabinete do Prefeito a faça imprimir, publicar e correr”.

Exemplo do que é destinado como incentivo para a cultura pelo demonstrativo financeiro da Prefeitura Municipal de São Luis, uma empresa **A** paga imposto no valor de R\$ 35.000,00 reais, do qual é retirado pela prefeitura 20% ou R\$ 7.000,00, e uma empresa **B** paga imposto no valor de R\$ 5.500,00 reais, do qual pela prefeitura R\$ 1.100,00 reais.

Isto é pago via Prefeitura, com a autorização cedida pela empresa (que pagou o imposto ISSQN e IPTU), que por sua vez recebeu o pedido de incentivo do produtor cultural de um determinado grupo. Por exemplo, Bumba-Meu-Boi da Maioba ou grupo de qualquer outra área especificada na Lei de Incentivo à Cultura (pelo município de São Luís). Lê-se no § 2º, do Art. 1º, da Lei de Incentivo Municipal. Quanto aos (até) 2%, ele é usado anualmente (ao exercício do ano anterior), da totalidade da receita proveniente do ISSQN e IPTU arrecadados pela Prefeitura.

Poucas são as empresas privadas no Estado do Maranhão como doadoras de recursos para eventos culturais. Das empresas que participam geralmente são as grandes, como a Vale do Rio Doce, ALUMAR e Shell, porque chega a ser significativo os desconto no imposto de renda em relação ao seu porte. E ainda mais, estas e outras empresas diretamente nada gastam investindo na cultura popular, porque do seu imposto pago, que já faz parte dos cofres públicos, é a Prefeitura que desconta os até 20%. Nesta dinâmica, a empresa ainda sai ganhando com a sua propaganda nas festas culturais e nem mesmo paga cachê por isso. O que se percebe é um engodo de incentivo cultural por empresas.

Foram formulados projetos, por parte de deputados para o Governo Roseana Sarney, referentes a incentivo cultural, como o PROJETO DE LEI nº 267/98, de 18 de outubro de 1998, do Deputado Estadual Aderson Lago, e publicado no Diário da Assembléia Legislativa nº 116 de 27 de outubro de 1998, que dispõe sobre incentivo a cultura maranhense na forma que especifica:

“Art. 1º - O Poder Executivo, a título de incentivo a cultura maranhense, poderá conceder desconto de até 3% (três por cento) do imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, a ser recolhido mensalmente pela empresa que patrocinar eventos nas áreas de teatro, dança, circo, ópera, produção cinematográfica, videografia, fotografia, discografia, música, artes plásticas, artes gráficas, folclore e artesanato”

O Deputado Aderson Lago dá como justificativa:

“Hoje em nosso Estado existem pessoas com um enorme potencial na música, no teatro, no cinema, na dança, nas artes plásticas e na literatura. A imensa maioria carece apenas de um maior incentivo para poder dar vazão à sua vocação. É pela falta de incentivo que livros deixam de ser publicados, discos não são lançados, peças não são encenadas e festivais não acontecem” (PROJETO DE LEI Nº 267/98).

A Governadora Roseana Sarney VETA o projeto de Aderson Lago enviando mensagem (publicada no Diário Oficial nº 010 de 15/01/99) para a Assembléia Legislativa:

MENSAGEM Nº 001/99 São Luís. 11 de janeiro de 1999. Senhor Presidente. Cumpre-me levar ao conhecimento dessa augusta Assembléia que, nos termos dos arts. 64. IV. e 47 da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 267/98, que dispõe sobre o incentivo à Cultura Maranhense na forma que especifica, por considerá-lo inconstitucional. [...] RAZÕES DO VETO: A oposição que manifesto ao teor do Projeto de Lei nº 267/98, resulta do convencimento de ser o mesmo incompatível com o princípio constitucional potencialmente aplicável e inserido no art. 43, III da Constituição Estadual. Formalmente observa-se que ao cuidar de estabelecer norma estadual, a título de incentivo à Cultura Maranhense, concedendo desconto de até três por cento do imposto sobre as operações relativas a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transportes interestaduais e intermunicipais e de comunicação – ICMS, expressa de plano um comprometimento direto da obrigação tributária legal a condizer a evidente vedação constitucional na capacidade dispenditiva da Administração Estadual” (GOVERNO DO MARANHÃO: Mens. n. 001/99).

O projeto cria condições de benefícios para os produtores e às empresas patrocinadoras de eventos culturais, às quais o imposto será recolhido mensalmente, enquanto a prestação de contas deverá ser feita junto ao tribunal de Contas do Estado. Isto é gratificante, pois, conforme o deputado Aderson Lago, “além de se constituírem em fator de

desenvolvimento social, essas atividades são também fonte de lazer e, por isso, tornam-se produtos de turismo” (JP Turismo, p. 2. Jornal Pequeno, 05/11/98)

Aderson Lago não ficou sozinho. O Deputado João Silva resolveu apelar para o plenário na briga pela aprovação de um projeto de lei semelhante, mas que a Comissão de Constituição e Justiça considerou o projeto inconstitucional. João Silva não aceitou o parecer da comissão sobre este seu projeto, porque o incentivo cultural, como concessão de prêmios a autores e artistas, doação de bolsas de estudos, patrocínios de shows, gravações de discos, exposições de trabalhos, danças, etc., dentro e foras do estado, ele considera de fundamental importância para a cultura do Maranhão. É no seu artigo primeiro que João Silva diz a prestação de serviços poderá destinar até o limite de 2% (dois por cento) do total do imposto a ser pago ao tesouro estadual como forma de incentivo à cultura maranhense (Pequeno Suplemento, p. 3. Jornal Pequeno, 19/11/95).

A atual Constituição do Estado do Maranhão, expressa no seu “Art. 227 – O Estado assegurará acesso às fontes de cultura, apoiando e incentivando todas as manifestações de natureza cultural” e a Constituição da República Federativa do Brasil no seu “Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Mas em contrapartida a Governadora se assegura do VETO ao projeto de incentivo a cultura maranhense de Aderson Lago recorrendo na Constituição do Estado ao “Art. 43 – São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: III – organização administrativa, matéria tributária e orçamentária e serviços públicos”.

E ela se reforça pela mesma Constituição em outro artigo:

“Art. 47 – O projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa será enviado à sanção governamental. Se for considerado inconstitucional, no todo ou em parte, ou contrário ao interesse público, o Governador vetá-lo-á, total ou parcialmente no prazo de quinze dias úteis, contado da data do recebimento, e comunicará os motivos do veto ao Presidente da Assembléia Legislativa dentro de quarenta e oito horas”.

Percebe-se aqui, que a Constituição do Estado, produzida pela sociedade política, ampara o governante mesmo, também, a respeito de incentivo à cultura e ao mesmo tempo esta Carta Magna é desrespeitada pelo governante a um fundamento do estado em se

tratando “a dignidade da pessoa humana” (Art. 2º, Inciso II), no caso o cidadão e a cidadã maranhenses. Na teoria constitucional “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente” (§ 1º, do Art. 1º), o que, na prática, é contrariado pelo poder público maranhense estar em poder de uma oligarquia, que por forças capitalistas e implementações políticas, está dominadora em quase todos os campos das atividades humanas neste Estado do Maranhão. Aqui, as leis submetem os cidadãos e são manipuladas pelos que dominam o Estado, tanto nas esferas Executiva, Legislativa e Judiciária. Porém, o Legislativo, que é instituído como representante do povo, fica muito subordinado ao Executivo, que muito veta projetos de leis de deputados. O que contribui para esta negação é o governante na posição de *poder* ao que quer, confundindo o público com o privado, e ao mesmo tempo a maioria legislativa estar a seu favor.

O Deputado Aderson Lago solicitou, expondo motivo e necessidade, para a Presidência da Assembléia Legislativa convocar o Presidente da Fundação Cultural, Luís Henrique de Nazaré Bulcão, para este dizer na *Casa do Povo* e diante dos deputados, dentre outras coisas, as intenções e ações da Governadora sobre incentivo à cultura maranhense, conforme trechos do debate a seguir:

“SESSÃO ESPECIAL DO DIA 10 DE AGOSTO DE 1999
DISCURSO DO DEPUTADO ADERSON LAGO E LUÍS BULCÃO NO GRANDE
EXPEDIENTE.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputadas, Dr. Luís Bulcão, Presidente da Fundação Cultural do Maranhão, que vem a esta casa hoje atendendo a convocação aprovada pelo Plenário e consultoria para debater conosco sobre a cultura do Maranhão. [...] Quero registrar também que é muito agradável debater com o expositor inteligente e, muitas vezes, brilhante, como Vossa Senhoria, tão inteligente que vem aqui hoje para falar da cultura, para dizer o que o Governo pensa da cultura, para dizer das intenções do Governo para com a cultura, divagou, navegou, viajou, empolgou, mas, na realidade, não trouxe a palavra definitiva de que o Governo pretende fazer com a cultura do Maranhão. Vossa Senhoria diz que precisa conhecer a cultura para que possa elaborar um projeto de incentivo à cultura, acho que aqui, Vossa Senhoria, no primeiro equívoco, será que o ilustre Senador Sarney quando apresentou o projeto de incentivo à cultura, quando o Senador da república pelo Maranhão conhecia toda a cultura do País, viajou por todo o país para ter informação a respeito de cada manifestação cultural, de cada produtor cultural do mais longe rincão deste país para apresentar um Projeto de Incentivo à Cultura, não, eu acho que a Lei tem que ser universal. [...] A vaidade do Governo se sobrepõe às leis e o governante dá interpretação que quer à Constituição para sempre podar o direito de Deputados legislarem, aliás, de que é de sua obrigação legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo. Então, senhor Presidente da Fundação Cultural, a convocação e a presença de Vossa senhoria, aqui hoje, nos dá a oportunidade, não só de discutir também a cultura e objeto desta convocação, mas, sobretudo, de chamar atenção desta casa, no momento em que vivemos onde qualquer manifestação, qualquer idéias, qualquer

iniciativa deste Plenário sempre morre na mesa da Governadora com vetos e vetos sem maiores explicações.

Agora mesmo, no domingo, o Jornal do Brasil publica o mapa da pobreza, no país e faz, levanta um percentual de pobres por estados e é com tristeza que o Maranhão está em último lugar 86% de pobres no estado, mais do que o Piauí 83%, do que Tocantins tem 81. Esta é a pobreza material e se não fizermos nada pela cultura e que Vossa Senhoria sabe disso porque é um homem de cultura, vamos também ser os últimos também com relação à cultura, já somos com relação à educação...” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA: Seção Especial, 10 ago. 1999, 1-3).

O Presidente da Fundação Cultural do Maranhão⁴ responde às interpelações do Deputado Aderson Lago:

“O SENHOR LUÍS BULCÃO – Senhor Presidente e demais Deputados, meu caro amigo Aderson Lago... no início da sua peroração, ele falava que o Presidente da Fundação Cultural divagou, viajou e não falou no âmago do que ele precisava, e eu conferi aqui e aqui. Deputado Aderson mais de dez minutos falou sobre a pobreza, e V. Exa. Não está errado, V. Exa. Está correto porque no dia, Deputado Aderson, que se erradicar a pobreza neste país não precisará de Lei de incentivo à Cultura porque nós teremos condições de comprarmos os bens culturais que quisermos é por isso que nós estamos aqui e isso não importa que sejamos os primeiros ou o último em estado de pobreza, o importante seria é que não houvesse pobreza. Esse negócio de primeiro, segundo, terceiro isso não interessa que é pobre o cara ter mais de um prato de comer ou menos um prato de comer, é importante é que todos nós tivéssemos a nossa dignidade, a nossa cidadania justamente intacta, pelo menos, com o direito à vida... V. Exa. Quer saber qual é a política do Governo com respeito incentivo à cultura. Eu já disse a V. Exa. Que nós já iniciamos este trabalho, essa reunião com os gerentes Regionais, já foi deflagrado esse primeiro ponta-pé... V. Exa. Não pode reclamar de um Presidente de Fundação Cultural que agora tem um ano à frente da pasta. V. Exa. Tem três legislaturas, três e agora que propôs uma Lei de Incentivo à Cultura, veja como é difícil, por quê? Porque agora V. Exa. Visualizou que realmente somos pobres até culturalmente. Eu quero ir mais longe, as políticas culturais, elas não são feitas só de leis de incentivo, a Governadora vem utilizando de um outro elemento, que são os eventos culturais, para que haja uma distribuição mais equânime, mais regular entre as pessoas que não possuem, que não têm acesso a esta lei por elas não conhecem... por isso é que a política primeira da Governadora qual foi, a de eventos. Nós gastamos no ano passado, um milhão, só no São João, esse dinheiro todo, Deputado Aderson, são para os grupos, são para os produtores culturais... aqueles que realmente fazem cultura. Quando eu falo que nós devemos ouvi-los é que nós devemos fazer seminários, que nós devemos fazer cursos, oficinas, dar oportunidades para que essas pessoas conheçam isso aqui, essa lei não pode ser uma lei de privilegiados, por isso é que eu quero agora diretamente a resposta para V. Exa. Política da Governadora. Primeiro a política de eventos porque ela está se firmando, ela está sendo um sucesso e ainda não vi nenhuma crítica sobre isso, há uma divisão democrática de recursos para os grupos e temos certeza de que, por exemplo, Dr^a Marly Abdala, que vive no meio já há tanto tempo, sabe do sorriso que se olha estampado no rosto de cada um produtor cultural quando chega a produção cultural do Maranhão para saber onde a sua brincadeira vai brincar...” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA: Seção especial, 10 ago. 1999, 4-6)

⁴ Luís Henrique de Nazaré Bulcão foi Secretário de Estado da Cultura de 11 de maio de 1998 até 07 de maio de 1999, quando a Secretaria de Estado da Cultura foi extinta (pela Reforma do Estado) dando lugar à Fundação Cultural do Maranhão – FUNCMA, para a qual Luís Bulcão é nomeado Presidente.

A réplica do deputado Aderson Lago:

“SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – Dr. Luís Bulcão eu quero dizer a Vossa Senhoria que, há quatro anos atrás, em 1995, o saudoso Deputado João Silva, apresentou um projeto até mais abrangente que o meu de incentivo à cultura... o projeto foi aprovado nesta Casa, foi à sanção da Governadora e foi vetado pela Governadora, exatamente, a mesma justificativa de agora. E, naquela ocasião, foi dito ao deputado João Silva que o Governo logo, logo encaminharia um projeto de incentivo ao esporte e à cultura, quatro anos depois, nós ainda discutimos o mesmo tema, continuamos lutando ainda pela mesma causa sem que o Governo, na realidade, coloque concretamente o que havia prometido. Quero também apenas para tipo de ilustração dizer a Vossa senhoria, Vossa senhoria Falou no momento e na elaboração do orçamento do estado de alocar os recursos, quero dizer a Vossa Senhoria que, há sete anos, nenhum Deputado desta casa consegue entender o orçamento do Estado, já houve casos aqui onde o próprio relator foi obrigado a rejeitar as suas emendas...” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA: Sessão Especial: 10 ago. 1999, 7).

Quanto ao projeto de lei de implementação e incentivo para revitalizar a cultura maranhense, depois de tanto insistência do Deputado Aderson Lago requerer a sua aprovação e a Governadora Roseana Sarney vetar (alegando a iniciativa ser do Executivo e, mais ainda, interferir na economia do Estado), foi necessário esperar o próximo governador para este projeto voltar à discussão política e cultural, na qual o referido deputado sugere que o Governo faça encaminhamento da questão. (Jornal Pequeno, p. 3, 04/11/05).

Esse debate foi proveitoso não tanto para a Assembléia Legislativa, que já entende intenções e operações da Governadora, quanto para a opinião pública. É um debate que mostrar a necessidade de se engajar com seriedade ao incentivo permanente para a cultura do nosso Estado do Maranhão.

Pelo que se percebe no debate, os argumentos de Bulcão não foram suficientes para convencimento dos deputados. Mesmo porque o tratado político sobre a cultura tem sido voltado mais para a política partidária, isto é, o uso das manifestações populares para angariar votos, enquanto através de uma lei estadual instituída o governante ou a governante fica menos visível ao público como incentivador ou incentivadora da cultura maranhense.

Só agora, por iniciativa do Governador José Reinaldo Tavares, através de requerimento (e luta) do Deputado Aderson Lago, foi votada e aprovada, pela Assembléia Legislativa do Maranhão, a Lei de Incentivo à Cultura. Mas antes, o Poder do Estado do Maranhão envia à Assembléia Legislativa uma mensagem favorável para a lei de incentivo à cultura deste estado:

“MENSAGEM Nº 066/2005

São Luís, 30 de NOVEMBRO DE 2005.

Senhor Presidente,

Encaminho a essa Assembléia Legislativa o projeto de lei que dispõe sobre o Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão – SEGIC, com o objetivo de consolidar as políticas e as ações transformadoras do processo cultural do Estado. A operacionalização do SEGIC ficará a cargo da Secretaria de Estado da Cultura, órgão que, a nível estadual, tem a competência de planejar, normatizar, coordenar, executar e avaliar a política cultural do Estado.

[...]

Desta forma e confiante de que este pleito merecerá a melhor acolhida por parte de Vossa Excelência e dos Senhores Deputados, solicito que lhe seja dada a prioridade no art. 46 da Constituição Estadual.

Ao ensejo aproveito para reiterar a Vossa Excelência e aos Excelentíssimos Senhores Deputados, os mais elevados protestos de considerações e apreço.

JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES
Governador do Estado

A Sua Excelência o Senhor
Deputado JOÃO EVANGELISTA SERRA DOS SANTOS
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
Palácio Manoel Bequimão
Local” (GOVERNO DO ESTADO: Mens. n. 066, 2005, 6)

Entende-se, aqui, que não houve autoria e nem mesmo influência do Deputado Aderson Lago, que tanto lutou, mas do Governo do Estado ao projeto de Lei de Incentivo à Cultura maranhense. Projeto que a Roseana Sarney, enquanto Governadora, negou a sua aprovação, mesmo porque foi muito mais importante para ela conceder incentivo cultural diretamente do seu governo do que através de lei. Para ela, sendo lembrada pela sociedade maranhense como incentivadora da cultura é credibilidade, lhe dá voto sem subir ao palanque para fazer discursos e pedir: “vote em mim”.

Apesar da má vontade política do governo anterior e de tantas dificuldades de autores de projetos de lei de incentivo cultural o Governo José Reinaldo Tavares (mesmo a idéia sendo de outros e vir de anos anteriores) e a Assembléia Legislativa fazem acontecer ao Estado do Maranhão o que outros estados brasileiros já têm há muito tempo: a **Lei de Incentivo à Cultura**, aprovada no dia 06 de dezembro de 2005, no 8º aniversário do título de Patrimônio Cultural da Humanidade a São Luís. Esta Lei, deve ser regulamentada pelo Executivo dentro de 90 dias, a contar da sua data de publicação.

“PROJETO DE LEI Nº 199/05

Institui o Sistema de Gestão de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão – SEGIC, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão – SEGIC, com o objetivo de consolidar as políticas e ações do Governo do Estado, na área da cultura, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura.

§ 1º A alocação de recursos destinados à administração e investimentos em projetos de responsabilidade do SEGIC, assim como seus objetivos específicos, serão definidos por decreto.

[...]

Art. 2º Fica criado, no âmbito do Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão – SEGIC, o Subsistema de Incentivo à Cultura – SINC.

Art. 3º Ficam criados no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, com o fim de operacionalizar o Subsistema de Incentivo à Cultura:

I – a Secretaria Executiva do SINC – SESINC;

II – a Comissão de Aprovação de Projetos – CAP;

III – as Câmaras Técnicas de Especialização, Avaliação e Seleção de Projetos – CTAS.

Art. 5º Somente poderão ser beneficiados por esta Lei, os projetos culturais que visem a exibição, a utilização ou a circulação pública de bens culturais, sendo vedada a concessão de incentivo a projetos destinados, exclusivamente, a circuitos privados ou coleções particulares.

§ 1º Os projetos culturais incentivados deverão utilizar os recursos financeiros aplicados, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) em aquisição de bens ou contratação de serviços disponíveis no estado do Maranhão, salvo nos casos devidamente justificados e aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura – CONSEC.

[...]

§ 3º Os recursos do SINC serão destinados a projetos dentro do Estado do Maranhão.

§ 4º Na divulgação dos projetos deverá constar, obrigatoriamente, o número da lei, legenda e logomarca referentes ao apoio institucional do Governo do Estado do Maranhão, através da Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações orçamentárias necessárias à implantação desta Lei.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.” (PROJETO DE LEI Nº 199: 2005, p 6-7).

A aprovação deste documento é matéria à página 2 do Jornal Pequeno (07/12/05:

“Aprovado projeto do governo que garante incentivo à cultura no Estado

Em sessão extraordinária, a Assembléia Legislativa aprovou, na manhã de ontem, o projeto de lei que dispõe sobre o Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado (SEGIC) com o objetivo de consolidar as políticas e ações transformadoras do processo cultural do Maranhão. [...].

Segundo mensagem governamental, o SEGIC terá como fonte de receita, além das dotações orçamentárias, contribuições, transferências, subvenções, auxílios, doações, rendas, contratos e acordos, recursos do ICMS, entre outras fontes. “Os projetos culturais incentivados deverão utilizar recursos financeiros, no mínimo de 50% (cinquenta por cento), em aquisição de bens e/ou contratação de serviços disponíveis no Maranhão”, disse o governador José Reinaldo.”

O que justifica o apoio que as manifestações culturais populares recebem do Governo do Estado, sob a liderança de Roseana Sarney, é o investimento feito diretamente deste Governo via Secretaria de Estado da Cultura, de 1995 a 1998, e, com sua extinção, surge a Fundação Cultural do Maranhão – FUNCMA em 1999 a 2002. A partir de 1998, com a nomeação de Luís Bulcão para Secretário de Estado da Cultura, os incentivos do Estado para a cultura (em geral) foram significativos. Teve período anual que se investiu entre 10 e 15 milhões de reais, como nos anos 2000 e 2002.

Portanto, os investidores na cultura popular são: **Governo Federal** (e contrapartida de 20%, oferecida pelo próprio grupo ou político), como incentivo direto à cultura (via inscrição dos grupos populares); **Governo Municipal** (com 20% via imposto da empresa “incentivadora” gerenciado pela prefeitura, que recebe dos grupos o pedido de incentivo via empresa, e 2% da receita anual do município, oferecido aos grupos através de inscrições; **Governo Estadual** (sem Lei de Incentivo à Cultura), até o Governo Roseana Sarney (1995-2002), que investe os recursos diretamente dos cofres do Estado via Secretaria de Cultura, sem contrapartida; e por **alguns políticos**, diretamente, às manifestações culturais populares.

2.3 Relações entre intelectuais e poder político à cultura maranhense

Quanto ao que diz respeito a relação intelectuais e poder do Estado percebemos que isto é histórico, não só a nível de Maranhão mas nacional brasileiro quando no século XIX alguns intelectuais do denominado *Grupo Maranhense* ou *Primeira Geração* (1832-1864) se envolveu com o Governo do Estado do Maranhão e com o Estado Imperial apoiando esses poderes, prestando-lhes serviços e deles recebendo cargos e outros privilégios no campo político e apoio no campo literário. Dentre eles estão João Lisboa, Odorico Mendes e Gonçalves Dias.

Semelhante envolvimento de literatos com o Poder Público, veio acontecer com os grupos da *Segunda Geração* e *Terceira Geração* (esta, já dentro de outro sistema político: *republicano*), na tentativa de voltar ao Maranhão o movimento literário ao estilo do pioneiro, cujo objetivo não alcançado à mesma intensidade e aos mesmos propósitos para a literatura.

Na *Segunda geração* os intelectuais estiveram mais próximos em seguir os ideais do *Grupo Maranhense*, enquanto a *Terceira Geração* de Antonio Lobo, que promove a chegada a São Luís do escritor Coelho Neto, recebido por uma multidão para aclamá-lo, tenta ter firmeza literária, mas não consegue pelos homens de letras se voltaram à política.

Foi a partir de 1945, num momento político-militar crítico ao mundo marcado pela Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, a queda do Nazismo de Hitler na Alemanha, do Fascismo de Mussoline na Itália e a derrota do Japão, sob o Bombardeio dos *Aliados* Estados Unidos, França e Inglaterra. Enquanto no Brasil, independente do governo brasileiro ter enviado *Os Pracinhas*, tropas da Força Expedicionária Brasileira, contra o *Eixo*, crescia o descontentamento contra a *ditadura* de Getúlio Vargas, que no Maranhão se expressava sob a *intervenção* do Governador Paulo Ramos.

Diante da queda da ditadura e da Intervenção, 1945 começava no campo político a retomar a democracia e no campo literário dava-se luz ao Modernismo. Neste ano, surgiram no Maranhão movimentos políticos e renascer literário com a participação de jovens entusiasmados, dentre eles José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (que mais tarde passa a se chamar José Sarney), então com 15 anos (D'ELBOUX: 2004,1).

Segundo o historiador Wagner Cabral da COSTA (2004, 284/285), José Sarney com sua vocação literária conjugada com a sua vocação política, sob a égide das duas tradições regionais, a política e a literatura entrelaçadas entre si, participa, junto com Bandeira Tribuzi e Ferreira Gullar, dentre outros, do movimento literário dos modernistas maranhenses, a "*Geração de 1945*", portadora de um projeto coletivo para o Maranhão e somatório do gosto literário e da preocupação com os problemas econômicos e sociais.

José Sarney, vindo da "*Geração de 1945*", aos 20 anos, como estudante do curso de Direito e considerado culto nos meios intelectuais, exerceu o cargo de Diretor do suplemento *Letras e Artes* do jornal *O Imparcial*, no qual 4 anos antes participou do concurso de reportagem com o pseudônimo "*Zé da Ilha*" e foi contratado como repórter por produzir a melhor reportagem, como também passou a colaborar com os jornais *Diário de Pernambuco* e *Correio do Ceará*. Em 1955, leciona a disciplina *Noções de Direito* na Faculdade de Serviço Social da Universidade Católica do Maranhão e, em 1957, recebe da Universidade Federal do Maranhão o título de *Doutor Honoris Causa* (op. cit. 1-2).

Tornado-se membro da Academia Maranhense de Letras e se apossado, por voto popular, do Poder do Estado (em 1966), Sarney teve a grande oportunidade e facilidade de atrair alguns outros intelectuais maranhenses para atuarem no setor público, mantendo-os nessa relação até ao período do Governo da sua filha Roseana Sarney (1995-2002), enquanto esses intelectuais, com a sua influência literária, status acadêmico e saber erudito, têm estado ao lado do Governo para formação de planos governamentais e culturais populares.

Dentre esses intelectuais, além de Sarney, temos Bandeira Tribuzi (falecido), Josué Montello e Ferreira Gullar. Ai, tem-se uma matéria do sociólogo e escritor de temas históricos no campo social, econômico e cultural José Ribamar CALDEIRA (In: Caros Amigos: 2002, 21) a respeito da relação literatos e Poder:

“O que leva intelectuais como Ferreira Gullar e Josué Montello a apoiar Roseana incondicionalmente?”

Eles não são iguais. O Josué sempre foi vinculado ao poder, não só no Maranhão. Ele tem aqui uma Casa da Cultura que leva o nome dele. Tem todas as vantagens que um homem pode ter na vida, roupa lavada, alimentação, apartamento para ficar com a esposa quando vem ao Maranhão. É um sujeito que deve muitos favores, mas também presta muitos favores aos poderosos. Então não estranho nada.

E o Ferreira Gullar...

Quanto ao Ferreira Gullar, é surpreendente. Acredito que ele caiu nas malhas dessa oligarquia. Então fizeram uma avenida com o nome dele, fizeram uma homenagem pouco sutil a ele no Memorial da república, louvação ao poeta e intelectual...”

Mesmo com esses intelectuais “do Poder”, tem sido comum haver também intelectuais que não foram favorecidos ou que não se deixaram seduzidos pelas alianças e benesses para com o Estado. Como no século XIX aconteceu com o escritor Frederico José Corrêa⁵ (autor de “Um Livro de Crítica” - 1878), que criticava com a alcunha afrancesada *COTERIE*⁶, ou *grupinho*, de *PANTHEONS* das letras aos intelectuais ligados ao Governo, hoje vê-se Nascimento Morais Filho, que abandonou a Academia Maranhense de Letras pelos seus colegas acadêmicos terem votado e aprovado a entrada para a Academia do ex-Governador do Estado do Maranhão Pedro Neiva de Santana, o qual sem nenhum mérito intelectual ou literário, discursou dizendo tornar-se “*um acadêmico biônico*”.

⁵ Frederico José batia no grupo Panteons das letras criticando: “Agora vamos seguir a história da *Coterie* neste decantado Maranhão de quem com justa causa se diz que não ha outro como elle; e limito-me só ao Maranhão, porque foi nele que a *Coterie* se encarnou em corpo e alma e onde ella é mais audaciosa” (CORRÊA: 1878, 21).

⁶ *COTERIE*: Palavra herdada pela elite maranhense ao francês no século XIX. Mais de conotação política e literária, é traduzida como *grupinho*, *panelinha*, para designar criticamente grupo de poucas pessoas restrito a qualquer atividade não tolerada ou incômoda ou mesmo suspeita, numa instituição ou em torno de um benefício, ao entendimento de outras pessoas que dele não fazem parte. No nosso dia-a-dia, é mais usual a palavra *panelinha* para criticar grupo de políticos, literatos, outros *socialites* e até das classes populares.

Agraciamento dessa natureza tem descaracterizado a Academia Maranhense de Letras de seu verdadeiro papel de ter em suas cadeiras pessoas de cunho literário, como jornalistas, escritores e poetas, mesma a Academia vivendo e mantendo contato, desde a sua fundação e 1918⁷, só para uns poucos privilegiados burgueses e sempre isolada do público e não voltada para a educação social do Maranhão, senão só por algumas publicações de alguns dos seus membros que raramente chagam à leitura dos maranhenses.

Hoje, a Academia revela-se muito mais política e menos literária e praticamente uma sociedade das *letras* fechada em si mesma e a maior parte do tempo fechada a sua porta à rua da Paz. Tornou-se um albergue de raros literatos e muitos políticos, o que tem sido alvo de críticas por parte de intelectuais íntegros, como Ribamar Feitosa, poeta, escritor, educador, que cita uma crítica em 2 colunas do *Jornal Pequeno*⁸ (p. 4, 15/10/95) com o título “*Uma proposta de renovação para a Academia Maranhense de Letras*”:

“Aludidos ao fato de que uma entidade de grande prestígio social, que é a Academia Maranhense de Letras, torna-se alvo, algumas vezes, de contrários desairosos, quando da escolha de um novo membro para o quadro de seus imortais. As críticas que são

⁷ **Academia Maranhense de Letras** “Considerada de utilidade pública pelo dec. Nº 92, de 19.nov. 1918, expedido pelo Governador Urbano Santos da Costa Araújo. Determinava ainda esse decreto que o Estado daria a Academia “sede condigna, no edifício a construir-se para a Biblioteca Pública”, e que a Imprensa Oficial lhe editaria a revista.

A Lei Nº 4.350, de 31.out.1981, de iniciativa do Governador João Castelo Ribeiro Gonçalves, instituiu, em Favor da Academia, uma subvenção especial paga em parcelas mensais. Essa lei foi regulamentada pelo Dec. Nº 11.788, de 12.mar.91, baixado pelo Governador João Alberto de Souza (conf. DOE de 14.mar.91, p. 4) e deixou de ser cumprida a contar de janeiro de 1997, de quando data a suspensão de tal pagamento” (Revista da Academia Maranhense de Letras).

⁸ **Jornal Pequeno**, fundado em maio de 1951, em meio à Greve de 51, por José Ribamar Bogéa, começou a ser publicado com dimensões de 31cm x 23cm e 4 páginas durante a década de 1950. Hoje, de dimensões maiores, chega a ter no mínimo seis páginas, possuindo mais matérias políticas e culturais aproveitáveis de se ler.

Jornal do Dia, fundado em 1959 pelo empresário Alberto Aboud. Em 1973 passou para a parceria de José Sarney e Bandeira Tribuzi com o nome de **O Estado do Maranhão**. Hoje, este chega a ter em média 12 páginas e 14 de *Classifácil* (propagandas comerciais).

A personalidade do **Jornal Pequeno** em conteúdo é mais voltado à realidade e crítica. Para os críticos, como Ademar Danilo, “O *Jornal Pequeno* nunca se curvou nestes 44 anos de luta às pressões dos donos do poder”, enquanto o vereador Bemtivi diz “que o *Jornal Pequeno* sempre se bateu em favor do movimento cultural do estado” como também se posicionou contra os grupos dominantes, publicando matérias contrárias aos que querem personificar-se *donos* do poder. (JP Suplemento, p. 4, do *Jornal Pequeno*, de 04/06/95). O **Jornal Pequeno** ainda é o *jornal das multidões* que anuncia os fatos. Enquanto a de **O Estado do Maranhão**, pertencente à família Sarney, é o *jornal de propaganda*, e discursa sobre o falecido poeta e jornalista Bandeira Tribuzi: “Ele se uniu ao também poeta e jornalista José Sarney, na missão de transformar este jornal numa trincheira em favor das causas maranhenses” (O Estado do Maranhão, p. 2, nº 11.341, 1º maio 1995). Mas **O Estado do Maranhão** não tem sido sincero com o público, demonstra ao leitor que o Governo Roseana tem sido esperança ao povo que *vivia* em miséria e sob o jugo de administradores anteriores que não da família Sarney. É óbvio que em nenhum momento do período 1995-2002 tem lançado um mínimo sequer de críticas sobre o Governo, mas elogios até mesmo exagerados, mostrando as decisões e práticas da Governadora como redenção, progresso e melhoramento para todo o Estado em todos os níveis sócio-econômicos e culturais. A opinião pública que lê os dois jornais percebe as intenções de um e outro. Mas há certas notícias sobre o Governo Roseana Sarney e seus atos sobre a educação e a cultura que os dois jornais têm em comum.

levantadas àquela emérita casa cingem-se, mais amiúde, à circunstância em que candidatos são “APRESENTADOS” e, pressupostamente, alguém é “escolhido” por pessoas de fora do quadro acadêmico e que alardeiam possuir força e influência acima da AML. Ora, isso nos parece descabido e até de grande perniciosidade, tanto para a sociedade maranhense como, especificamente, para aquela renomada instituição [...] E ficamos a perguntar: por que isso acontece? Por que a AML não abre suas portas para outros aspectos da realidade cultural maranhense, não revoluciona o seu modo de sentir, de sopesar esta cultura e não passa a enxergar que há outros estratos, outros patamares de nossa intelectualidade e que precisam ser reconhecidos, ser prestigiados?”

como Nauro Machado e Rossini Corrêa. Os genuinamente literatos maranhenses não se aliaram e nem voltaram suas atividades intelectuais aos governos locais. Alguns, como Nascimento Morais Filho, se tornaram combatentes intelectuais do Leviatã estadual e dos Sarney. Enquanto outros acadêmicos, vendo o Estado como fonte onde possam usufruir de recursos, status e outros privilégios se prontificam a apoiar e assessorar o Governo Roseana Sarney. O próprio *literato* José Sarney, pai da Roseana, tem auxiliado a Governadora nas suas atividades político-administrativas.

Temos que admitir: José Sarney é um literato à Academia Brasileira de letras e Academia Maranhense de Letras, mas um literato muito direcionado e ligado ao poder público e à elite. Mas para as classes populares que o fez seu legítimo representante ele não tem dado crédito. Segundo o próprio Senador Sarney, em entrevista para a revista *Carta Capital* (2005, 40), já “escreveu” 63 obras (como *Maribondos de Fogo*, *Norte das Águas*⁹ e *O Dono do Mar*), tendo algumas traduzidas em 12 idiomas, e diz não ter culpa por isso e de pertencer à Academia (Brasileira de Letras) e ter sido Presidente da República. Como ele mesmo tem dito na época que foi Governador do Maranhão, “É a poesia no poder”.

Mas, pela política, pela ambição e culto à personalidade, tornou-se um literato desvirtuado contribuindo muito aos desvios dos verdadeiros propósitos das academias de letras, de fazer literatos voltados ao bem-estar educacional, intelectual-literário (e científico) da sociedade do Maranhão. E, por isto mesmo, há a grande ferida histórica do analfabetismo e da *ignorância desejada* neste Estado que José Sarney, como literato, governante e político nosso representante na Câmara e no Senado, teve oportunidade de tratá-la e não se importou.

⁹ É um livro de contos significativo. O conto mais interessante, para este trabalho, é o “*Brejal dos Guajas*”, a respeito de “o Coronel Francelino Procópio dos Santos e com o Coronel Manuel Guimarães dos Santos, primos carnisais, morando em ruas diferentes, inimigos de vida e morte, ambos ricos, ambos poderosos, mas ambos da mesma corrente política invicta em todos os pleitos realizados desde a queda da ditadura. A oposição nunca conseguiu um voto sequer. Ambos os coronéis e seus dependentes não sabiam o que era essa palavra”. (SARNEY: 2001, 16). Francelino é chamado de *Javali* e Manuel, *Né Guiné*. Disputam a sua posição política com ideologia e ofensas verbais e até mesmo com a morte de animais de um e outro pelos seus capangas.

Alguns acadêmicos literatos, parceiros da Oligarquia Sarney, têm estado a serviço do Governo do Estado do Maranhão à política e para apoiar as diretrizes aos eventos culturais populares, no que o Estado tem contribuído ao sustentáculo político e econômico das suas intenções pessoais. Nestas condições, percebe-se que a intelectualidade e a cultura popular são praticamente entrelaçadas uma na outra, contando que esta é trabalhada pela primeira quando o Estado precisa e quando o capitalismo avança.

Mas o intelectual escritor e professor da UFMA José Reinaldo Barros RIBEIRO JUNIOR (2000, 17), sem comprometimento com o poder público do Estado, critica seriamente a manipulação da cultura pelos sistemas político e capitalista descaracterizando-a da sua verdadeira identidade. Na sua percepção crítica,

“põe-se a cultura em debate no contexto de uma economia globalizada, defende-se a tese de que transformações advindas de processos econômicos arrojados senão pautadas numa orientação de natureza cultural, no sentido de promover reflexões sobre a identidade de um povo, percebendo suas peculiaridades e estimulando a criação e a apreciação artística, fatalmente levarão à insustentabilidade das modificações almejadas. Uma sociedade que não se identifica através da música, das artes plásticas, do teatro, das suas originais brincadeiras, das suas lendas, da sua história a ser revelada por arquivos bem documentados e organizados, da literatura, essa arte tão marcante para nós maranhenses, perecerá em meio ao ritmo da integração econômica vivenciada. Diante do furor globalizante, frágeis estruturas econômicas, calcadas em políticas culturais vacilantes, levarão ao sucumbe de línguas, de costumes e até mesmo de povos que, para subsistirem, terão que renunciar ao seu *modus vivendi*, diante das culturas hegemônicas. Por isso mesmo, imaginar que o avanço das forças produtivas provoca naturalmente os devidos ajustes nas esferas política e cultural, como num truque de mágica, é um engodo; ou pior, uma farsa. O Brasil e o Maranhão experimentaram a fantasia”

Percebe-se essa insustentabilidade cultural como um fenômeno mundial advindo das comunicações instantâneas, da estruturação sólida e avanço selvagem do capitalismo, do liberalismo “integrante” e concorrente, e do turismo que conduz para visitar e “conhecer” o espaço ecológico, e as culturas populares. O Brasil e, especificamente, o Estado do Maranhão estão inseridos nesse processo de transformação cultural no novo contexto que se formou **aldeia global**.

Essa insustentabilidade, provocada por modificações exageradas de parte da nossa cultura popular por essas forças hegemônicas, que, da forma que vêm, nos deixa alertas e reflexivos para agirmos em defesa desta nossa força cultural, que é a alma da sociedade maranhense, do povo do Maranhão.

3. GOVERNO ROSEANA: CULTURA COMO INSTRUMENTO DO PODER

3.1 A política como fenômeno conservador na estrutura de poder

No regime democrático (também), como no Brasil atual e em específico no Estado do Maranhão, é por eleição que um povo mantém uma aristocracia no poder de tal forma que é dado como consentimento pleno desse povo. Poder para o que, nos reportando ao século XVII para ouvirmos o pensador político Thomas HOBBS (1979, 107), tanto os que votaram a favor como os que votaram contra deverão autorizar todos os atos e decisões dos seus representantes no poder público.

São essas decisões e práticas pela máquina pública ao controle dessa aristocracia que não estão em sintonia com as aspirações desse povo mas com as suas próprias, promovendo o seu bem individual e não o bem comum social como também domina os bens públicos como sua propriedade particular, confundindo o público com o privado, sugando recursos públicos e abrindo gigantesco fosso social entre ricos e populares. Essa aristocracia é, por certo, uma oligarquia. Ai está o poder, senão o maior dos poderes públicos.

“O maior dos poderes humanos é aquele que é composto pelos poderes de vários homens, unidos por consentimento numa só pessoa natural ou civil, que tem o uso de todos os seus poderes na dependência de sua vontade: é o caso do poder de um Estado. Ou na dependência da vontade de cada indivíduo: é o caso do poder de uma facção ou de várias facções coligadas. Conseqüentemente ter servidores é poder [...] Também a riqueza aliada à liberdade é poder; a reputação do poder é poder, pois com ele se consegue a adesão daqueles que necessitam proteção” (id., 53).

A política como uma fonte geradora de conservadorismo sobre as suas práticas internas e para com o comportamento da sociedade civil e o Estado como controlador dessa sociedade, foi a oportunidade para uma ascensão de poder político e riqueza individual de uma família e de grupos (baseado no clientelismo e no paternalismo) para formação de oligarquia (de poucos, não compartilhando os bens públicos com a sociedade, em geral).

O professor José Nivaldo (In: MAQUIAVEL: 2003, 161) diz que atualmente “Príncipe, na obra maquiaveliana, é o principal cidadão do Estado [...] é todo aquele que detém o poder executivo, em qualquer dos escalões, quer seja no espaço público ou na área privada. Príncipe é todo aquele que conquistou, de alguma forma, autoridade legítima sobre outros seres humanos”.

Esse mesmo professor comenta que mesmo não havendo uma hereditariedade formal nos espaços políticos de hoje, o exercício do poder por uma família ou grupo encontra menos dificuldade para mantê-lo, e manter o povo, sob o seu controle. “Basta para isso evitar transgressão dos costumes tradicionais e saber adaptar-se a circunstâncias imprevistas” (id, 162), porque para este mesmo sentido, na crítica de Aldo VANNUCCHI (1987, 71), “para o povo, o que existe e interessa mesmo é a vida, o trabalho, a família, a luta cotidiana de sobrevivência, o descanso, a festa, o prazer. Mas é dentro dessa realidade global que certos representantes das elites procuram perceber, analisar e rotular a cultura popular”. No caso aqui no Maranhão, é o estado de conservação do sistema oligárquico produzido e aperfeiçoado pela Dinastia Sarney com apoio e participação dos seus coligados, com interesse de extrair da ação cultural os seus objetivos.

Para o pensador Evaldo VIEIRA (1998, 29), “Conservadorismo é uma atitude baseada em doutrinas, que exprimem concepções de mundo, pertencentes a grupos da sociedade”, dominantes e privilegiados, que, para se manterem assim, se opõem com suas idéias, aspirações e sentimentos aos grupos de classes populares e desfavorecidos de tal forma que nada possa mudar à condição social humana. Pensador que enfatiza essa dinâmica dizendo que “a atitude conservadora dá a impressão, e só impressão, de não integrar doutrina ou sistema bem estruturado” na esfera política. (*doutrina* não se aplica só à esfera religiosa).

Essa impressão é produzida pela explicação ideológica elitista para a dinâmica política e “democrática” e ao comportamento social, de tal forma que a sociedade fica, sem poder de mobilização, submetida a esses grupos oligárquicos que detêm progressiva concentração de poder, de autoridade e, em função disso, de riqueza material, utilizando o “voto da democracia” com um instrumento “legal”.

• É o *conservadorismo moderno*, que nas palavras de Karl Manheim (In: VIEIRA: 1998, 35) é “resultante das condições históricas e sociais, sendo mais particularista”, isto é, sofre mutações intencionadas de circunstâncias no tempo, como a *oligarquia do mandonismo* que passa a ser a *oligarquia do refinado*, em sobreposição ao *conservadorismo tradicionalista* ou *natural*, que tem permanecido sem nenhuma mudança, como a existência de oligarquias como fenômenos políticos. Oligarquias que foram bem estruturadas pela política, pela economia e pelos favores, que podem ser rompidas pela impetuosidade das mentalidades críticas da nossa sociedade.

3.2 Ascensão da Oligarquia Sarney e as suas práticas

Para se entender a grande facilidade da Oligarquia Sarney ter formado uma sólida estrutura política e de poder sobre o Estado do Maranhão até o período de 1994 a 2002 do Governo Roseana Sarney, percorremos um pouco a trajetória desta Oligarquia como fundamento da sua existência e do seu domínio iniciada com José Sarney em 1966.

O jovem modernista José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (José Sarney), filho do Desembargador Sarney de Araújo Costa, prossegue a sua influência política iniciada no Colégio Liceu com o seu jornalzinho *O Liceu*. Ingressa na Faculdade de Direito aos 20 anos em 1950 e forma-se em 1953. Em 1952, casa-se com a jovem Marly Macieira, que passou a se chamar Marly Sarney, com quem um ano depois teve a filha Roseana Sarney, em 1955 o filho Fernando Sarney e em 1957, José. Em 1954, candidata-se a Deputado Federal e ganha só a suplência, mas assume o cargo em algumas ocasiões, e desperta aos seus discursos a imprensa nacional (ibid., 1-2).

É no primeiro ano da década de 1950 que recebe, a pedido do seu pai, apoio do chefe oligárquico do Maranhão Senador Vitorino Freire para trabalhar como Assessor do Governador Eugênio Barros e, conforme escreveu no seu livro de memória, Vitorino vê a eleição de Sarney pelo PSD Vitorinista para suplência de Deputado Federal como “*Salto de Canguru*” (COSTA: 2004, 285). Ainda jovem com apenas 20 anos, ele apoiou Eugênio Barros para governador. Depois Matos Carvalho. Em 1960, dirigente estadual da UDN, deu sustentação à candidatura de Newton Belo do PSD (Jornal Pequeno, p.3, 27/11/05). Sarney já vem de uma linhagem de políticos, cujos parentes antepassados atuaram na Assembléia legislativa do Maranhão.

Adotando primeiramente o cognome **Zé do Sarney**¹⁰, sob influência do seu amigo português poeta e jornalista de nome literário Bandeira Tribuzi (José Tribuzi Pinheiro Gomes), o jovem literato e advogado com habilidade política dá o segundo *salto de canguru*, em combate ao seu criador político a *raposa* Vitorino Freire, elegendo-se para Deputado Federal em 1958 pelas oposições coligadas (PSP, UDN, PR e PDC) e reeleito em 1962 como udenistas. Neste ano, José Sarney rompe com o Governador Newton Bello e,

¹⁰ “Conta-se que um norte americano chamado Ney andou pelo nordeste na virada do século. Era respeitosamente chamado de “Sir Ney”, que na pronúncia assemelha-se a Sarney. Foi uma homenagem dos avós do hoje senador ianque” (LÍRIO: 2005, 33).

conseqüentemente, com o Vitorinismo, fenômeno político que o escritor Nascimento Morais Filho percebe bem e nos revela que “Ele foi uma flor de estufa, plantada e cultivada no Palácio dos Leões: apenas a criatura (José Sarney) engoliu o criador (Vitorino Freire)” (id.).

Apoiado pelo Regime Militar, como candidato único das oposições, quebra a resistência do PSP ao seu nome e influencia a Justiça Eleitoral fazer o recadastramento dos eleitores maranhenses (dentro os quais a metade dos 400 mil era fantasma), evitando, assim, a fraude eleitoral que até então era promovida pelo Vitorinismo. Com isso e diante da ânsia do povo por mudanças, o Deputado Federal José Sarney, nas suas campanhas de 1965 para assumir o governo do Maranhão lança discursos inflamados e influentes contra a pobreza, o analfabetismo e a oligarquia conservadora política do Vitorinismo (revestido de mandonismo e coronelismo) e promete elevar este Estado ao progresso e ao bem-estar social. José Sarney é eleito Governador do Estado Maranhão para 1966-1970 (COSTA: 2004, 290).

No seu programa de eleição para Governador em 1965, José Sarney (natural do Maranhão), além de denunciar a miséria, a corrupção e a violência, promete, no seu Governo **Maranhão Novo**, enterrar a oligarquia vitorinista e gerar oportunidades e desenvolvimento com democracia (em pleno regime de ditadura do Governo Federal do General Humberto Castelo Branco). Sarney ganha com grande margem de votos, conforme demonstra quadro abaixo:

QUADRO 1

Eleições para Governador do Estado do Maranhão – 1965

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	VOTOS
José Sarney	PSP / UDN / PR	120.810
Costa Rodrigues	PDC / PL	67.971
Renato Archer	PTB / PSD	35.840

FONTE: Diário Oficial, 20 de outubro de 1965 (In: FILHO: 2001, 52)

Dos 224.621 votos válidos aos três candidatos, Sarney absorveu 53,75% e o seu adversário mais próximo em votos, Costa Rodrigues, obteve 30,25%. Esta grande quantidade de votos deu ênfase e legitimidade significativa ao novo Governador do Estado do Maranhão.

É no seu discurso de posse em público e também através de jornais, rádios e televisão, tendo simultaneamente à sua fala um documentário (com imagens de casebres e pessoas maltrapilhas e desnutridas), produzido pelo cineasta Glauber Rocha (que veio do Rio de Janeiro para atendê-lo), que José Sarney mostra as precárias situações sociais e emociona o povo com promessas de mudar a condição de vida dos maranhenses.

O Novo Governador tem uma carreira política populista apoiada (por clientelismo) pelo e dentro do regime militar do Presidente do Brasil Humberto Castelo Branco (1964-67), que não tolerava os coronéis tradicionais, portanto não aceitava Vitorino Freire. Daí a importância de José Sarney, com o apoio da sua condição de literato e formado em direito, contrariar o velho oligarca Vitorino Freire (natural de Pernambuco) e se projetar através da política¹¹. Ele se torna o Governador Eleito.

A partir do seu comando no Governo do Estado do Maranhão, Sarney demonstra ter provocado uma “ruptura” política com o *Vitorinismo*, dando continuidade ao sistema oligárquico, porém refinado e *civilizado* como *coronelismo*¹² *urbano* (com clientelismo e favoritismo) e com novos personagens e uma nova imagem: **Sarneísmo**; com uma nova marca registrada de poder público que tem prevalecido por 40 anos: **Oligarquia Sarney**.

¹¹ “O general golpista vetou o nome de Renato Archer, o candidato preferido de Vitorino Freire. Sem alternativa, os governistas maranhenses foram obrigados a optar por um político obscuro, o médico Costa Rodrigues. Archer, apesar de preterido, lançou candidatura independente, mas a iniciativa só serviu para rachar a base de Freire. Além disso, coronéis a mando de Castelo Branco, visitaram municípios do interior e sugeriram aos caciques locais, em nome da “revolução”, apoio ao udenista” (LÍRIO: 2005, 34).

¹² **CORONELISMO**: “Eram chamados *coronéis* ou *caciques* os chefes políticos do interior, homens preocupados com interesses mesquinhos e locais, e, principalmente, em conservar o *status quo* político e social, combatendo qualquer inovação. Seu prestígio decorria, fundamentalmente, da estrutura agrária do País. Eram grandes fazendeiros, exercendo forte influência econômica sobre os habitantes da região, em grande parte deles dependentes economicamente. Com os votos que podiam dar aos chefes políticos estaduais ou nacionais, obtinham acesso aos empregos públicos e, distribuindo-os, exerciam sua influência mesmo sobre a classe média das pequenas cidades. Era um círculo vicioso: os *coronéis* sustentavam o governo e o governo sustentava os coronéis.

O coronelismo imperava, praticamente de maneira absoluta, durante a chamada “República Velha”, quando o peso do eleitorado rural era esmagado, em comparação com o urbano. À medida que a industrialização de certas áreas do País promoveu uma considerável concentração de eleitores nas grandes cidades, o coronelismo foi perdendo suas forças e tende a perdê-las cada vez mais, embora ainda se faça sentir de maneira bem forte.

A denominação de *coronel* dada aos chefes políticos do interior vem do fato de que, sendo eles, em sua imensa maioria, homens que não tinham diploma de escolas superiores, e não podiam, portanto, ser chamados de “doutores”, procuravam um outro título para satisfazer sua vaidade e marcar sua superioridade sobre a massa dos eleitores. No princípio da República, o governo costumava distribuir patentes da Guarda Nacional aos cidadãos de certo prestígio, sendo a de coronel a mais importante delas. Mesmo depois de extinta aquela milícia, a expressão continuou a ser usada, mas ainda não desapareceu o coronelismo como fenômeno social e político”. (JARDIM JUNIOR: 1979, 50/51).

Com o “**Maranhão Novo**” seu comando torna-se mais forte e a sua oligarquia começa a se estender como uma teia por todo o Estado do Maranhão durante 40 anos (até o presente momento), causando o dito popular maranhense “*em cada prédio público um Sarney*”. Discursos de Maranhão de progresso e de benefícios sociais que não tiveram propósitos reais senão só folclore. Munido disto, Sarney segue com elegância e persuasão, e bem alinhado com o regime militar, a sua trajetória política de *novo oligarca*, comprando o *Jornal do Dia*¹³ (pelo qual transmite suas *idéias*) e tendo-o como o seu forte instrumento de mídia, que mais tarde, em 1973, junto com o seu amigo poeta Bandeira Tribuzi, o batizou de *O Estado do Maranhão*, hoje de domínio da sua família e atuando por todo o território maranhense.

O Governador do Maranhão José Sarney da década de 1960 muito faz ao contrário do que promete: aprofunda a miséria, principalmente nos interiores do Estado, quando astutamente deixa para o seu sucessor, a polêmica *Lei de Terras*, que beneficiou investidores das regiões Sul e Sudeste do Brasil e promoveu, assim, a violência no campo e um intenso êxodo rural de pequenos agricultores para São Luís e estados da região Norte, como Pará, Roraima e Amapá.

“A Lei de Terras abriu uma brecha ao permitir que cada acionista de uma sociedade anônima recebesse em seu nome até o limite de 3 mil hectares. Grandes conglomerados econômicos como a Mesbla e o Grupo Leão, do Paraná, conseguiram se apossar, por esse esquema, de mais de 100 mil hectares. A defesa do projeto baseou-se no discurso da modernização. Essas grandes empresas, diziam os defensores da Lei, tornariam a agricultura maranhense eficiente e multiplicariam os empregos no campo.

O efeito foi o oposto. Nenhum grande agronegócio se estabeleceu no lugar. Floresceu a exploração predatória de madeira e uma criação de gado arcaica. O Maranhão perdeu o posto de segundo maior produtor de arroz do país, então cultivado em pequenas e médias propriedades” (LÍRIO: 2005, 35).

O então Governador José Sarney assinou três leis de terras votadas e aprovadas pela Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão em 1969. A primeira “Lei nº 2.979, de 17 de julho de 1969, Dispõe sobre terras do domínio do Estado e dá outras providências” (com 54 artigos), a segunda “Lei nº 3.015, de 01 de dezembro de 1969, Autoriza o Poder Executivo a doar a imigrantes japoneses radicados no Maranhão lotes de terras situados em Rosário e Muruary – Pedrinhas” (com 02 artigos) e a terceira não é propriamente uma Lei, mas o “Decreto nº 4.028, de 28 de dezembro de 1969, Aprova o Regulamento de Terras Públicas Estaduais” – com 02 artigos, e contendo *Regulamento de Terras Públicas Estaduais* com 101 artigos. (SHIRAIISHI: 1998, 3061-407).

¹³ José Sarney recebe a benção do Poder Federal, enquanto a ditadura promove a perseguição política, prende inúmeras pessoas como *subversivas* e fecha o *Jornal do Povo* e a *Tribuna do Povo* (COSTA: 2004, 289).

Quanto à Lei em questão, que tem causado pesadas críticas por parte da opinião pública e descontentamento de pequenos agricultores maranhenses natos que perderam as terras que lhes pertenciam de fato, que até hoje é uma marca fixa da decisão e ato do Governo Sarney com a assinatura do seu imediatamente sucessor Antonio Jorge Dino (1970), é a “Lei nº 3.082, de 13 de outubro de 1970, Destinação de terras públicas do Estado para fins de exploração agropecuária florestal, agroindustrial ou extrativas através de sociedade anônima” (contendo 08 artigos), assinada à interferência de José Sarney¹⁴.

Esta *Lei de Terras* no Maranhão, oferecida a quem (sulistas) se interessasse fazer grandes projetos agrícolas arrancando de suas raízes e afastando para fora os pequenos agricultores daqui, se percebe o quanto este Estado estava à disposição de quem quisesse nele entrar e se fixar. Isto vemos claramente pelo sentido político e econômico aos interesses do governo local, em 1970, sob o poder de José Sarney. No seu livro “**Norte das Águas**”, SARNEY (2001, 11), coloca a sua voz em “Conversa de Canoeiro”, através dos seus personagens *homens do Rio Pericumã*: “**Êta Maranhão grande aberto sem porteira...**”

No campo da educação, o Governo Sarney implantou o projeto de João de Barro no sentido de combater o analfabetismo, que alcançou uma irrisória diminuição de 6,37% (não significativa), para uma população maranhense de 65,40% de analfabetos. No final do seu governo (1970) ainda já estava no patamar de 65,40% o número de analfabetos. A população pobre aumenta. As escolas João de Barro funcionaram em precários casebres de taipa nos interiores do Estado, enquanto na capital São Luís e algumas cidades vizinhas o governo implantou a TV Educativa para o 2º Grau através do Centro Educacional do Maranhão – CEMA (programa que não prevaleceu à totalidade das escolas e do tempo). Também implantou as escolas de nível superior de Administração, Agronomia e Engenharia Civil, em São Luís, e Educação, em Caxias. No meio do objetivo educacional, Sarney edita obras de autores maranhenses e constitui-se, em solenidade no Palácio dos Leões, pela Lei Federal nº 5.152, em 21 de outubro de 1966, a incorporação das antigas faculdades federais de Direito e Farmácia e Odontologia. (MEIRELES, 2001, 385).

¹⁴ José Sarney descompatibiliza-se do cargo de Governador em 1970, para concorrer ao Senado Federal, e deixa explícito a Lei de Terras, preparada para o seu sucessor Antonio Jorge Dino executar. Por esta Lei governos posteriores do Maranhão legalizaram a distribuição de terras aos ricos fundiários vindos do Sul e Sudeste do Brasil.

Isto em relação aos governos anteriores foi avanço, mas pequeno, juntamente com a construção de casas populares do *Maranhão Novo*, da *Ponte José Sarney* (apelidada de São Francisco), da *Barragem do Bacanga* em São Luís, abertas e asfaltadas (como novidade) algumas estradas por este Estado. Pode-se dizer que, em consonância com o regime militar, o Governo **Maranhão Novo** de Sarney teve, por força das circunstâncias do sistema federal, um pequeno “progresso”.

Esse pai da atual oligarquia tem acumulado inúmeros cargos de primeiro escalão no âmbito estadual e federal, desenvolvendo, com astúcia à imitação camaleônica, o seu poder público às custas do sofrimento de grande parte dos cidadãos e cidadãs maranhenses, mesmo tendo feito alguns bons programas sociais e políticos. Mas o seu governo de *progresso e modernidade* não passou de euforia ao povo. E Sarney desenvolve a sua trajetória política carismática no espaço de 40 anos, dando vários saltos de canguru.

José Sarney, eleito Senador e já com a sua oligarquia formada, passou a influenciar outros governos maranhenses a partir de Pedro Neiva de Santana, multiplicando correligionários a seu favor, não sem alguns dos seus abençoados políticos lhe provocarem com opiniões e ações contrárias, como os ex-governadores do Maranhão João Castelo e Epitácio Cafeteira e o atual José Reinaldo Tavares (2002-2006).

✧ Por esse tempo, José Sarney tem trocado várias vezes de partido (PSD, UDN, ARENA, PDS, PFL, PMDB) na forma camaleônica e tendendo ao lado político que lhe favorecesse, além de ser Deputado Federal por duas vezes (1958 e 1962) e Governador (1966-70) do Maranhão, acumulado o mandato de Senador quatro vezes (duas pelo Maranhão – 1971-78 e 1979-85 – e duas pelo Amapá – 1991-98 e 1999-2006), assumido o cargo de Presidente da República do Brasil (1985-1989)¹⁵, Presidente do Senado Federal, membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Maranhense de Letras, continua no comando da Oligarquia, na qual está incluída a sua filha e cria política Roseana Sarney. E completando com o dito popular: “*Tal pai, tal filha*”.

¹⁵ Percebe-se que Sarney assume o Governo do Estado do Maranhão em 1966, ao início da ditadura militar brasileira e ao gosto do Presidente militar Castelo Branco; assume a Presidência da República do Brasil em 1985, ao fim desta ditadura sob as críticas do General Presidente João Batista Figueiredo, seu antecessor, que se recusou passar-lhe a faixa presidencial por ver ilegalidade em sua posse no lugar de Tancredo Neves.

Como membro das duas academias e como Governador, José Sarney não tem propriamente contribuído com a educação pública, em geral e significativa, dos cidadãos e cidadãs maranhenses. Como acadêmico, não passou de seus interesses pessoais e culto à sua personalidade de grande político e *imortal das letras*.

As poucas transformações, por força das circunstâncias, que o político José Sarney causou no Maranhão foram de efeito estrutural e não conjuntural. Este Estado continua no sistema agrário, enquanto o progresso, de fato, pela educação (significativa), ciência e tecnologia ficou emperrado.

Como Presidente da República (1995-1999), Sarney ocupa o Palácio do Planalto por cinco anos, como o primeiro Presidente civil após o domínio de 21 anos da Ditadura Militar, à qual serviu como Governador. Mas diante dos movimentos sociais por democracia e Diretas Já e pela derrocada do regime repressor, Sarney se desmembra do partido ARENA (do Governo Militar) para ingressar, como candidato a Vice-Presidente, pelo partido *Frente Liberal* do candidato a Presidente da República do Brasil Tancredo Neves, eleito pelo Colégio Eleitoral em 1985. Às véspera da posse, Tancredo Adoece e falece, enquanto José Sarney legalmente recebe a faixa presidencial para 4 anos, o que, com negociações políticas, é estendido para 5 anos.

E foi nesse período de Sarney no Governo Federal, de transição do Regime Militar para o Regime Democrático, que foi formada a Assembléia Constituinte para a produção da Constituição de 1988, que, segundo a mídia, o povo teve participação enviando sugestões a pedido de Brasília. Mas o governo federal de Sarney foi tratado com um péssimo governo com, dentre outras situações, a crise tributária e a inflação foram alarmantes, dando grandes margens de lucros a especuladores e penalizando as famílias trabalhadoras.

Com a matéria “O povo não esquece José Sarney” o jornal O Estado do Maranhão noticia que “O Senador José Sarney é considerado o melhor presidente com preferência popular, entre os cinco ocupantes mais recente do Palácio do Planalto por uma pesquisa feita pelo Datafolha e publicado pelo jornal Folha de São Paulo” (O Estado do Maranhão, p. 2, 03/01/95).

Esse assunto é contrariado no *Editorial JB*, com o tema “*Memorial da amnésia!*”, do JORNAL DO BRASIL (In: Jornal Pequeno, P. 3, 27/11/05), que

“quando Sarney passou a faixa o Brasil vivia uma hiperinflação de mais de 80 por cento ao mês.

[...]

A Nação que pediu contas e soube destituir legalmente o presidente eleito por 35 milhões de votos não pode recuar na hora de pedir contas a um ex-presidente que nem eleito pelo povo foi. [...] É difícil confiar em um homem que, depois de passar cinco anos no Planalto, ao invés de se candidatar por um estado importante, elege-se senador pelo Amapá e depois aparece com uma pesquisa que o aponta como político mais popular da História do Brasil, logo atrás de Getúlio Vargas e na Frente de Juscelino Kubitschek”.

O *Memorial da amnésia* demonstra Sarney ter sido um péssimo Presidente da República, que por falta de popularidade, em função da sua presidência malsucedida não arriscou se candidatar a senador pelo seu Estado do Maranhão, tentando, portanto, pelo Amapá, pelo que aconteceu ser eleito e reeleito e que ele deve, por improbidade administrativa, que prestar contas com a Nação, assim como o então Presidente Fernando Collor de Melo prestou.

Na matéria “**Zé Reinaldo diz que herdou índices vergonhosos do governo Roseana**”, no Jornal Pequeno (p. 1, 25/07/04), este Governador, que se identificou publicamente braço direito de José Sarney até ano 2002, *desabafa* dizendo que

“O Maranhão, sua extrema pobreza e seus indicadores sociais vergonhosos não têm apenas dois anos de idade. Seria impossível corrigir em apenas dois anos o resultado de um período que potencializou a miséria, vendeu todo o patrimônio do estado, extinguiu a agricultura familiar, arrasou a saúde e a educação e fez rodovias que se acabam em dois anos”.

Um ano depois, quando os atritos políticos entre os Sarney e o atual governo do Estado estão mais acentuados junto com a euforia dos “Frente de Libertação do Maranhão”, em outra edição do Jornal Pequeno (p. 3, 29/11/05),

“O Governador José Reinaldo se dizia impressionado com a “decadência política e pessoal” do senador José Sarney, que, “à falta de argumentos para explicar a pobreza do Maranhão, de sua responsabilidade, parte para o insulto e a agressão pessoal, mostrando, no final da carreira política, sua verdadeira face de ódio ao povo do Maranhão””.

Para o Governador José Reinaldo, em entrevista ao Jornal Pequeno (p. 3, 10/11/05), “Nenhum desastre natural, nenhuma força da natureza, a não ser a

irresponsabilidade dos homens justifica o título que se atribui ao Maranhão de campeão nacional da miséria. Os piores índices do País em todas as áreas sociais e econômicas se concentram no Estado...”.

Mas José Sarney não fica só ouvindo. Dentre outras suas expressões, ele tenta cobrir o Sol com a peneira se queixando e tentando se justificar, criticando o Governo José Reinaldo (2002-2006) através da sua “**Coluna do Sarney**”, no Jornal O Estado do Maranhão (p. 1, 04/12/05):

“Fiquei de boca aberta, estupefato, quando vi esta semana, ao chegar a São Luís, um outdoor com os dizeres: “*Maranhão, o Estado mais pobre do Brasil*”. Pensei que era obra de inimigos, concorrentes, que queriam afastar investidores...

Mais revoltado fiquei quando soube que era o próprio governo estadual, com o dinheiro do povo, que estava pagando essa propaganda infame contra o Maranhão.

[...] E inventando uma grande mentira: O MARANHÃO NÃO É O ESTADO MAIS POBRE DO BRASIL. É O 17º MAIS RICO. TEM DEZ ESTADOS DEPOIS DE NÓS, entre eles, Piauí, Rondônia, Paraíba e Rio Grande do Norte.

[...]

Com esta sabotagem, incompetência, já perdemos a refinaria e a siderúrgica e agora vamos perder o turismo. [...]

O IBGE 2000 reúne índices estatísticos que mostram a situação de diversos setores. Todos os estados têm índices bons e maus. Por exemplo, o Rio de Janeiro é o 1º em violência. São Paulo o 1º em concentração de renda. O Maranhão é o 2º menos violento e o primeiro na luta para extinguir o analfabetismo. É o 5º maior produtor de grãos do Brasil!

[...]

Quando fui governador em 66, a expectativa de vida no Maranhão era de 29 anos. Era quase uma população de sobreviventes. Hoje, é de 67! Vive-se mais por quê? Porque melhoraram a saúde, a educação, a habitação, a qualidade e condições de vida. É o estado de melhor distribuição de renda do Nordeste. Temos menos ricos”.

Segundo a equipe de jornalistas chefiada por OLTRAMARI (In: VEJA: 2001, 40-42) a família Sarney (de sangue) é detentora de grande fortuna, avaliando-se oficialmente um patrimônio de 125 milhões de reais, e dos principais meios de comunicação do Maranhão como jornal O Estado do Maranhão, rádio Mirante e TV Mirante (filiada à rede Globo de televisão), além de outros instrumentos de mídia (mais 13 emissoras de rádio e 3 de televisão), nos municípios maranhenses, pelos quais consegue transmitir a sua propaganda política e cultural todos os dias para influenciar o público e dominá-lo à sua maneira, com reportagens *positivas* sobre o Governo ao comando dos Sarney. “O Governo, maior anunciante do Estado, destina 64% da verba publicitária televisiva às empresas da família” (id., 41). Os Sarney detém o poder da mídia no Maranhão, que os fortalece ao controle social. É provável que o seu patrimônio seja muito além do que é declarado oficialmente.

A Oligarquia Sarney é formada pelos membros do mesmo sangue (José Sarney, o pai, Roseana Sarney e Sarney Filho, filhos, etc) e pelos seus correligionários prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, governadores e senadores maranhenses. Dentre estes da oligarquia, por exemplo, temos como detentores de meios de comunicação no Maranhão, conforme lista demonstrada pelo Jornal Pequeno (p. 3, 30/11/05),

Roseana Sarney (PFL – MA), em seu próprio nome: *TV Mirante e Rádio Mirante FM* (São Luís), em sociedade com os seus irmãos Fernando José Macieira Sarney e Sarney Filho; *Rádio Interior AM* (Caxias e Pinheiro). Em nome de terceiros: *TV Mirante do Maranhão*, *Rádio Mirante do Maranhão AM* e *Rádio Mirante do Maranhão FM* (Imperatriz) e *Rádio Difusora de Timon FM* (Timon), em nome de Fernando José M. Sarney; *TV Itapecurú* (Codó), em nome de Teresa Cristina Murad Sarney (cunhada).

José Sarney (PMDB – AP): *Rádio Mirante FM* (São Luís), em nome de Roseana, Fernando José e Sarney Filho; *Rádio Interior AM* (Caxias), em nome de Roseana Sarney; *Rádio Mirante do Maranhão AM* (Imperatriz), em nome de Fernando José M. Sarney; *Rádio Interior AM* (Pinheiro), em nome de Roseana; *Rádio Mirante do Maranhão FM* (Imperatriz), em nome de Fernando José M. Sarney.

Edson Lobão (Senador – PFL – MA), em seu próprio nome: *Rádio Guajajara de Barra do Corda* (Barra do Corda); *Rádio Imperatriz Sociedade AM* (Imperatriz). Em nome de terceiros: *Rádio e TV Difusora do Maranhão AM*, *Rádio e TV Difusora do Maranhão FM*, *Rádio e TV Difusora do Maranhão OT* e *Rádio e TV Difusora do Maranhão TV* (São Luís), em nome de seus filhos Edson Lobão Filho, Marcio Lobão e Luciano Lobão.

João Alberto Souza (Senador – PMDB – MA): *Rádio Jainara AM* (Bacabal), em nome de José Brito de Souza.

É uma realidade que, no geral em todo o Brasil, grande parte dos meios de comunicação como jornais, rádio e televisão pertencem a políticos. Especificamente no caso do Estado do Maranhão, esses instrumentos de mídia têm como detentores em maior número os membros da Oligarquia Sarney, como bem relaciona o Jornal Pequeno os mais influentes e atuantes em meio ao público maranhense.

Para se perceber a dimensão do que é o domínio dos Sarney, especificamente da Família Sarney, dentre outras situações, têm-se inúmeros edifícios públicos batizados com os seus nomes pessoais, não respeitando a própria CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL (1995, 31) em seu “Art. 37, § 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagem que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”. Tem-se também, em grande escala, o **nepotismo**¹⁶ e a sua semelhança denominada de **plutocracia**¹⁷, sinônimos de **corrupção**, que têm atuado livremente por estes 40 anos sob a hegemonia dos Sarney. Mesmo esses atos terem vindo séculos antes da Oligarquia Sarney, como um continuísmo pelo vício administrativo público por todo o Brasil, ninguém tem dado conta em combatê-los e desbaratá-los, até para este momento (ano 2005) do início do século XXI.

Por isso mesmo, diante dos eleitores maranhenses, essas superestruturas da corrupção em poder dos políticos e magistrados de primeiro escalão têm sido uma fonte muito fácil de recursos às suas famílias, parentes e amigos (muitas vezes sem dar retorno de prestação de serviços, isto é, sem produção ao setor público). O próprio Senador José Sarney (In: LÍRIO: 2005, 39), na tentativa de convencer a opinião pública, declara: “Os Sarney chegaram ao Maranhão há praticamente três séculos. Somos uma família grande. Não quer dizer que por ter parentes em postos importantes eu exerça um poder oligárquico.”

¹⁶ **NEPOTISMO**: “É a política pela qual uma autoridade pública nomeia um ou mais parentes próximos para o serviço público ou lhes confere outros favores, a fim de promover o prestígio da família, aumentar a renda da família ou ajudar a montar uma máquina política, em lugar de cuidar da promoção do bem-estar público. O aspecto familiar distingue o nepotismo dos termos mais amplos, porém intimamente relacionados, pistolão e empreguismo. [...] O nepotismo não é um fenômeno do governo restrito a um período específico da história. Nas democracias modernas essa prática frequentemente está associada ao empreguismo. [...] É aplicado com menos acerto ao alto funcionário responsável que nomeia sua esposa, um filho ou qualquer outro parente próximo para servir como seu assistente ou assessor pessoal e confidencial”. (SILVA: 1986, 815).

Para a enciclopédia DELTA LAROUSSE (1972, 4770), NEPOTISMO é “Todo abuso de poder em favor de parentes ou de amigos; política que consiste em distribuir títulos e funções de preferência a membros da própria família ou a amigos pessoais”. A prática do nepotismo no Maranhão é histórica, com a formação do Estado Nacional Brasileiro. Mas é desde 1966 até o final do Governo Roseana Sarney em 2002 (não querendo desconsiderar desta prática o atual governo José Reinaldo), em respeito à Oligarquia Sarney, que percebemos bem claro e bem acentuado (pela quantidade e frequência nos órgãos públicos) para nomeação de parentes e amigos a cargos públicos. Funcionários públicos de primeiro escalão, como políticos, secretários de Estado e magistrados, têm facilidade, nos órgãos públicos onde exercem suas atividades, para atuação administrativa, e com significativos salários, de seus parentes e amigos indicados sem concurso.

¹⁷ **PLUTOCRACIA**: “É o regime político em que o governo é exercido em benefício apenas da classe rica, e em que impera, em sua plenitude, o poder do dinheiro. Tem, na prática, o mesmo sentido que oligarquia, pois é um regime em que o poder não somente está nas mãos de um grupo reduzido, como tem finalidade unicamente a defesa dos interesses dos ricos.

Nos tempos modernos, ninguém pensaria em defender a plutocracia como regime ideal... E isso só já constitui uma prova da impossibilidade de se manter um regime puramente plutocrático. Os ricos constituem sempre uma minoria e somente com o emprego da força bruta conseguiriam impedir a participação, mais ou menos direta, das camadas menos favorecidas da população na vida pública”. (JARDIM JUNIOR: 1979, 118/119).

Também são incontáveis *olhos, ouvidos, (grandes) bocas e tentáculos* desta oligarquia existentes por todo o território maranhense, no que revistas e jornais brasileiros mostram a realidade política, social e educacional do Maranhão. Dentre os críticos está o articulista do Jornal *Folha de São Paulo* Marco Antonio VILLA (In: Jornal Pequeno, p. 1, 05/10/05), que cita a “**crise política e o coronelismo**”, pelas *oligarquias* (nacionais), que petrificam as estruturas do Estado, imobilizam governos, fraudam a vontade dos eleitores e continuam comandando à sua vontade por décadas, no que a Oligarquia do Estado do Maranhão é destaque nacional:

“O historiador francês Lucien Febvre escreveu o clássico “O Problema da Descrença no Século 16: a religião de Rabelais”. Analisou cuidadosamente o domínio ideológico da Igreja católica na Europa Ocidental: “O nascimento, a morte. Entre esses dois limites, tudo o que o homem realiza, vivendo normalmente, fica com a marca da religião”. Se Febvre vivesse no Maranhão, substituiria a religião pela família Sarney.

O Maranhense, desde o nascimento, toma conhecimento da existência deles. [...].

Ele pode visitar, no interior do estado, o município de Presidente Sarney, de pouco mais de 13 mil habitantes, segundo o IBGE. A cidade é um bom e triste exemplo do domínio oligárquico: 5% dos domicílios têm esgoto sanitário e 0,6%, água encanada; 38% dos habitantes acima de 15 anos são analfabetos (no Brasil, são 13%). O rendimento médio da população é de R\$ 159. No ranking do IDH dos municípios brasileiros, a cidade está em 5.268º lugar.

Nestes 40 anos, o Maranhão, que já era um Estado pobre em 1965, transformou-se na vanguarda do atraso. Dos Estados brasileiros, é o que tem os piores indicadores sociais. Vivem abaixo da linha de pobreza dois terços da população. Todavia, se os recursos são escassos para a educação, saúde ou saneamento básico, são fartos quando pagam obras não realizadas, como a estrada ligando os municípios de Arame a Paulo Ramos. Os 113 quilômetros nunca saíram do papel, mas o pagamento foi efetuado. As “construtoras” receberam 33 milhões, apesar dos insistentes protestos da oposição local. [...].

Romper o coronelismo por dentro, ou seja, na própria província, é tarefa quase impossível. Os coronéis controlam o Estado e seus braços repressivos. As apurações das eleições são, no mínimo, duvidosas. Apelar para o Poder Judiciário? Parentes dominam a justiça. Optar pelos meios de comunicação? No Maranhão, os Sarneys têm a concessão – direta ou indireta – de mais de duas dúzias de emissoras de rádio e TV, além de vários jornais.

A única saída é destruir a fonte do seu poder: as relações privilegiadas que o clã mantém com a União. É de lá que emanam os recursos e o poder que permitem segregar da cidadania milhões de brasileiros. O fim do coronelismo é uma espécie de etapa necessária da nossa revolução burguesa, pois poderemos ter um Congresso Nacional mais representativo e relações efetivamente republicanas entre o governo da União e os Estados federados”.

Pelo que já foi explanado sobre a Oligarquia Sarney, percebe-se o quanto esta estrutura política tem se solidificado bem durante 40 anos de tal forma que é necessário um forte contingente de mentalidades críticas, com apoio popular, decididas a romper esta muralha oligárquica e tirar dos Sarney os imensos recursos que têm adquirido participando na corrida pela riqueza neste tempo de capitalismo selvagem às custas dos trabalhadores e

das manifestações culturais populares maranhenses e gordos empréstimos ao exterior em nome do Maranhão. E direcionar esses recursos ao bem-estar dos cidadãos maranhenses. É necessário a luta contra o fundamento e cabeça desta oligarquia: José Sarney.

Para o jornalista, cineasta e cronista da Rede Globo de Televisão Arnaldo Jabor, discutindo na CBN/Globo (In: Jornal Pequeno, p. 3, 25/12/05),

“É espantoso o poder que esse homem tem desde o golpe militar – em que foi ativo participante. É extremamente hábil e gosta de levar vantagem em tudo, da ditadura até a democracia...”

“O grande valor de Sarney para o País é antropológico. Ele é a encarnação do político colonial dos últimos quatro séculos.

“Sarney é um homem do Século XVII...”

A ligação genética de pai para filha entre José Sarney e Roseana Sarney superestruturou a ligação política entre os dois. “**Minha filha, meu tesouro: O pai**, fascinado pela herdeira, nunca deixou de escutar seus conselhos políticos. E ela, vaidosa, sempre se acreditou uma *expert* no assunto” (DORIA: 2002, 19) e, por herança do pai, capaz de sedução ideológica e política a uma grande parcela do povo, que não teve o apoio educacional por parte do então Governador Sarney que se diz literato, homem de letras.

Começando com o apoio do Sarney pai, pelas eleições diretas de 1994 nasce o Governo de Roseana Sarney (1995-98/1999-2002), com “ideais públicos” e políticos de **Um Novo Tempo**, no que ela diz: “Assumo o Governo do estado com um grande compromisso com o povo. O de fazer um governo competente, transparente, de combate à corrupção e aos privilégios. Um governo de ação, realização, sem retórica”. Mas à prática ela muito pouco fez num Maranhão onde para o social nada mudou e à política só algumas reformas no sentido *conservadoras modernas* para fortalecer mais ainda o poder público e econômico da oligarquia Sarney num regime político que diz-se *democracia*¹⁸.

Roseana, após uma missa pela vitória, teve uma posse pomposa. Dentre os governadores brasileiros, é a primeira Governadora a tomar posse, na Assembléia Legislativa, nos primeiros 30 minutos do ano de 1995 e a primeira mulher a assumir um governo estadual no Brasil, quebrando uma tradição de 400 anos, com uma cerimônia cheia

¹⁸ **DEMOCRACIA:** “É o sistema político em que o governo deve ser exercido pelo povo em seu conjunto, e não apenas por um homem, uma família, uma classe ou um grupo restrito de indivíduos, como acontece no despotismo, na monarquia hereditária, na aristocracia e na oligarquia. Evidentemente, é impossível a participação de todo o povo no governo. A democracia é, portanto, o sistema em que o povo escolhe livremente os seus representantes para governar em seu nome”. (JARDIM JUNIOR: 1979, 59).

de simbolismo e rito de passagem do poder (O Estado do Maranhão, p. 3, 1º/01/05), mas este mesmo jornal, na página 1 diz: “a posse de Roseana Sarney no Governo do Estado foi um ato simples, mas de profundo significado político e histórico”

Muitas congratulações de associações, empresas industriais e comerciais, instituições econômicas e prefeitos de municípios maranhenses ocupando grandes espaços (no máximo 4 mensagens muito bem pagas por página) no Jornal O Estado do Maranhão (1º/01/95), de 32 páginas mais 12 de suplemento, no qual se lê, também, em páginas diferentes e em letras graúdas **“Nasce uma estrela”, “A luz ao novo século”, “Um grande Maranhão de esperanças”, “A esperança está em Roseana”, “Roseana Sarney, Governadora, fará um Maranhão diferente e inovador”, “É o progresso chegando”, “Melhoria de vida da população”**

José Sarney, escreve na sua *Coluna do Sarney* “Bons anos para Roseana”, menciona do tão apegado ao Maranhão Padre Antonio Vieira as pregações nas igrejas, inclusive na Igreja das Mercês, ao lado do Convento das mercês, e que dizia ao rei de Portugal sobre aqui no Maranhão as dificuldades do mundo e que, por isso, era difícil se dizer *Bom Dia e Bons Anos*.

Sarney, em sua coluna da página 1 do jornal O Estado do Maranhão (1º/01/95), coloca isto para frisar por causa da vitória e posse da sua filha Roseana Sarney ao Governo do Estado do Maranhão e que 1995 é um ano histórico para este Estado. Como uma virada no tempo, diz ele, encerra-se o período da “geração dos poetas”, que provocou transformações políticas e sócio-econômicas. E que

“chega uma nova geração que sabe que temos de promover o desenvolvimento social e declarar guerra à pobreza, à corrupção, à politicagem, aos baixos processos administrativos.

[...]

Roseana chega representando, também, a ascensão política da mulher, como primeira Governadora do Brasil e da América latina.

[...].

Roseana tomará posse na Assembléia legislativa, casa onde sentou o seu tataravô Luís Guilherme de Araújo e Souza, o seu tio bisavô José de Araújo e Souza, seu tio Evandro Ferreira de Araújo Costa e seu irmão José Sarney Filho. Usará a faixa que usou seu pai, também Governador e Presidente da república.

Roseana chega ao poder, representando um *novo tempo*, uma nova etapa, novas idéias, novas atitudes, novo estilo e tem presente, com humildade, que, acima de tudo e de todos, estará a vontade do povo, em nome do qual exercerá o mandato.

BONS ANOS a Roseana e ao Maranhão”

É uma euforia em escrito e discursos como que esperança, modernidade e progresso para grandes realizações sócio-econômicas e culturais para o povo, semelhantes aos lançados na posse de José Sarney pai em 1966. É a reprodução da década de 1960 para o fortalecimento da política dos Sarney na década de 1990.

Na mesma linha do Governo de 1966-70, o Governo de Roseana Sarney inflama de entusiasmo os seus eleitores pobres com promessas de mudanças e melhoramento social, assegurando alianças com outros políticos (e partidos) e autoridades dos três poderes estaduais e municipais como também colaboração com líderes religiosos, comunitários e culturais, criando, assim, uma ilusão de participação social e direitos de cidadania. Recicla o sistema (teia) de clientelismo e favoritismo de aliados e parentes.

“Filha de uma oligarquia que domina o Maranhão há quatro décadas, Roseana gosta de distanciar-se dessa biografia. Ela reconhece que seu pai, o ex-presidente José Sarney, comanda os destinos políticos do Estado desde meados da década de 60, mas faz questão de dizer que seu governo começou apenas em 1995” (LIMA: 2002, 29).

Percebe-se oficialmente o início do Governo Roseana em 1995, mas é notório que é o tentáculo mais importante da oligarquia¹⁹. O seu Governo nesta pós-modernidade

¹⁹ “**OLIGARQUIA:** [Do gr. *Oligarchia*] S.f. Governo de poucas pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família; preponderância duma facção ou dum grupo na direção dos negócios públicos”. (FERREIRA: 1984, 996).

OLIGARQUIA: “Em última análise, todos os governos são exercidos por poucas pessoas. Teoricamente, apenas numa comunidade diminuta todos os cidadãos poderiam participar dos órgãos governamentais. E, afinal de contas, não existiria, em tal caso, governo propriamente dito: seria um regime em que não haveria poder coercitivo, que é a própria essência do governo. Toda democracia é, portanto, representativa: o povo tem de escolher alguns poucos para representá-lo e exercer as funções públicas.

Se se fosse, pois, raciocinar com esse rigor, a expressão oligárquica perderia sua razão de ser. É muito usada no entanto, até hoje. E a verdadeira significação da palavra passou a ser a de domínio de uns poucos em detrimento da maioria. Aristóteles empregou a expressão para designar o governo exercido não pelos melhores, mas pelos maus. Nesse sentido, a palavra, etimologicamente se oporia à aristocracia. A realidade, porém, é que a aristocracia apenas de nome era o governo dos melhores.

O lógico será opor a oligarquia à democracia. Em ambos os casos, o governo será exercido por uma minoria, mesmo porque, principalmente nas sociedades modernas, o exercício do governo é uma função essencialmente complexa, e os governantes têm de dedicar a ela praticamente todo o seu tempo. Desse modo não é concebível que o cidadão possa acumular o exercício das funções públicas de direção da comunidade com as suas atividades particulares, sem prejuízo das primeiras.

Há regimes formalmente democráticos, que, na realidade, não passam de oligarquias. As eleições são manejadas por políticos profissionais inescrupulosos, a corrupção e as violências impedem que muitos cidadãos manifestem nas urnas, realmente, a sua vontade. Por ignorância, ou por temor, escolhem, como dirigentes da nação, indivíduos que não estão à altura do encargo, nem intelectual nem moralmente, e que representam forças contrárias aos interesses do povo.

Controlando os órgãos de divulgação, é fácil a esses grupos oligárquicos orientarem a opinião pública de acordo com a sua própria vontade e em seu próprio proveito.

Por outro lado, quando o sistema democrático é corrompido, ou quando existe, abertamente, um regime de força imposto pela minoria à maioria, esta última, para modificar a situação, tem, geralmente, de recorrer à violência, opondo força à força”. (JARDIM JUNIOR: 1979, 105/106)

não diferencia tanto do governo de seu pai na década de 1960. Como soberana do Estado do Maranhão no período de 1995 a 2002, Roseana sabe muito bem como deve funcionar o comando de poder público diante da legalidade que lhe foi dada pelos cidadãos maranhenses através do voto “democrático”, tendo como instrumentos de persuasão a mídia e os movimentos culturais. Foi dessa forma que a atual oligarquia maranhense tem conseguido as suas façanhas políticas. É

“o caso do cidadão que se torna soberano [...] pelo favor dos seus concidadãos: é o que poderia chamar de governo civil. Para atingir tal posição, o cidadão não dependerá inteiramente do valor ou da sorte, mas da astúcia afortunada. Chega-se a ela com o apoio da opinião popular ou da aristocracia” (MAQUIAVEL: 2003, 70).

Pensamento que transcende as fronteiras de espaço e tempo sobre os governantes do Século XVI do pensador político Nicolau Maquiavel, com o qual podemos fortalecer o nosso entendimento a respeito dos governantes da nossa época, em específico os Sarney, que devem ter sido instruídos pelo *O Príncipe*, do pensador florentino/italiano, que circula em universidades brasileira como teoria política aos curso de áreas humanas.

Formada em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília, Roseana Sarney chegou ao Governo do Estado do Maranhão em 1995 com o apoio da aristocracia, das classes populares e da sua mídia, obtendo acima de 50% dos votos válidos, isto é, segundo o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão – TRE/MA, 753.901 eleitores, votaram na futura Governadora (PFL), contra os 753.841 votos ao candidato derrotado ex-Governador Eptácio Cafeteira, em segundo turno, nas eleições diretas de 1994.

QUADRO 2

Eleições para Governador do Estado do Maranhão – 1994 Segundo turno

CANDIDATOS	COLIGAÇÃO	VOTOS
Roseana Sarney Murad (Eleita)	PMDB/PSC/PFL/PP	753.901
Eptácio Cafeteira Afonso Pereira	PRP/PSB/PSDB	753.841

Fonte: TRE

A nova governante, para alegria (euforia) e acomodação do povo, dá-lhe festas culturais e intensa propaganda pela mídia anunciando os seus projetos e triunfos engrandecidos pelo seu gênio ambicioso. E aos aristocráticos oligárquicos maranhenses, que querem participação contínua no poder, permite-lhes poder de influência, privilégios e recursos públicos (em abundância).

Bem sucedida na primeira governança, Roseana Sarney aumenta a sua popularidade em meio ao povo sob a percepção e desconfiança de mentalidades críticas, e visa repetir o seu mandato com apoio além da aristocracia, de populares e da mídia, também dos cofres públicos do Estado e da cultura popular, diante da qual a Governadora é tratada como **mecenas**. Está preparado para ela um significativo reduto eleitoral para a sua reeleição, em 1998, lhe agraciando com 66,01% dos eleitores que lhe creditaram 1.005.664 votos esmagadores sobre os 33,99% ou 518,069 na soma dos votos coligados dos seus adversários Epitácio Cafeteira (26,36% ou 401.578 votos), Domingos Dutra (6,40% ou 97,536 votos), Marcos Igreja (0,69% ou 10.569 votos) e Marcos Silva (0,54% ou 8.296 votos).

QUADRO 3

Eleições para Governador do Estado do Maranhão – 1998 Primeiro turno

CANDIDATOS	VOTOS
Roseana Sarney Murad (Eleita)	1.005.755
Epitácio Cafeteira Afonso Pereira	401.578
Domingos Francisco Dutra Filho	97.536
Marcos Antonio de Paiva Igreja	10.569
Marcos Antonio da S. Nascimento	8.296

Fonte: TRE

Mais fortalecida pelo seu governo dinâmico (1995-2002), Roseana Sarney, nas mesmas condições de apoio às eleições de 1998 para Governadora, adquire uma cadeira no Senado Federal pelas eleições de 2002, com 1.314.524 votos e elege o seu Vice-Governador José Reinaldo a Governador com 1.191.533 votos (53%), logo no primeiro turno²⁰.

QUADRO 4

Eleições para o Senado Federal – 2002

CANDIDATOS	VOTOS
Roseana Sarney Murad (Eleita)	1.314.524
Edson Lobão (Eleito)	1.106.151

Fonte: TRE

²⁰ José Reinaldo Tavares legalmente fica na frente com 48% ou 1.076.893 votos no primeiro turno das eleições de 2002 para Governador. São absorvidos para ele os 5% ou 114.640 votos do candidato quarto colocado Ricardo Murad, dando a José Reinaldo um total de 53% ou 1.191.533 votos, evitando, assim, a disputa em segundo turno com o segundo colocado Jackson Lago, que obteve 896.930 créditos do eleitorado maranhense.

Com todo esse apoio, controlando 210 prefeitos dos 217 e 37 deputados dos 42, ela extinguiu todas as secretarias estaduais e as substituiu por oito gerências na capital e criou outras dezoito distribuídas nos municípios do estado (OLTRAMARI: 2001, 40) como pontos estratégicos de controle político, orçamentário e social, e promove um governo itinerário por vários municípios do Maranhão, volta-se astutamente para as manifestações populares no sentido de gerar recursos aos capitalistas como também promover o seu governo e a sua personalidade “carismática”, mesclando, definitivamente, a cultura popular maranhense com cultura de massa, empurrando aquela cultura para o espaço de espetáculos.

Para entendermos melhor o momento em que Roseana Sarney se insere como governante do Estado do Maranhão e faz mudanças no setor público, inclusive privatização de empresas estatais e parceria com instituições culturais populares, explanamos um pouco sobre a crise econômica na década de 1980 e do repensar o Estado Nacional (e unidade federativa) e a força capitalista na década de 1990 através da visão de alguns pensadores.

Seguimos as análises de Luiz Carlos Bresser PEREIRA (1999, 15), de que nos anos 1980 é provocada uma grande crise econômica nos países em desenvolvimento e desaceleração das taxas de crescimento nos países desenvolvidos, cuja causa principal é dada como a crise endógena do Estado social. Diante disso, é apresentada pelos países ricos proposta neoliberal para uma redefinição necessária ao Estado, redimensionamento da atividade produtiva estatal e abertura comercial mundial.

Como um processo de globalização, essa crise foi acentuada nos anos 1990 pelo aumento da competitividade internacional e a redução dos estados nacionais de proteger as suas empresas e seus trabalhadores. Essa situação passa a provocar concentração de renda de corporações econômicas e problemas coletivos sociais. Propõe-se reforma do Estado com ajuste fiscal, para o seu fortalecimento, e inovação sócio-político, com a participação cidadã mediante o controle social para garantir uma sociedade mais desenvolvida e mais justa. O Estado é minimizado, porém com suas finanças recuperadas e sua administração obedecendo a critérios gerenciais de eficiência (id., 15-18).

Reforçamos essa teoria com a compreensão de Eric HOBBSBAWM (1999, 551-553) de que o enfraquecimento do Estado é uma característica político global, perdendo o seu monopólio e diminuindo o seu poder e função para várias entidades supranacionais,

enquanto cresce o desemprego e subemprego permanentes pela redução ao máximo do número de empregados pela escolha racional de empresas com base no lucro. Mas que os destinos da humanidade no novo milênio dependerá da restauração das autoridades públicas.

Para HOBBSAWM (1999, 71), não se pode identificar a globalização só pela economia, mas também pela abolição das distâncias pelos transportes e comunicações avançados. Enquanto o próprio governo do Estado do Maranhão (REFORMA DO ESTADO: 1999, 9) diz que a natureza da crise da **União** dá-se também pela incapacidade de garantir crescimento econômico e a ordem democrática, o desequilíbrio fiscal pelo vício do déficit público pelo desperdício e corrupção ao dinheiro público reduzindo muito a capacidade dos governos implementarem políticas públicas e atender às demandas sociais.

Para o modelo econômico a nível mundial, pela observação de Perry ANDERSON (In: SADER: 1996, 10/11),

“a estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar [...], a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos”,

para suprimir o poder excessivo e nefasto dos movimentos político-operários reivindicatórios, que abalaram as bases de acumulação capitalista e sua pressão sobre o Estado ao aumento dos gastos sociais.

“A realidade tratou de colocar a necessidade de intervenção do Estado [...] em cooperação com o setor privado ou competindo com este [...]. O Estado precisa tornar-se ‘gerencial’, sendo administrado – ou ‘controlado’ – ao mesmo tempo por ‘burocratas e capitalistas’. Em contraste, apenas para efeito de melhor compreensão, a ‘velha centro-esquerda’ vê o papel do Estado como ‘principal’, devendo ser ele controlado pela classe dos burocratas apenas, percebendo o processo de globalização como uma ameaça e que praticariam uma política econômica do tipo ‘populista’” (REIS, 2002, 19).

Diante dos paradigmas da *nova ordem* para a necessidade de produção de capital e lucro, quer seja de um sistema financeiro ou comercial, quer sejam os instrumentos culturais utilizados para isto, o Estado deve passar pelo processo de reestruturação, diante do que a sociedade civil fica órfão do Estado de bem-estar e a cultura popular sofre modificações em sua identidade e atividades a partir da década de 1990.

Neste sistema se encontram as manifestações populares maranhenses, como o Bumba-Meu-Boi, sob a nova roupagem de cultura de massa para a geração de renda somente aos seus produtores empresariais privados e governamentais. Aos seus brincantes originais somente a satisfação de brincar “por amor” e, como acréscimo de estímulo, a participação ativa (como brincantes) de personalidades políticas e empresariais (como Roseana Sarney, Jorge Murad e Alcione) e a presença em massa de turistas nas suas festas.

É nesse contexto que o Governo Roseana Sarney, no início do seu primeiro mandato (1995-1998), “Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências” à estrutura do Poder executivo, no que modifica, através de 17 decretos, nomes de secretarias e cria outras, faz alterações e incorporações de entidades da administração indireta, privatização das empresas *Companhia Industrial de Produtos Agropecuários do Maranhão – COPEMA*, *Centrais de Abastecimento do Maranhão – CEASA*, *Usina Siderúrgica do Maranhão – USIMAR* e *Rádio Timbira do Maranhão*, faz o remanejamento de servidores de setores públicos incorporados por outros, extingue alguns cargos comissionados e cria outros (GOVERNO DO MARANHÃO: Lei nº 6.272).

Medidas (antes dadas como propostas à Assembléia Legislativa do Maranhão para aprovação) com que a nova administração espera uma redução drástica nos gastos do Governo no valor de 50,2 milhões de reais por ano através de 8,7 milhões em cortes de gratificações, 7 milhões em extinção de órgãos, 31,5 milhões em privatizações das empresas COPEMA, CEASA, USIMAR e Rádio Timbira e 3 milhões em venda de aeronaves. O objetivo da reforma é a modernização dos serviços e da máquina pública e promover o desenvolvimento social do Maranhão e divulgar receitas e despesas públicas da sua administração (O Estado do Maranhão, p. 3, 06/01/95).

Às suas medidas o governo do Maranhão lança o projeto de Lei de privatização de uma antiga estação de rádio com mais de 50 anos, o que provoca polêmica por parte de alguns deputados (oposicionistas) como Vila Nova, para quem “a proposta de privatizar a Rádio Timbira demonstra o descaso do governo com a integridade do patrimônio público e o seu desconhecimento quanto ao papel da emissora no processo de desenvolvimento cultural e educacional do Estado” (Jornal Pequeno, p. 6, 18/01/95). Face a isto, Vila Nova propõe retirada deste projeto.

Também a privatização do Banco BEM, o que o jornalista Cunha Santos Filho reconhece mesmo colocando-se como questionador sobre a candidatura de Roseana. Ele admite que “as privatizações são, antes de tudo, um ato de coragem e uma necessidade alimentada por muitos governos durante muito tempo” (Jornal Pequeno, p. 6, 19/01/95). Este jornalista realça, já no Suplemento do Jornal Pequeno (p. 3, 09/04/95), com o tema “100 Dias de Governo”:

“Sente-se que a Governadora Roseana está dando um susto nos opositores do governo. O ritmo do trabalho adotado pelo poder público no Maranhão de hoje calou a oposição e, quando assim não fez, remeteu-os a um estágio de competência e contemplação. Não há notícias de corrupção, de desvio de verbas públicas, não há onde buscar insultos nem construir denúncias a partir do comportamento dos auxiliares diretos do governo [...]. Nas primeiras estocadas desta insalubre luta de 100 dias, algumas decisões vieram para cortar as gorduras incômodas e foi preciso extinguir secretarias de Estado, proibir acúmulo e extinguir cargos que pesavam inutilmente aos cofres públicos”

Foi celebrado convênio entre o governo Roseana Sarney e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDS, que prestará assistência técnica em todas as etapas do processo de desestatização dessas empresas para viabilização do programa de privatização (O Estado do Maranhão, p. 3, 26/01/95).

A economia produzida através dessas medidas faz o jornal dos Sarney *O Estado do Maranhão* (p. 3, 08/01/95) noticiar: “De acordo com a pregação da campanha, Roseana está disposta a atacar problemas crônicos como os da saúde e educação. Ela está convencida de que o corte nas despesas do governo permitirá que os recursos públicos sejam aplicados adequadamente em áreas prioritárias”, para as quais a Governadora lança por todo o Estado programas sociais como o PROGRAMA SOLIDARIEDADE, tendo como alvo:

- ✓ **Ações de combate à pobreza.**
- ✓ **Ações emergenciais de caráter assistencial com programas:**
 - Viva Luz.
 - Leite é Vida.
 - Pró-Saúde.
 - Lotes Urbanizados.
 - Mutirão Habitacional.
- ✓ **Ações de defesa da Cidadania:**
 - Cidadania.
 - Defesa dos Direitos do Consumidor.

Este Programa Solidariedade foi aprovado pela Assembléia legislativa ao projeto de Lei no valor de R\$ 7,6 milhões de reais à recém-criada Secretaria Extraordinária de Solidariedade e Cidadania (O Estado do Maranhão, p. 3, 04/05/95).

Como contribuição para sanar problemas sociais, Roseana diz que conseguiu nos seus dois anos de governo “viabilizar investimentos no Estado da ordem de R\$ 2 bilhões de reais para a geração de mais de 20 mil empregos para a população” (Jornal Pequeno, p. 8, 29/11/96), mas não se percebeu acontecer os empregos.

Com seu gabinete a Governadora pratica uma modificação radical na estrutura e no funcionamento da máquina estatal para modernizar, reduzir gastos e empresas estatais para tornar a máquina administrativa mais eficiente e menos corrupta, adotando critérios de competência, honestidade. Que o seu secretariado trabalhe em prol do Maranhão, porque escolheu pessoas que possam trazer mais recursos e benefícios a este Estado. Responsabilidade à qual “A Governadora, orientada pelo pai, inovou na indicação da sua equipe ao não apontar nenhum parente para os cargos, mas deixou irritada parte da família”²¹. Ela disse: “A prioridade que tenho em mente é a melhoria do nosso homem, do nosso povo, pelo avanço da educação, melhoria total do setor de saúde, enfim, para a melhoria de vida do nosso povo” (JP Suplemento, p. 12, do Jornal Pequeno, 01/01/95).

Nessa linha de *retidão*, no Palácio Henrique de La Roque, Roseana faz discursos na abertura do *I Seminário Sobre Gestão Pública Municipal*, aos novos prefeitos, aconselhando-os para se voltarem às necessidades mais prementes da população de seus municípios para o bom êxito de uma administração pública, no que é preciso “escolher bons e pouquíssimos auxiliares; só nomear por concurso público; economizar e aplicar em setores essenciais, como saúde e educação, os recursos municipais; e, por fim, não roubar e não deixar roubar” (Jornal Pequeno, p. 8, 29/11/96).

²¹ Grande parte da família já está presente nos setores públicos e enquanto uma minoria dela não participa do governo diretamente, mas usufrui das benesses públicas através das suas empresas, como as organizações Mirante. Por outro lado, o governo Roseana usa de pistolão a muitos amigos e através deles. PISTOLÃO: “Do ângulo estritamente social, pistolão significa influência, poder, prestígio para tutelar benesses, favores, empregos, contratos. Nesse é o próprio agente, detentor do poder político e econômico ou profissional, cujos pedidos são ordens, como se costuma dizer para valorizar o prestígio do pistolão. A influência do pistolão tem conotação negativa pela ilegitimidade dos seus efeitos. Sob esse aspecto, seja qual for seu conteúdo ou expressão, é universal na amplitude e nos métodos de ação” (SILVA: 1986, 896).

Mas, ao mesmo tempo em que ela diz acabar com 700 cargos *para economia*, cria outros. Como também, conforme noticiado com o título “**Governo em desacordo com a população**”, na página 7 do Jornal Pequeno (04/02/96), Roseana Sarney traz pessoas de outros estados para assumir cargos, como os de três secretarias de Estado (mesmo tendo profissionais locais), pagando estadia luxuosa em hotéis de luxo e pagando altos salários em detrimento dos míseros aos funcionários públicos maranhenses e a pobreza da maioria dos maranhenses. Como também, para coordenar projetos turísticos importa um profissional espanhol com PhD em turismo.

Ao seu primeiro mandato (1995-98) Roseana tem de enfrentar déficit público deixado pelo seu antecessor, conforme anunciado na página 8 do JP Suplemento (Jornal Pequeno, nº 18.088, 29/01/95) “Assembléia será aliada do governo para tirar o Maranhão do atoleiro”, para o que dez dias antes do Senador José Sarney garantir a sua atuação na Presidência do Senado Federal, as propostas do Governo Roseana são aprovadas no dia 18/01/95 pela Assembléia Legislativa e imediatamente postas em prática.

Ainda em 1995, o Governo Roseana Sarney prepara e anuncia o seu **Plano Plurianual 1996/1999** para

- “I – Emprego e renda
- II – Consolidação da infra-estrutura industrial
- III – Agropecuária
- IV – Infra-estrutura de transportes
- V – Energia elétrica
- VI – Saneamento
- VII – Ciência e tecnologia
- VIII – Aperfeiçoamento do sistema educacional
- IX – Reestruturação e reaparelhamento da rede de serviços de saúde pública
- X – Proteção ao meio ambiente
- XI – Apoio a famílias carentes
- XIII – Ampliação e melhoria dos serviços de segurança pública
- XIV – Desenvolvimento cultural
- XV – Desenvolvimento turístico
- XVI – Proteção à criança e ao adolescente
- XVII – Shopping do cidadão” (Plano plurianual: Internet, htlm, 2005),

com o qual, por disponibilidade de recursos econômicos e humanos profissionais e ações, ela diz que irá promover a organização, a sustentação e o progresso de todo o sistema sócio-educacional, político e comercial do Estado do Maranhão, ao que o governo justifica, diante de representantes do Poder Federal e das corporações econômicas nacionais e internacionais, a sua necessidade de implementar este plano e as condições de obter retorno positivo.

Para um segundo momento, já no seu segundo mandato (1999-2002), com apoio e aprovação da Assembléia legislativa, ela propõe e decide a “**Reforma do Estado, um novo modelo de gestão para o Maranhão**” como uma necessidade diante do fenômeno mundial capitalista e neoliberalista para a manutenção e hegemonia das grandes incorporações, forçando os poderes públicos a se reajustar. Mas para o Governo Roseana, que segue junto com o governo federal de Fernando Henrique Cardoso a proposta neoliberal,

“Tal não é o caso do Estado do Maranhão. Desde 1994, um esforço sistemático de ajuste, saneamento e reaparelhamento tem permitido devolver ao governo estadual sua capacidade de investimento e de formulação e implementação de políticas públicas. A concentração política, a continuidade administrativa e um projeto de longo prazo vêm garantindo a governança do Maranhão” (REFORMA DO ESTADO: 1999, 9).

Roseana Sarney escreve uma *Apresentação* (In: REFORMA DO ESTADO: 1999, 5) dizendo que durante os 4 anos do seu primeiro mandato ela visitou, como governante itinerante, todos os municípios do Estado mantendo contato direto com as lideranças e seu povo, no que ela pode sentir o quanto todos confiam no Governo dela e têm esperanças que suas vidas podem melhorar com o seu apoio do Poder Público, que levará um bom serviço até o cidadão. E por isso concebe a Reforma do Estado e que, como ela diz, “daqui a quatro anos, tenho certeza, o Maranhão será, mais uma vez, como foi no atual período administrativo, um modelo para o Brasil em matéria não apenas de administração, mas de desenvolvimento”.

Para a segunda Reforma do Estado, no início do segundo mandato, “substitui o modelo atual e cria gerências executivas, que cuidarão do planejamento e do apoio às políticas públicas”, para que “se cumpra melhor ainda as suas atribuições e responsabilidades” (ABC da Reforma: 1999, 8).

Reforma na qual são extintas as 18 secretarias de Estado e, para Formulação e Avaliação de Políticas Públicas e Defesa da Sociedade, criados *Órgãos de Gerenciamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional*, constituídos de 8 gerências de: Planejamento e Desenvolvimento Econômico; Administração e Modernização; Receita Estadual; Formulação e Avaliação de Políticas Públicas; Qualidade de Vida; Infra-Estrutura; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social; e Justiça, Segurança Pública e Cidadania, e criados *Órgãos de Desenvolvimento Regional*, que são as 18 gerências regionais de: São Luís, Itapecuru-Mirim, Rosário, Santa Inês, Zé Doca, Imperatriz,

Açailândia, Pinheiro, Caxias, Codó, Bacabal, Pedreiras, Presidente Dutra, Barra do Corda, São João dos Patos, Balsas, Viana e Chapadinha que, segundo a Governadora, é para promover a descentralização administrativa e a integração de todas as ações do poder público estadual, supervisionar as unidades operacionais instaladas nos municípios e executar diretamente as atividades de competência do Governo do Estado (REFORMA DO ESTADO: 1999, 17-20).

Reforma na qual a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e de Desportos e Lazer é extinta para dar lugar para a Gerência de Desenvolvimento Humano, à qual constitui-se a Fundação Cultural do Maranhão – FUNCMA.

A Governadora Roseana Sarney faz vigorar a público a Lei nº 7.379 de 07 de maio de 1999, que dispõe sobre a criação da Fundação Cultural do Maranhão – FUNCMA:

“Art. 4º. Fundação Cultural do Maranhão – FUNCMA – instituir o Programa Estadual de Cultura, utilizando a ação transformadora do processo cultural para o exercício da cidadania e desenvolvimento humano, com a democratização ao acesso às ações culturais e à memória histórica, visando descentralizar as atividades culturais através da municipalização da cultura, preservando e disseminando os valores culturais, patrimoniais, artísticos e paisagísticos do Estado do Maranhão, com o fim de estimular a produção cultural, valorizar e promover as manifestações artístico-culturais” (GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO: Lei n. 7.379, 1999).

Pelo que foi explanado sobre reforma do Estado e as práticas do governo do “*Um Novo Tempo*” ficou claro que Roseana Sarney não se mobilizou com a intenção de melhorar a condição de vida do povo, mas especificamente para desenvolver e consolidar o controle da Oligarquia Sarney, o tráfico de influência e as suas riquezas.

Tendo o apoio do Presidente da Assembléia Legislativa, Manoel Ribeiro, seu aliado político, e a maioria da bancada da casa, Roseana Sarney consegue aprovação de todos os projetos do seu governo, cujas reformas foram praticadas ao sistema político-administrativo e raramente direcionadas ao benefício da sociedade civil. Essas reformas não corresponderam aos anseios da população maranhense.

No seu livro “Os outros Segredos do Maranhão” o jornalista Moisés SOUSA (2002, 7-10), relata a farsa da governadora com as suas reformas do Estado com sentido totalmente contrário ao trato prático da situação social no Maranhão. Pelos municípios ele percebe o controle implacável da Oligarquia Sarney sobre a sociedade civil, os meios de

comunicação de massa e todas as esferas do poder diante do que as inúmeras denúncias de corrupção e desvios constantes de recursos se tornam impotentes.

“Em sete anos de governo, graças ao apoio irrestrito do bloco governista, Roseana Sarney aprovou todos os seus projetos, como a Reforma do Estado, que criou a estrutura de poder mais centralizada do País” (SOUSA: 2002, 8/9).

Denúncias semelhantes sobre o Governo Roseana são feitas pelo jornalista Palmério DÓRIA (2002, 41/50): “São Luís suja e os bairros carentes de saneamento básico e a educação no Maranhão que apresenta índices vergonhosos”, enquanto soa da boca da Governadora a música “*quero, quero que a cidade pegue fogo*”, na festa do Carnaval/ 2002.

Com as tradicionais estratégias de uso da máquina pública Roseana procura reestruturar e reorganizar (modernizar) o sistema de dominação política e social para atender a *nova ordem*. Utiliza constantemente os meios de comunicação de massa, sob controle (e de propriedade) da Oligarquia Sarney, com intensa propaganda de marketing dentro de um espetáculo político-cultural, firmando, assim, o seu programa eleitoral, promoção personalística e absorção de recursos públicos (às suas empresas privadas).

Isto é, nas palavras de Moisés Matias SOUSA (2002, 21),

“uma das facetas desse processo é o investimento político e simbólico na cultura popular, estratégia que, além de vincular-se à indústria do turismo, busca reconstruir a identidade regional e criar novos modos de legitimação da dominação (assim, a própria governadora acabou por se transformar em brincante de bumba-meu-boi e outras manifestações)”.

O próprio jornalista (id.), que tem pesquisado sobre essa família política, diz a respeito das eleições de 1994 e 1998, que os resultados dessa reorganização do sistema de dominação foram bastante satisfatórios do ponto de vista da oligarquia e que os índices de popularidade da governadora Roseana estão entre os mais altos do Brasil, enquanto o jornalista Maurício LIMA (2002, 28), através da revista *Veja*, dá a sua opinião sobre esta popularidade que

“Até hoje, a governadora não precisou debruçar-se sobre as estatísticas de seu Estado para subir nas pesquisas eleitorais. Bastou ser apresentada na propaganda como um produto de consumo. Roseana é bonita, elegante e tem um magnífico sorriso – e é mulher, uma condição que, dizem, conta pontos na política brasileira atual”.

Apresentando-se pela mídia como rótulo, Roseana insere-se também como produto de consumo brincante nas manifestações populares de bumba-meu-boi apelando para “ir ao povo”, e fortalece a propaganda de seu governo e de consumo às massas não se importando pelo o que essa cultura venha sofrer para fins políticos e capitalistas. “Igreja e governo, universidade e meios de comunicação, políticos e intelectuais, todos procuram celebrar e capitalizar, de alguma forma, as manifestações culturais típicas do povo” (VANNUCCHI: 1987, 69).

Essas forças da elite se apropriando dessa cultura popular, entrelaçando-a com a cultura erudita diluindo os traços maranhenses mais expressivos do povo e tornando-a cultura produtora em série de bens de consumo limitando a criatividade, não atentam à condição de vida das classes populares. Essa cultura popular a partir do Governo Roseana é transformada, definitivamente, em instrumento político aos anseios do poder público e, ao mesmo tempo, instrumento de consumo para as massas aos anseios dominantes capitalistas.

“Vale notar que a indústria cultural, além dos bens culturais em si próprios, produz, cria, induz desejos, necessidades e reivindicações, justamente porque é indústria: existe para o lucro. E porque explora os anseios culturais das massas, ela também se presta, à maravilha, para veículos das ideologias dominantes” (id., 84).

O sucesso político e excesso de riqueza dos Sarney tem crescido em detrimento da manutenção da carência de grande parte da população maranhense. Esta realidade é mostrada por jornalistas e pesquisadores, os quais interpretam “com indicadores sócio-econômicos dramáticos, o Maranhão é ‘um dos estados mais pobres do país’” (OLTRAMARI: 2001, 41). Segundo fonte do IBGE (Id.), mesmo a taxa de analfabetismo ter sido reduzida de 35,2% para 28,8%, ter aumentado de 77,8% para 94,7% de crianças de 7 a 14 anos na escola e o PIB (per capita em reais) ter passando de 979 para 1348 durante o seu governo, isso não quer dizer que melhorou para o povo. Mesmo porque, para a imprensa oposicionista, o governo Roseana não construiu escolas de Ensino Médio (para os jovens) e nem distribui regularmente os recursos aumentados, fluindo-os para os ricos.

Mas os Sarney não querem ver isso, mas tentam se justificar diante dessa pobreza do povo, principalmente da zona rural. Como o próprio José Sarney que diz em entrevista à revista *Carta Capital* que ele não é culpado pelo sucesso político, literário e econômico dele e como Senador João Alberto, um dos tentáculos da oligarquia, dizendo da miséria de muitos maranhense na zona rural: “Os pesquisadores não entendem, mas morar

em casas de palha é um costume no Maranhão. O pessoal do interior gosta. É um hábito herdado dos escravos e dos índios” (In: LÍRIO: 2005, 38).

Os Sarney mostram o nível dessa pobreza e, junto aos bancos internacionais e governo federal brasileiro, receber empréstimos para “ajudar” o povo do Maranhão. Anunciam o empréstimo recebido, mas a sua aplicação passa a ter outros fins que não o social. E isto é um ciclo vicioso de governo a governo.

Segundo o deputado estadual Rubem Brito (PDT-MA), em entrevista ao Jornal Pequeno (p. 5, 06/11/05), que Roseana Sarney como Governadora recebeu de empréstimo do Bird ou Banco Mundial US\$ 80 milhões em 1998, para o *combate à pobreza rural* do Maranhão. Dinheiro desviado e aplicado incorretamente. E agora, Roseana como Senadora, junto com os outros senadores maranhenses, tenta boicotar os US\$ 30 milhões do Bird ao Maranhão, também para *combate à pobreza rural*, no Governo José Reinaldo. Roseana Sarney, em 1998, cumpriu as exigências do Bird. Hoje, fim do ano de 2005, o atual governo, apesar dos riscos, também consegue esta verba²².

Observando essas pretensões e ações do Governo do **Um Novo Tempo** (e também de José Reinaldo), Jeovah França se expressa politicamente como um intelectual e um funcionário público que, em meio ao sistema mas não se misturando, percebe grande parte da dinâmica administrativa e sabe o que diz:

“Esse volume de recursos não acaba com a pobreza, que é um problema conjuntural do Maranhão, do País. A qualidade de vida da nossa população maranhense só moverá mudando o processo político partidário que dependia as condições de vida dessa população (...) que não respeita as prioridades do bem comum e termina priorizando os seus interesses de pseudo-líderes políticos. Eles pensam primeiro neles e depois neles, e talvez por último eles pensam na população.

Esse volume de recursos [pedido no Governo Roseana] não elimina a pobreza, e esses novos recursos pelo Governo José Reinaldo também não vai eliminar pobreza nenhuma. A colocação não procede. Se os governos fossem sinceros teriam tido, mesmo sem empréstimos, recursos suficientes no estado para fazerem programas sérios de curto, médio e longo prazos como políticas públicas de combate à pobreza e miséria.

²² Para o empréstimo de verbas, pelo contrato 1392/OC-BR, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID faz o acordo com o Banco do Nordeste - BNB, no que aquele banco entra com 60%, no valor de US\$ 240 milhões de dólares, e a contrapartida nacional de 40%, no valor de US\$ 160 milhões de dólares, que redistribui pelo Nordeste brasileiro para investimentos no turismo. Nesta II fase do Programa de Desenvolvimento do Turismo, o Governo de José Reinaldo (2003-2006) corre o risco de não cumprir as exigências da contrapartida, sem capacidade de endividamento, sem 30% de recursos para projetos de licitação pelo Regulamento Operacional do Programa e inadimplente com a secretaria do tesouro Nacional, conforme o jornal O Estado do Maranhão (p. 3, 27/11/05).

Olha, Carlos, sabe, uma coisa muito séria dentro da administração pública é que, apesar de toda cientificidade que já alcançou nas Políticas Públicas, o governo não é administrado cientificamente. O governo é administrado ao bel prazer dos governantes com segundo alguns ditames da parte da legislação que o norteia e o regula, respeitando alguns princípios básicos constitucionais, mas fazendo a seu bel prazer o seu próprio governo. Então, as políticas públicas, em geral, são políticas de governo e não são políticas de Estado. Assim como os secretários [de Estado], a cúpula do governo, eles fazem o que querem e como querem”. (Entrevista com Jeovah França).

A revista *Carta Capital*, através do jornalista Sérgio LÍRIO (2005, 30), diz que “comparativo com outras regiões, vê-se que o Maranhão avançou bem pouco no reinado do ex-presidente da República. Tem o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil”, se referindo ao Estado sob a Oligarquia Sarney.

Esse maltrato ao Maranhão por essa oligarquia é provocado muitas vezes por desvio de conduta, tráfico de influência, controle da mídia e falsa propaganda de governo, plano plurianual adulterado, diminuindo os recursos de bens sociais e educacionais e aumentando-os para outros projetos de menos necessidade e outros não necessários. Então, o governo utiliza artimanhas e se defende com discursos para justificar as suas ações e mudanças nas aplicações dos recursos públicos. É o tipo de dinâmica política e orçamentária que, entre outros pensadores maranhenses, o poeta, produtor cultural e Assessor de Planejamento da Secretaria de Estado da Cultura, Jeovah Silva França, critica:

“Basta lembrar, Carlos, que a menor receita do bolo orçamentário (...) do governo é a da Cultura. Até há pouco tempo, não deve ter mudado tanto, não chega a 0,5% (meio por cento). Ficava em torno de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento). Nós temos um PPA – Plano Plurianual. Sempre tivemos, só que não é obedecido, não é respeitado. Então, o que aconteceu? Eles buscaram formas de se legitimar, de mostrar ao povo de que têm pretensão de fazer política, cultura. Mas o Estado está aí todo abandonado, o Estado como território, o Estado como município, o Estado como população. Mal se sai da Ilha, se é que se vai ao estreito dos mosquitos, tanto que até a ponte desabou.

Fazer mídia e dizer que está fazendo política cultural é diferente de olhar o mapa do Estado do Maranhão, hoje com 217 municípios, com uma diversidade bastante grande em suas manifestações culturais, com uma população extremamente pobre, principalmente na zona rural, sem acesso à informação, sem acesso à educação, sem acesso aos meios de difusão artístico-cultural, como cinema, bibliotecas, museus, arquivos históricos públicos, sem acesso a esses bens, mal tendo quando muito a televisão como uma espécie hipnotizadora. É muito difícil de falarmos de políticas culturais no Maranhão com esses índices sociais alarmantes, vergonhosos, que só agora vêm tornados a públicos corajosamente, até por causa da rixa política [José Reinaldo x os Sarney] que se afirmou”.

Conhecedor das estatísticas dessa grande pobreza da maior parcela desse povo do Estado do Maranhão, Palmério DÓRIA (2002, 22) diz que “o Governo Roseana é um desastre. Os indicadores sociais que temos, segundo a revista *Veja*, se o Maranhão fosse um país, seria o segundo mais miserável das Américas, perderia apenas para o Haiti”.

Para reforçar a crítica de Dória, o jornalista Delmo MOREIRA (2002, 34/36) diz que “há muitos sinais de progresso, mas os piores índices sociais do Brasil assolam o Maranhão de Roseana Sarney. [...] O Estado tem os piores índices de desenvolvimento humano do país, comparáveis aos de pobres países africanos apesar da natureza generosa”.

Para a Governadora, “ninguém passa fome nos interiores do Maranhão”, mas MOREIRA (2002, 34) contesta baseado nas estatísticas do IBGE de que o povo maranhense em maior parcela de “62,37% vivendo abaixo da linha da miséria”. Enquanto para o ex-Prefeito de São Luís Jackson Lago (In: LÍRIO: 2005, 33), “A pobreza é resultado direto do exercício monárquico, oligárquico do poder do clã”, que não distingue o público do privado, mas ao Senador e ex-Governador do Maranhão João Alberto (1990), a respeito da condição de miséria do povo rural maranhense, “Os pesquisadores não entendem, mas morar em casas de palha é um costume no Maranhão. O pessoal do interior gosta” (In: id., 38).

Isto é confirmado pelos dados de 1992 a 1999 do IBGE (In: VEJA: 2002, 29) sobre o Produto Interno Bruto – PIB per capita como um dos menores crescimentos do Maranhão em comparação a outros estados.

Tabela 1

Produto Interno Bruto – PIB em 5 estados brasileiros no período de 1992 a 1999 – comparando com o Maranhão

ESTADO	(%)
Maranhão	9,8
Alagoas	21,5
Sergipe	19,2
Ceará	18,3
Piauí	16,8

Fonte: Veja apud IBGE

Mesmo o Maranhão tendo um crescimento menor a qualidade de vida da maioria da população deveria pelo menos acompanhar isso, mas o que aconteceu foi o crescimento da pobreza em volume de indivíduos e em qualidade de vida, conforme tabela do IBGE demonstrada pela revista *Veja*:

“De 1992 a 1999, o número de famílias vivendo com menos de meio salário mínimo per capita caiu em todo o país – o que significa que as pessoas aumentaram sua renda, passando a ganhar mais de meio salário mínimo. O Maranhão foi o único Estado em que esse contingente de pobres cresceu – o que significa que os maranhenses tiveram perda de renda (em % da população ganhando menos de meio salário mínimo per capita)” (Id.).

Tabela 2

Famílias (em %) vivendo com menos de meio salário mínimo per capita em alguns estados, no Nordeste e no Brasil comparando com o Maranhão – de 1992 e 1999

ESTADO	Ano: 1992	Ano: 1999
Maranhão	35,8 %	49,1 %
Alagoas	44,8 %	43,6 %
Sergipe	42,5 %	33,4 %
Ceará	49,9 %	40,8 %
Piauí	57,3 %	47,7 %
Nordeste	45,1 %	33,4 %
Brasil	25,9 %	25,2 %

Fonte: Veja apud IBGE

Em consonância com Dória, Maurício LIMA (2002, 28) compara esta realidade com a de outros lugares dizendo que o Maranhão

“É um dos estados mais pobres de toda a federação. Se fosse um país, teria um índice de desenvolvimento humano (IDH) semelhante ao do Congo. Separado do Brasil, seria o país mais miserável da América Latina, ficando à frente apenas do Haiti. Esse quadro é resultado de séculos de miséria, escravagismo, monocultura, latifúndio e descaso”.

3.3 Tratamento à cultura popular em detrimento da educação pública pelo Governo

O que poderia ser a força propulsora para modificar a realidade histórica do maranhense seria a educação, mas a classe aristocrática tem mantido uma parcela deste povo no analfabetismo de não saber ler e escrever e uma quantidade significativa de analfabetos pela *ignorância desejada*, isto é, conforme o ensaísta canadense, autor do livro “Uma História da Leitura”, Alberto MANGUEL (1999, 15) “é a atitude de quem, deliberadamente, não dá importância à cultura, mesmo tendo um grau satisfatório de escolaridade”. E a Oligarquia Sarney está entre as forças e pessoas que pouco dão importância para a cultura popular senão promove-la mais para diversão e apaziguamento do público, credibilidade política e fluir de recursos públicos às corporações econômicas e menos ainda se interessam pelo ensino-aprendizagem significativos para as escolas públicas do Maranhão.

Essa situação histórica tem chegado até Sarney pai, que, na sua posse para Governador em 1966, discursou fazer acontecer uma mudança político-social mas as suas práticas foram voltadas para os seus interesses pessoais utilizando todos os instrumentos políticos, midiáticos, sociais e culturais possíveis que lhe rendesse prestígio e poder. Não

mediu esforços para o Bumba-Meu-Boi festejar, em frente ao Palácio dos leões, a sua vitória ao Governo do Estado do Maranhão. A mesma dinâmica foi desenvolvida pela filha Roseana, quando eleita Governadora em 1995, gestão de quem, também, a mesma situação histórica tem persistido. Mas nem ele e nem ela promoveram quaisquer programas de melhoramento social e educacional significativos e manutenção da identidade cultural do povo.

Têm sido folclóricas as *ações significativas* no campo da educação pelo Governo Roseana Sarney, que tem desperdiçado muito dinheiro ao público mas arrecadado bem às empresas de comunicação, com propagandas pela mídia, principalmente pela TV Mirante da família Sarney, a respeito da educação, para a qual a Governadora, num dos seus pronunciamentos, observou que a sua decisão é histórica: “Durante a campanha disse que a educação seria a grande prioridade do meu governo. E é. A educação é libertadora, pois iguala ricos e pobres” (Jornal Pequeno, p. 3, 25/01/98).

No dia 15/02/95 Roseana anuncia o primeiro repasse de verbas no valor de R\$ 118.000,00 para as escolas de 1º e 2º graus, “com o objetivo de transformar a escola pública no centro de estudos de qualidade” visando dar autonomia administrativa, pedagógica e financeira à direção das escolas. (Jornal Pequeno, p. 3, 16/02/95).

O Governo Roseana implanta o Colegiado Escolar, com *eleições diretas* na escola, no sentido de descentralizar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras, formado por professores, alunos e pais de alunos e funcionários da escola, com funções deliberativas e consultivas, faz o acompanhamento, supervisiona e avalia o desempenho escolar em suas diretrizes, prioridades e ações estabelecidas no Plano de Trabalho Anual, avalia o rendimento do aluno, indisciplina, infrequência, evasão escolar. Examina e aprova o plano de aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros, com também a supervisão de diretores e técnicos da SEEDUC (Jornal Pequeno, p. 5, 20/10/95).

A euforia pela imprensa sobre a educação parece alegrar os leitores dos jornais, nos quais a Governadora e o seu Secretário de Estado da Educação Gastão Vieira anunciam as novidades para o ensino público. Para Gastão Vieira “o ensino público do Maranhão, no Governo Roseana Sarney, passou por média”, se referindo aos procedimentos administrativos implantados na Secretaria de Estado da Educação, projetos e ações que estão chegando à escola e mudando o caminho do ensino ministrado em sala de aula, como o Conselho Escolar

nas 152 escolas com 1.348 representantes do colegiado em São Luís, Paço do Lumiar e São José de Ribamar, no que “o ministro de educação, Paulo Renato, veio a São Luís olhar o que estava acontecendo nas escolas e voltou entusiasmado com a experiência do Maranhão, prometendo expandir para todo o país” (Jornal Pequeno, p. 15, de 01/01/96).

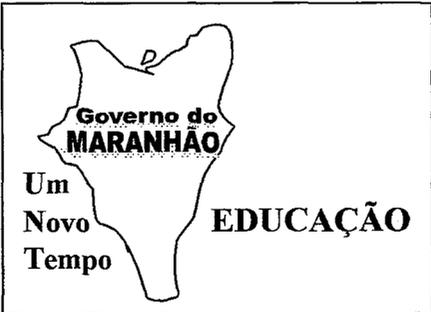
O Governo Roseana Sarney faz empréstimos junto a corporações internacionais, como o Banco Mundial via MEC, para construir, reformar e equipar escolas públicas. Este Governo aproveita a mídia para a sua propaganda educacional o que não passa de discursos, pois na capital durante os seus dois mandatos (1994-2002) não construiu uma escola sequer e a reforma e manutenção foram poucas.

O jornal *O Estado do Maranhão* (p. 7, 24/10/95), por exemplo, veicula numa de suas páginas uma propaganda às escolas públicas num quadro de uns 10 x 15 cm com o slogan do Governo do Maranhão – “Um Novo Tempo” –, conforme descrito abaixo:

“Escolas públicas vão entrar em recuperação

O Governo do Maranhão acaba de firmar um convênio com o MEC/Banco Mundial, para a recuperação das escolas públicas, estaduais e municipais. O convênio assegura recursos para a recuperação de 316 escolas, construção de 37 estabelecimento de ensino e ampliação de mais 04, em todos os municípios do São 1897 salas de aula irão ganhar carteira para professor [...]. E isto é só integra um programa de três respectivas liberações de nossas escolas vão passar de que *um novo tempo* se inicia Maranhão”.

Um
Novo
Tempo



EDUCAÇÃO

recuperadas, que também aluno, mesa e cadeira para o começo: o convênio anos de duração, com as recursos. Agora sim, as ano com a garantia de para a educação do

Dois meses e meio depois o Governo apresenta investimentos de R\$ 21,9 milhões no primeiro semestre de 1996 na recuperação de 1.619, ampliação de 12 e construção de 117 salas de aulas e equipar 1748 salas às escolas estaduais e municipais. O dinheiro é do convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação e Banco Mundial (Jornal Pequeno, p. 15, 10/01/96). E anuncia investir em 1997 *maciçamente* na educação de 2º Grau do interior em construção de escolas, implantação de computadores, laboratórios e bibliotecas. Enquanto para as escolas comunitária do todo o Estado “A Governadora Roseana Sarney assinou decreto abrindo crédito de 1 milhão de reais a favor da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Comunitário e do Trabalho para ser investido no segmento de ensino comunitário” (JP Suplemento, p. 8, In: Jornal Pequeno 16/04/95).

Quanto para a campanha do Governo Federal **Toda Criança na Escola**²³, com empréstimos do Banco Mundial, diante da imprensa e do Ministro da Educação Paulo Renato de Souza (que veio a São Luís encerrar esta campanha), a Governadora Roseana disse que no Maranhão serão construídas este ano 78 novas escolas. Ela destina 40% do orçamento e repassa aos municípios, dando condições dessas crianças estudarem próximo à sua casa e até criando salas de aulas provisórias com o apoio de entidades locais como Igreja, sindicato, associação, etc., impulsionados pelo MEC, dando oportunidade às 239.232 crianças fora da escola a estudar, diante do que o Ministro se expressa que o Governo maranhense realiza “um esforço muito importante e especial para a área da educação” (Jornal Pequeno, p. 3, 13/02/98).

Neste sistema de ensino, além dos estudantes, os professores da rede pública também sofrem as situações do descaso pelo governo para com a educação. Devido os salários baixos para o nível profissional dos docentes explode uma greve por melhores salários, a qual é desfeita sob pancadas pelos policiais militares às ordens do governo. O que a governadora dá, como paliativo, é publicar uma tabela com “aumento” de 31,35%, que não chega a ser cumprida e que o Deputado Aderson Lago denuncia os valores serem abaixo do prometido. A Governadora dá uma remuneração mínima de R\$ 315,00 reais, diante do que Roseana Sarney se justifica: “Um grande esforço, que só é possível por causa de nossa política de austeridade e moralidade”. E tenta convencer os docentes: “estes salários ficarão entre os maiores do Brasil”. (Jornal Pequeno, p. 3, 25/01/98). Quanta sensibilidade!

Mas as suas ações de iludir sobre a educação não ficam só aí. Também para *tirar* os professores da condição de leigos, da rede pública de ensino do 1º e 2º graus, programas de *treinamento em serviço* e de capacitação para professores foram implantados no Maranhão, às vésperas da aprovação federal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96. O governo estadual faz a propaganda de que

“Está acontecendo no Centro Integrado do Rio Anil – CINTRA a primeira capacitação para revitalização do curso de magistério, elaborar e implantar uma proposta pedagógica para o curso de magistério, promovido pelo Governo do estado para profissionais do 2º Grau” (Jornal Pequeno, p. 6, nº 18.532, 22/08/96).

²³ A essa campanha **Toda criança na Escola** os governantes não planejaram e nem prepararam de antemão os lugares e as condições favoráveis para a criança estudar. Por causa disso, se vê denúncias em vários estados, como no Maranhão, do Brasil de que crianças foram matriculadas e não têm sala, outras estão em salas superlotadas e mal aparelhadas, etc., conforme esta matéria: “Em calcária, região metropolitana de Fortaleza, 45 alunos do jardim estão estudando no chão. Em uma outra escola não existe água potável e as crianças bebem água direto da torneira” (Jornal pequeno, p. 8, 15/04/98).

E também o Programa de Capacitação Docente – PROCAD²⁴, iniciado em 1991, à Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, a todos os professores das escolas públicas que ainda não têm curso superior. Não foi criação e nem vontade do Governo Roseana Sarney, mas a Lei federal de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, sancionada em 20/12/96 pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e publicada no Diário Oficial da União em 23/12/96, que determina no “Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior de educação, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidade e institutos superiores de educação...”, no “Art. 61º Estabelece normas com relação à valorização de Formação dos Profissionais da Educação em todos os níveis e modalidades de ensino; e sua valorização, através de estatutos e planos de carreira. Assegura dispositivos com relação aos cursos mantidos pelos institutos superiores” e no “Art. 87. § 4º. Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço” (LDB: 1996, 6-7). Foi projeto à formação profissional docente, preparado, em 1990, pelo Ministério da Educação ante aos movimentos de reivindicações e propostas de educadores brasileiros no que, segundo o INFOANPUH (2001, 1), “essa luta se trava desde o final da década de 1970”.

Só se tem percebido da nossa dirigente e representante pública discurso para a satisfação de quem espera (os cidadãos e cidadãs maranhenses) e de quem empresta (bancos internacionais). Porque as verbas como empréstimo contraídos pelo governo estadual às corporações financeiras e recursos dos cofres públicos para suprir as escolas não foram

²⁴ **PROCAD** – Programa de Capacitação Docente foi instituído no Maranhão, especificamente na Universidade Estadual do Maranhão, no período do Governo Roseana Sarney, para dar formação universitária a professores leigos das escolas do Ensino Fundamental e Médio, conforme Art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/96, do Governo Federal. O Governo do Estado do Maranhão só teve que apoiar a UEMA a instalar o programa. Mas a administração do Reitor César Henrique dos Santos Pires se aproveita disto e se coloca na frente do programa como o mentor e benfeitor da educação a estes professores, usando o PROCAD e a própria UEMA, como instrumentos político e econômico para as suas campanhas eleitorais de 2002 para deputado estadual, sendo ele eleito. Posteriormente, com a administração de seu amigo Waldir Maranhão Cardoso o PROCAD passa a ser **PQD** – Programa de Qualificação de Docentes, o qual também o próprio Waldir trata como o seu instrumento político. Como o César, às custas da Universidade (pelos cofres acadêmicos e na posição de Reitor) o *mito da UEMA*, disfarçado de agente educacional, viaja por municípios maranhenses fazendo os seus discursos políticos partidários junto ao PQD para as suas campanhas para deputado federal. “Depois de visitar vários municípios do Maranhão, onde estão implantados diversos pólos do Programa de Qualificação de Docentes (PQD), o reitor da Uema, professor Waldir Maranhão Cardoso, acompanhado do coordenador de interiorização, professor João de Deus Silva, estará presente nos municípios de Paulo Ramos, Marajá do Sena, Lago da Pedra e Bom Lugar. O principal objetivo dessa itinerância é, na verdade, reunir professores, coordenadores, alunos e autoridades municipais da área educacional para discutir a qualidade do programa, bem como verificar a situação das aulas e, sobretudo, acompanhar o nível de aprendizagem dos estudantes. Ao todo são 102 pólos da Universidade Estadual do Maranhão nessa gestão, somando um total de 16.280 alunos, num raio de 117 municípios do Estado. Uma conquista do governo de José Reinaldo Tavares, jamais obtido na história deste Estado” (UEMA: 2005, 1). Enquanto, em função disto também, esta Universidade passa por sérios problemas econômicos e educacionais, no que se percebe, desde o 1º semestre de 2005, um crescimento enorme de alunos que trancaram cursos e reprovados por faltas e por disciplinas.

regularmente aplicados. Tanto que tem denúncias de desvios de verbas da educação, como o noticiado no Jornal Pequeno, de 30/04/95, **“Dinheiro dos professores é desviado”**, das escolas comunitárias, no que o Secretário de Estado das Educação Gastão Vieira é pressionado a dar conta do dinheiro. Isto não tem sido compatível com o que “Para garantir a integridade e a transparência sejam sempre características da sua administração, a Governadora Roseana Sarney solicitou ao tribunal de Contas do Estado (TCE) que haja com o máximo de rigor possível na fiscalização de todos os atos governamentais” (Jornal Pequeno, p. 6, 28/03/95). Mesmo porque o Governo do Estado controla este Tribunal de Contas, cujo edifício onde funciona tem o nome de **“Palácio Governadora Roseana Sarney Murad”**.

Para a realidade do Maranhão, a prática do seu Governo para as escolas públicas e escolas comunitárias tem sido o oposto da sua constante atenção às manifestações culturais populares. Ela recebe os recursos como empréstimos mas não cumpre em sua totalidade as suas promessas em executar os empreendimentos educacionais. Apenas algumas poucas ações como paliativos e mais descaso à educação, ao que Roseana Sarney é acusada por políticos e imprensa de oposição de não ter construído escolas durante o seu governo no Maranhão, o que tem causado superlotação com uns 50 alunos nas salas de aulas do 2º Grau (Ensino Médio), como na tradicional escola pública Liceu Maranhense, aluguel de edifícios mal estruturados às aulas e pequenas reformas físicas de algumas outras escolas.

Diante disso, quando entrevistado pelo jornalista Sérgio Lírio, da Revista Carta Capital, José Sarney defende sua filha justificando que

“Ela recuperou a rede escolar e investiu pesado em um projeto de ensino a distância (*um contrato de R\$ 100 milhões com a Fundação Roberto Marinho*). Foram 150 mil alunos atendidos por meio de tecnologia avançada. Em vez de construir prédios, ela preferiu apostar na tecnologia” (LÍRIO: 2005, 41).

José Sarney se refere ao Tele-ensino, implantado pela Governadora Roseana Sarney em substituição ao professor presencial para, como ela mesma disse, “melhorar a qualidade do ensino público e reduzir os índices de analfabetismo no Estado”, como também reduzir os custos, tendo como modelo o Projeto de Teleducação, que o Governo Federal pretende desenvolver no País (O Estado do Maranhão, p. 3, 17/03/95).

O Tele-Ensino foi um acordo *econômico*, no que a Governadora se dispôs a pagar, conforme declara MATIAS (2002, 92), “R\$ 102.575.354,00 (Cento e dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e quatro reais), para receber um

programa produzido de uma forma padrão” à Rede Globo de Televisão pelos kits de fitas cassetes e apostilas, e *político*, no que a emissora do Rio de Janeiro apoiaria a campanha de Roseana Sarney para Presidente da República/2002, o que deu errado, a partir dos escândalos da empresa *Lumus* (de Jorge Murad, esposa de Roseana), que excluiu a candidata da corrida presidencial, seguindo o fracasso do ensino à TV. Mas o jornalista Chico Viana (In: DÓRIA: 2002, 76) exagera no valor pago pela Governadora dizendo que “A Secretaria de Educação diz que não é necessário construir escolas, graças ao miraculoso ensino a distância. Ao custo de 114 milhões de reais a Fundação Roberto implantou lá o tal ensino”.

Esse Tele-Ensino²⁵, na verdade não foi tolerado por estudantes e professores. Foram inúmeros e intensos os descontentamentos e protestos dentro de escolas de ensino do Nível Médio, onde foi implantado por imposição este sistema de ensino, e em praça pública contra este aparato tecnológico, que custou caríssimo aos cofres públicos do Estado do Maranhão e para nada serviu. Também se manifestaram contra esta “novidade” instituições maranhenses ligadas à educação, ao que “O Telensino teve o mérito de unir o SINTEP, dirigido por segmentos ligados ao PT, e o Sindicato dos Professores Públicos Estaduais (SINPROESEMMA), vinculado ao PC do B. Ambos lutam, com ações na justiça e com mobilizações, contra o programa da Fundação Roberto Marinho” MATIAS (2002, 98).

Roseana Sarney tenta se esquivar às críticas e influencia o Ministério Público estadual a arquivar processos contra o seu governo. O próprio Jornal Pequeno, que fala, também, em suas páginas os *bons discursos* da Governadora Roseana Sarney, lança ao público notícias sobre a não preocupação do seu governo para com a educação pública. São impressas matérias com fortes críticas, como a do jornalista Walter Rodrigues (WR Jornal, p. 2. In: Jornal Pequeno, 24/06/95):

“Falta de educação

Roseana Sarney atrasou a distribuição de material escolar no interior do Estado.

A Governadora comunicou a SEEDUC que a entrega deve ser sincronizada com as visitas dela aos municípios.

Depois cancelou umas viagens, adiou outras, e por fim licenciou-se do cargo para acompanhar FHC a Portugal, onde o ensino vai bem, obrigado.

Por causa disso, muitos estudantes do interior, que já poderiam estar usando o material escolar do Estado, estão a ver navios”.

²⁵ O **Tele-ensino**, colocado em substituição ao professor presencial, era um sistema munido de TV e Vídeo Cassete, com suporte, pelo qual os alunos “assistiam” às aulas e o professor tinha a posição de monitor ao lado dos aparelhos para apenas orientar e tirar dúvidas desses alunos. Esse “novo” modelo de ensino através da TV foi uma tentativa da Governadora Roseana Sarney de implantá-lo em substituição ao professor presencial para economia de recursos e menos contato professor/aluno.

prática que contraria o discurso “nenhuma criança no Maranhão ficará sem receber o livro didático”, do Secretário de Estado da Educação Gastão Dias Vieira²⁶.

Outra denúncia sobre dinheiro da educação ser desviado, quando 89 mil alunos das escolas comunitárias de São Luís estão ameaçados de não continuarem os estudos porque os seus professores não receberam seus vencimentos desde janeiro, diante do que Gastão Vieira informa que metade de 1 milhão de reais das escolas seriam destinados a 40 assessores, 60 monitores e 20 superintendentes contábeis, mas que os líderes comunitários contestam não existirem esses profissionais e nem os cargos, levando o Secretário da Educação a ser pressionado pelos vereadores para dar conta do dinheiro (Pequeno Suplemento, p. 8, Jornal Pequeno 30/04/95).

Aqui se percebe a real situação do ensino-aprendizagem dos cidadãos e cidadãs maranhenses: deficiência educacional desde a época do governo estadual de José Sarney (1966-70). Enquanto o Governo Roseana Sarney (1995-2002), com oportunidade e recursos à disposição, não se importou com a educação, mesmo a partir do vigor da Nova LDB/96 em que se tem discursado tanto sobre educação da pessoa e sua formação profissional. Educação que, do Governo **Maranhão Novo** ao Governo **Um Novo Tempo**, poderia ter significado de formação profissional e reflexiva aos cidadãos e cidadãs deste Estado.

As denúncias sobre este descaso são fortes e constantes através da mídia não influenciada pelos Sarney, como revista Carta Capital (2005, 30), noticiando que “O estado tem também a menor média de escolaridade, 3,6 anos, ante 6,4 anos da média nacional. A taxa de analfabetismo atinge 22% da população com mais de 10 anos de idade. No fim de 2002, último ano do governo Roseana Sarney, apenas 58 dos 217 municípios ofereciam ensino de segundo grau”. Situação educacional que percebemos claramente negativa e que poderia ser diferente pela sensibilidade dos governantes do Estado do Maranhão em atender a educação como prioridade.

²⁶ **Gastão Dias Vieira**, por ser um dos principais assessores da Governadora ocupando a pasta de Secretaria de Estado da Educação, fala das *maravilhas* que o Governo pratica na educação quando preside, no Convento das Mercês em 19 de novembro de 1996, o *I Seminário de Avaliação do Programa de Gerenciamento pela Qualidade Total* em escolas públicas do Estado, através do qual professores e funcionários conheçam o trabalho uns dos outros e se ajudem organizando a escola e que juntos são capazes de melhorar o rendimento dos estudantes. É um programa que o Maranhão é o primeiro Estado do Nordeste a implanta-lo. “Essa é uma técnica nova no Brasil, utilizado principalmente em empresas privadas. A nossa expectativa é no sentido de que isso realmente possibilite a escola melhorar o nível de ensino e melhorar a relação professor aluno” (Jornal Pequeno, p. 4, 20/12/96).

Mesmo porque, como Sarney se prontificou a elevar o Maranhão à modernidade e ao desenvolvimento, o que não fez, a preparação educacional dos maranhenses a partir da década de 1960 seria relevante para receber o novo advento da reforma da educação a partir da década de 1990, com também o vigorar da Lei de Diretrizes e Bases – LDB/96, diante do que a Roseana, como Chefe de Estado, teve a oportunidade de elevar a nossa sociedade à condição de produtora do saber (com altíssimos índices de alfabetizados e altos índices de formadores de opinião e profissionais), elevar o Maranhão ao progresso sócio-econômico e tecnológico/científico, o que ela também não fez.

Vê-se o quanto os Sarney tem maltratado a educação, porém, durante o Governo Roseana Sarney, têm investido maciçamente em cultura popular. Porque esta dá *alegria ao povo*, retorno econômico e credibilidade política de imediato. Enquanto a educação é o instrumento de despertar mentalidades, produzir profissionais ao trabalho digno e cidadãos contestadores para a vida política, o que pode fazer acontecer para a sociedade tornar-se equilibrada e justa. E por causa disto os governos temem investir em educação significativa.

“Porque ter acesso à palavra escrita significa a possibilidade de dominar um instrumento de poder chamado linguagem formal. É na linguagem formal que estão escritos os códigos, as leis de um país. Manter grande parte da população no analfabetismo é uma das maneiras utilizadas por governantes que querem perpetuar-se no poder, sem sofrer ameaças” (MANGUEL: 1999, 15).

Tem relevante sentido o que o canadense Alberto Manguel cita a respeito da educação de um povo que deve tê-la. É a mesma expressão do historiador, ficcionista e folclorista maranhense Carlos de LIMA (2005, 19): “o nosso problema fundamental, e isso se estende ao país inteiro, é educação. Se o povo não tem educação, não sabe nem o que significa patrimônio”, não sabe o significado essencial das nossas manifestações culturais.

Para a percepção e compreensão da dinâmica e significado da nossa Cultura é fundamental a aplicação da educação (significativa e crítica) ao cidadão e para a cidadã de qualquer idade, etnia, religião e classe social. A educação é a principal alavanca para evoluir o ser humano e assegurar o bem-estar do seu ambiente. Isto é notório em qualquer época e parte do mundo. No contexto maranhense, como se expressa o ex-deputado estadual e Juiz de Direito Celso da Conceição Coutinho, “Só encontraremos solução para os problemas da sociedade se estivermos preparados para construirmos os caminhos da educação”.

Decepcionado com a situação crítica do Maranhão e, especificamente, com o descaso da educação e o trato às manifestações culturais populares pelos políticos, esse historiador maranhense desabafa:

“o nosso folclore está se descaracterizando, pois o poder público está interferindo de forma equivocada [...] O que existe hoje, na maioria, são grupos de dança, com uma imitação de escolas de samba, com influências de grupos baianos ou de Parintins e coisas parecidas. Os grupos autênticos ainda se mantêm, sabe-se lá como, mas já estão sofrendo modificações danosas. Esses novos grupos são para-folclóricos, com coreografia, com designers e tudo mais. [...] Tudo isso está acontecendo, [...] por uma questão de educação, de falta de educação...” (LIMA: 2005, 21).

Isto está bem claro no que acontece com os trabalhos culturais do bairro da Madre Deus, um lugar tradicional de produção cultural às artes, música e manifestações populares como carnaval e Bumba-Meu-Boi. É neste ambiente que foi criado o projeto *Mandingueiros do Amanhã*, destinado para crianças e adolescentes locais. É um projeto que envolve teatro e música da capoeira e pintura para esses infanto-juvenis não ficarem à mercê da ociosidade após as festas folclóricas e carnavalescas do bairro. Aqui não há vontade e nem prática de políticas públicas por parte dos governos históricos e presentes.

Paulo Eduardo, professor da *arte do grafite* no *Mandingueiros do Amanhã*, diz a respeito das autoridades governamentais do Maranhão: “eles aprovam o projeto, mas não repassam a verba”, (In: CRUZ: 2005, 15). Enquanto o jornalista maranhense Márcio CRUZ (2005, 15), denuncia o descaso das administrações governamentais, o desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a forte relação paternalista e o uso da máquina administrativa para a manutenção do poder político no Estado.

“No Maranhão, a realidade não é nada diferente. A pequena esperança que existe, soa nos sotaques e nas brincadeiras de uma cultura popular riquíssima, que trouxe prosperidade para muitas comunidades. Uma destas é a do bairro da Madre Deus, localizado no coração de São Luís, e um verdadeiro reduto da produção musical e artístico do Estado.

Com o crescimento do turismo, principalmente no período do carnaval e das festas juninas, os grupos folclóricos e as bandinhas e escolas carnavalescas – a exemplo do *Bicho Terra* e da *Turma do Quinto* – agregam várias crianças e adolescentes para as apresentações. Passado o furor das festas, muitos destes jovens artistas ficam, literalmente, sem ter o que fazer, à mercê de um cardápio de problemas sócio-urbanos existentes em nossa capital” (Id., 14).

Mesmo os Sarney, como detentores do poder público do Maranhão, com a oportunidade para desenvolver um plano social e cultural e, modificar a condição de vida da maioria do povo deste Estado nunca o fizeram e nem o farão senão o contrário. A pobreza da maioria dos maranhenses continua, e cresce cada vez mais, enquanto a Oligarquia Sarney se enriquece cada vez mais e provoca a descaracterização da nossa cultura popular, subordinada ao poder do clã. Para o jornalista Sérgio LÍRIO (2005, 35), “Grande parte deste poder, tudo indica, emana do controle dos meios de comunicação. Sarney compreendeu cedo a importância de um projeto de poder acoplado ao controle da mídia”.

Mesmo porque, como lideranças no Poder do Estado, determinantes práticos e detentores maiores das leis, os governantes não tratam de uma educação significativa e bem-estar do povo. As leis que eles próprios instituíram demonstram não se subordinarem a elas. Percebemos isto bem claro na grande contradição entre a prática que a sociedade civil maranhense vive (com educação precária e condição de vida deficiente) e a teoria escrita na Constituição do Estado do Maranhão: “Art. 3º - O Estado orientará sua atuação no sentido da regionalização de suas ações, visando o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais”. E ferem seria e insensivelmente a condição de vida humana da sociedade civil maranhense ao objetivo fundamental de “construir uma sociedade livre, justa e solidária;” e “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (Art. 3º, incisos I e III), constantes da Constituição da República Federativa do Brasil, por ironia promulgada, em 1988, no Governo Federal do político maranhense José Sarney (1985-89).

Por essas práticas, ideologias, manipulação da cultura e manutenção do povo alheio às leis, os governantes asseguram o enfraquecimento de mobilização reivindicatória e a contenção de movimentos revolucionários, acomodando grande parte do povo à pobreza e ao conformismo, garantindo, assim, a continuidade da Oligarquia Sarney, a legitimação do seu poder. Na opinião do jornalista maranhense Moisés Matias SOUSA (2002, 13/14), “É o uso constante e sistemático da mentira e da mistificação no exercício do poder, construindo uma realidade falsa e ilusória para sustentar seus desejos de grandeza e de domínio”.

Ainda na idéia de SOUSA (2002, 21) é um estranho novo tempo de “valorização” da cultura popular enquanto aumenta a miséria do povo.

4. O ESTADO MECENAS E AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS POPULARES MARANHENSES

É na formação do **Um Novo Tempo**, sob representação oficial de Roseana Sarney no poder político máximo do Estado do Maranhão, que a Oligarquia Sarney continua e fortalece mais ainda a consolidação estrutural do seu domínio pela formação de alianças com a maioria da Assembléia Legislativa, prefeitos municipais e apoio maciço à cultura popular maranhense.

Mas esse apoio, que acarreta na ação de dar e receber, entre o Governo Roseana e a cultura popular anima imensamente os grupos das brincadeiras populares que há muito vinham persistindo numa afirmação de suas atividades serem bem consideradas, de fato, e obterem recursos por parte da classe dominante.

O apoio significativo com recursos por parte do governo acontece, mas ao mesmo tempo isto incentiva para a criação de inúmeros outros grupos culturais que, com a intenção de também serem beneficiados passam a se manifestar em busca do *El Dourado* de incentivo cultural e fazer parte do consumo das verbas destinadas às manifestações populares culturais. Esses outros grupos já nascem sem identificação, sem a essência propriamente dita de uma cultura popular, enquanto as manifestações culturais tradicionais são destituídas aos poucos da sua identidade.

Situação em que a maioria dos líderes de grupos de Bumba-Meu-Boi, por exemplo, sabem que em meio às vantagens de poderem ter espaço, apresentarem ao público as suas brincadeiras e poderem, alguns, se apresentarem no exterior, terão desvantagens de trabalhar para um sistema explorador (o Estado) e as suas manifestações culturais sofrerem descaracterização da sua evolução natural para uma mudança acelerada de modo artificial.

Pelo hábito de se atrelar ao Estado, financiador da cultura popular, sem criar uma dinâmica própria de produção (como oficinas, atelier, CDs e continuar as apresentações programadas pelos próprios grupos em comunidades, bares e hotéis e mesmo em espaços culturais cobrando aos turistas), as manifestações culturais populares correm o risco de serem produtos descartados quando a febre do turismo passar e o Poder não mais precisar.

O que dizemos aqui a respeito das nossas culturas não é porque seja uma visão única, mas pela percepção de inúmeras mentalidades desenvolvidas à criticidade dentro de uma realidade presente (ou passado recente) de que as manifestações culturais da nossa sociedade passa por uma modificação radical com mesclagem cultura popular e cultura de massa, em todos os aspectos, pelo poder da cultura erudita de intenso interesse político e econômico. Nisto aqui está o que podemos chamar de *ganância para credibilidade política e produção econômica*. Quer dizer: As manifestações culturais populares estão sendo transformadas em instrumentos de propaganda política e produtos de consumo internos e de exportação, e têm de ser de “qualidade”, e reprodução das massas.

É neste momento de turismo (que começa avançar significativamente a partir da segunda metade da década de 1990), capitalismo selvagem (que já domina em todo o globo “civilizado”), e Roseana Sarney, atuar como governante do Estado do Maranhão que a cultura popular maranhense passa a obter significado e apoio sistemático e intenso por parte do Estado. Isto não ao bem-estar da população como um todo, mas do sistema dominante.

Mesmo alguns não elitistas se beneficiarem com este apoio, como comerciantes, que vendem seus produtos, por exemplo, artesanais e comestíveis típicos, brincantes tradicionais poderem brincar mais e serem vistos pelo público local e de importação como também (pessoas selecionadas) participarem de viagens ao exterior para apresentações e donos de bumba-bois ganharem alguns poucos recursos, mas o objetivo real é obtenção de resultados materiais (econômicos) e ideológicos (credibilidade política e neutralização do senso crítico, dando vazão ao prazer das massas, com efeito, **acomodação social**), para os detentores da cultura erudita.

É o Bumba-Meu-Boi, nascido de um rito simbólico da nossa cultura popular tradicional, o mais alvejado ao sistema das brincadeiras às épocas previstas tradicionalmente e para a *extra festa*, antes e depois dos festejos juninos, organizada pelo Estado, com apoio federal e participação da Prefeitura. Este Bumba-Meu-Boi, instrumento para a sustentação dos sistemas político e, principalmente, comercial, dentro deste novo momento identificado, também, como turismo. Este, está atuante e crescente em todo o mundo como um novo gerador de recursos em grande escala, que exige modificações e estetização nas estruturas sociais, educacionais e culturais, preparação de infra-estrutura e preservação ambiental no sentido de desenvolver as potencialidades do Estado do Maranhão.

O *desenvolvimento turístico*, como um dos elementos do *Plano Plurianual* do Governo Roseana Sarney, é acompanhado pelo *desenvolvimento cultural e proteção ao meio ambiente*, que têm em comum investimentos econômicos e políticos. São essenciais para a formação de uma nova imagem para o Maranhão.

A proteção ao meio ambiente está mais ligado ao turismo (ecológico), que injeta recursos no Estado. Daí a necessidade maior, para o Governo, de se preservar o meio ambiente criando-se reservas ecológicas (como parques dos lençóis, parques florestais e fluviais – e com isto, o *interesse* pela preservação da fauna e da flora) e sítios arqueológicos (como sítios de fósseis às margens do rio Itapecurú).

O turismo abrange duas categorias essenciais para a geração de renda a uma parte da população local e, conseqüentemente, geração de recursos, em grandes volumes, para o governo do Estado. São o Patrimônio Cultural (arquitetônico histórico, sítios arqueológicos e cultura popular) e Patrimônio Ecológico (ambiente natural e fauna e flora).

Segundo o governo do Estado do Maranhão, o turismo

“é uma das áreas de maior crescimento em todo o mundo, provocando impactos os mais significativos sobre a ocupação de mão-de-obra e sobre a geração de renda. O seu desenvolvimento implica repercussões em 52 (cinquenta e dois) segmentos diferentes da economia, podendo-se destacar: transportes, hotelaria, bares e restaurantes, diversões, artesanato, entre outros. É inegável o potencial turístico do Maranhão, mas seu aproveitamento depende de infra-estrutura. Nesse sentido, o Governo do Estado vem executando o PRODETUR I, destinado à ampliação e melhoria da infra-estrutura de São Luís (áreas do Centro Histórico) e de Alcântara. Contando com aporte de recursos do Banco Mundial, melhora-se o visual urbanístico da área, com a expansão e renovação das redes de água e esgotos e adaptação subterrânea das redes de energia elétrica e telefonia” (Plano Plurianual: Internet, PDF, 2005).

Com isso, o governo anuncia a público que as suas ações sobre o turismo visa objetivar *modernização e dinamização do aparelho produtivo, conservação e proteção do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável*, para reduzir as desigualdades sociais e melhorar a vida dos maranhenses.

Em meio a esta dinâmica e em contribuição ao bem-estar social, está presente o Bumba-Meu-Boi, que passa a ser “valorizado” e trabalhado por um sistema mesclado de capitalismo e política.

4.1 Bumba-Meu-Boi, principal manifestação cultural popular a serviço do poder público maranhense

O Bumba-Meu-Boi, popularmente tratado como cultura pelos seus produtores e brincantes, é uma manifestação de lazer, mas de uma identidade própria, tendo como características a sua espiritualidade, dotada de significados simbólicos e rituais, e a sua materialidade, no que se percebe os elementos com os seus instrumentos, com os quais se harmoniza o instrumento fonador em seus cânticos evocando um acontecimento. O que podemos chamar de **Auto do Bumba-Meu-Boi**.

Mas o Bumba-Meu-Boi tem sido tratado não tanto como manifestação cultural, mas como um instrumento de festa folclórica. No que a Companhia Barrica, a partir da década de 1990, contesta, nas palavras de GODÃO (2000, 128), trabalhando de modo temático junto aos segmentos sócio-culturais e políticos em defesa da afirmação e valorização da cultura popular e sobre o verdadeiro papel do artista popular no contexto sócio-econômico da cultura, para acontecer uma nova percepção da sociedade sobre as manifestações artísticas populares que tem sido ideologicamente negado o seu estatuto de cultura²⁷ e intencionalmente chamado e mascarado de “*folclore*”²⁸.

“O folguedo do Bumba-Meu-Boi, cultuado em quase todos os Estados Brasileiros, é uma homenagem à sua enorme parceria com os colonizadores deste nosso querido Brasil. Em tudo, o boi serviu ao homem-colonizador, tanto ao índio, ao europeu, quanto ao afro. Aqui, no Estado do Maranhão, esta brincadeira é totalmente atípica, em comparação com as suas congêneses dos demais *brasis*”. A começar pela sua denominação. Popularmente, é somente conhecida como Bumba-Boi ou Boi. Um folguedo junino e principalmente joanino. Joanino, porque o seu ciclo de apresentações inicia-se em homenagem a São João. Na véspera do dia consagrado ao Taumaturgo, 23 de junho, é que acontece o BATIZADO DO BOI, passando a ser mais uma brincadeira junina, devido seu pique maior acontecer exatamente no mês de junho” (REIS: 2005, 46)

Essa cultura de produção e afirmação popular, sendo auto-sustentada mesmo precariamente, teve a sua existência de **rito**, **culto**, e brincadeira identificando, em sua sabedoria popular, uma comunidade específica, da qual não ultrapassava as suas fronteiras e sofria repressões intensas no século XIX.

²⁷ CULTURA: [do Latim *cultura*] O complexo de padrões de comportamentos, das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade (FERREIRA: 1984, 409).

²⁸ FOLCLORE: [do Inglês *Folk-lore*] Conjunto das tradições, conhecimentos ou crenças populares expressas em provérbios, contos ou canções; conjunto das canções populares de uma época ou região; estudo e conhecimento das tradições de um povo, expressas nas suas lendas, crenças, canções e costumes (FERREIRA: 1984, 640).

Para ser levado a público por pessoas simples e não abastadas (daí o termo **popular**) na cidade, enfrentava dificuldades de aceitação por parte da classe da elite. É o caso dos bumba-bois que não conseguiam chegar ao perímetro da cidade de São Luís, o que hoje chamamos de Centro, parte de edifícios históricos que abrange Praia Grande, Portinho, Desterro até o Canto da Fabril²⁹, mas se restringiam ao bairro do Anil, Maioba, Turú, Maracanã e São José. A graça acabava ficando mais para a comunidade local devido a dificuldade de locomoção em função das distâncias de um lugar a outro e, como problema maior, os “perigos” que as festas de bumba-bois representavam para a cidade *dos refinados*.

A elite, por não gostar e nem tolerar as brincadeiras barulhentas e *perigosas* dos pobres providenciava junto às autoridades o distanciamento da cidade dos grupos de bumba-bois. A polícia, por sua vez era encarregada dessa tarefa apreendendo e destruindo instrumentos dos brincantes. Repressão impulsionada, também, pela preocupação com a lei e a ordem e o medo da rebelião, porque temiam formação de grupos maranhenses não portugueses que logo eram olhados com desconfiança como agentes rebeldes por parte da elite devido aos versos ofensivos e ataques públicos aos portugueses e seus estabelecimentos (ASSUNÇÃO: 1999, 11). Daí o principal motivo da repressão aos bumba-bois, mesmo porque era um momento ligado a movimentos políticos pela independência do Brasil e os comerciantes portugueses dominantes na cidade de São Luís não aderiram senão por capitulação, em 1823.

“Brincar bumba-meu-boi era, para os brincantes, uma vadiagem que se atualizava num contexto de contínua violência: “o pessoal era vadio pelo boi [...] gostava de vadiar o boi”. Famílias inteiras se envolviam nas brigas de bois. “A família toda saía”, e as mulheres acompanhavam seus respectivos maridos e filhos. E, na hora da briga, elas “só faziam gritar, chamando seu fulano, seu beltrano”. Elas “viravam a sai, a saia comprida, pegava aqui, naquele colchete e botava pedra. Aí, bajugavam pedra, quando elas não bajugavam, dava prós filho, dava prós marido [...]: ‘Mete uma pedrada nele!’”. Um Boi “não podia passar por outro, qualquer um que passasse, brigava” (BARROS: 2005, 6. In.: Marciano Vieira Passos. In.: MEMÓRIA DE VELHOS, 1997, 78).

Nem mesmo membros da Igreja Católica tolerava o Bumba-Boi, como o de Zabumba, o mais antigo, no que “...o Padre Lopes Gama, em 1834, condena o boi como o mais estúpido, o mais desenxabido, o mais tolo, o mais sem graça de quantos divertimentos inventa o povo” (JP Turismo, p. 3. In: Jornal Pequeno, 03/10/96).

²⁹ A cidade de São Luís do século XIX não era formada por todos os bairros existentes atualmente. Só o espaço de edifícios construído aos portugueses (hoje, considerado centro histórico) era considerado cidade, com bairros pobres, como a Madre Deus, periféricos próximos à cidade. Já os lugarejos distantes, ligados pelo chamado *Caminho Grande*, que hoje é formado pelas avenidas Getúlio Vargas, João Pessoa até Casemiro Junior, eram Anil, Turú, Maioba e Maracanã, além de outros poucos lugarejos.

No artigo *A formação da cultura popular maranhense. Algumas reflexões preliminares*, do Doutor em História Matthias Rohrig ASSUNÇÃO (In: NUNES: 2003, 44), relata sobre as câmaras municipais proibirem os batuques dentro das cidades, que

“a repressão institucional, embora presente, não era completa e tentou limitar a celebração dos batuques a lugares fora das cidades e das vilas. Leis similares foram reeditadas durante a década de 1860 (ARAÚJO, 1991:28-30). A principal razão para extrema suspeita das autoridades era que os batuques constituíam uma ocasião de encontro de pessoas livres e escravos de diferentes fazendas, formando grandes reuniões, dificilmente controláveis. O que eles temiam, acima de tudo, era uma revolta escrava; estavam pouco preocupados com o “fetichismo” dos negros naquele momento. Durante períodos de intranquilidade, essa tolerância condicional era imediatamente suprimida. Isso ocorreu, por exemplo, depois dos tumultos de 1831, quando as autoridades de São Luís proibiram os batuques na cidade e destruíram os tambores e outros instrumentos apreendidos (*Publicador Oficial, 1832:112*)”.

A Doutora em Antropologia Social Maria Laura CAVALCANTI (2003, 99) ressalta que o cronista maranhense João Domingos Pereira do sacramento saudou, em 5 de julho de 1868, o renascimento do folguedo do bumba nas ruas de São Luís do Maranhão depois de 7 anos ausente, mas com a permissão da polícia o cronista dava *hurrah ao Bumba!* “Se não o tivéssemos, como passariam insulsas, mornas e silenciosas as festivas e estrepitosas noites dos tres santos fogueteiros do mez de junho! (...) como nos havemos de divertir sem a clássica berraria do bumba?” Mas hoje, esse cronista daria *hurras* a Roseana Sarney, a mecenas do bumba-meu-boi e das festividades populares do Maranhão.

Já em fins do século XIX e início do século XX, momento em que o espaço geográfico da cidade de São Luís se encontrava mais expandido, os donos de bumba-bois emitiam requerimentos solicitando às autoridades públicas autorização para as suas festas culturais nos meios públicos nos dias dos festejos juninos, ao que a Secretaria de Polícia somente concedia licenças para realização destas festas nas periferia da cidade, o que no momento, o lugar propício era o João Paulo³⁰. “Existia então uma lógica espacial que refletia as relações de poder entre autoridades e classes subalternas, opondo um centro “civilizado”, onde não se tolerava tais “barbaridades”, à periferia, onde era difícil impedi-los” (ASSUNÇÃO: 1999, 12).

³⁰ O bairro do João Paulo, outrora Areal, é cortado pela avenida João Pessoa, que no século XIX era chamada de Caminho Grande, partindo da Praça João Lisboa até o Anil. Este com o Areal, por exemplo, eram bairros proletários às fábricas de tecelagem espalhadas pela Ilha de São Luís, enquanto a Madre Deus era um dos pontos de atracamento de embarcações e transporte de produtos onde moravam carregadores, pescadores e operários (da fábrica do bairro). A partir da década de 1990 a avenida João Pessoa passou a ser chamada de *avenida São Marçal*, em homenagem aos festejos de bumba-bois, que se concentram ali para realizar o seu “último dia de festa”, no último dia do mês de junho de cada ano.

Como o tempo, já a partir da proximidade da segunda metade do século XX, as práticas de bumba-bois e de outras manifestações culturais populares foram sendo aceitas pelo público que começou ao poucos a apreciá-las, o que à lembrança da mocidade do escritor maranhense Josué MONTELLO (2005, 16) “a animação maior é nos arredores de São Luís, no bairro proletário do João Paulo, onde existem um ou outro dos velhos sítios e das velhas chácaras, que nos vieram do tempo do Império e do começo da República”

Adquirindo multiplicidade, espaço social e político e também receber crédito por parte de governos do Estado, que passou a “doar” (parcos) recursos e desenvolvendo as suas indumentárias dentro da sociedade maranhense, o bumba-meu-boi passou a ser recebido para brincar dentro da cidade, com toda as pombas, fazendo apresentações para comunidades com pagamento feito por elas e, às vezes, por alguma família, a partir da segunda metade do Século XX. Da década de 1980 até a primeira metade de 1990, o governo investia, à moeda de hoje, até R\$ 700,00 (setecentos mil reais).

Mas o grande significado de “valorização” das manifestações culturais populares passou a acontecer a partir da segunda metade da década de 1990, quando por conta principalmente do turismo e do capitalismo avançado essas manifestações passam por mudanças no seu comportamento e nas suas atividades a tal ponto de terem disputas entre si e, obrigatoriamente, apresentações constantes. Isto beneficia uns e prejudica outros para obtenção de recursos e espaço, junto às massas, para as festas de São João e *Extra Festa* no que “os bois de Zabumba sofrem a concorrência dos de Orquestra, mais assimiláveis pelo público jovem, para quem o bumba é apenas pretexto de folgança e diversão. O Boi de Matraca tem seu público alvo, seja o da Madre Deus, seja o da Maioba, seja o do Maracanã” (JP Turismo, p 3. In: Jornal Pequeno, 03/10/96).

Estetização nas suas aparências para mostrar “o belo”, ritmos e instrumentos modificados e mesclados, e já com a presença ativa de personalidades políticas, literárias e empresarias, as quais se inserem literalmente como participantes nas brincadeiras, vestidas com as indumentárias, por exemplo, dos bumba-bois, e sem um mínimo de identificação íntima para com as festas culturais, produzidas pela sabedoria popular, e os brincantes tradicionais. Ainda mais, a sensibilidade dessas culturas são tornadas superficiais e o seu sentido ritualístico é desvanecido, descaracterizando a identificação entre pessoas e ritos.

Uma coisa assim podemos perceber, a partir da segunda metade da década de 1990, no ritual da morte de alguns bumba-bois no que, como disse a professora Superintendente de Cultura Popular professora Maria Michol, nas palavras do boiero Apolônio Melônio, que “*agora o bumba-boi não morre mais, mas desmaia*”. Não morre, também não ressuscita, como era comum e tradicional, formando um ciclo *espiritual de reencarnação*, de atividades culturais. Só desmaia, em função de estar vivo para continuar as festas fora de época, o que é denominado de *extra festa*. Mas que também alguns dos elementos que acompanhavam o Bumba-meu-Boi estão sendo substituídos, como a fogueira pelos holofotes, o pandeirão de couro pelo pandeirão de naylon, representação de nativas “índias” por garotas bonitas e sensuais à dança da bundinha, penas naturais por penas artificiais, o *auto* com encenação pelo espetáculo. Mas a cachaça continua, parece insubstituível.

Luzian Silva Fontes, Coordenador do Setor de Lei de Incentivo da Fundação Municipal de Cultura – FUNC e integrante tradicional do Bumba-Meu-Boi de Axixá, diz que o Boi é algo que o faz se sentir mais forte, tanto é que ele passa doze, quinze noites direto brincando e não sente dores nem cansaço. Mas que, agora, sob a luz dos holofotes

“Apagam-se as fogueiras. Tiraram o *auto*. O *auto* desapareceu por causa da concorrência. Hoje, apresentações de uma hora antigamente tirava-se uma noite cantando, se apresentando. A parte forte que era o *auto* do Bumba-Boi, a parte teatral que era muito forte, e para onde começou a encenação da Mãe Catirina com o Pai Francisco, aquela coisa, levava horas e horas. Agora é uma hora. Você prepara a brincadeira para botar uma hora em cada local [de apresentação]. Não faz mais uma brincadeira para tocar uma noite. Noitada, não faz. Faz prá tocar uma hora. Você não pode fazer um *auto* em uma hora, não tem como fazer, é muito aperreado porque tem o ritual. Para você ver o que causa isso: o capital, a concorrência. Mas como o grande lance hoje é o turista, o turista não quer saber do *auto*, ele quer ver aquela coisa...” [a dança, a festa]. (Entrevista com Luzian Fontes).

Antão, tanto instrumentos, ritual, canto, enfim, toda a dinâmica espiritual e material das brincadeiras culturais populares está sendo modificada, substituída em grande parte, por novidades que descaracterizam a essência do Bumba-meu-Boi frente ao capitalismo e às personalidades políticas.

Aos poucos, percebe-se que os brincantes tradicionais, que se identificam realmente na brincadeira, estão perdendo, também, sua vaga nas brincadeiras para essas personalidades da elite, que invadem sorratamente, que muito procuram aparecer com agentes de propagandas personalística, política e comercial, desvanecendo a espiritualidade

do bumba-boi, extraindo o seu perfume natural, a essência do seu rito, da sua identidade, produzindo conseqüências de *belo* só nas aparências e abandono às suas origens. Até mesmo a fogueira de São João, ao saltitar alegre de crianças e jovens e ao esquentar dos tambores e pandeirões das festas populares, está sendo apagada, dando lugar aos holofotes, desfeita às mudanças radicais causando uma desequilíbrio para o que era.

“Esse desequilíbrio decorre de alguns problemas. Um deles é a aceleração da atualização cultural que faz com que alguns grupos privilegiem a mudança dos ritmos, da musicalidade, dos instrumentos, do vestuário e dos adereços, sem qualquer referência à experiência artística/ritualística do folguedo ou sem qualquer definição estética local. É uma aceleração que tem a ver diretamente com o fenômeno de *esteticização da experiência*, isto é, com o exacerbamento de experimentações estéticas, voltadas para a fugacidade efemeridade, sem qualquer vinculação com o enraizamento vital originário do bumba-meu-boi.

Nesse processo de aceleração, o que conta para os grupos é a *performance*, a realização individual e a visibilidade, o efeito de puro *espetáculo*, de um acontecimento elaborado, cuja natureza combinatória se esgota, porém, na sua realização e representação espetacular. Há uma lógica dissuasora na esteticização que faz com que, uma vez realizadas como sugestões de atos criadores, as experiências sofram os efeitos da ação que as gerou porque uma nova experiência está a caminho.

Por um lado, o *valor da exposição* implode e fragmenta o valor de *culto* em favor de uma tradição modelizada e perfomatizada por padrões emprestados de outras referências culturais como o axé music, o Boi Bumba de Parintins, a dança erótico/pornográfica do grupo É o tchan. Isso acontece, por exemplo, quando o boi/armação, referência simbólica principal do folguedo, é substituído por inúmeras coreografias eróticas de índias semi-nuas pulando à moda do *É o Tchan* no afã de conquistar platéia ou, ainda, quando estão vestidas com penas carnavalescas à semelhança do Boi Bumba de Parintins” (MARQUES: 2003, 93/94).

Sem retorno à sua originalidade e sem participação **equitativa** nos lucros, o bumba-boi vira máquina de trabalhar e produto de consumo à satisfação econômica da sociedade política e objeto de uso provisório dos turistas, da platéia, das massas. Sendo que os recursos gerados pelas manifestações culturais populares não chegam às mãos dos brincantes tradicionais e brincantes inseridos só para embelezamento, como as “índias” que são representadas por bonitas garotas bem arrumadas com pouquíssimas vestimentas e alguma sensualidade que nada têm a ver com características de pessoas (indígenas) nativas da nossa terra. É uma forma de mostrar aos turistas as “nossas belezas culturais”, e o turista por sua vez é “enganado” por vir aqui ver as tradições e lhes são apresentadas as superficialidades, a falsa realidade das manifestações culturais populares maranhenses.

Nestas condições, ao que foi e ao que é, o bumba-meu-boi sofre metamorfose às aparências para agraciar a platéia. Significa que deixou de ser ele mesmo e de um povo, passando a incorporar uma entidade à capitalismo e à política, mesmo para o que já se falava

naqueles momentos da segunda metade do século XIX que o bumba-meu-boi sofreu à modernidade e que hoje dizemos a mesma coisa, porém com a ênfase de que a intensidade e o peso das duas forças dominantes da sociedade o fizeram um produto econômico e um instrumento de voto. Aí percebemos que o bumba-meu-boi inevitavelmente vem passando por transformações com o progresso das coisas no tempo neste espaço chamado Maranhão.

“Enquanto a modernidade intercambia o sistema simbólico do folguedo com o mundo profano, transformando-o em produto, espetáculo, mercadoria, ampliando o seu caráter plural com objetivos empresariais, lucros e responsabilidades junto aos diversos setores sociais na formação simultânea de uma imagem e de uma identidade”.(Id., 92).

A idéia de tradicional fica à visão do moderno, no que o novo é diferente e o que vem do antigo, no caso as tradições populares, deve permanecer com as suas mesmas características agindo no inconsciente e no imaginário popular do presente. Mas à percepção crítica sobre o cultural deve haver a compreensão de que tudo sofre transformações diante de novos paradigmas, aos quais tem de se adaptar, mas continuando a lembrança das tradições, mesmo sem os seus aspectos originais, passados através dos tempos por registros históricos grafados ou mesmo pela oralidade à constituição e reconstituição dos significados culturais produzidos por um **povo** à sua história. Porém, a fim de lembrar, o Bumba-Meu-Boi passa por transformação para além do natural neste momento, uma transformação forçada e rápida pelo capitalismo e pelo aproveitar dos políticos.

4.2 Governadora *mecenas* e as manifestações culturais populares maranhenses (1995-2002)

No primeiro mês do seu mandato, não se pode negar, a Governadora Roseana Sarney tem sido dinâmica em cobrar apoio e receber aprovação, da Assembléia legislativa, para as suas decisões e práticas aos seus projetos e programas no que diz respeito, além das reformas, ao patrimônio histórico de São Luís e Alcântara e à cultura popular.

No início do seu governo reclamava a falta de recursos para todas as categorias da sua administração, como o que é noticiado na matéria “**Cultura, sem recursos, pede criatividade**”, do jornal O Estado do Maranhão (p. 15, 10/01/95) que a SECMA busca união entre os que geram fenômenos culturais com aqueles que difundem, amparam e patrocinam a cultura, levando às comunidades as manifestações artísticas e culturais populares. Mas para Roseana como Governadora, não lhe faltou apoio nem credibilidade por parte de

instituições federais e estrangeiras para lhe fazer empréstimos. Mesmo porque no Senado Federal atuavam senadores maranhenses como Edson Lobão e, principalmente (mesmo respondendo pelo Amapá) o seu pai e ex-presidente José Sarney, cuja influência e simpatia se fizeram presentes ao Governo Fernando Henrique Cardoso e a instituições financeiras internacionais como o BID e o Banco Mundial.

É a partir do primeiro ano do governo federal de Fernando Henrique que o Brasil passa a receber investimentos estrangeiros de US\$ 1 para US\$ 1,5 bilhão de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para prioridades sociais na *saúde*, *educação* e *saneamento* (O Estado do Maranhão, p. 5, 17/01/95). E o Estado do Maranhão participa desse bolo econômico, o qual é recurso importante para começar a por em prática algumas prioridades sociais.

Enquanto para investimentos culturais e patrimoniais, o Governo do Estado tem como maior interesse a *priori* o Patrimônio Histórico do *Projeto Reviver*, com recursos emprestados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID no valor de 74 milhões de dólares, mais 6 milhões para Alcântara e 10 milhões para reformar o aeroporto de São Luís. Para o Secretário de Cultura Eliezér Moreira, “tudo em nome da imagem do turismo cultural que precisamos abranger” (O Estado do Maranhão, p. 15, 10/01/95). São investimentos necessários ao Estado devido o advento do turismo, tratado como grande fonte geradora de recursos sobre o patrimônio histórico (e ambiental) e as manifestações culturais populares a partir da década de 1990. Neste período, a Governadora faz vários acordos para garantir o desenvolvimento das potencialidades turísticas no Maranhão.

A partir dessa década acontece uma intensa transformação mundial na Cultura das sociedades modernas à globalização, capitalismo e neoliberalismo. Neste contexto, a cultura popular maranhense está a satisfazer novos modos de vida, mesmo para a sua sobrevivência, por suprimentos e proteção, o que vem através da sua aliança com a sociedade política. Mesmo porque a força do capitalismo não lhe permitiria ser auto-sustentável e autônoma, sabendo-se que essa cultura pode ser um grande instrumento a favor dos dominadores da sociedade. Assim acontecendo, envolve instituições, produtores culturais civis (intelectuais, artistas e cantores), governos das três esferas administrativas, incorporações econômicas (nacionais e internacionais), empresas privadas, mídia, etc.

Nessa dinâmica, se implementa idéias e ações no sentido de envolver a cultura popular para a produção e geração de recursos e credibilidade política, com uma nova forma de personalidades político-eleitorais discursar em meio ao público: apoiando as manifestações culturais populares, no contexto maranhense.

E não houve e nem há alguém mais apropriado para isto do que a Governadora Roseana Sarney baseado nos principais motivos de oportunidade de liderança no poder público, carisma político, “identificação pessoal” com o bumba-meu-boi, advento do turismo e oferta de empréstimos junto a instituições financeiras internacionais.

O bumba-meu-boi, como uma das mais tradicionais manifestações populares do Estado Maranhão, foi o objeto popular principal alvo para o investimento tanto político-ideológico quanto econômico do Estado no governo Roseana Sarney.

“Para entender a intervenção da elite na cultura popular é necessário levar em consideração o contexto mais amplo que, através dos séculos, produziu políticas muito diferente no que diz respeito a metas, formas de implementação e resultados (ASSUNÇÃO: 2003, 38).

Sobre isto são vários os pensadores que vêm alertando a sociedade no sentido de preservação das manifestações culturais em sua originalidade e identidade de uma comunidade, de um povo, que expressa através das suas festas populares os seus sentimentos, os seus desejos, as suas crenças e rituais, o seu modo de viver num contexto social. É nestas tradições, como vemos na mais importante manifestação da cultura maranhense que é o bumba-meu-boi, que está descrita a vida da pessoa simples, os trabalhadores e as trabalhadoras do campo e da cidade. Mas que, a partir da segunda metade da década de 1990, sob os poderes do capitalismo e, conseqüentemente, da política esta cultura popular sofre transformações indesejáveis. Ao pensamento do cientista social Bruno BEZERRA (2004, 7),

“Recentemente o poder público estadual vem dando uma ênfase significativa nas manifestações da cultura popular maranhense, tendo em vista, sobretudo, o desenvolvimento do turismo no Estado. [...] coloco-me aqui a prestar algumas provocações aos produtores culturais, classes políticas e pessoas em geral envolvidas com o universo do bumba-meu-boi em São Luís”.

À mesma percepção, através do seu artigo “Cadê o Boi de Orquestra?”, é a da Mestre em Educação e pesquisadora em cultura popular Deborah BAESSE (2005, 2):

“O folclore é uma instituição viva, feito por pessoas, e, como tal, precisa adaptar-se, assimilar influências, aculturando-se. Entretanto, esse deve ser um processo natural, fruto das mudanças sofridas pelas comunidades responsáveis pelas brincadeiras. O que se tem visto no Maranhão, em especial nos grupos de orquestra, é uma comercialização inescrupulosa dos grupos, que, de manifestações folclóricas, tornaram-se shows comerciais. São índios e índias escolhidos a dedo, segundo o padrão de beleza da “Malhação” e músicas frenéticas, num compasso enlouquecido que nem de longe lembra a música tradicionalmente atribuída ao sotaque de orquestra”.

Para o Historiador e membro do Grupo de Pesquisa, Religião e Cultura Popular Antonio Evaldo BARROS (2005, 7), “trata-se de um período em que, no território demarcado como Maranhão, intelectuais, políticos, poetas e escritores começam, de modo acentuado, a se interessar pela cultura popular, ou melhor, por elementos dela, o que mostra que essa não é uma especificidade/originalidade dos últimos anos”.

Agora, diante da necessidade de suprir o turismo, que foi idéia para outras implementações do Governo para a cultura popular, o Bumba-Meu-Boi (com cinco sotaques principais – Zabumba, Matraca, Orquestra, Costa-de-Mão e Sotaque da Baixada ou Pandeiirão) e outras manifestações culturais populares, como Festa do Divino Espírito Santo, Cacuriá, Tambor de Crioula, etc., tornaram-se instrumentos de funções mercadológica, política e de reprodução das massas, atuando para além das suas épocas tradicionais de apresentações, isto é, *extra festa*, na capital e em vários outros municípios maranhenses.

Dentre esses municípios, temos os que mais recebem, além de São Luís, apoio cultural e presença da Governadora, como Imperatriz e Caxias, etc. Assim, Bulcão diz:

“Eu me lembro quando a primeira vez eu fui a Imperatriz o teatro todo deteriorado. Você vai hoje a Imperatriz, o teatro é a menina dos olhos de Imperatriz. E quem foi que fez? Roseana, deu aquele grande presente. Você vai a Imperatriz e vê o Beira Rio, o *Viva*, o *Viva Imperatriz*. Quem foi que fez? Roseana. O grande incentivo à cultura local. Quantos projetos nós não fizemos ali! Principalmente das quadrilhas juninas, que é a marca, é a cara de Imperatriz. ...nós penetramos ali, em todas as camadas sociais, principalmente as camadas sociais mais identificadas com a cultura popular. [...] Se você for a Caxias, vai ver grande trabalho que nós fizemos lá com os grupos de Caxias. E você vai pegar do Bumba-Boi até os outros grupos que ponderavam como brincadeiras juninas, como brincadeiras de Carnaval. [...] Você vai aqui para a baixada você vai pegar Pinheiro, vai pegar Cururupu, vai pegar Cedral. Todos aqueles interiores da baixada nós incentivamos o carnaval, nós incentivamos o Bumba-Meu-Boi”. (Entrevista com Luís Bulcão).

Isto cresce a cada ano, a partir de 1996 até 2002, com intensa divulgação midiática, principalmente pela TV Mirante, e constantes apresentações, bem como aos

investimentos econômicos muito acima do orçamento programado pelo Governo do **Um Novo Tempo** aos programas culturais, como por exemplo, ultrapassando o estimado de R\$ 6 (seis) milhões de reais, foram aplicados 15,7 (quinze vírgula sete) milhões de reais para a cultura popular no ano eleitoral de 2002³¹, valores descobertos pela especialista em jornalismo cultural Gisélia Castro Silva NOGUEIRA (2005, 5).

Para todos os eventos culturais populares a mídia, principalmente e em grande escala a *TV Mirante*, teve participação no bolo orçamentário público absorvendo vultosas somas, muito acima do que mostra o quadro oficial de *Investimento Estadual em Comunicação e Cultura (Orçamento Aprovado)*, dos exercícios de 1995 a 2001, emitido em 2002 pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão a Carlos Agostinho Couto:

Tabela 3

Investimento estadual em comunicação social – VALOR (R\$) PREVISTO (1995-2001)

ANO	ORÇAMENTO
1995	3.444.330,00
1996	7.461.868,00
1997	4.925.723,00
1998	8.735.393,00
1999	8.686.914,00
2000	7.937.880,00
2001	7.937.880,00

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Maranhão

Os valores, do quadro acima, são apenas previstos pelo Governo, que passa a aplicar mais dinheiro público para anúncio mais quantitativo e alcançar maior número de público local e interestadual (conseguindo fazer chegar informações sobre o Maranhão aos turistas internacionais), bem como (muito significativo em termos de dinheiro e audiência) prosperidade rápida e significativa para as empresas de comunicação *Mirante*.

³¹ No ano de 2002, momento em que a Governadora Roseana Sarney é apresentada como pré-candidata para a Presidência da República do Brasil e o seu Vice-Governador José Reinaldo a substituir no Governo do Estado e ao mesmo tempo ele se candidata a Governador, fazendo a dobradinha, é anunciado pelo Governo do Maranhão o investimento de R\$ 6 (seis) milhões de reais para a cultura popular. Mas este valor é ultrapassado, com a aplicação de R\$ 15,7 (quinze vírgula sete) milhões de reais. Enquanto Roseana é denunciada diante do escândalo da empresa Lunus, do seu esposo Jorge Murad. O escândalo da Lunus foi a flagrante de \$R 1,5 milhão de reais encontrado pela Polícia Federal que, segundo a imprensa, seria utilizado na campanha presidencial de Roseana, que, em face disso, renuncia à referida campanha e se candidata a senadora pelo Maranhão. José Reinaldo ganha para Governador e Roseana ganha uma cadeira no Senado.

Esses valores (R\$) previstos alterados são publicados na dissertação de Mestrado “*Indústria cultural e hegemonia: o Poder Público e a produção e disseminação de bens culturais em São Luís do Maranhão*”, de Carlos Agostinho A. de Macedo COUTO (2003, 53), que, por sua vez, recebeu da Secretaria de Comunicação – SECOM e da Assessoria de Comunicação – ASSECOM, conforme demonstra quadro abaixo (só dos anos 1995 a 2001):

Tabela 4

Investimento estadual em comunicação social – VALOR (R\$) APLICADO (1995-2001)

ANO	VALOR PREVISTO	VALOR CORRIGIDO*	VALOR APLICADO
1995	3.444.330,00	6.432.925,67	10.490.023,53
1996	7.461.868,00	11.476.748,58	10.472.786,23
1997	4.925.723,00	6.943.024,10	12.431.600,06
1998	8.735.393,00	11.800.753,04	14.956.583,52
1999	8.686.914,00	11.450.454,31	9.616.098,13
2000	7.937.880,00	9.649.642,47	12.700.154,70
2001	7.937.880,00	9.166.389,58	14.429.268,00

*Correção em reais até 30/08/2002
 Fonte: SECOM e ASSECOM

Percebe-se que no ano das eleições de 1998 o valor do dinheiro público gasto pela Governadora Roseana Sarney para com publicidade do seu governo é maior. Como a *TV Mirante* pertence à sua família é notório esta emissora absorver a maior bolada.

Os intelectuais anti-Sarney percebem os atos governamentais da filha de Sarney. Dentre os quais, o jornalista Walter Rodrigues, em sua matéria da página 2, no *Jornal Pequeno* (30/05/97), denuncia o que já sabemos: “A Governadora Roseana é sócia do Sistema Mirante de comunicações, e, se não me engano, principal cotista da editora do Estado. Os outros sócios são seus parentes, e o Sistema Mirante é dirigido por sua cunhada, Teresa Murad Sarney, Superintendente do Sistema Mirante”. Isto deixa este *Jornal Pequeno* em alerta publicando na sua página 3 (06/02/97), que o Governo está gastando 13 milhões com propaganda institucional enquanto não atenta às obras de construção do interceptor com estações elevatórias para a litorânea avaliadas em R\$ 5 milhões de reais. Seguindo esta mesma percepção, na coluna “*É uma zorra!! Os gasparzinhos*”, deste *jornal das multidões* (p. 2, 16/03/97), o Deputado Aderson Lago diz que “Ela anuncia que vai gastar

R\$ 10 milhões para construir 4 elevados em São Luís e celebra contratos de R\$ 13 milhões para fazer publicidade de seu governo...”.

É uma legitimidade pública/privada, na qual Roseana Sarney, enquanto Governadora, paga regularmente em dias por um lado do balcão e, na posição de empresária, recebe pelo outro lado deste balcão de negociação dos meios de comunicação *Rádio e TV Mirante* e jornal *O Estado do Maranhão*, pertencentes para a sua família (da mesma linhagem). E isto é só o oficial, mas os valores reais gastos com publicidade tanto para cultura popular como para outras ações do governo (construção de elevados e da avenida litorânea da capital e da estrada litorânea para Barreirinhas, “construção de estradas”, “reforma agrária”, “governo itinerante”, “construção de escolas”, construção de elevados, etc.) só mesmo a governadora e seus assessores podem revelar.

Para as implementações do Governo do Estado do Maranhão, sente a necessidade de se criar, através da Secretaria de Estado da Cultura, um “Shopping Cultural” como ponto principal e cartão postal ao turismo em todo o ambiente existente dos séculos XVIII e XIX da Praia Grande da cidade de São Luís, com lojas, oficinas de artes e artesanato com as atividades de inúmeros artistas (pintores, escultores, gravadores, artesãos, etc.), com seus trabalhos expostos à apreciação e venda, e também programações e apresentações de manifestações culturais populares, acrescentando-se a isto comidas típicas maranhenses (O Estado do Maranhão, p. 4, 14/03/95).

Mas expor “cultura, sem recursos, pede criatividade” e mostrar que São Luís é um patrimônio de grande investimento ao turismo, o Governo do Estado trata de justificar para o Governo Federal e para corporações econômicas que o bolo orçamentário público estadual não é suficiente para aplicar nas reformas da Praia Grande. Mas o *Projeto Reviver*, como principal ponto da cidade para recepção de atividades artísticas locais e, em consequência disto, de turistas, deve ser providenciado e posto em ação imediatamente. Mas a execução dos trabalhos exige muitos recursos, e a Governadora Roseana Sarney trata de buscá-los por meio de empréstimos junto a forças capitalistas estrangeiras dispostas a financiar, conforme mencionado anterior e posteriormente neste trabalho.

Em 16 de julho de 1995 foi dado o início ao *Programa Praia Grande – Centro Cultural do Maranhão*, no sentido de transformar todo o perímetro nesse grande *Shopping*

Cultural ao público local e aos turistas no que “constitui-se em uma pretensão da iniciativa transformar a Praia Grande e futuramente nas áreas localizadas entre Portinho e Desterro “em um centro de atividades voltadas para o consumo, promoção e difusão dos bens, atividades e manifestações da cultura do povo do Maranhão”” (Suplemento do JP Turismo, p. 3, do Jornal Pequeno, 06/07/95).

Mas o programa nesse início do Governo do **Um Novo Tempo** ainda é fraco e há muito o que fazer para acontecer o esperado. Então o noticiário jornalístico se manifesta:

“São Luís do Maranhão: quem te conduzirá neste crescimento turístico cultural”

São Luís, com um potencial inigualável clama por uma melhor conscientização por parte das autoridades que a dirigem e com um só objetivo de vir a se tornar um grande centro de turismo e cultura, porque força para isto já mostrou, seja na sua cultura ou na sua gente. São Luís precisa de infra-estrutura, hotelaria, urbanização, incentivo e vários aspectos que precisam ser discutidos em conjunto entre autoridades e povo em geral (JP Turismo, p. 2, do Jornal Pequeno 03/10/96), para que possa acontecer as festas de bumba-meu-boi com segurança e espaço em consonância com o ambiente ecológico, patrimonial e a culinária para a atração dos turistas que vêm ao Maranhão em busca de apreciar as nossas festas populares, belezas arquitetônicas históricas e comida típica.

“...nós temos que aliar a cultura ao nosso desenvolvimento. E você viu que a Roseana casou a cultura com o turismo, a cultura com a economia, a cultura como base também de sustentação política, porque não! Por isso mesmo! Então nós temos que ter isso, nós temos que ter essa visão prá frente. ...a gente provoca, a gente anima, a gente toca no indivíduo prá ele lembrar que ele tem cultura...”

Nós fomos em campanha do SEBRAE, de associações, fomos também revitalizar nossas comidas típicas. Taí voltando o arroz de cuxá, taí o camarão seco, taí o camarão no alho e óleo, então, taí o nosso caruru tão apreciado. Então nós fomos tocando os artesanatos. Taí Barreirinhas, hoje explodindo para o mundo com turismo. Aliamos o turismo à cultura, e aí nós temos hoje o guia turismo, as faculdades, as universidades todas já com [cursos de] turismo e com hotelarias. Por quê? Porque houve incentivo justamente grande no Governo, nós injetamos recursos. Isso foi planejado, Roseana fez um planejamento total, isso não foi de um ano, isso foi gradativo.

Então, demos uma geral na cultura maranhense. E mais do que isso: fizemos também a publicidade disso. Nós vendemos o que nós temos e tínhamos na época, de melhor para as pessoas. Taí a Casa do Maranhão, a grande televisão do Maranhão. Fomos lá para fora, fizemos inserção na Globo, fizemos inserção na Bandeirantes. Todo o apoio do Rio de Janeiro, de São Paulo, Minas... sabia que no Maranhão estava explodindo, estava ressurgindo das cinzas justamente a sua cultura.” (Entrevista com Luís Bulcão).

Para as manifestações culturais populares terem o espaço apropriado para as suas apresentações ao público e, em especial, aos turistas interestadual e internacional,

“três linhas-mestras estão norteando a ação que vem sendo desenvolvida para operacionalizar a diretriz que visa tratar da recuperação e preservação (revitalização) do patrimônio arquitetônico de São Luís. [...] A primeira trata-se da liberação dos recursos do PRODETUR. A segunda é o projeto BIRD/revitalização, que destina US\$ 100 milhões para sete cidades brasileiras: São Luís, Recife, Olinda, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Ouro Preto. A terceira, é o projeto de reconhecimento de São Luís como Patrimônio da Humanidade” (*Falando de Cultura*, do Suplemento, p. 4, Jornal Pequeno, 16/03/97).

Em abril de 1997 o Governo do Maranhão anuncia através da imprensa (JP Turismo, p. 2, do Jornal Pequeno, 10/04/97) que o Projeto de Desenvolvimento para o Turismo – PRODETUR vai investir na infra-estrutura do patrimônio de São Luís, Alcântara e litoral norte maranhense: “Embora venha sendo negociado há aproximadamente quatro anos entre o Governo do Estado do Maranhão e o BID, pelo PRODETUR um empréstimo de US\$ 45 milhões e 970 mil está próximo de chegar ao cofre do governo estadual”. Enquanto isso, já se espera em breve a consideração à cidade de São Luís o título de “**Patrimônio Histórico da Humanidade**”, ao que “... a Governadora Roseana Sarney apresentou o projeto em Paris, em maio de 1996, ao Secretário Geral da UNESCO, Frederico Mayor” (JP Turismo, p. 2, Jornal Pequeno, 17/04/97).

Mas as ações, para a preservação do nosso patrimônio histórico preparando-o para ser um ambiente-palco de manifestações culturais populares e recepção de turistas, vêm acontecendo desde o Governo Epiácio Cafeteira (1987-1990), com recuperação material de prédios históricos e ruas do centro ao que hoje chamamos *Reviver* da cidade de São Luís, capital do Maranhão, ao que foi dado pela UNESCO reconhecimento, em 06 de dezembro de 1997 de “**Patrimônio Histórico da Humanidade**”, já no Governo Roseana Sarney, no qual, através da Gerência de Desenvolvimento Humano, constitui-se a Fundação Cultural do Maranhão – FUNCMA, criando e reformando instituições diretoras e promotoras de eventos culturais, como, por exemplo, o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho.

Um mês depois de ter sido reconhecido, pela UNESCO, como Patrimônio Histórico da Humanidade, São Luís começa a receber para a sua preservação R\$ 52 milhões de reais. R\$ 33 milhões entram como empréstimo pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e R\$ 19 milhões de reais do Governo do Estado com a participação do Banco do Nordeste – BNB (Jornal Pequeno, Atos e Fatos, p. 2, 08/01/98).

Relembrando: depois de Cafeteira, para dar continuidade e expandir os trabalhos de recuperação do centro histórico urgentemente, mesmo porque, muitos edifícios que ainda não foram recuperados estavam ameaçados de desabamento como também alguns dos seus moradores estavam ameaçados de despejo e o processo de titulação *Patrimônio Histórico da Humanidade* estar em andamento na UNESCO, foi necessário uma pressão por parte da União dos Moradores do Centro Histórico sobre o Governo Roseana Sarney objetivando promover uma mobilização popular, a partir do dia 04 de abril de 1997, iniciando-se na Praça da Cultura (Praia Grande) com passeatas e programações culturais, conforme a matéria do JP Turismo (In: Jornal Pequeno, p. 5, 03/04/97):

“Na oportunidade a direção da entidade lançará um documento, com uma pauta de reivindicações, onde estão inclusos itens como a retomada de projetos que envolvem imóveis na área tombada, participação popular em celebrações de convênios e decisões relacionadas com a área, etc.

Sensibilizar a opinião pública acerca da problemática em que se encontra a Centro Histórico nos aspectos de interdição dos imóveis, ameaça de despejo dos moradores de casarões, na área tombada, abandono e descaso das autoridades ligadas à questão.

Pede-se urgentemente por um documento da União dos Moradores recuperação e restauração das obras: 1) cumprimento das leis de conservação do patrimônio histórico da cidade pelo poder público; 2) gestão participativa entre UMCHSL, Governo do estado, Prefeitura de São Luís e entidades governamentais da sociedade civil na administração do centro Histórico; 3) acesso facilitado às informações, projetos e banco de dados dos governos e entidades envolvidas no processo de restauração e recuperação do centro Histórico; 4) [...]; 5) participação popular e de representantes da UMCHSL no processo de escolha e planejamento da restauração dos prédios e sítios do Centro Histórico; 6) Desenvolvimento de políticas de geração de emprego e renda através de estímulos e financiamento de oficinas, pequenas indústrias e comércio de artesanato, cerâmica, confecções, etc., dando prioridade aos moradores do Centro Histórico, garantindo sua revitalização e humanização; 7) eleição direta para a Prefeitura do centro Histórico com mandato de 2 anos e direito a reeleição; 8) disciplinamento e/ou proibição de atividades que descaracterizem o folclore e as tradições culturais da cidade de São Luís; 9) elaboração de um calendário artístico e cultural, com ampla participação dos artistas locais e que preveja a promoção permanente de atividades culturais para divulgação das artes e tradições do Maranhão.

União dos Moradores do Centro Histórico de São Luís (Praia Grande – Portinho – Desterro). José Henrique Pinheiro (Presidente)”

Um ano depois o BID libera (como empréstimo) US\$ 59 milhões de dólares para o Maranhão para execução de restauração do Centro Histórico para desenvolvimento do turismo e da cultura popular alegrando a união dos moradores deste Centro. Enquanto, já em reunião no Palácio Henrique de La Roque, o Presidente do BID, Henrique Iglesias, ficou “impressionado com as profundas transformações que estão ocorrendo no Maranhão”, sob a condução da Governadora Roseana Sarney Murad. Mas o que mais o impressionou foi “a

intervenção global que o governo do Maranhão está realizando no setor de reforma agrária, com assistência integral às famílias assentadas” (Jornal Pequeno, p. 4, 07/04/98).

Impressão para quem não conhece a realidade deste Estado, cuja educação de qualidade e melhoramento da condição de vida dos seus cidadãos não passam de discursos. Visitante de observação relâmpago que “não percebe” o quanto a educação significativa e crítica é negada nas escolas públicas e grande parte da população maranhense ainda respira abaixo da linha de pobreza, enquanto as manifestações culturais populares são tratadas como prioridade com investimentos maciços, cujo retorno são lucros altamente rentáveis ao Governo tanto pelo capital como pela política.

Motivado pela popularidade política e, em maior escala, pelo capitalismo, incentivando direta ou indiretamente as manifestações populares, o Governo, além dos empréstimos contraídos às corporações econômicas, está estimulando o turismo que, conseqüentemente, injeta capital em nosso Estado.

“O programa de incentivo ao turismo no Estado do Maranhão parece que vai dando resultados a se contar pelo número expressivo de turistas que transitavam pelas ruas e pelos arraiais espalhados pela Ilha de Upaon-Açu. Programas jornalísticos foram realizados pelas mais diversas emissoras de TV do país com divulgação em todo o território nacional” (BEZERRA: 2004, 6).

O turismo como novo paradigma, é o principal motivo da condição de mecenato do governo Roseana Sarney, que, diante da nova conjuntura cultural no mundo e percebendo a necessidade e a facilidade de investimentos culturais, passa a ter relações de negócios com os produtores culturais do Bairro da Madre Deus, ambiente básico e representativo das manifestações culturais populares da cidade de São Luís. Isto se estendendo, a partir da segunda metade da década de 1990, por toda a capital e todo o Estado do Maranhão. É o reviver e expandir as atividades culturais do bairro, no que

“o povo da Madre Deus sacode a poeira para dar a volta por cima. Apesar das dificuldades porque passa a escola de samba Turma do Quinto, em fase de reorganização jurídico-administrativa, para novas eleições, e apesar das adversidades gerais que afetam a população e as entidades artísticas, especialmente, vários filhos e amantes do velho bairro estão em mobilização para deflagarem um amplo movimento de soerguimento e solidificação das instituições artístico-culturais da comunidade” (JP Turismo. In: Jornal Pequeno, p. 4, 1º/02/96).

O estímulo ao bairro da Madre Deus, por parte do interesse do governo Roseana em apoiar com recursos e mídia e proteger oficialmente as festas populares locais, cresceu muito reavivando os grupos carnavalescos, folclóricos e artísticos, despertando-lhes idéias e criatividade para crescimento e estetização destas festas e do espaço físico destinado a elas, enquanto, por isso mesmo, a política do sistema oligárquico acumula credibilidade. Nestas relações com os produtores culturais e, conseqüentemente, com a sabedoria popular e frequentando literalmente como brincante as festas de Bumba-Meu-Boi e, como “visitante”, os conselhos culturais comunitários dos bairros, a Governadora Roseana Sarney é revestida de **personalidade mecenas**³², reafirmando a sua imagem política carismática de *popular*.

Os grupos favorecidos pelo governo aos seus trabalhos culturais populares frisam claramente a dinâmica de mecenato cultural social, como o Coordenador do Conselho Cultural Comunitário da Madre Deus Joel Silva Inojosa:

“Quando o Governo Roseana foi implantado foi o momento de relação com essas brincadeiras populares, como São João. Foi um salto para as culturas populares. Foi o momento que incentivou ao interesse das pessoas, das entidades culturais, da cidade, principalmente às manifestações juninas. Cresceu muito o número de brincadeiras (criaram-se novas entidades como bumba-boi), perdeu as brincadeiras que já existiam, as pessoas passaram a ser mais respeitadas, mais valorizadas (às manifestações populares). Isso não quer dizer que não tenha os seus contras. Há o momento que vai haver... brincadeiras oportunistas. Você sabe que hoje [pelo apoio do Estado] tem tanta gente que vive com brincadeiras (populares), tem gente que tem brincadeira de São João, outros de carnaval, outros têm brincadeiras do divino... (Entrevista, com Inojosa).

Também o Presidente do Boi Barrica, José Pereira Godão, diz que a Governadora

“Roseana deu impulso gigantesco, causando, inclusive, ciúmes de outras áreas artísticas de que havia uma determinação muito grande dentro de um segmento, quando na

³² **MECENAS**: Estadista romano (60 a.C. – 8 d.C.). Protetor de artistas e homens de letras. Patrocinador generoso, protetor das letras, ciências e artes, ou dos artistas e sábios (DICIONÁRIO AURELIO: 1984, 903). A Doutora em Letras Maria Helena PEREIRA (2002: 243-244), diz que o Círculo de Mecenas “se orienta definitivamente para os grandes gêneros e o grande estilo”. Sobre este fato ligado à figura de Mecenas, ela percebe que duas teses se opõem: ele é visto como o “organizador da opinião” e um protetor liberal das letras do seu tempo; à segunda tese, a escritora cita que Margaret Hubbard esclarece que Mecenas escolhia os poetas com um gosto que só falhava, falhava quando se tratava de corrigir os seus próprios escritos, dava-lhes independência financeira, se dela necessitavam, e deixava-os seguir as suas próprias inclinações. No seu tempo, Mecenas tinha respeito e admiração, identificação à cultura popular e às letras, enquanto Roseana Sarney (hoje) não. **O MECENATO CULTURAL**, ao conceito clássico de proteção aos artistas e às artes, a título meramente filantrópico, as sociedades modernas acrescentaram um conjunto de incentivos de natureza fiscal, que se traduzem na redução de impostos ou incentivos fiscais a quem (geralmente empresas e Estado) contribua com donativos em dinheiro ou em espécie, ao desenvolvimento cultural do País, em nosso caso específico o Estado do Maranhão. Enquanto o termo **MECENAS**, é atribuído a pessoas e instituições públicas e privadas, que apóiam, através da concessão de donativos, entidades públicas ou privadas que exerçam ações relevantes para o desenvolvimento da cultura. Ao Estado as vantagens que obtém são a satisfação e o prestígio. (MECENATO CULTURAL: 2005, 1). No caso do Governo Roseana Sarney, é o retorno econômico e a credibilidade política nessa associação de atividades culturais e satisfação ao *interesse* da sociedade. Isto se tornou modelo para qualquer governante, recebendo a denominação de **mecenas** ou as suas relações de apoio cultural, de **mecenato**.

verdade o segmento de cultura popular é tão amplo que ele envolve a música, dança, artes plásticas, além da coletividade, da comunidade. Então apoiar a cultura popular é apoiar a cidade, é apoiar o desenvolvimento da sociedade, porque é muito amplo a quantidade de pessoas envolvidas dentro de uma manifestação cultural. [...]. Foi dado uma atenção muito grande no sentido de ampliar as festas populares, de desenvolver esses projetos dentro das comunidades para ampliar os espaços públicos, as apresentações, as diversas manifestações. Agora é determinante e ao mesmo tempo é força política, desejo voltado para o (...). Então, hoje a cidade ainda colhe frutos desse período. Eu tive uma participação, inclusive, dentro da equipe, sei quanto foi determinante a atitude de fazer com que essas festas ganhassem a proporção merecida, status no Brasil inteiro. O carnaval maranhense e as festas juninas eram indicadores maiores provocados por esse incentivo maior da época do governo dela” (Entrevista, com Pereira Godão).

Entrando em consonância com Inojosa e Godão sobre essas relações, a Superintendente de Cultura Popular Maria Michol expressa o seu pensamento:

“Olha, o período de Roseana foi o período em que as manifestações da cultura popular tiveram inegavelmente uma ênfase. Houve realmente um desenvolvimento de vários projetos, dando apoio, incentivo aos grandes festejos do nosso calendário. No caso particularmente o carnaval e o São João. E também o Natal.

Nesse trabalho desenvolvido nessa época a gente vê elementos positivos no sentido de que isso aí deu um impulso a essas manifestações, a esses festejos a toda uma correlação entre a cultura e o turismo. Agora, lógico, por outro lado também se constituiu uma moeda política do governo em termos de negociações com os grupos e com os seguimentos populares do estado” (Entrevista, com Maria Michol).

Percebendo o quanto essas relações de mecenato cultural têm sido importante para o sistema político e para as próprias manifestações culturais o professor e observador crítico sobre as apresentações de Bumba-Meu-Boi Orlando de Sousa Parga diz que

“Antes a intenção era mais popular mesmo, hoje virou mais comercial, direcionado mais para o turismo, para atender... para chamar atenção do turista. Tem uma lógica econômica e uma lógica política. Faltava a parte organizacional e a parte financeira, um investimento alto que pudesse aos olhos mostrar uma coisa melhor, mais bonita.

A forma de popularizar vários políticos no momento em que ele [o Governo] está se engajando nos movimentos folclóricos, nos movimentos populares, ele está ao mesmo tempo se popularizando. É como se fosse uma forma de elo entre ele e o povo. Não tem outra forma. Qual seria outra forma [melhor] que o político poderia se aproximar do povo? A forma seria através dessas manifestações populares” (Entrevista com Orlando).

A esses mesmos pensamentos Jorge Luís Silva Coutinho, Diretor administrativo do Conselho Cultural Comunitário da Madre Deus, diante do apoio e incentivo do Governo para a cultura popular, percebe que “ao mesmo tempo as festas populares são uma fonte ou reduto eleitoral aos políticos”. Dessa forma, como há interesse de ambos os lados, neste contexto, um pelo campo político e o outro pelo campo cultural, mediados pelo capitalismo

e sob a mensagem marketing/midiática, a dinâmica das atividades das manifestações culturais populares se desenvolve com sucesso.

“Além das relações entre os setores políticos e os produtores culturais, vale a pena chamar atenção para uma característica importante que o bumba-meu-boi vem ganhando nos tempos atuais, a saber, os elementos que constituem o referido folguedo como uma manifestação de cultura de massas. [...] O bumba-meu-boi promove verdadeiros arrastões pela cidade, conduzindo centenas de brincantes de arraial em arraial com caminhões e ônibus lotados, regados a cachaça (leia-se conhaque) e diversão. Quando se fala em massa aqui, não se está falando em qualquer motivação racional ou ideológica para participar dela. O movimento ocorre de acordo com a intensidade do arrastão promovido pelo boi” (BEZERRA: 2004, 6).

Bruno Bezerra menciona isso em função da grande quantidade de gente que acompanha o Bumba-Meu-Boi em suas festas não mais para comunidades mas para as massas, constituídas de pessoas da terra e turistas, impulsionados pelas constantes propagandas do governo pela mídia.

E a partir deste momento e com incentivos por parte do Governo se deflagra por toda a cidade de São Luís e por alguns municípios do Estado o despertar e o nascer de grupos folclóricos e artísticos às manifestações culturais populares através dessas relações partindo do bairro da Madre Deus. Com isso São Luís se torna, também, a capital brasileira do Reggae e por isso filial da Jamaica e música Axé da Bahia, exercendo um movimento popular cultural fora de época além do carnaval, Semana Santa, São João e Natal como uma nova opção para o turismo, o que se interpreta como “nada mal para uma Ilha que, além de ser pátria de sons e danças afro e indígenas como o bumba-meu-boi (em vários sotaques), tambor de crioula e da batucada tradicional e cadenciada dos blocos de ritmo” (Jornal Pequeno, p. 6, 01/02/96) passa a viver a intensidade das festas populares para estrangeiros apreciarem e participarem.

“São Luís, a nossa querida ilha dos azulejos, neste período junino, se transforma num verdadeiro vulcão em erupção em que a população dá mais uma vez prova de amor às festas dos santos Antonio, João, Pedro e Marçal.

[...]

Hoje tudo está mudado. As festas juninas estão sendo descaracterizadas a cada ano que passa. As nossas brincadeiras tomaram novos rumos (viraram empresas), o que é muito perigoso, porque pode, pouco a pouco, contribuir para o desaparecimento do verdadeiro sentimento de amor pela linda festa de São João” (JP Turismo, Jornal Pequeno, p. 6, 26/06/98).

São traçados planos para ações prioritárias para a cultura maranhense, de fato, a partir de 1998, se estendendo até o ano de 2002, sendo feito convênios do Governo Roseana com o Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e com empresas privadas, com base na Lei Federal de Incentivo à Cultura, como também empréstimos contraídos ao Estado do Maranhão junto ao BID para obtenção de recursos para promover, com intensidade, os festejos ao público local e aos turistas. Com suprimentos suficientes para isto, são traçados planos para concursos aos grupos receberem recursos e cronogramas de programações das apresentações desses grupos.

Conforme a jornalista Gisélia NOGUEIRA (2005, 3), o governo do Maranhão celebra convênios com a União, através do Fundo Nacional da Cultura, via Lei Federal de Incentivo à Cultura, para dar apoio aos arraiais organizados pela comunidade nos diversos bairros da capital no projeto “Apoio e Incentivo aos Festejos Juninos do Maranhão”, no qual o Bumba-Meu-Boi da Maioba é homenageado, com lançamento do seu CD *Viva Maioba*.

Enquanto a Madre Deus é contemplada com reformas das suas estruturas físicas ambientais e infra-estrutura e com atividades intensas de produção cultural, o que contagia toda a cidade a participar dos benefícios, como espaços VIVA. Estes, por sua vez, como estruturas físicas, foram construídos e embelezados artisticamente em várias partes da cidade de São Luís em lugares de praças e terrenos vazios para melhor acomodar as brincadeiras e combinar com os adereços e indumentárias (aperfeiçoados em sua estética) dos grupos de manifestações culturais. São várias inaugurações aos VIVA em vários bairros da capital e em alguns municípios maranhenses.

Luís Bulcão, como Secretário de Estado da Educação, participou da produção de vários VIVAs. Ele fala com entusiasmo e logo em seguida lastima por achar que o governo posterior ao de Roseana Sarney não continuou o projeto cultural:

“Você vê que os projetos VIVAs, só aqui em São Luís, quantos vivos nós não fizemos! Infelizmente este governo que está aí deixou deteriorar. Mete pena você passar na Litorânea e ver, por exemplo, a forma como se encontra a praça das crianças. Mete pena você visitar o Viva do Monte Castelo, o Viva do Vinhaes, o Viva do Bairro de Fátima, o Viva da Vila Palmeira. Todos entregues às traças, só por perversidade, maldade, inveja. Mas que temos certeza que o povo vai reconhecer tudo isso”. (Entrevista com Luís Bulcão).

Já Luzian Silva Fontes, como um dos diretores do Bumba-Meu-Boi de Axixá e atualmente Coordenando o Setor de Lei de Incentivo da Fundação Municipal de Cultura – FUNC, critica as intenções do governo para a criação dos VIVAs e dos *conselhos comunitários*, a posição e as condições destes dois empreendimentos:

“Os conselhos hoje não funcionam, os vivas não funcionam. Só serviram no início do Governo Roseana. Era uma forma de administrar os VIVAs. Como lá na Madre Deus foi o primeiro conselho, a primeira experiência dos VIVAs foi lá na Madre Deus. Eu estava lá, inclusive numa reunião. Pelo menos à proposta de direção do conselho eu consegui passar a idéia de ser coletivo e não fazer um conselho paritário, não o presidente, aquela coisa, mas na prática não funcionou. O conselho, hoje, no Maranhão, em São Luís, se tomar como base o da Madre Deus, não funciona. Os VIVAs não estão funcionando, não deu certo.

Não. Desde quando começou o Governo de Roseana. O VIVA foi só no início, aquela beleza [beleza artística], depois, sabe, aquilo foi... Foi bem feito, a gente não pode negar. A Madre Deus ganhou aquilo, colocou toda a rede elétrica, está toda lá embaixo, a rede de esgoto, ganhou. Isso aí foi bom para o bairro. Não foi só a parte cultural, foi bom também para a comunidade e a gente não pode negar. Diminuiu ratos, com toda certeza diminuiu. Eu conheço a Madre Deus toda. Diminuiu. Mas está começando a acabar de novo. Não tem uma seqüência e a finalidade daquilo, o objetivo é só fazer festas, só fazer festas.

Os conselhos também foram feitos para administrar festas de bairros. Conselho que só administra festas não tem proposta, não tem vontade política. Eu acredito que nenhum conselho esteja funcionando como deveria”. (Entrevista com Luzian Fontes)

Esses empreendimentos de espaços físicos, organizações administrativas civis e festivas tiveram como foco principal de inspiração o bairro da Madre Deus, ponto histórico das festas de Luís Bulcão, Jeovah França, Luzian Fontes, Pereira Godão, Joel Inojosa e outras figuras da cultura popular e seus ancestrais. É o bairro privilegiado pela sua história de atividades comerciais e culturais populares. É o que ouvimos na voz de Jeovah França:

“Com relação a Madre Deus, o que houve foi uma sorte de contingências favoráveis a termos ali uma posição, uma ponta avançada para o mar estrategicamente colocada como uma área de desembarque de produtos vindo da baixada. São conjecturas que, somadas, fazem uma grande parte da população pesqueira, formada por pescadores, e lá era uma zona de pesca e também o fato de ser próximo ao Centro geograficamente, mas tinha uma vida de subúrbio em beira de mangue. Guardava características rurais com forte intercâmbio com o interior do Maranhão enquanto um torrãozinho da Ilha e ter uma fábrica têxtil logo depois. São fatores que se formaram... Lá nós tínhamos também uma intependência, uma representação da prefeitura, onde funcionou o DMT. Nós tínhamos lá algumas edificações como hoje é o hospital português, tivemos o colégio dos jesuítas. Os elementos históricos se somam para dar uma tradição a famílias, inclusive interioranas que lá se radicaram vindas principalmente da baixada rica.

Tinham festas ricas tradicionais no final do Século XIX e começo do Século XX, como Festa do Divino, o encontro das turmas de Tambor-de-Crioula. Lá era um dos principais matadouros da cidade. Por lá, através das lanchas e dos barcos, desciam os bois [gado], que vinham para abastecer a cidade. Os aspectos econômicos davam algum poder de ganho para aquela população [da Madre Deus]. E tinham, portanto, uma disponibilidade

maior para o lazer. Sem se preocupar com a fome ou a necessidade de trabalho, ter de trabalhar. Mas tem também a história das próprias pessoas que se juntaram para realizar certas manifestações coletivas, ou seja, artistas de grande talento ou líderes comunitários. O mais destacado era Tabaco, antes de Tabaco era Zé Igarapé, entre os dois havia o seu Natanael Barato. São exemplos ilustres do nosso bairro. Nós tivemos Netinho, da Turma do Quinto, nós tivemos o poeta cantador do boi chamado Vavá, um pescador, vendedor de peixe. Humildes mas que faziam as suas horas de lazer momentos de arte”. (Entrevista com Jeovah França).

No bairro da Madre Deus, o sistema de esgoto e eletricidade das ruas e praças é contemplado para melhor infra-estrutura, contribuindo para manter o ambiente organizado e limpo (para receber o pública da capital e turistas), fazendo com que, nas palavras de Gisélia NOGUEIRA (2005, 3), “Pelo espaço, passam 65 grupos folclóricos, com um total de 154 apresentações e 15 shows de artistas maranhenses. Está criado o cenário para a exibição dos folguedos e também da imagem de Roseana projetada pelo governo: o de protetora e provedora das manifestações da cultura popular do Maranhão, uma espécie de mecenas”.

Passando a patrocinar oficialmente as manifestações culturais populares a partir de 1998, o Governo Roseana inaugura, no dia 20 de fevereiro, para a comunidade da Madre Deus, a *Estação da Máquina*, no Morro do Querosene, para o Carnaval/98. Foram gastos na obra R\$ 385 mil reais. “Esta obra faz parte do grande trabalho de reurbanização que nós estamos realizando no bairro”, disse ela. E que outros bairros estão sendo beneficiados com trabalhos semelhantes, para que, com uma infra-estrutura melhor, todos possam viver em ambientes mais limpos e saudáveis (Jornal Pequeno, p. 2, 21/02/98).

“As manifestações culturais de São Luís estão ganhando um novo impulso com as obras do Projeto Viva, iniciadas na Madre Deus, e que a sua primeira etapa está beneficiando outros oito bairros da cidade e o município de São José de Ribamar. Para verificar o andamento das obras em dois destes bairros, o Secretário de Estado da Infra-estrutura, Ricardo Perez, esteve ontem no Anjo da Guarda e no Goiabal, onde os trabalhos encontram-se em fase final, devendo estar totalmente concluídos em, no máximo, 30 dias. Através do projeto Viva, são realizados obras de infra-estrutura que dão suporte ao desenvolvimento das atividades culturais mais importantes do bairro, um trabalho feito em conjunto com a comunidade. Os técnicos do governo reúnem-se com as lideranças comunitárias, que elegem a atividade cultural a ser beneficiada e o elenco de obras necessárias para dar suporte às manifestações” (Jornal Pequeno, p. 4, 25/04/98).

A Governadora Roseana Sarney, na sua administração dinâmica é muito bem assessorada pelos seus secretários e, a partir de 1999, pelos *gerentes estratégicos e desenvolvimento institucional* e *gerentes regionais* aos interesses do Poder, não mede esforços para investir naquilo que é *a alma do povo*, como ela disse. Mas esta *alma do povo*,

pelo que se sabe, passa a sofrer modificações com a influência política e capitalista, no que, ampliando o apoio cultural,

“a campanha publicitária deflagrada em 1997 busca no campo midiático o suporte para a espetacularização das manifestações, desencadeando o início do projeto de estetização política da cultura popular. A realização da campanha publicitária, que conta com a distribuição de cartazes e atinge com outdoors, além de São Luís, as cidades de Imperatriz (MA), Belém (PA), Parnaíba (PI), Palmas (TO), Teresina (PI) e Fortaleza (CE), inclui, ainda, a veiculação semanal de anúncios de página inteira nas duas maiores revistas de circulação nacional, *Veja* e *Isto É*, e a publicização de um filme de 30 minutos na rede Globo, no Maranhão, Belém (PA), Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), no período de 20 e 24 de junho, “em horário de reconhecida audiência”, conforme especifica o relatório de atividades da Secretaria de Cultura do Estado” (NOGUEIRA: 2005, 3).

Isto intensifica as programações e as atividades de eventos culturais populares como Bumba-Meu-Boi, quadrilha, Festa do Divino Espírito Santo, Cacuriá, Tambor de Crioula, Dança Portuguesa, Dança do Coco, Carnaval, etc. com

“programação que atinge 90 arraiais e 1.145 apresentações de 426 grupos folclóricos. Em comparação com o ano de 1995, quando o governo atua como co-patrocinador de apenas 32 grupos folclóricos e produtores culturais, há um crescimento de 1.331% no surgimento e financiamento de novas agremiações. Os recursos captados pela renúncia fiscal são repassados aos grupos folclóricos através da Comissão Maranhense de Folclore, que deixa de ser uma associação civil de estudos e pesquisas sobre a cultura popular, para ser “agente pagadora”” (NOGUEIRA: 2005, 3).

Isto se intensifica tanto que percebemos o Maranhão, principalmente a capital São Luís, viver sob o signo de festas, segundo nos informa, também, na página 5, seção *Fachada Cultural*, o *Jornal Pequeno* (23/05/97):

“Arregimentar todo seu “exército de batalhões consorciados”, envolvendo conselheiros, diretores de departamentos e membros da assembléia geral, com objetivo de contribuir, no Parque Folclore, na Vila Palmeira, para a realização do maior e mais forte e mais bonito São João de todos os tempos, no Maranhão. A idéia que domina a ABMI é preparar uma festa que agrade ao máximo tanto a família maranhense como os turistas de todo o país e do estrangeiro. O Parque Folclore, que será inaugurado neste São João, oficialmente, dia 14 de junho, terá a missa do Boleiro, oficiada pelo padre Dom Haroldo, conselheiro espiritual da ABMI, e com trabalhos poéticos de Henrique Escrete, Jeovah França e Herbert de Jesus Santos. A ABMI, que espera também ter como parceira a Secretaria de Cultura do Estado, vai convidar para padrinhos do seu arraial no Parque Folclore, a Governadora Roseana Sarney e o Prefeito Jackson Lago...”

Tantos eventos e preparação estratégica do ambiente fazem parte do grande projeto cultural do Estado do Maranhão, em grande escala dentro da cidade de São Luís, no que a nossa Governadora está sempre presente como personalidade pública, uma grande

representante da política maranhense. E ela passa a ir a inaugurações e festas da cultura popular. A Governadora Roseana Sarney e o Secretário de Estado da Cultura Eliézer Moreira Filho³³ fazem convite à imprensa para a solenidade de reabertura, para o dia 02 de abril de 1998, às 18:00 horas, do prédio de exposições do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho (Jornal Pequeno, p. 2, 28/03/98).

Com a reabertura do prédio de exposições reformado, com recursos do Governo do Estado e da Lei de Incentivo à Cultura, pela via de *mecenato* através do patrocínio da Telebrás, o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho faz cinco dias de eventos culturais com programação diversificada, lançando os 4 volumes dos CDs *Memória de Velhos – Depoimentos: uma Contribuição Oral da Cultura Popular Maranhense*, CDs e vídeos sobre Bumba-Boi, candoblé, etc., o *Catálogo do Acervo*, apresentações de grupos folclóricos (JP Turismo, p. 1-3. In: Jornal Pequeno, 02/04/98).

Como órgão da Coordenadoria de Ação e Difusão Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, “...o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho procura cumprir o papel de funcionar como um espaço de apoio e incentivo a produtores, grupos/manifestações que atuam nessa significativa área do nosso Estado” (Pequeno Suplemento, p. 4. In: Jornal Pequeno, 02/04/95).

Essa relação de mecenato abrange também as programações e os arraiais de apresentações do Bumba-Meu-Boi, tendo como principais locais na cidade de São Luís: Madre Deus, Vila Palmeira, Praia Grande ou Projeto Reviver e Convento das Mercês (Este, de Patrimônio Histórico público passa a ser tratado mais como uma empresa privada, que, dentre investimentos como palco de festas juninas e casamentos, tem recebido R\$ 80.000,00 reais mensais para “manutenção” do edifício) durante o Governo Roseana até a metade do Governo José Reinaldo, que decide interromper a ajuda).

É nesse Convento que as inúmeras apresentações de Bumba-Meu-Boi aconteceram, também de forma política, no que o Jornal Pequeno (p. 3, 27/11/05) revela que “Até mesmo os festejos juninos fora de época, que serviam de fachada para a senadora Roseana Sarney promover campanha eleitoral com recursos públicos, vão continuar no Convento das

³³ A Governadora, precisando de alguém que se identificasse com a cultura popular e ao mesmo tempo com a família Sarney, nomeou, 40 dias depois, para Secretário de Estado da Cultura, dentre outros dignos do cargo, Luís Henrique de Nazaré Bulcão.

Mercês”³⁴. Isso é a mostra do incentivo que a Governadora chega a dar em grande escala a partir de 1998, período das eleições para o seu segundo mandato, para o que ela não mede esforços para alcançar os seus objetivos como também gerar renda para o Estado.

Para a sedutora oferta do Governo Roseana Sarney, “a adesão dos artistas foi imensa, e na reeleição quase unânime”, diz o poeta e produtor cultural Jeovah Silva França, se referindo a influência e atuação da Governadora, no seu primeiro e segundo mandatos, sobre os artistas maranhenses para o desenvolvimento das atividades culturais.

E essa sedução econômica e política provoca ambição entre os diretores de Bumba-Meu-Boi, de tal forma que alerta alguns produtores culturais interessados em preservar a brincadeira ritualística, como o desabafo de Herbert de Jesus, a respeito do jogo de interesses que está prejudicando todo o grupo do Boi:

“Reconhecido como um dos maiores animadores culturais do Maranhão, enquanto luta com afinco e retidão pelas tradições de seu bairro de origem o poeta e jornalista Herbert de Jesus Santos, mostra-se preocupado com o destino que está sendo dado à maior lenda viva da Madre Deus: o seu famoso Boi de Matraca” (Suplemento, p. 6. In: *Jornal Pequeno*, 19/01/97).

Os produtores sentem-se estimulados a trabalhar com intensidade sem, também, medir esforços para botar os seus brincantes tradicionais para atividades constantes de brincadeira e trabalho à grande quantidade de apresentações, no que “os que se beneficiam das vantagens do apadrinhamento político vêm com bom grado os investimentos de seis

³⁴ O Convento das Mercês, “entidade filantrópica”, em 1990 passou a ser oficialmente, conforme Walter Rodrigues (WR *Jornal*, p. 4. In: *Jornal Pequeno*, 27/11/95), *Fundação da Memória Republicana*, com a finalidade de *favorecer a amizade latino-americana, incentivar o intercâmbio luso-brasileiro e estudar a instituição da Presidência da República*. Diz Rodrigues (id.): “O presidente vitalício da fundação é o instituidor José Sarney, que também integra e preside o Conselho Curador de 13 membros. [...] Foi celebrado um contrato que obriga o Estado a pagar despesas de água, luz, telefone, segurança, asseio e conservação, mais funcionários, em troca do direito de usar as instalações do prédio como centro de convenções. [...] A fundação recebe verbas do Orçamento da União, promove espetáculos de música clássica e popular... tudo pago. [...] Mas seria injusto imaginar que Sarney lançou o convento por dinheiro, substituindo a Ordem dos Mercedários pela Ordem dos Mercenários... Provavelmente pensou muito mais na glória, póstuma sobretudo, tanto que já mandou construir seu túmulo num pátio interno do convento, com laje de granito guardada por solenes palmeiras imperiais. E batizou de “Memorial Sarney” a ala do prédio destinada a guardar seus livros, discos, quadros, vídeos...” Isto foi crucial para se perceber o quanto esta família tem feito deste convento uma fonte de renda e um memorial familiar futuro. Para Sarney, em entrevista a *CARTA CAPITAL* (2005, 40): “Posso ser enterrado lá, posso não ser, não é essencial. Seria um atrativo turístico. No futuro, até ponto de peregrinação”. No mesmo prédio em que ele tem o seu sarcófago, um grande monumento em bronze, medindo 1,0 metro de diâmetro, representando a sua cabeça, sob a qual uma frase do Sarney com sua assinatura “*Maranhão, minha terra, minha paixão*”, sua galeria de exposição pessoal e da sua filha Roseana e usa a escolinha de música Bom Menino, com 700 jovens, como fachada a manter o seu domínio à sua propaganda política, fontes de renda e culto à sua personalidade. É matéria no *Jornal Pequeno* (p. 1, 22/12/96), “**Denúncia grave**, Sarney pode ter negociado a reeleição por 2,5 milhões”. As fontes (não de renda) que passaram as informações sobre o patrocínio dado pela Telma à ópera “*Catirina*” para o Deputado Aderson Lago, disseram que o governo federal está ultimando os preparativos para conceder um patrocínio cultural para a Fundação da memória Republicana no valor de R\$ 2,5 milhões de reais.

milhões de reais (R\$ 6.000.000,00) que o Governo Estadual vem realizando todo ano para incentivar as manifestações folclóricas do Estado” (BEZERRA: 2004, 6).

Mas não se pode concordar com Bruno Bezerra sobre esse valor para cada ano durante o Governo Roseana Sarney. Isto passa a variar de ano a ano, conforme Demonstrativo Financeiro para os projetos culturais pela Secretaria de Estado da Cultura:

Tabela 5

Demonstrativo financeiro dos principais projetos à cultura popular (R\$) – 1998/2002

PROJETO	ANO: 1998	ANO: 1999	ANO: 2000	ANO: 2001	ANO: 2002
CARNAVAL	262.250,00	250.000,00	1.850.000,00	1.600.000,00	3.900.000,00
DIVINO ESPÍRITO SANTO	80.000,00	475.000,00	978.700,00	200.000,00	240.000,00
SÃO JOÃO	1.137.000,00			2.000.000,00	5.870.000,00
NATAL/REVEILLON			600.000,00	1.183.000,00	1.125.000,00
TOTAL	1.479.250,00	725.000,00	3.428.700,00	4.983.000,00	11.135.000,00

FONTE: Secretaria de Estado da Cultura

Vemos as oscilações no campo **Total** para os investimentos culturais dos anos 1998 a 2002, momento da atuação de Roseana Sarney como Governadora. Mas depois dela, com José Reinaldo Tavares no poder público do Estado (2002-2006), esse incentivo à cultura popular até “cresceu” um pouco de 2002 a 2005, conforme a segunda parte do Demonstrativo Financeiro desses projetos:

Tabela 6

Demonstrativo financeiro dos principais projetos à cultura popular (R\$) – 2002/2005

PROJETO	Ano: 2002	Ano: 2003	Ano: 2004	Ano: 2005
CARNAVAL	3.900.000,00	4.670.000,00	6.210.000,00	5.500.000,00
DIVINO ESPÍRITO SANTO	240.000,00	345.000,00	500.000,00	450.000,00
SÃO JOÃO	5.870.000,00	6.552.000,00	6.000.000,00	5.350.000,00
NATAL/REVEILLON	1.125.000,00	1.825.088,00	749.793,00	
TOTAL	11.135.000,00	13.392.088,00	13.459.793,00	11.300.000,00

FONTE: Secretaria de Estado da Cultura

Percebe-se, no geral das duas tabelas, que o as festas de São João são contempladas com mais recursos (ainda somando com Festas do Divino Espírito Santos, que está presente com suas atividades paralelas às festas de Bumba-Meu-Boi) do que Carnaval, que está mais próximo, em dinheiro, da categoria São João. Sabendo-se que São João e Carnaval são as categorias que realmente mais receberam incentivos, porém, os dados no quadro acima (dividido em duas partes), cedidos pela Secretaria de Estado da Cultura, não são tão confiáveis em função de demonstrarem investimentos maiores no Governo José Reinaldo do que no Governo Roseana Sarney³⁵.

É notório (os próprios produtores culturais sentem isso e anunciam), que no Governo do **Um Novo Tempo** os investimentos foram maciços em relação a 2003-2005, havendo no Governo José Reinaldo um desestímulo às manifestações populares. Motivos são as desavenças políticas entre os Sarney e o atual governo e este ter pouca dinâmica administrativa e menos carisma político de relações para com a cultura popular, características que Roseana Sarney teve o suficiente quando Governadora.

Segundo o assessor de planejamento da Secretaria de Estado da Cultura, Jeovah Silva França (que não tomou parte na oferta dos dados para este trabalho de pesquisa), relata que esse Quadro Demonstrativo Financeiro “não é compatível com o oficial, mas os números são bastante aproximados da realidade”. Mas ao mesmo tempo este funcionário público do estado diz que “2000, 2001 e 2002 mudou o processo de arrecadação, há uma modificação no processo tributário fiscal, a partir destes anos, de 2001 para cá. Mais ainda em 2002. Aumentou a arrecadação”, ao saber que há uma reclamação generalizada de que o Governo José Reinaldo investiu pouco em cultura bem abaixo do que investiu Roseana Sarney. O quadro dado pela Secretaria demonstra ao contrário.

O aumento da arrecadação que vem acontecendo, de 1995 a 2005, deve-se aos investimentos maciços em mídia, com intensa publicidade sobre a cultura popular

³⁵ Nesse quadro financeiro dos principais projetos culturais do período Roseana Sarney, os valores estão muito abaixo das aplicações que demonstra o Governo José Reinaldo às manifestações culturais populares. Uma demonstração como exemplo, ao ano 2000 (gestão de Roseana) têm-se a aplicação de R\$ 3.428.700,00 (três milhões, quatrocentos e vinte e oito mil e setecentos reais), enquanto para o ano 2003 (gestão de José Reinaldo) diz uma aplicação de R\$ 13.392.088,00 (treze milhões, trezentos e noventa e dois mil, oitenta e oito reais). Uma diferença de 3,3 vezes, muito distante, sabendo-se que, para os produtores culturais, o período de Roseana foi considerado de revitalização e efervescência para a cultura popular enquanto ao Governo de José Reinaldo tem-se muitas queixas de este Governador ter dado pouco incentivado às festas culturais. Diante deste quadro é preciso uma explicação ao fenômeno cultural ou à manipulação dos dados.

maranhense como convite e cartão de visita para cidadãos e cidadãs de outros estados e países a que chamamos de **Turistas** para o Maranhão. Diante dessa boa arrecadação Jeovah reclama “que a menor receita do bolo orçamentário do governo é a da Cultura. Até há pouco tempo, não deve ter mudado tanto, não chega a 0,5% (meio por cento). Ficava em torno de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)”. Mas ele justifica essa dinâmica orçamentária:

“O investimento dos valores [entre os de Roseana e José Reinaldo] é plausível, compreensível dentro do processo técnico de administração do orçamento público do estado. Porque a arrecadação vem crescendo paulatinamente de forma generosa, como já disse. Não é que tenha tido determinada priorização do Governo José Reinaldo Tavares em detrimento do Governo Roseana. Pelo contrário, o Governo Anterior tinha a sabedoria de investir e conforme a teoria do Marketing: cantar como a galinha canta, ou seja, a galinha faz sucesso como uma das principais aves domesticada pelo homem, porque ao pôr o ovo ela canta e faz bastante zuada. E nisto o Governo Roseana sempre foi caprichoso, sempre foi cuidadoso, foi investimento maciço. Afinal de contas, o grupo político [oligárquico] detém diversos meios de comunicação. E numa lógica extremamente favorável do capitalismo, como linha de apoio ao seu governo [de Roseana]. Ele [o governo] investiu nos meios de comunicação deles [dos Sarney]. Isso é natural que todo e qualquer grupo político partidário faça assim, porque nenhum grupo político se sustenta só com as suas idéias ou com a sua qualidade técnica de administração. É preciso ter sustentação material. neste caso, estamos falando de finanças. (...). Eles investiram bastante em mídia, e aí o grande sucesso que o Governo Roseana buscou ter, até para legitimar muitas das suas ações. Nós temos um planejamento plurianual que não é obedecido [no Governo José Reinaldo], não é necessariamente respeitado ainda que se reconheça que na linha de ação e difusão cultural nenhum governo tenha tido a iniciativa que a gestão Roseana Sarney fez, a partir de 1998, com a entrada de Luís Bulcão na Secretaria de Cultura”. (Entrevista com Jeovah França).

A arrecadação crescendo, logo os investimentos crescem. Mas nestas condições em que o governo impõe, determina, há desvio de aplicação de recursos públicos. As manifestações populares têm recebido um pouco mais devido o turismo, mas outras áreas da cultura têm sofrido déficit de incentivo, como editoração de livros, bibliotecas, museus e pesquisas. As aplicações têm sido mais em cima de festas populares. A educação é a que mais sofre, tanto é que um reflexo disto foi o espancamento pela tropa de choque e cavalaria da polícia militar sobre professores, que pacificamente reivindicavam, diante do Palácio do Governo Roseana Sarney, o melhoramento do seu salário e condições de trabalho.

Continuando com as investigações sobre os valores previstos na cultura popular, em geral (ação e difusão cultural, memória e documentação, patrimônio cultural, ação museológica, manutenção e custeio), encontramos o quadro oficial de *Investimento Estadual em Comunicação e Cultura (Orçamento Aprovado)*, dos exercícios de 1995 a 2001, emitido em 2002 pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão para Carlos Agostinho Couto. (reprodução semelhante ao quadro mostrado anteriormente para a categoria *Comunicação*).

Tabela 7

Recursos para a cultura (geral) – VALOR (R\$) PREVISTO (1995-2001)

ANO	VALOR PREVISTO
1995	12.564.368,00
1996	8.834.328,00
1997	8.708.282,00
1998	8.725.049,00
1999	8.049.208,00
2000	8.322.937,00
2001	8.869.095,00

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Maranhão

Também, aqui, podemos subtender que esses investimentos (previstos) são para a cultura, em seu todo, mas podem não corresponder aos reais valores aplicados, mesmo porque é só orçamento e não o que se gastou. Percebe-se que no ano de 1995, posterior ao período de eleições de 1994 e vitória de Roseana Sarney para Governadora (1995-1998), vê-se no quadro acima um investimento de R\$ 12.564.368,00 mais elevado do que os dos outros anos posteriores (registrados acima). Isto quer dizer que, em todo período de eleições, o governo procura agraciar um pouco mais a cultura popular para receber mais votos.

É o que podemos perceber através da próxima tabela (8), na qual os valores (R\$) previstos para cultura, como sempre, são alterados na sua aplicação. O Governo não mede esforços e passa a investir alto na cultura popular em geral, abrangendo desde ação e difusão cultural (de São João e Carnaval a gravação de CDs), documentação e manutenção e custeio.

A verba investida na cultura popular, através da Secretaria de Estado da Cultura chega a ser até o dobro do previsto (por exemplo, no ano de 2001 gastou-se R\$ 18.324.155,15, conforme descrito na tabela 8).

Os dados da tabela abaixo formam o relatório da FUNCMA, que registra os valores previstos e alterados, que foram conseguidos por Carlos Agostinho Almeida de Macedo COUTO (2003, 77) e publicado na sua dissertação de Mestrado em Políticas Públicas *“Indústria cultural e hegemonia: o Poder Público e a produção e disseminação de bens culturais em São Luís do Maranhão”*. Estes dados representam só os anos de 1995 a 2001):

Tabela 8

Investimento estadual em cultura (geral) – VALOR (R\$) APLICADO (1995-2001)

ANO	VALOR PREVISTO	VALOR CORRIGIDO*	VALOR APLICADO
1995	12.564.368,00	23.466.289,65	5.736.255,91
1996	8.834.328,00	13.587.664,83	637.964,80
1997	8.708.282,00	12.274.708,05	18.930.955,76
1998	8.725.049,00	11.786.779,20	10.901.484,48
1999	8.049.208,00	10.609.876,93	5.401.454,79
2000	8.322.937,00	10.117.735,01	14.504.482,70
2001	8.869.095,00	10.241.724,49	18.324.155,15

*Correção em reais até 30/08/2002

Fonte: FUNCMA

Percebe-se que no ano das eleições de 1995 (o que poderia ser mais elevado) o valor do dinheiro público gasto pelo Governo do Estado para com a cultura é menor em relação aos anos 1997, 1998, 2000 e 2001. Há uma oscilação entre os anos descritos na tabela. A maior bolada foi consumida no ano de 2001, que antecede as eleições de 2002, período em que também a Governadora Roseana Sarney investe R\$ 15,7 milhões de reais.

Em termos de cifras, continuando com os resultados, já com trabalhos de estudos de NOGUEIRA (2005, 4), descobriu-se que

“a Diretora de Ação Cultural concentra suas atividades nos festejos juninos e no Carnaval. O documento mostra que em 1999 foram gastos quase R\$ 630 mil com os festejos juninos, incluindo R\$ 415 mil do tesouro estadual, R\$ 152 mil do patrocínio de uma estatal através da Lei de Incentivo à Cultura e mais R\$ 62 mil de convênio com o Ministério da Cultura e contrapartida do Estado. Nessa época os recursos do orçamento da Fundação de Cultura do estado são remanejados para a área de cultura popular, deixando todos os outros programas no abandono. Do total de recursos da programação e execução orçamentária das atividades finalísticas do tesouro estadual no valor de R\$ 1 milhão e 333 mil reais, R\$ 1 milhão e 330 mil são destinados para cumprir a programação popular”

Esses dados são maiores que os do *Quadro Demonstrativo Financeiro dos Principais Projetos*, referente a 1999, devido serem acrescentados valores de outras fontes (Ministério da Cultura e Lei de Incentivo à Cultura) somados com os do Estado. No quadro está o demonstrativo dos recursos, via Secretaria de Estado da Cultura (que a partir de 1999 foi extinta dando lugar a Fundação Cultural do Maranhão – FUNCMA até início do

Governo José Reinaldo – 2003-2006 –, momento em que volta a ser Secretária), aplicados aos eventos culturais que somados aos de outras fontes equivalerá ao total de, por exemplo do ano 2002, 15,7 milhões. É o ano eleitoral (e 2001) em que a cultura popular é mais agraciada com verbas para suas realizações e políticos beneficiados com votos através das festas.

No RELATÓRIO DE ATIVIDADES 1999 (In: NOGUEIRA: 2005, 4), encontra-se o seguinte:

“Ao longo do período de sua curta existência, através das páginas deste relatório, percebemos que os festejos populares foram privilegiados. Podemos assinalar que os festejos juninos e os religiosos, a exemplo da Festa do Divino espírito Santo, de São José do Ribamar e de Umbanda em Codó, as comemorações alusivas ao aniversário da cidade de São Luís, à semana da Criança e do final de ano foram eventos que marcaram a atuação da instituição no período”

E ainda existem mais recursos, que vêm do Governo Federal e de grandes empresas (como ALUMAR, Vale do Rio Doce, Brahma, operadoras de celular, etc), através da Lei Federal de Incentivo para a Cultura, ofertada pelo Ministério da Cultura, com a contrapartida de 20%³⁶ e de Lei Municipal de Incentivo à Cultura, até o limite de 20% do valor devido pela empresa ao tributo e 2% da arrecadação anual do município. São recursos que contribuirão junto com verbas dos cofres públicos do Estado do Maranhão para a promoção dos eventos culturais não só Carnaval, Festa do Divino Espírito Santo, São João e Natal/Reveillon como também (à mingua) para intercâmbio cultural, editoração de livros e gravação de CDs referentes à cultura popular, etc., que são itens do quadro de:

- ✓ Ação e Difusão Cultural (manifestações culturais populares, como Bumba-Meu-Boi, editoração de livros, gravação de CDs, outdoor, cartazes, etc.);
- ✓ Memória e Documentação;
- ✓ Patrimônio Cultural;
- ✓ Ação Museológica;
- ✓ Manutenção e Custeio dos Órgãos.

Foram tratados como principais minas de atração turística, no caso específico na cidade de São Luís, o Patrimônio Histórico (edifícios dos séculos XVII e XVIII, memória e documentação do estado), o artesanato (roupas, bolsas, chapéus, etc.), a comida típica (arroz

³⁶ A CONTRAPARTIDA acontece quando o Governo Federal ou uma empresa privada, via Lei de Incentivo Cultural, oferece 80% do valor do projeto cultural, enquanto os 20% (que é a contrapartida propriamente dita) é dada pelo grupo de manifestação cultural ou pelo Governo do Estado, no caso específico o Maranhão, ou mesmo por políticos.

de cuxá, torta de camarão, etc) e as manifestações culturais populares (Tambor de Crioula, Cacuriá, quadrilha, e principalmente Bumba-Meu-Boi, Carnaval, etc). No geral do Estado do Maranhão, acrescenta-se o patrimônio ecológico-ambiental, como rios, reservas florestais (com sua fauna e flora), sítios arqueológicos e parque dos lençóis maranhenses.

Nestas condições, São Luís é considerada, na visão do professor economista e conferencista Joel Silva Inojosa “a cidade hegemônica em patrimônio histórico, na frente de Recife/Olinda e Bahia, e em diversidade cultural”, como também, tradicionalmente, é consagrada a única *cidade fundada pelos franceses*. Mas que também, continua Inojosa, “o que agride o patrimônio histórico são edifícios modernos (como o Caiçara, que ocupou o lugar da Igreja da Conceição) e ar-condicionados”.

Antes do Governo Roseana a cultura popular maranhense recebia incentivo, mas não chegava ao montante de um milhão de reais senão a três quartos deste valor, pelo que a cultura popular não representava investimento antes da década de 1990, daí porque o injetar recursos do Poder Público em eventos culturais populares era baixíssimo. O que veio a despertar seriamente o interesse do Governo, a partir desta década, e que contribuiu para uma nova visão dos políticos à cultura popular como uma máquina de produzir votos eleitorais, foi o advento do turismo como grande fonte de investimentos econômicos. Aí se percebe o grande volume de recursos que chegam a superar a casa dos 10 milhões de reais anuais, tanto no Governo Roseana Sarney como no início do de José Reinaldo³⁷.

Para a organização de todo o projeto orçamentário e programações para as manifestações culturais populares foi necessário, inicialmente, aliança do Governo Roseana com os produtores culturais do bairro da Madre Deus, primeiro centro de conjunto tradicional de manifestações culturais, ao qual sente a necessidade de se criar o **Conselho Cultural Comunitário da Madre Deus – CCCMD** (como estratégia), que a Governadora passa a frequentar para melhor intercâmbio com os produtores culturais/comunidade para planejamento e negociações culturais e políticas.

³⁷ José Reinaldo tem sido apadrinhado por José Sarney desde a década de 1960. Era um dos braços direito de Sarney. Foi até Ministro dos Transportes do Governo Federal de José Sarney (1985-1990). Às eleições de 2002 para o Governo do Estado do Maranhão, José Reinaldo Como Vice de Roseana, foi o candidato predileto dos Sarney que *ganhou* as eleições com um pouco mais de 50% dos votos.

Com o Governo José Reinaldo não aceitando, na sua administração, a interferência da Senadora Roseana Sarney, passa a gerar *conflitos* domésticos e políticos, começando com Alexandra Tavares, esposa do Governador. Conflito que se desenvolve na sua dinâmica e no tempo entre o Governador e os Sarney a ponto daquele anunciar *crise econômica*. Isto contribuiu para diminuição de recursos às manifestações populares.

Foi relevante contemplar (também como estratégia) com cargo público de primeiro escalão Luís Bucão, um dos considerados intelectuais produtores culturais ao bairro da Madre Deus, em substituição ao Secretário de Cultura Eliézer Moreira Filho,

“A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Nomear LUÍS HENRIQUE DE NAZARÉ BULCÃO para o cargo de Secretário de Estado da Cultura.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 11 DE MAIO DE 1998, 177º DA INDEPENDÊNCIA E 110º DA REPÚBLICA.

ROSEANA SARNEY MURAD – Governadora do Estado do Maranhão. Prot. 00822”
(Diário Oficial do Estado, ano XCII, nº 092, 15 mai 1998).

Isto foi importante, junto com o Conselho Comunitário, para o início de incentivo cultural para a comunidade da Madre de Deus, de forma que houvesse um constante intercâmbio entre Governo e os produtores locais e implementação de projetos culturais, como o VIVA, uma espécie de estetização de espaço público para melhor atração das brincadeiras, que daí se expandiu, juntamente com o número e entusiasmo das brincadeiras e melhoramento de sua estética, pela cidade e por alguns outros municípios do Estado.

Com a intensidade da publicização e das apresentações, além do apoio e da proteção do Estado e o mediador principal Luís Bulcão atuando como Secretário de Estado da Cultura, a cultura popular, agora institucionalizada e até exportada, em parte, para a Europa para apresentações, passa a se “beneficiar” mais com a benção de apadrinhamento de bumba-bois por parte da Governadora, o que faz aumentar a “valorização” de uma e a credibilidade da outra, no que

“O caráter provinciano das relações sociais na sociedade maranhense parece ter eco até mesmo nos confins de uma das mais altas expressões da cultura maranhense. As elites políticas parecem não cansar de buscar novas fontes de legitimação de sua dominação secular, seja através da arte erudita, ou agora, nos mecanismos de reinvenção da hegemonia política através da cultura popular (BEZERRA: 2004, 7).

A cultura popular, hoje, tem sido “valorizada” de tal forma que se expandiu em novas criações e atividades de trabalho e lazer. Mas não se identifica genuinamente como uma cultura popular com os seus ritos e sentimento. Está mesclada também com popular e

massa, mesclada com política e movido à capitalismo, mesclada com instrumentos tradicionais e modernos ao batuque, sob às ordens da cultura erudita ou da classe elitista, que via a cultura popular com discriminação.

“Os intelectuais brasileiros descobrem a espontaneidade, a comunalidade e a autenticidade da cultura dos pobres, valores que não deveriam ser sacrificados em nome do universalismo falsamente encontrado na modernidade (ocidental). Essa apreciação das pessoas comuns e do que é no passado era visto como sua cultura vulgar, primitiva, supersticiosa e desordenada, contrapõe-se à postura racional de ordenação do mundo encontrada em grande parte na cultura intelectual” (FAETHERSTONE: 1990, 193. In: NOGUEIRA: 2005, 6).

Como alerta o pesquisador Antonio Soares Pacheco, ao escrever a matéria “*Tradições Culturais*” (O Estado do Maranhão, p. 4, nº 11.296, 14/03/95):

“Quando a humanidade tem novas oportunidades, criadas pelos avanços da técnica e da ciência, as tradições da cultura que representam os bens espirituais tendem a passar a um plano secundário. Este processo de mudanças de interesses é visto em todos os períodos de transformações históricas e quase sempre as atividades culturais parecem em luta desigual.

[...]

Devemos todos entender que o verdadeiro sentido de civilização deve ser o de conduzir o homem mecanizado a humanizar-se. Humanização que se encontra nas tradições, fontes inesgotáveis de cultura, que podem e devem coexistir com o desenvolvimento tecnológico e científico. As tradições religiosas, históricas, folclóricas, artísticas e também morais, representam uma soma geradora de cultura que poderá reconduzir o homem à sua posição humana”.

Aqui, Antonio Pacheco deixa bem claro que a cultura popular também passa por mudanças, de forma gradativa e natural. Mas em função da ciência e da tecnologia a cultura popular pouco consegue coexistir com estas duas forças, as quais não são tão nocivas quanto o capitalismo selvagem. O Bumba-Meu-Boi maranhense, por exemplo, diante da oferta de capital e o controle pelo Estado, sofre mudanças bruscas diluindo as suas peculiaridades.

É preciso perceber a importância e os valores da cultura popular, em específico as manifestações culturais populares e as suas revoluções naturais não permitindo os exageros provocados pelo capitalismo e pela política. É preciso sentir e compreender a nossa cultura popular em sua dinâmica, no seu modo profano e religioso. Sentir e compreender o seu verdadeiro sentido identificado e com o espírito humano que a produziu. Diante disto, deve-se perceber que o conhecimento erudito partiu do conhecimento empírico e a nossa cultura popular deve ser tratada por eruditos e populares como uma vida da sociedade.

4.3 Visões do tema a partir da oralidade (dos produtores culturais, observadores críticos e brincantes comuns)

As pessoas entrevistadas envolvidas nas produções culturais e as que observam esta dinâmica têm suas próprias opiniões sobre a relação de apoio mútuo entre Governo do Estado e instituições culturais populares maranhenses. Dentre estas pessoas, algumas poucas muito mais elogiam a atuação do governo, enquanto a maioria critica a manipulação da cultura popular para a produção de capital e legitimação política ao sistema dominante. Mas todas elas deram contribuição relevante à produção deste trabalho, para melhor compreensão das relações cultura e poder político. Mesmo porque essas pessoas viveram o momento: enquanto umas participaram dos eventos, tanto como produtores culturais (líderes de grupos, agentes políticos e de instituições públicas) quanto brincantes comuns; outras assistiram a estes eventos, como os observadores críticos (professores, jornalistas, etc.), que perceberam essas relações, as intenções do governo e a aceitação dos grupos folcloristas.

Para o Coordenador, Joel Silva Inojosa, e o Diretor Administrativo, Jorge Luís Silva Coutinho, do Conselho Cultural Comunitário da Madre Deus – CCCMD, bem como à Superintendente de Cultura Popular (do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho), Maria Michol Pinho de Carvalho, e ao Presidente do Boi Barrica, José Pereira Godão, essa dinâmica de relações *foi a melhor possível*, e até surpreendendo as manifestações populares que há muito lutavam para receber apoio e incentivo do governo, o que veio acontecer significativamente na gestão de Roseana Sarney (1995-2002), que provocou uma dinâmica cultural popular em vários aspectos, principalmente nas manifestações de Bumba-Meu-Boi. Enquanto para o ex-Secretário de Estado da Cultura do Maranhão e muito ligado aos Sarney, Luís Henrique de Nazaré Bulcão,³⁸ *“o Boi ressurgiu das cinzas no Governo Roseana”*.

Para o ex-professor do CEFET, Orlando de Sousa Parga, o Coordenador do setor de Lei de Incentivo da Fundação Municipal de Cultura – FUNC e integrante do Bumba-Meu-Boi de Axixá, Luzian Silva Fontes, a Especialista em Jornalismo Cultural, Gisélia Castro Silva Nogueira, e ao Assessor de Planejamento da Secretaria de Estado da Cultura e poeta, Jeovah Silva França, deve-se perceber com o senso crítico que o governo não têm interesse ao bem-estar da cultura popular e da sociedade maranhense. Os benefícios que se vê para a sociedade civil por parte do governo são apenas euforia social e ilusões.

³⁸ Atualmente é Gerente Regional de Patrimônio da União da Receita Federal, em São Luís – MA.

Para a professora Maria Michol Pinho de Carvalho, a respeito dessas relações,

“Ela por um lado é importante no sentido: de que através dela é que o governo pode viabilizar uma política cultural, que atende determinadas necessidades, a determinados anseios da população maranhense, que tem uma tradição cultural, particularmente da cultura popular um elemento muito forte. Agora, tão importante também como meio do próprio governo se afirmar perante esses segmentos populares. E, assim, poder fazer uma imagem positiva, poder também ter o retorno em termo de mídia. E por outro lado também possibilitar a execução de projetos políticos futuros”.

Para os produtores culturais, envolveu uma grande quantidade de instituições e pessoas para as atividades de trabalho tanto dentro das manifestações (para a organização e preparação dos eventos, produção de ritmos, cânticos e indumentárias) quanto dependentes da presença delas (vendedores – fixos e ambulantes – de produtos às festas e comestíveis, como lojas, barracas) e permitiu abrir mais lojas de artesanato e restaurantes de comidas típicas. Deu ênfase ao valor da nossa cultura popular e provocou reformas e estetização de edifícios, ruas e praças do centro históricos como também de bairros onde as apresentações se faziam presentes. Foi-se necessário fazer um folclorista, Luís Bulcão, a Secretário de Cultura e criar conselho cultural comunitário de bairro para serem o elo de ligação entre cultura popular e Governo, e a própria cultura popular ser o elo de ligação entre Governo e povo.

Houve constante participação da mídia tanto local como, nas palavras do produtor cultural Joel Inojosa “a nível nacional nas revistas *Veja*, *Isto É*; a nível regional, pela televisão e rádio, divulgando a cultura popular do Maranhão que até então não existia”, convidando mais turistas de outros estados e estrangeiros e envolvendo os cidadãos e cidadãs maranhenses nas festas populares.

Grandes empresas privadas como ALUMAR, BRAHMA, Companhia Vale do Rio Doce, através da Lei de Incentivo à Cultura, que não é pelo Estado, mas pela União, através do Ministério da Cultura, e pelo Município de São Luís, através da Fundação Municipal de Cultura – FUNC, participaram com uma parcela de recursos junto com o Governo Federal. Mas a grande maioria dos recursos, que chegaram um pouco acima de R\$ 10 milhões de reais anuais, fluíram dos cofres públicos maranhenses. Foi um grande investimento econômico para o Estado do Maranhão no período do Governo do **Um Novo Tempo**, o slogan governamental de Roseana Sarney.

Quanto ao que diz respeito a interferência do Governo, em função de injetar recursos, aconteceu, sim, no sentido de, como disse o produtor cultural Jorge Luís Silva

Coutinho, “prepara a passarela carnavalesca na época do carnaval e organizar programas para festejos juninos e fora de época” e que para Joel Inojosa “foi positivo o incentivo do Governo do Estado, porque deu luz a essas campanhas para os bois menores, que os projetou nos arraiais”. Enquanto para Godão não existe interferência, mas “o certo é dependência”.

Mas para essa *luz*, dita por Inojosa, surgir para a cultura popular não veio só por causa da visão do Governo ver cifras no turismo, mas também por lutas e carisma de muito tempo dos brincantes tradicionais para manter a sobrevivência dessa cultura. Isto está bem interpretado nas palavras da professora Maria Michol:

“Eu acho que o que fez sobreviver em primeiro lugar, é a própria força dos segmentos populares. É o gosto, é a luta, é o querer, é o ir lá batalhar, reivindicar direitos e, inegavelmente, isso tudo é bem firme intenção do governo de desenvolver um política de apoio e incentivo às manifestações culturais.

Como a gente viu aqui, tem dois lados contraditórios. Tudo isso fez com que pudesse ter acesso a determinados recursos financeiros. Agora, esses recursos de um lado servem, a nível de investimento, para melhorar a infra-estrutura em termo de indumentária, de instrumentos, de transportes, de bebida, além de apoio aos brincantes e a eventos dos próprios grupos. Além disso, além do apoio governamental, as manifestações podem receber um outro tipo de patrocínio”.

Para a entrevista a respeito do Bumba-Meu-Boi lucrar economicamente com os seus trabalhos de apresentações Joel Inojosa acha que tem algum ganho, o boi sem dono, isto o boi em seu conjunto (não se falando do presidente do boi). E bois sem dono são, por exemplo, Boi da Madre Deus, Boi de Ribamar, etc. Enquanto o “Boi da Maioba, que é que está na moda, agora, tem dono. O Boi de Orquestra ganha, como ganham os seus brincantes.

Em alguns bois os brincantes não ganham, brincam por *amor*, isto faz sentido porque continuam sentindo a essência da brincadeira de quando eram as suas apresentações só para o popular ou para eles mesmos. Diante do dinheiro, como diz Jorge Coutinho,

“muitos bumba-bois foram criados no período do Governo Roseana e direcionados para o sentido muito mais comercial e menos popular. E ainda estão sendo criados mais, porque é para a produção de capital, não mais para um ritual popular ou para identificar a cultura de uma comunidade ou um povo. Então percebe-se a partir da década de 1990 não mais propriamente uma cultura popular, mas uma indústria cultural”.

Os bumba-bois, não lucram economicamente pelo seu trabalho como deveriam senão o suficiente para sustentar as indumentárias, os instrumentos, os custos em geral. Alguns presidentes de Bumba-Meu-Boi chegam a ganhar alguma representação econômica.

Os setores que realmente ganham dinheiro através das apresentações de Bumba-Meu-Boi, (Carnaval, etc.) são governos, os lojistas, a rede hoteleira e restaurantes, agências de turismo, sistemas de transportes rodoviários e aéreos, seguidos por pequenos comércios como bares, barracas de lanches, lojinhas de artesanatos, atelier de obras de arte, transportes locais de táxis, vãs, moto-táxi, ônibus e lanchas e alguns trocados a vendedores ambulantes.

Há uma necessidade de se repensar sobre as atividades do Bumba-Meu-Boi, que, por isso mesmo, merece e deve participar dos lucros produzidos pelas suas apresentações, perante ao público local e turistas, no que José Pereira Godão observa que

“Já há uma consciência, um projeto de sobrevivência para essas manifestações independente desses cachês, dessas apresentações. Realmente cobram as despesas de produção. Botar o grupo na rua pra você fantasiar, estar bem visualmente, para você ter um bom resultado você tem um investimento para fazer. E os cachês são tímidos em relação a poder criar outras expectativas. Acho que o caminho são esses projetos. Não é a contrapartida pela apresentação, porque são muitos grupos, são muitas manifestações, então tem suas limitações também. Até você ter condições de criar uma expectativa até de trabalho para esses artistas, produtores, você tem que buscar outros caminhos. Há possibilidade de projetos alternativos que venham a somar possibilidades de gerar recursos.

Ainda se faz pelo desejo de fazer, querer brincar, querer estar presente, o orgulho de se manifestar artisticamente. Isso ainda é uma das características fundamentais das manifestações artísticas, populares. O desejo que o produtor artístico comunitário tem ainda de se manifestar, mostrar o seu talento. E pra isso se for preciso, ele compra a sua roupa, ele... entende... pra se exibir. O que não é justo é uma cidade, um Estado se valer disto para desenvolver o seu turismo, para desenvolver a sua economia e não dá contrapartida para esse feito. Quer dizer, para essa produção. Então, compreende. Quer dizer: Hoje toda uma indústria do turismo, de comunicação, de empresas de bebidas, sobrevoam as manifestações populares para buscar renda através desse processo do turismo. E as manifestações, como ficam? E as empresas, e os hotéis, e as empresas aéreas? Então existe toda uma indústria em torno da cultura popular. Um Estado como este rico de manifestações onde está claro que tem a vocação pra esse turismo cultural”.

Sobre o financiamento ou a sua interseção pelo governo às manifestações, como o Bumba-Meu-Boi, todos os entrevistados entram em sintonia ao responderem que a Lei de Incentivo à Cultura via empresas privadas é quase insignificante ao grande volume da média de R\$ 10 a 15 milhões de reais (que os folcloristas acham pouco para todo o Maranhão, mas que nem por isso deixam de se animar diante destes valores) injetados pelo Governo Roseana.

As empresas privadas obtém abatimento no imposto de renda e direito a divulgação da sua imagem em meio às manifestações culturais populares. Para o economista e produtor cultural Joel Silva Inojosa, “Vale do Rio Doce, Shell, essas empresas grandes elas têm um programa de mídia... E é interesse dessas empresas financiarem a cultura [...]. É pela Lei de Incentivo com patrocínio que é dado o apoio. Essas empresas têm dinheiro para isso”.

Quanto às pequenas e médias empresas, não vêem vantagem em contribuir com a cultura popular em função do patrocínio pelos gastos não compensar no abatimento de imposto.

No mesmo sentido se expressa o Engenheiro Pereira Godão de que “Tem empresa que desenvolve projetos de atividades econômicas, mas está sempre produzindo eventos, fazendo com que seu cliente também veja que aquela determinada empresa atua no esporte, na cultura, etc. É, tem uma vantagem também. Além disso tem isto. Quer dizer, a imagem da empresa fica bem vista”.

No aspecto político, a dinâmica de relações governo/cultura popular é para algumas pessoas considerada grande benefício social e econômico para o Estado do Maranhão; para outras, uma condição do Poder Público utilizar a cultura popular como seu instrumento de controle, fonte econômica e prestígio político, diante do que os benefícios sociais são mínimos e as conseqüências acontecem gradativamente. A maioria dos produtores culturais dependentes percebe isto mas tem dificuldades, com efeito de desinteresse, para rompê-la e criar o seu próprio sistema de geração de recursos.

Diante desse dilema, há discussão entre pensadores de várias áreas do conhecimento a respeito dessas relações. Enquanto uns elogiam, outros criticam. Mas todos têm as suas razões, como o ex-Secretário de Estado da Cultura do Maranhão Luís Henrique de Nazaré Bulcão, que critica o interesse dos governos anteriores ao do *Um Novo Tempo* só pela cultura erudita mas exalta as ações do Governo Roseana Sarney por este ter se prontificado como mecenato da cultura popular maranhense. Luís Bulcão menciona que

“os governos geralmente fazem da cultura aquela cultura da elite. São a cultura dos teatros, mas teatros de sumidades, a cultura das sinfônicas, das orquestras e se esquece justamente daquela parte da cultura que é o âmago de toda e qualquer cultura que é a cultura popular, que é o seu berço, seu rincão, aquele que lhe dá auto-estima, aquilo que é a sua carteira de identidade. Então, nós investimos nisso. O Governo de Roseana foi para as ruas, sentiu o que o público queria realmente, que fosse tocado na sua cultura. E daí o Bumba-Boi. E daí você viu que o Boi ressurgiu das cinzas no Governo de Roseana.

Mesmo as pessoas querendo nos matar, mas nos provoca a sobreviver dela. Eu acho que isso foi um grande legado que a Roseana deixou à cultura do Maranhão. É que pelo menos ela elevou essa auto-estima do maranhense. Hoje, o maranhense se orgulha de dizer que ele tem aqui o seu Bumba-Meu-Boi como cartão de visita. Hoje, o maranhense se orgulha de dizer que ele tem o seu carnaval, suas maravilhas irônicas e picantes como o seu cartão de visita. Se orgulha a falar do Lelê que muita gente nem sabia o que era. Se orgulha a falar do Cacuriá. Taí dona Teté rejuvenescendo como o seu Cacuriá. Se orgulha a falar das danças portuguesas, das quadrilhas. Então, isso tudo foi uma fase efervescente da nossa cultura que vai ficar imortal” (Entrevista com Luís Bulcão).

Mas a jornalista Gisélia Castro Nogueira menciona a crítica que ela faz no seu artigo “*Estetização política da cultura popular e marketing no governo Roseana Sarney*”, e fala da questão de domínio e dependência da relação governo/cultura que acarreta em benefício do Estado em detrimento da cultura popular:

“Como eu tento perceber nesse meu trabalho, embora as manifestações da cultura popular tenham conseguido uma visibilidade muito forte, mas essas relações de dependência continuaram sendo mantidas no sentido de que se a gente voltar para as comunidades, onde estão lá fincadas as representações da cultura popular do Maranhão, a gente percebe que não houve nada que provocasse, desestimulasse o desenvolvimento dessas próprias comunidades ou a perspectiva de uma ruptura dessas relações de poder. O Boi da Maioba: eu conversando com as lideranças de lá, até hoje não conseguiram, por exemplo, criar oficinas onde elas pudessem produzir as indumentárias do Bumba-Meu-Boi para, digamos assim, tentar, a partir disso, vender ao mercado local ou exportar para que revertesse isso em favor da comunidade. [ficam presos ao Estado]. Coisa que, se observarmos, não é tão difícil conseguir se houver realmente essa intenção do Estado de promover o desenvolvimento da comunidade. Seria simples. Bastaria algum apoio para dar incentivo a essas manifestações. No entanto, nunca aconteceu isso. Ou seja, só reforça esse caráter de dependência mesmo política que perpassa todo o governo Roseana Sarney em relação à cultura popular.

Uma outra coisa é interessante observar, a Roseana se aproveita disso, nessa perspectiva de dar visibilidade às manifestações [Roseana não fica nos bastidores e se intromete nas festas frente às câmeras do público], mas não é uma coisa que, digamos assim, é imposta de cima para baixo, porque há também o interesse dos próprios grupos folclóricos em ampliar essa visibilidade, tanto é que antes mesmo da Roseana Sarney muitos brincadeiras, por exemplo, já se apresentavam em praças públicas para turistas fora do período do São João, principalmente os bois. Há autores que mostram bem isto”. (Entrevista com Gisélia Nogueira)

Outro motivo para a dependência já não parte dos grupos culturais populares, mas dos políticos, os quais, depois de prepararem o seu “apoio” para as festas populares, nelas chegam a se inserir como brincantes para angariar prestígio e voto. É o que diz Luzian Silva Fontes:

“... o Governo foi inteligente, ele viu que ali, se aproximando, tinha a possibilidade de reverter em votos. Eu não vejo o lado dos governantes dizer que são sensíveis. Pode até existir alguém que goste de brincar, de acompanhar alguma brincadeira, mas a ponto de se identificar naturalmente, não. Eles vão lá para olhar o lado turístico, tirar proveito eleitoral, principalmente. Com certeza eles vão atrás é de votos.

Durante o Governo dela (Roseana) de oito anos, ela ficou dentro, praticamente, do movimento popular, mas com certeza ela não veio desde a infância, não era apaixonada por Bumba-Boi. Isso ai foi assessoramento, pessoas que enxergaram: “olha, tem que ir lá, pelo lado da cultura popular, que lá é que dá voto!” E ela acertou, ela está conseguindo um grande quinhão. Hoje em dia, não digo que todas as brincadeiras, mas uma grande maioria apóia, acha que ela fez um bom governo, exatamente porque apoiou as brincadeiras, exatamente porque ela foi que, inclusive, valorizou as apresentações. Agora teve retorno, com certeza. Retorno político e econômico, com certeza”. (Entrevista com Luzian Fontes)

Gisélia Nogueira fortalece mais ainda a questão de dependência por essas relações:

“Uma outra questão é do ponto de vista do crescimento político dessas organizações, desses grupos enquanto organizações da cultura popular, porque a gente percebe que, por exemplo, nesse período da Roseana Sarney os grupos tinham conquistado essa visibilidade, mas a organização, do ponto de vista desses grupos é fragilizada. Ai seria interessante estudar até que ponto essa relação de dependência com o governo do Estado não contribuiu para essa fragilização da organização política dos grupos da cultura popular. Porque, por exemplo, existe uma federação, no caso do Bumba-Meu-Boi, para essas ações de brincadeiras de Bumba-Meu-Boi, mas a gente não percebe uma ação mais visível, mais pontual que seja ou uma atuação mais articulada no sentido de discutir a própria cultura popular e de buscar benefícios, quer seja junto ao governo quer seja junto a iniciativa privada, junto à própria comunidade.

Ou seja, o que demonstra que os interesses pessoais acabam se sobressaindo em relação aos interesses coletivos. As pessoas (e ai a gente falando da cultura popular), estão muito mais preocupados em resolver lá o problema da sua brincadeira, do seu grupo, do que pensar a cultura popular como um todo e buscar essa união, porque juntos é possível fortalecer o próprio movimento político da cultura popular.

Mas se essas organizações estivessem fortalecidas politicamente elas teriam como fazer frente ao governo, reivindicar e conseguir, mas a gente percebe que isso não aconteceu. Não aconteceu no governo de Roseana Sarney porque não havia interesse de buscar fortalecimento político dessas organizações, porque o interesse do governo era continuar com essas amarrações políticas”. (Entrevista com Gisélia Nogueira).

Enquanto Jeovah Silva França bate mais forte, politicamente, sobre essas relações que tanto o governo quanto os grupos culturais populares fazem de comum acordo:

“Tem coisas aberrantes, é verdade, coisas feias que tentaram ser bonitas mas terminam sendo motivo de galhofa da própria sociedade. Veja bem: nenhuma arte se sustém sem materialização. É preciso entender as culturas populares com o capitalismo. É uma relação de forças, de subjugação, normalmente, de domínio do capital sobre o processo de criação e de expressão da população. É preciso compreender a complexidade dessas relações, das culturas populares no capitalismo.

Mudou um pouco, mas o espírito crítico do compositor está alerta, está atento. Eu acho que há uma grande acomodação da maioria dos cantadores, isso é verdade. Muitos são cooptados, muitos não têm mais a coragem de criticar os erros do atual governo ou do governo anterior ou do candidato ou coisa assim, porque vivem nessa dependência infelizmente. Dependência da ajuda pública do Estado. Isso é mau para a sociedade, infelizmente é uma verdade”. (Entrevista com Jeovah França).

Quanto para as justificativas do governo sobre o seu apoio de incentivo à cultura popular o Coordenador do Conselho Cultural Comunitário da Madre Deus – CCCMD Joel Silva Inojosa diz:

“As justificativas que o Governo dá se vê nessas manifestações populares. Sabem quantas pessoas envolvidas no processo cultural? O que gera de renda para o Estado? O comércio que muito vende... Alguns conceitos e alguns padrões. Um desses conceitos e padrões são o econômico. E o sistema econômico funciona como um esfera que gira. O Governo investe na cultura. A brincadeira sai na rua pra brincar. Ela já foi lá na loja,

comprou tecido, lantejoula, chapéu de palha, paetês, ela comprou fita, sapatilha, etc. Esse dinheiro vai para o comércio, parte deste dinheiro volta como imposto.

A indústria tem mais sapatos, mais lantejoulas, etc., é o ciclo. Isso gera uma economia popular, dinheiro popular. [...]

Investe na mídia aí.. Estado forte. Aí os turistas vêm prá cá e trazem dinheiro para gastar com hotéis, restaurantes, bares, ... artesanatos. Na hora que compra o chapéu de palha no produtor paga imposto, para trazer pra cá paga transporte, bota na loja, tem a loja pras vender, empregado que tem que contratar. Então, ele gera um ciclo produtivo. É comercial, não é só capitalista. Poderia ser em qualquer lugar: socialista, capitalista, não interessa! O que interessa é que gera um ciclo produtivo. Porque o produtivo [no sentido de produção em grande escala para venda] não existe sem o capitalismo, e o capitalismo existe em todos os lugares, em todos os sistemas de governo”.

O professor Orlando de Sousa Parga, observador crítico sobre a dinâmica das manifestações do Bumba-Meu-Boi, diz que

“No momento em que você investe numa determinada brincadeira todos saem ganhando, do faxineiro ao coordenador da brincadeira. O vendedor de bebidas, de alimentos, todos ganham, na realidade. É como se fosse uma mine sociedade. Todos têm interesse, do coordenador da brincadeira até o barraqueiro. Prefeitura também tem interesse, porque no momento em que ela investiu ali o retorno dela está exatamente no que você falou que é o retorno através dos impostos que vão pagar”

No mesmo sentido, e por compreender o trabalho dos produtores culturais, mesmo porque ele é um deles e que tem mantido contato com o Governo Roseana Sarney no que diz respeito à cultura popular, o Presidente do Boi Barrica, Pereira Godão fala:

“É um governo que percebe a necessidade de ampliar o movimento, porque a cultura popular numa cidade como São Luís do Estado do Maranhão é uma vitalidade, é uma existência, é inegável, todas essas ruas desta cidade é um terreiro, um teatro a céu aberto, então justifica sim o apoio pelo retorno econômico que o governo tem, como tu pudeste observar, através dos impostos, através do turismo, além de estar dando retorno ao seu próprio povo”.

Os produtores culturais sabem o que dizem a respeito do comprometimento da identidade do Bumba-Meu-Boi, mas não deixam de citar algum grupo que tenta resistir sob o apoio e incentivo pelo governo. O que percebemos na expressão de Jorge Luís Coutinho:

“Ninguém quer colocar boi de zabumba. Dá trabalho; ninguém quer fazer boi de sotaque de pandeirão, dá trabalho; Bumba-Boi da Ilha pior ainda. Na questão do Boi da Ilha sofre discriminação; Boi de Orquestra é boi de bonitão, todo mundo quer trabalhar em boi de orquestra. Aí a originalidade do Boi já era. Não existe. Boi original que temos aqui é o de Axixá, Boi de São José de Ribamar. O Boi de Rosário, apesar da inovação ainda tenta se manter no padrão natural da criação. O Amo (cantador do Bumba-Boi) já está sendo extinto, pois o seu lugar está sendo tomado pelo cantor. Quem canta no Bumba-Boi é cantor X, cantor Y, etc. Está mudando”.

No que diz respeito à identidade do Bumba-Meu-Boi frente às intensas apresentações de época e fora de época e sob a força do capitalismo e da política, com o consentimento público que vai assistir e *apreciar*, a Superintendente de Cultura Popular, Maria Michol Pinho de Carvalho, diz que

“A gente tem de ver muito dentro dessa dinâmica de funcionamento das manifestações culturais. No caso aqui estamos falando do bumba-meu-boi, a questão da tradição e da modernidade. Então, a tradição não está ligada só ao presente. Elas são duas faces da mesma moeda. E como tal elas se relacionam. Então, por mais que a gente queira, que a gente trabalhe com o conceito de cultura ligada às condições objetivas de vida dos segmentos populares, então, o boi do homem de hoje, do século XXI, que sofre todas essas influências, dessa mídia dessa sociedade em que estamos inseridos, ele não pode ser igual ao do boi de 30, 40, 50 anos atrás.

[...]

A gente tem de ter cuidado para que nesse processo não se percam os elementos característicos, peculiares do Bumba-Meu-Boi do Maranhão. Sem os quais ele deixaria de ser o nosso Boi para ser uma outra manifestação qualquer [...] porque a dinâmica é de preservação, mas não uma preservação cíclica, parada no tempo e no espaço com medo da contaminação do novo, mas uma preservação aliada a uma dinamização das manifestações, e do Bumba-Meu-Boi também”.

Mas há muita dificuldade de se poder preservar as características culturais do Bumba-Meu-Boi em função do controle governamental do incentivo, acarretando no atendimento, por parte dos grupos de manifestações culturais populares, de dar uma melhor visibilidade (como mostrar beleza material das indumentárias e do corpo das meninas que representam as nativas – índias – maranhenses) e rápida apresentação (sem ritual) das brincadeiras. Esta situação é percebida pelos próprios folcloristas, como relata a jornalista Gisélia Castro Silva Nogueira, que produziu o artigo “*Estetização política da cultura popular e marketing no governo Roseana Sarney*” (pela UFMA):

“Eu conversando na época [do Governo Roseana] com folcloristas e eles dizem que há uma preocupação de manter as tradições, de manter a identidade. Porque assim: este grupo vai fazer uma apresentação enquanto produto cultural, o que o turista quer ver, quer ver aquilo que está mais caracterizado, aquilo que está mais enraizado com a cultura local. Ele [o turista] não quer ver aquilo que é homogêneo demais. Ele vem buscar aquilo que é mais específico. Então, se eles não preservarem isso, essa especificidade, essa diversidade, essa brincadeira enquanto produto cultural ela pode perder o seu espaço no mercado. E aí ela pode ser descartada” (Entrevista com Gisélia Nogueira).

Na expressão do integrante de elite do Bumba-Meu-Boi de Axixá, Luzian Silva,

“O Bumba-Boi, hoje, passa por problema sério, principalmente Boi de Orquestra, por causa da grande deformação que está se dando. Isso deixa um pouco a gente meio triste,

mas a gente enquanto tiver vida, enquanto estiver acreditando na cultura popular a gente vai falando e vai pedindo para as pessoas, principalmente para os dirigentes, tanto os dirigentes das brincadeiras quanto os dirigentes das entidades das secretarias municipais e estaduais para que fortaleça o lado da brincadeira autêntica, da brincadeira de como ela apareceu.

A gente sabe de que não vai ser possível se as coisas vão mudando. E o capital, ele tem dessas coisas, ele trabalha com elementos novos e encanta as pessoas e dificilmente as pessoas não se fascinam para mudar, principalmente as penas rústicas a gente não vê mais. Agora são penas coloridas, importadas, e isso tudo fascina a maioria das pessoas” (Entrevista com Luzian Silva Fontes).

Joel Inojosa, também, se expressa muito bem em sua percepção da realidade das manifestações culturais populares:

“Por mais que tenha tentado inovar se descaracterizando [...], o Boi da Maioba (e que agora é boi de Zé Inaldo), hoje, passou a ter tamborim de plástico... Mas já faz parte do Bumba-Boi. Eles não respeitam mais as tradições... muita coisa está comprometida em termo de Bumba-Boi, principalmente o Boi de Matraca. [...]. Existem algumas mudanças que acho não são prejudiciais. Mas o mundo é feito de avanço. Essas pessoas foram movidas naturalmente. É diferente das pessoas que fazem brincadeira comercialmente. Fizeram isso pra ganhar dinheiro”. (Entrevista com Joel Silva Inojosa).

Quanto a isso, o outro entrevistado José Pereira Godão diz que “A cultura é uma consequência da atividade humana. Então, naturalmente o Bumba-Meu-Boi de hoje não será o de amanhã como não foi do passado, está no ciclo. As manifestações vão se adaptando às novas referências do mundo. Eu vejo a cidade, o Estado convivendo com isso razoavelmente bem”. E ele continua, mais adiante na entrevista:

“Você tem grandes manifestações mais tradicionais, outras têm tendência de uma reciclagem mais permanente de figurinos, de conotações artísticas. Conviver com essa diversidade de caráter especialíssimo da cultura maranhense. Ao mesmo tempo que tu tem o boi do Maracanã com a multidão crescendo cada ano mais forte, mais amplo mantendo características você identifica como raízes culturais, mas não é o mesmo Bumba-Boi do Maracanã do início do século [20]”

Este é um momento de se perceber melhor de como a cultura foi e o que ela será a partir deste momento de mudanças aceleradas das coisas, da Cultura no mundo, que tem de se adaptar à *nova ordem* para sobreviver. E diante disto, sob a força do capitalismo, são grandes os riscos das manifestações culturais populares, como o Bumba-Meu-Boi, tornarem-se cultura de massa. Dessa forma, funcionarem como uma propriedade, uma empresa, o que exige proprietário ou dono. Mas há controvérsias entre os produtores culturais, dos quais uns dizem que alguns bumba-bois têm dono, como o da Maioba; já outros dizem que têm bumba-bois pertencentes ao povo, como o Bumba-Meu-Boi de Maracanã.

“Esse ponto da cultura popular e da cultura de massa ele é bastante polêmico... em cada contexto existe uma série de fatores ambientais, sociais, econômicos e políticos que interferem na produção cultural

Quando as pessoas vêm para o Maranhão, e para outros estados, também ricos culturalmente, elas vêm em busca daquilo que é típico, que é característico, que é peculiar, que marca a maneira de ser maranhense, faz a nossa identidade. Então, claro que o capitalismo com todas as suas contradições ele interfere nessas relações da cultura popular com o governo, com a mídia, com o turismo, e porque essas relações elas estão muito permeadas pela questão financeira, que fala muito alto” (Entrevista com Michol)

Aqui, pode-se entender que Michol, ao dizer “elas vêm em busca daquilo que é típico, que é característico”, se referindo aos turistas, não contraria a fala de Luzian Fontes quando ele diz, numa citação anterior, que “o turista não quer saber do auto”, ele quer ver a dança, a festa. Porque estes dois pensamentos são entendidos como o turista vem ver as nossas festas culturais, constituídas de grupos antigos e grupos novos, mas não percebe o que elas são realmente porque ele não as conhece e, em meio a uma multidão, paga para vê-las. Ele não é daqui. Mas um pesquisador, mesmo de fora, sabe porque e onde se encontrar a diferença da dinâmica espiritual e material das brincadeiras.

Neste mesmo prisma, a Jornalista Gisélia Castro Nogueira, no seu entendimento sobre cultura, diz:

“A cultura de massa, que o próprio fenômeno da globalização provoca, é a história da homogeneização. E aí na cultura popular do Maranhão a gente percebe que a partir desse movimento de visibilidade, das manifestações da cultura popular, que o Governo do Estado passou a pagar esses grupos folclóricos. Então houve toda uma corrida aqui na base no sentido de criar novos grupos para conseguir essa verba lá no período junino, por exemplo. E aí os grupos folclóricos mais tradicionais reclamam que há uma descaracterização. Muitos grupos são criados somente com esse objetivo, de conseguir essa verba sem se preocupar com o saber, com os valores, com a própria tradição, com as raízes, com a identidade daquela manifestação. Então a gente percebe essa formação de grupos e que são grupos criados meramente com essa perspectiva estética, e somente isto. Então, indumentária, ritmos muito parecidos, muito homogêneo, que é um fenômeno que vem aí que é a própria cultura de massa e aí por trás a globalização provoca isso. Mas tem um outro dado que os teóricos discutem que mesmo dentro da questão da homogeneização tem outro lado: a necessidade, e a própria globalização também estimula isto, é a questão da diversidade, a diversidade cultural.

Até o próprio ex-Secretário de Estado da Cultura, Luís Bulcão, apegado ao grupo Sarney, reconhece as mudanças nas manifestações culturais populares:

“Se você me disser que o Bumba-meu-Boi de hoje é o mesmo Bumba-Meu-Boi, por exemplo, do meu tempo de criança, eu estaria iludindo. Como é que, por exemplo, nós vamos sair agora... no meu tempo o Bumba-meu-Boi andava. Hoje, ele vai de ônibus. Por quê? Porque ele vai se deslocar da Madre deus até a Cohab. Até chegar à Cohab [andando] já terminou a noite. Então, são outros valores, são outras formas, são outras

maneiras. Antigamente chiador cantava sem microfone, ainda canta sem microfone. Tanto prova que muitos dos nossos cantadores têm problemas de cordas vocais, como Mane Onça, que operou. Por quê? Porque ele forçava para ser ouvido por uma multidão de pessoas, 200, 300 pessoas. Ele tinha que cantar mais alto que todo mundo, e às vezes ele levava num tom que ele não suportava, ou suportava porque estava novo. Quando foi chegando a velhice, teve problemas com as cordas vocais. Hoje você vê o catador cantando no microfone. Isso não é que desvincule, que desnature a cultura. É uma evolução, é uma evolução. Nós tínhamos, por exemplo, as brincadeiras que eram todas com fantasias mais modestas. Hoje, nós já temos paetês, nós temos miçangas, bastante canutilho. Todos da evolução. E nós temos a cultura, acompanha. Ela é produto disso”. (Entrevista com Luís Bulcão).

Já o professor Orlando Parga esclarece melhor sobre a natureza do Bumba-Meu-Boi para a comunidade que vê a sua cultura ser dominada:

“A cultura era para ser também democrática. No momento em que ela tem essa relação com político ela poderia ser democrática. Não era para o cara todo tempo ser o cabeça do movimento. É pra ser democrática. Mas não é. Dessa forma, enquanto tem um dono, aquela coisa de o cara ser dono, estar no controle, não é. Ai perde o sentido da cultura. A cultura não é de ninguém, a cultura é do povo”.

Por último, perguntamos se as manifestações culturais, durante o período do Governo Roseana Sarney (1995-2002), funcionaram como lazer ou como trabalho ou se há atividade mesclada. As respostas dos entrevistados foram simples e semelhantes, o que podemos comparar nas palavras dos produtores culturais a respeito das brincadeiras em si como das atividades de confecção e venda dos materiais que a compõem.

“É uma atividade mesclada. Nenhuma brincadeira está dissociada do trabalho. O cara que brinca Bumba-Boi hoje ele é profissional. Ele é pago para isso. O músico é pago [para boi de orquestra]. Os homens que vão para lá, vão para ganhar dinheiro, para aumentar sua renda, para sobreviver. Para muitos é a única fonte de renda. Ele não tem emprego. Tem gente que vive exclusivamente do Bumba-Boi” (Entrevista com Inojosa).

Mas nem todos ganham. Os brincantes de Boi de Matraca, por exemplo, que batem o pandeirão, as matracas, etc., por exemplo, não ganham. Brincam sem ganhar, *por amor à brincadeira*, como dizem alguns deles. Alguns já são antigos nas brincadeiras. Recebem um lanche, cachaça (para homem), e passam noite adentro brincando/trabalhando.

E fortalecendo com a visão de Pereira Godão:

“Acho que é uma atividade mesclada. Em vários sentidos, em vários interesses, claro. Ainda temos uma parcela muito grande do lazer dentro mesmo... As pessoas buscam para se divertir. Está se divertindo, está com expectativa de trabalho artístico, de ver possibilidades econômicas. Então, é ai que está a manutenção da sobrevivência, da resistência. O artista popular tem o instrumento dele, esse fazer, esse brincar, se divertir

com a arte que produz. misturou tudo. Atende a todos os gostos, a todas as classes sociais. O Bumba-Meu-Boi... tem já uma participação maior hoje da sociedade dentro dos novos grupos, e até dos mais tradicionais também já percebemos pessoas se identificando, se aproximando, empresários, políticos e tal.” (Entrevista com Godão).

Até os grupos antigos com os novos formam mesclagem, como formam mesclagem brincadeiras diferentes de um só dirigente. Para Luzian Silva Fontes, Coordenador do Setor de Lei de Incentivo da Fundação Municipal de Cultura – FUNC,

“Vão aparecendo outras brincadeiras. Tem dirigente de brincadeira que tem três, quatro brincadeiras: tem o Boi, tem o coco, tem o Tambor de Crioula e aí vai. Não sai mais da porta da Secretaria [de Cultura]. Foi no Governo Roseana, nessa “valorização”, que fez com que crescesse desordenadamente as brincadeiras. Começou a aparecer dissidências. [...] No Maranhão inteiro está cheio de Bumba-Boi. Então, antes de Roseana a gente tinha um mercado melhor para se trabalhar. Além de fazer em São Luís, fazia em outros municípios. [...] Hoje tem muitos bois, muitos cacuriás, muitas brincadeiras. [criaram-se novos bois diante dos significativos investimentos].

Aí já é o Boi que não é feito de promessa, já é aquele boi que é feito para se ganhar, para visar lucro mesmo. E aí quando se fala em lucro já se sabe que o capital é perverso. Aí é que vem a deformação. Também é deformação. Um para concorrer com o outro. Ficam inventando coisas que não existem, não tem elementos que nasceu no Bumba-Boi. Elementos novos estão aparecendo, é perigoso isso.

Músico não tocava por dinheiro, músico tocava por cafezinho, um conhaque para segurar a garganta do amo, dos vaqueiros. Quando se pagava era uma cachêzinho pequeno, que dava prá pagar [a manutenção da brincadeira]. O aparelho de som facilita, você escuta a melodia. Antigamente era no gogó. Um caso desse [com aumento do público] é preciso a tecnologia. Aí está sendo bem abusada. Que está facilitando ao amo (evita estar se esgoelando). [Para maior número de público, o aparelho de som (caixas acústicas)]. (Entrevista com Luzian Fontes).

E mais ainda: mesclagem de suor dos brincantes tradicionais com “brincantes” políticos, o que podemos ouvir do ex-secretário de Cultura, Luís Bulcão:

“Quando a gente está no cordão de Bumba-Meu-Boi se tiver a Governadora Roseana, como ela gosta, dentro do cordão está todo mundo dançando, empurrando, ela está com o mesmo suor da gente, ela está com a mesma cachaça que a gente está tomando, porque ali todos nós somos iguais. Como dizia um dos versos de Gonçalves Dias, “os grandes, os imortais foram plebeus que começou”. (Entrevista com Luís Bulcão)

Mas sobre todos esses entrevistados e suas categorias de pensamento e erudição, ninguém fala melhor da essência do Bumba-Meu-Boi do que a pessoa que nasceu em meio às *brincadeiras*, que tem isto no sangue vindo de seus bisavós, passando por avós, pais e outros parentes como o senhor Ferdinan Natividade Cardoso, popularmente chamado de **Maioba**, que desde os 12 anos já começava a trabalhar/brincar com Farol, depois passou a usar matraca e pandeirão de couro nas manifestações de Bumba-Meu-Boi, que como ele

disse sobre a tradição dos instrumentos da brincadeira, “O Maracá era de lata com umas pedrinhas dentro. O Boi começou com **CÔFO**”, isto é, o brincante ficava dentro do côfo³⁹.

Hoje, com 72 anos de idade e 60 de dedicação às manifestações culturais populares de Bumba-Meu-Boi (da Maioba), o senhor **Maioba** diz que “antigamente se brincava na casa de um, na casa de outro, pago pra ajudar na brincadeira. Os brincantes não ganhavam nada senão a cachaça e a comida. Hoje, quem *ganha* são os amos, o fato⁴⁰ e alguns brincantes”. Pequeno pagamento que recebia para a manutenção das indumentárias e instrumentos das festas do Bumba-Meu-Boi.

As condições atuais são outras, as transformações gerais da sociedade afetaram as mudanças naturais das manifestações culturais populares, como o Bumba-Meu-Boi. O capitalismo avançado e selvagem, o Neoliberalismo, a luta quase que individual das pessoas, o excesso de ganância de uns em detrimento dos trabalhos e da cultura popular de outros provocam feridas na identidade e no ritual do Bumba-meu-Boi, sem que os próprios brincantes tenham condições de curá-las.

Seu Ferdinan Natividade Cardoso ou **Maioba**, continua dizendo que

“Dantes, dentro do São João e São Pedro, dava-se 30 brincadas até a morte. Hoje, as apresentações aumentaram mais. De São João até a morte dão umas 50 brincadas. Hoje, é comercial. O Bumba-Meu-Boi só brinca por dinheiro. O turismo tá avançado e ajuda financeiramente. Os políticos ajudam na brincadeira com interesse de nêgo ajudar eles. É o interesse pelo voto prá se eleger”. (Entrevista com Ferdinan Cardoso).

Quando o senhor **Maioba** foi perguntado a respeito do ritual, envolvendo a espiritualidade humana em suas tradições e valores, a sua resposta foi tocante e meditativa: “Hoje, o Bumba-Meu-Boi é comercial. Naquele tempo o Bumba-Meu-Boi era de promessa, prá pagar”. Este cidadão, sempre presente nas brincadeiras, percebeu, com sua sabedoria popular, que o Boi sofreu com a modernidade tecnológica, tendo os seus instrumentos de som festivos modificados e as apresentações não mais só para a comunidade, mas, feitas em excesso e às pressas para o espetáculo, determinadas pelo cronograma do Governo para a satisfação da indústria do turismo e da eleição dos políticos.

³⁹ **CÔFO**: Feito palha seca de coqueiro para nele se colocar e transportar farinha em grande quantidade. É parecido com barril, só que a abertura é de lado. É o que, forrado com folhas secas vegetais e cheio de farinha, chamamos de *paneiro de farinha*, comportando até 30 quilos deste produto comestível.

⁴⁰ **FATO**: a pessoa que dança debaixo da representação do Boi (do animal), que cabe um indivíduo.

Ferdinan Natividade Cardoso, o simples homem/cidadão que *brinca por amor*, sente o que significa o ritual, o gosto pela mesclagem tradicional brincadeira/trabalho dentro do Bumba-Meu-Boi, as transformações impostas que este Boi sofre com novas mesclagens Boi antigo/Boi novo, cantador/cantor, brincantes tradicionais/novos brincantes, rua/palco, ritual/espetáculo promessa/comércio, sentir/só olhar, instrumentos tradicionais/instrumentos modernos, fogueiras/refletores, grupo/governo, comunidade/público, mídia/turismo cultural, cultura popular/cultura de massa, morte/desmaio (do Boi). Ele vê que melhorou à aceitação do Bumba-Meu-Boi no seio da sociedade (com divulgação e apresentações para um número maior de público local e estrangeiro); vê que tem sustento e renovação das indumentárias e instrumentos da brincadeira. Mas percebe que brincantes tradicionais não têm participação nos lucros e alguns perdem, como atores da brincadeira, espaço para pessoas rotuladas.

As **festas**, além de lazer e trabalho (atividade mesclada interna), se tornam fortemente comerciais (atividades interna e externas). Quer dizer, envolve tantas atividades e pessoas, acaba tornando as festas de Bumba-Boi (Carnaval e outras manifestações culturais) muito complexas, formando uma grande teia de atividades humanas com trabalho, venda e compra, locomoção, divertimento, etc. E para isto tudo funcionar bem é fundamental a atuação da propaganda pela mídia, principalmente as organizações de comunicação *Mirante*. É interessante que essas **festas** públicas beneficiam e promovem o Governo com significativa **arrecadação de impostos** e **credibilidade política**, como também, da forma que estão sendo utilizadas, tendem conduzir o cidadão e a cidadã para **acomodação social**.

A mesclagem de *brincantes tradicionais* com *novos brincantes*, representa a força capitalista e política dentro das manifestações culturais populares. Enquanto *boieros* (pessoas simples, que vivem junto ao Boi e *brincam por amor*) são os brincantes de corpo e alma, que se identificam com o auto do Bumba-Meu-Boi (e carnavalescos, com as evoluções rítmicas do Carnaval), os *novos brincantes* (políticos, empresários, cantores, literatos e outros) são os do capital e da política, que se identificam com comércio e voto, se divertem e se promovem às custas das manifestações culturais populares, mas não têm o mesmo sentimento, não percebem as toadas surgidas do espírito e nem o espírito desta cultura. **Pois existe uma coisa importante dentro dessa cultura no que a sabedoria popular tem seus encantos que a exclusiva erudita nem presente.** Repetindo as palavras de Orlando Parga, A CULTURA TEM QUE SER DEMOCRÁTICA, A CULTURA É DO POVO.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É na formação do **Um Novo Tempo**, sob representação oficial de Roseana Sarney no poder político máximo do Estado do Maranhão, que a Oligarquia Sarney continua e fortalece a consolidação estrutural do seu domínio pela formação de alianças com a maioria da Assembléia Legislativa, prefeitos municipais e produtores culturais. Dá apoio maciço à cultura popular maranhense através das instituições públicas. Apoio que acarreta na ação de dar e receber, entre o Governo Roseana e a cultura popular, que estimula imensamente os grupos das brincadeiras populares, que há muito vinham persistindo numa afirmação de suas atividades serem bem consideradas, de fato, e obterem recursos por parte da classe dominante.

Essa imagem de **Um Novo Tempo**, apoiada pela “democrática” Presidência de Fernando Henrique Cardoso e pela euforia turismo/cultura popular, em consonância com o passado do **Maranhão Novo**, de José Sarney, apoiado pelo ditatorial Governo Federal de Castelo Branco e pela ideologia de *progresso*, tem proporcionado a Roseana a oportunidade de desenvolver programas governamentais e culturais populares, aos seus interesses, com tal envergadura que não se pode negar, de forma alguma, a sua personalidade política carismática e dinâmica. Mesmo porque o seu pai, profissional político e influente na esfera federal, tem lhe acompanhado e apoiado constantemente como representante (Senador) maranhense em Brasília.

Enquanto a imagem política (e genética) do pai reflete na filha, percebe-se um forte controle sobre o Estado do Maranhão. A atuação de Roseana, da década de 1990, com a participação de José Sarney, atuante desde a década de 1960, em comandar este Estado e influenciar o sistema político local, tem mostrado o domínio da Oligarquia Sarney como uma força titânica. Mas não imbatível nem insolúvel.

Isto até o ano 2003, quando o senhor José Reinaldo Tavares assumo o Governo do Estado e se inicia um *atrito doméstico* seguido de uma *crise política* entre o Governador (e esposa) e a família Sarney por não aceitar interferências da Senadora Roseana na sua administração, começando, daí, a luta para uma “**libertação do Maranhão**”. Idéia que contagiou dois grupos: de José Sarney, no passado de 1965, e do Governador José Reinaldo, no presente de 2005.

“Campanha da libertação chega à vitória com passeata monstro” (In: FILHO: 2001, 49), na imprensa foi constante antes e depois das eleições de 1965 entrando à posse do Governador em 1966, acerca de José Sarney contra Vitorino. O Mesmo se percebe hoje, neste ano de 2005 entrando para o período das eleições de 2006, quando se tem um grupo político “**Frente de Libertação**”, liderado pelo atual Governador José Reinaldo Tavares, contra os Sarney. A idéia de LIBERTAÇÃO (ontem), que diz “**a libertação está próxima**” e “**Maranhão libertado**”, quando da luta para romper a Oligarquia Vitorinista soa (hoje) como um advento de salvação à ruptura da Oligarquia Sarneista.

Neste contexto, os Sarney começam a sentir o peso da contrariedade de *não poder influenciar* o novo governo maranhense, pois, nas palavras do produtor cultural e economista Joel Silva Inojosa, “**quem tem a caneta é quem tem o poder**”, isto é, quem assume o Governo é quem manda. E este novo Governo (2003-2006) quem manda, continua com o apoio para a cultura popular, porém com menos intensidade, o que podemos perceber no reclamar dos produtores culturais do bairro da Madre Deus e que, do Governo José Reinaldo, os valores elevados no quadro demonstrativo financeiro da Secretaria de Cultura não correspondem, em função dos valores aplicados no Governo Roseana Sarney.

A cultura popular da década de 1990 até 2002 teve o seu momento de “glória” pela presença e participação do Governo Roseana pelo novo olhar da classe erudita e política despertado pelo advento do turismo como grande veículo-fonte de recursos, e com apoio pleno da mídia, que contribui para o desenvolvimento econômico, gerando trabalho e “renda” como também lazer e *alegria* de cidadãos e cidadãs maranhenses. E como não poderia deixar de ser, é óbvio, dado significativo investimento econômico e credibilidade política às personalidades e instituições mecenas eruditas. Isto acarreta, também, em *comodismo social*.

A modernização do Bumba-Meu-Boi em face da política e, principalmente, do capitalismo se torna acelerada e causa deformação da cultura popular, foge à evolução natural. É necessário rever a questão da originalidade do Bumba-meu-Boi, que passa por este processo. Pode-se discutir e pode ser feito, com boa vontade política entre a sociedade maranhense e os grupos das manifestações culturais populares, a encontrar soluções e praticar atos para se preservar a identidade, o culto, o auto do Bumba-Meu-Boi.

Isto não quer dizer que, com o cumprimento do mandato governamental de Roseana Sarney, tem acabado toda a efervescência cultural popular. Se é que pode-se realmente considerar essa *euforia* festiva de *efervescência*. Pode sim, em relação aos anos e governos anteriores a Roseana, dizer que a cultura popular maranhense recebeu grande fluxo de capital e teve apresentações constantes e significativas para um público em massa (tanto local, interestadual e internacional). Não, as festas não acabaram. Apenas diminuiu a sua *euforia momentânea* em face da diminuição de incentivos, provavelmente por desacordos políticos e falta de dinamicidade administrativa do atual governo. Nesta turbulência política e apatia cultural o turismo cresce e os investimentos continuam, gerados por um trabalho ousado e dinâmico da Governadora. Foi importante aos produtores culturais por ela perceber e se envolver ao investimento econômico e político nas manifestações culturais populares.

Mas, ao mesmo tempo em que a Governadora Roseana Sarney se envolve com a cultura popular e se refugia na Constituição do Estado do Maranhão para algum VETO, ela fere consideravelmente esta constituição quando se trata de permitir benefícios sociais. E é por maior parcela do nosso povo estar alheia às leis constitucionais, jurídicas e orgânicas que os governantes e demais políticos se reservam à parte e, confundindo o público com o privado, se apropriam das coisas públicas como se fosse suas, determinando à sua vontade dentro da sociedade política e sobre a sociedade civil.

Situação diante da qual voltamos ao pensamento de MANGUEL (1999, 15) quando ele diz a respeito dos códigos e leis de um país diante dos quais grande parte da população está mantida no analfabetismo e outra parcela tendo um grau satisfatório de escolaridade está na *ignorância desejada*, de tal forma que os governantes, com a participação dos seus assessores e consentimento dos poderes legislativo e judiciário, estão no poder tentando se perpetuar sem sofrer ameaças e contribuindo imensamente para aumentar a miséria dos cidadãos e cidadãs, que votam nesses *representantes do povo* para decidirem os destinos da sociedade. Governantes que intentam, à sua maneira, para atos que nada condizem com os anseios desta sociedade. Governantes que tentam legitimar a sua apropriação sobre as coisas públicas revestidos com o manto da “democracia”, chegando até mesmo a incluir grande parte da sua família (senão toda) e parentes em altos cargos públicos vivendo no luxo, como se toda a população tivesse consentido esse tipo de *Nepotismo*.

Isso tem acontecido no passado, por exemplo, quando o pensador social Auguste Comte (1798-1857), ao presenciar alto índice de desemprego, e conseqüentemente mendicância e fome de uma grande parcela de seres humanos em contraste com a riqueza e o luxo de uma minoria na sociedade parisiense, percebe o comodismo social em função das muitas festas e bailes de carnaval ao povo que dança “contente” diante do seu sofrimento e do descaso do governo. Ele analisa como essa maioria pode sobreviver nestas condições. Diante disto Comte ouve de uma bonita senhora o forte pensamento de que “*quem dança não conspira*” (COMTE: In: COVEZZI: 2003, 34), em alusão às festas populares.

Isso hoje acontece, sendo herança dos vícios da corrupção, reproduzidos bem para a face dos cidadãos e cidadãs que trabalham e produzem para manter o Estado e manter os políticos, os quais vivem no luxo, na riqueza, detentores de uma economia elevadíssima. Enquanto grande parte da população vivendo à pobreza e outro tanto abaixo da linha de pobreza. Diante do que, para dar a entender que os governantes e seus correligionários políticos são “bons” e “carismáticos” para com o povo, dão excessivas festas públicas, que podem ser interpretadas por quem percebe o fenômeno como *a maconha das massas*, situação em que (repetindo o que disse a senhora a Comte) “*quem dança não conspira*”.

Isto é uma forma de violência, como violência é arrancar da cultura popular a sua identidade própria, as suas expressões ritualísticas, para satisfazer a economia dos ricos e do governo e a legitimidade de representação (pelo voto) de políticos e (pelo Nepotismo) de amigos aos cargos públicos de primeiro escalão. Mas a violência tem inúmeras formas, como se expressou com sensibilidade o libertador da Índia das mãos cruéis da Inglaterra, Mahatma Gandhi: “A pobreza é a pior forma de violência”, provocada pelos poderes públicos (e privados) na sociedade, em específico no Maranhão.

Enquanto, às vezes, os representantes públicos brigam entre si dizendo (como na época do José Sarney candidato a Governador em 1965 e José Reinaldo agora em 2005) que estão *libertando o Maranhão*, se percebe que não passa de discursos enganosos, como enganosas as ideologias de *acabar com a pobreza do maranhense*, como justificativa para se tirar empréstimos junto às corporações econômicas estrangeiras e aplicá-las para outros fins que não o social nem o educacional. E a liberdade fica só como partidária de uns poucos. Porque, em geral, a liberdade que os cidadãos e cidadãs deste Maranhão precisam, de fato, e sem empréstimos estrangeiros, é a liberdade de se ter uma educação significativa e crítica,

conhecimento das leis para todos; é a liberdade de se trabalhar e ganhar com dignidade; é a liberdade de se ter terra cultivável e uma moradia própria e decente, ter centros médicos de atendimento viável à saúde pública, segurança pública e respeito aos direitos e deveres.

É necessário se perceber os eventos através da história para compreendermos a sua existência e revolução naturais e/ou impostas por forças hegemônicas. Podemos revelar essa estrutura de poder e essas relações cultura e política que mostra, não de forma ilusória mas crítica, uma realidade que pode ser rompida e modificada. A nova forma de se estudar as fontes nos desperta à nova forma de se olhar, de se perceber a história em sua realidade e integridade. À proporção que surgem novos vestígios sobre um determinado acontecimento se enriquece o *tema*, aqui no caso, os eventos da cultura popular e da política.

Nas condições do entrelaçamento das culturas (*popular, erudita e de massa*), há uma preocupação dos antropólogos fazerem do conceito de cultura um instrumento de luta no sentido de germinar a semente da consciência da liberdade oprimida, não teorizando mas praticando sobre a cultura presente para transformá-la por ação popular e erudita para se construir uma sociedade cada vez mais harmoniosa e com melhor qualidade de vida para todos. Mas isto soa mais como utopia, mesmo porque o capitalismo (selvagem) atua de forma que satisfaz a si mesmo e a cultura tornou-se um seu produto cultural, um seu instrumento de consumo, daí a importância desse produto se expandir em volume e espaço.

A luta surge como uma opção de combate à cultura de massa, uma “oposição às classes dominantes, nascendo do seio da cultura popular negada, permanentemente regida pela análise crítica dos valores, pois essa ação é transformadora e se transforma sempre” (FREIRE: 2000, 51). Não é pura e inocente como a cultura popular, nem capitalista como a cultura erudita e nem slogan (publicidade), mas uma forma de resistir a um idealismo pela necessidade de preservar peculiaridades culturais pelo amadurecimento e responsabilidade de pessoas revolucionárias.

Educar, amadurecer, recriar para evoluir, resistir para a luta para mudar, diante do que **não existe oligarquia que não possa ser rompida**, principalmente numa sociedade que, apesar dos entraves lançados pelos poderes públicos, pode melhorar pelo saber, pela educação significativa e crítica. Não existe sociedade que não possa vencer. É necessário acreditar e lutar unidos, para a formação política, o bem estar familiar e social das pessoas.

ABSTRACT

Study about the relation of patronage established between the Public Executive power and responsible groups for the cultural celebrations of Maranhão having as main focus the Bumba-Meu-Boi. We Analyse the use these celebrations as part of strategic actions for the maintenance of politic and economic power of the Oligarchy Sarney family, impersonating in the Roseana Sarney Governorator figure, in the period from 1994 to 2002. We Interpret the relations between the public and privite society of Maranhão, showing the business power of Sarney Oligarchy, created from the destination of large part of public sources to their companies.

REFERÊNCIAS

A) LIVROS

ABC da Reforma. Governo do Estado. Gerência de Administração e Modernização do Estado do Maranhão. São Luís, 1999.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohgrig. **A formação da cultura popular maranhense**. In: NUNES, Izaurina de Azevedo. *Olhar, memória e reflexões sobre a gente do Maranhão*. (Comissão Maranhense de Folclore). São Luís: Lithograf, 2003.

BHABHA, Hommi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**. São Paulo: UNESP, 1997.

CAVALCANTI, Maria Laura. **O bumba-meu-boi do Maranhão: apreciação analítica**. In: NUNES, Izaurina de Azevedo. *Olhar, memória e reflexões sobre a gente do Maranhão*. (Comissão Maranhense de Folclore). São Luís: Lithograf, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. 2ª ed. São Paulo: Papirus, 1995.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. 1ª ed. São Paulo: Bom Tempo, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

COMTE, Auguste. **A reorganização social**. In: COVEZZI, Marinete & CASTRO, Sueli Pereira. *Sociologia: a Sociologia como ciência – surgimento, objeto e método*. Fasc. 1, 3ª ed. Cuiabá: EDUFMT, 2003.

COSTA, Wagner Cabral da. (Org.). **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: Gráfica Universitária – EDUFMA, 2004.

CORRÊA, Frederico José. **Um livro de crítica**. São Luís: Typ do Frias, 1878.

COUTO, Carlos Agostinho Almeida de Macedo. **Indústria cultural e hegemonia: o poder público e a produção e disseminação de bens culturais em São Luís do Maranhão**. 2003. 177 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

DELTA LAROUSSE, Grande enciclopédia. Vol. 10. Rio de Janeiro: Delta S/A, 1972.

DORIA, Palmério. **A candidata que virou picolé.** (Série *História Imediata*). São Paulo: Casa Amarela Ltda., 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

FILHO, Alan Kardec Gomes Pacheco. **A construção midiática do político José Sarney: 1962 – 1970.** 2001. 102 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Faculdade de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GODÃO, José Pereira. **O Boizinho Barrica à luz de uma estrela.** 2ª ed. São Luís: Companhia Barrica, 2000.

HOBBS, Thomas (coleção *Os pensadores*). **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil.** São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Cia das letras, 1999.

_____. **O novo século: entrevista a Antonio Polito.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.

JARDIM JÚNIOR, David. (Atualizado por RODRIGUES, Jaime). **Dicionário de ouro de política.** Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1979.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LE GOFF, Jacques. **A história nova.** São Paulo: Martins Fontes Editora, 1998.

MAQUIAVEL. **O Príncipe.** São Paulo: Martin Claret, 2003.

MARQUES, Ester. **Tradição e modernidade no bumba-meu-boi.** In: NUNES, Izaurina de Azevedo. *Olhar, memória e reflexões sobre a gente do Maranhão.* (Comissão Maranhense de Folclore). São Luís: Lithograf, 2003.

MEIRELES, Mario M. **História do Maranhão.** (Série *Maranhão Sempre*). São Paulo: Siciliano, 2001.

NOGUEIRA, Gisélia Castro Silva. **Estetização política da cultura popular e marketing no governo Roseana Sarney.** Artigo. São Luís: UFMA, 2005.

PASSOS, Iran de J. R. dos. **A transição da cultura popular para a cultura de massa no Maranhão: aspectos do Bumba-Meu-Boi Pirilampo.** São Luís: Quatro Passos, 2003.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, Nuria Cunill. **O público não-estatal na reforma do estado.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos de história da cultura clássica: cultura romana**. II v., 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

SANTOS, Dionizio Roque dos. **Vida política de Vitorino Freire no Maranhão**. 2002. 101 p. Monografia (Graduação em História) – Faculdade de História, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

SARNEY, José. **Norte das águas**. São Paulo: Siciliano, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Por uma historiografia da reflexão**. In: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **Inventário de Leis, decretos e regulamentos de terras do Maranhão – 1850-1996**. Belém: UFPA/NEAE/PLADES, 1998.

SILVA, Benedito. et al. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SOUSA, Moisés Matias Ferreira de. **Os outros segredos do Maranhão**. 2ª ed. São Luís: Estação Gráfica, 2002.

VANNUCCHI, Aldo. **Cultura brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

VIEIRA, Evaldo. **Poder político e resistência cultural**. Campinas – SP: Autores Associados, 1998.

B) REVISTAS

CALDEIRA, José Ribamar. O poderoso mandão. Revista **Caros Amigos**, São Paulo, p. 21, fev. 2002.

Não tenho culpa. Revista **Carta Capital**, São Paulo, n. 369, p. 40-41, 23 nov 2005.

CRUZ, Márcio. Mandingueiros do amanhã. Revista **Almanaque JP Turismo**. São Luís, ed. 5, ano II, mai/jun. 2005.

DÓRIA, Palmério. O nome dela é Roseana, mas pode chamar de Sarney. Revista **Caros Amigos**, São Paulo, fev. 2002.

LIMA, Carlos de Castro. (Entrevista: Paulo Melo Souza). A memória na ponta da língua. Revista **Almanaque JP Turismo**, São Luís, ed. 5, mai./jun. 2005.

LIMA, Maurício. O fantasma do Maranhão: Roseana quer defender os índices sócioeconômicos de sua gestão – mas, em alguns casos, é impossível. Revista **Veja**, São Paulo, ed. 1740, n. 8, p. 28-29, 27 fev. 2002.

LÍRIO, Sergio. Reinado sob ameaça. Revista **Carta Capital**, São Paulo, n. 369, p. 30-38, 23 nov. 2005.

MOREIRA, Delmo. Uma viagem pelo Maranhão: de Roseana Sarney, o Estado Brasileiro que tem a maior parte da população vivendo abaixo da linha da miséria. Revista **Época**, São Paulo, ed. 196, p. 34-36, 18 fev. 2002.

MOZAI, Tânia. (Entrevista: Alberto Manguel). Ler é poder. o ensaísta canadense, autor de *Uma História da Leitura*, explica por que a palavra escrita é a grande ferramenta para entender o mundo. Revista **Veja**, São Paulo, p. 5, 7 jul. 1999.

OLTRAMARI, Alexandre; LIMA, Mauricio; GASPARI, Malu. A dama da sucessão: filha de ex-presidente, com saúde frágil e um governo bem avaliado, Roseana Sarney vira a estrela da corrida para o Planalto ao assumir o segundo lugar nas pesquisas eleitorais. Revista **Veja**, São Paulo, ed. 1726, n. 45, p. 40-42, 14 nov. 2001.

REIS, José Ribamar. O ciclo do auto do bumba-meu-boi maranhense. Revista **Almanaque JP Turismo**, São Luís, ed. 06, ano II, set./out. 2005.

C) JORNAIS

ABMI promete São João mais bonito no terreiro do Parque do Folclore. **Jornal Pequeno**, São Luís, 23 mai. 1997. Fachada Cultura (JP Turismo). p. 5.

A DECADÊNCIA de Sir Ney. **Jornal Pequeno**, São Luís, 29 nov. 2005. Informe JP. P. 3.

ADERSON Lago sugere que governo encaminhe projeto de incentivo à cultura. **Jornal Pequeno**, São Luís, 04 nov. 2005, p. 3.

A HOMENAGEM da Câmara ao Jornal Pequeno e a Ribamar Bogéa. **Jornal Pequeno**, São Luís, 04 jun. 1995. Falando de cultura (Pequeno Suplemento). p. 4.

AL aprova projeto de solidariedade: deputados dão aval aos programas sociais do governo do estado. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 04 mai. 1995, p. 3.

ALUNOS estão estudando no chão e bebendo água da torneira. **Jornal Pequeno**, São Luís, 15 abr. 1998, p. 8.

APROVADO projeto do governo que garante incentivo à cultura no estado. **Jornal Pequeno**, São Luís, 07 dez. 2005, p. 2.

AS ESCOLAS públicas vão entrar em recuperação. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 24 out. 1995, p. 7.

ASSEMBLÉIA Será aliada do governo para tirar o Maranhão do atoleiro. **Jornal Pequeno**, São Luís, 29 jan. 1995, p. 8.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. A formação da cultura popular maranhense. Algumas reflexões preliminares. **Comissão Maranhense de Folclore**, São Luís, ago. 1999, n. 14, p. 11-12.

ATOS e fatos. **Jornal Pequeno**, São Luís, 21 fev. 1998, p. 2.

_____. **Jornal Pequeno**, São Luís, 28 mar. 1998, 1. col. P. 2.

_____. **Jornal Pequeno**, São Luís, 08 jan. 1998, 1. col. p. 2.

BAESSE, Deborah. Cadê o boi de orquestra? **Comissão Maranhense de Folclore**, São Luís, ago 2005, n. 32, p. 2.

‘BAQUE’ de R\$ 4.4 milhões de reais nas contas do estado: rombo mostra que “esquema Sarney usou convento como fonte de renda”. **Jornal Pequeno**, São Luís, 27 nov. 2005, p. 3.

BARROS, Antonio Evaldo A. A maranhensidade ao ritmo do bumba-meu-boi. **Comissão Maranhense de Folclore**, São Luís, ago. 2005, n. 32, p. 7-8.

BEZERRA, Bruno. Bumba-meu-boi em São Luís: massas, palcos e estratificação no São João de 2004. **Comissão Maranhense de Folclore**, São Luís, dez 2004, n. 30, p. 6-7.

BID confirma liberação de 59 milhões para o Maranhão. **Jornal Pequeno**, São Luís, 07 abr. 1998, p. 4.

BID eleva em 50% investimentos no país. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 17 jan. 1995, p. 5.

BOI de Zabumba. **Jornal Pequeno**, São Luís, 03 out. 1996. JP Turismo. p. 3.

_____. **Jornal Pequeno**, São Luís, 03 out. 1996. JP Turismo. p. 3.

BOI da Madre Deus perde no jogo de interesses! **Jornal Pequeno**, São Luís, 19 jan. 1997. Falando de Cultura (Pequeno Suplemento). p. 6.

BOMBA: Zé Reinaldo diz que herdou índices vergonhosos do governo Roseana. **Jornal Pequeno**, São Luís, 25 jul. 2004, p. 1.

Centro de Cultura do Maranhão instalado junto com a SBPC. **Jornal Pequeno**, São Luís, 06 jul. 1995. JP Turismo. p. 3.

C.C.P. DOMINGOS VIEIRA FILHO estimula e divulga produção cultural maranhense. **Jornal Pequeno**, São Luís, 02 abr. 1995. Falando de Cultura (Pequeno Suplemento). p. 4.

CENTRO de Cultura faz reabertura com programação diversificada. **Jornal Pequeno**, São Luís, 02 abr. 1998. JP Turismo. p. 3.

CENTRO Cultural do Maranhão instalado junto com a SBPC. **Jornal Pequeno**, São Luís, 6 jul. 1995. JP Turismo. p. 3.

COMUNICADO. **Jornal Pequeno**, São Luís, 06 fev. 1997. Corredor político. p. 3.

CULTURA sem recursos pede criatividade. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 10 jan. 1995. Caderno Alternativo. P. 15.

DENÚNCIA grave: Sarney pode ter negociado a reeleição por 2,5 milhões. **Jornal Pequeno**, São Luís, 22 dez. 1996, p. 1.

DEPUTADO propõe a criação de lei de incentivo à cultura. **Jornal Pequeno**, São Luís, 05 nov. 1998. JP Turismo. p. 2.

DEPUTADO quer retirada do projeto de reforma. **Jornal Pequeno**, São Luís, 18 jan. 1995, p. 6.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Periódico. Ano XCII, n. 92. mai. São Luís: SIOGE, 1998.

DINHEIRO de professores é desviado. **Jornal Pequeno**, São Luís, 30 abr. 1995, p. 8.

EDUCAÇÃO repassa 118 mil para escolas públicas. **Jornal Pequeno**, São Luís, 16 fev. 1995, p.3.

EDUCAÇÃO toma novo rumo no Maranhão: ensino público passa direto no governo Roseana. **Jornal Pequeno**, São Luís, 01 jan. 1996, p. 15.

- ELEIÇÕES mobilizam pais, alunos e professores. **Jornal Pequeno**, São Luís, 20 out. 1995, p. 5.
- EM CONTUNDENTE artigo no jornal O Estado de São Paulo: Zé Reinaldo mostra ao Brasil o que a Oligarquia Sarney fez com o MA. **Jornal Pequeno**, São Luís, 10 nov. 2005, p. 3.
- ENSINO público passa direto no governo Roseana. **Jornal Pequeno**, São Luís, 1 jan. 1996, p. 15.
- É UMA zorra!! os gasparzinhos. **Jornal Pequeno**, São Luís, 16 mar. 1997, p. 2.
- FEITOSA, Ribamar. Uma proposta de renovação para a Academia Maranhense de Letras. **Jornal Pequeno**, São Luís, 15 out. 1995, p. 4.
- GOVERNADORA aconselha prefeitos a só nomear por concurso público. **Jornal Pequeno**, São Luís, 29 nov. 1996, p. 8.
- GOVERNADORA garante toda criança na escola. **Jornal Pequeno**, São Luís, 13 fev. 1998, p. 3.
- GOVERNO em desacordo com a população. **Jornal Pequeno**, São Luís, 04 fev. 1996, p. 7.
- GOVERNO economizará R\$ 50 milhões. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 06 jan 1995, p. 3.
- GOVERNO inicia privatizações: Roseana celebra convênio com BNDES para implementar programa. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 26 jan 1995, p. 3.
- INCENTIVO à cultura. **Jornal Pequeno**, São Luís, 19 nov. 1995. Tribuna política (Pequeno Suplemento). p. 3.
- ITEVALDO JUNIOR. Maranhão está de fora do Prodetur II: governo do estado não cumpre exigências para assinar contrato do subempréstimo da segunda fase do programa. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 27 nov 2005. Geral. P. 6.
- JABOR, Arnaldo. O grande valor de Sarney para o País é quase antropológico. CBN/GLOBO. In: Jabor em dose dupla: “amigos ouvintes!” **Jornal Pequeno**, São Luís, 25 dez. 2005. Informe JP. p. 3.
- LINHAS mestras norteiam ação. **Jornal Pequeno**, São Luís, 16 mar. 1997. Falando de Cultura (Pequeno Suplemento). P. 4.
- MANIFESTAÇÕES culturais de São Luís ganham novo impulso com os “Viva”. **Jornal Pequeno**, São Luís, 25 abr. 1998, p. 4.
- MEMORIAL da amnésia. Editorial JB do Brasil In: **Jornal Pequeno**, São Luís, 27 nov. 2005, p. 3.
- MONTELLO, Josué. São João maranhense. **Comissão Maranhense de Folclore**, São Luís, ago. 2005, n. 32, p. 16.
- “NASCE uma estrela”; “A luz ao novo século”; “Um grande Maranhão de esperança”; “É o progresso chegando”. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 1 jan. 1995. p. 14-17.

O ESTADO celebra a sua história. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 01 mai. 1995. **O Estado do Maranhão**, 36 anos (Caderno Especial). p. 2.

OS SENADORES do Maranhão que têm emissoras de rádio e TV. **Jornal Pequeno**, São Luís, 30 nov. 2005, p. 3.

O POVO não esquece José Sarney: pesquisa da Data Folha aponta Sarney como o melhor Presidente. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 03 jan 1995, p. 2.

PACHECO, Antonio Soares. Tradições culturais. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 14 mar 1995, p. 4.

PRIVAÇÕES e privatizações. **Jornal Pequeno**, São Luís, 19 jan. 1995, p. 6.

PRODETUR vai investir US\$ 45 mi na infra-estrutura do patrimônio: São Luís e Alcântara são alvos da aplicação do investimento pelo potencial do turismo cultural. **Jornal Pequeno**, São Luís, 10 abr. 1997. **JP Turismo**. p. 2.

PROFESSORES recebem curso de capacitação. **Jornal Pequeno**, São Luís, 22 ago. 1996, p. 6.

RODRIGUES, Walter. Falta de educação. **Jornal Pequeno**, São Luís, 24 jul. 1995. Colunão (WR Jornal). p. 2.

_____. Nova ordem no convento. **Jornal Pequeno**, São Luís, 27 nov. 1995. **WR Jornal**. p. 4.

_____. Resposta aos donos. **Jornal Pequeno**, São Luís, 30 maio 1997, p.

ROSEANA dá aumento para professores e abono para servidores. **Jornal Pequeno**, São Luís, 25 jan. 1998, p. 3.

ROSEANA é governadora do Maranhão: solenidade de posse quebra tradição de quatro séculos de história. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 1 jan. 1995, p. 3.

ROSEANA Lança bases da mudança: governadora inicia gestão com estilo inovador e medidas duras. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 08 jan. 1995, p. 3.

ROSEANA pede ao TCE que fiscalize com rigor os atos governamentais. **Jornal Pequeno**, São Luís, 28 mar. 1995, p. 6.

ROSEANA quer implantar a TVE: governadora já tem programa de incentivo à televisão educativa. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 17 mar 1995, p. 3.

SAMBA, suor & reggae: a Ilha de São Luís é cercada de ritmos para balançar os turistas. **Jornal Pequeno**, São Luís, 1 fev. 1996. **Falando de Cultura (JP Turismo)**. p. 6.

SANTOS FILHO, Cunha. 100 dias de governo. **Jornal Pequeno**, São Luís, 09 abr. 1995. **Tribuna política (Pequeno Suplemento)**. p. 3.

SÃO JOÃO em São Luís é uma doce festa. **Jornal Pequeno**, São Luís, 26 jun. 1998. **JP Turismo**. p. 6.

SÃO LUÍS do Maranhão: quem te conduzirá neste crescimento turístico cultural. **Jornal Pequeno**, São Luís, 03 out. 1996. JP Turismo. p. 2.

SÃO LUÍS vai ser patrimônio mundial. **Jornal Pequeno**, São Luís, 17 abr. 1997. JP Turismo. p. 2.

SARNEY, José. Bons anos para Roseana. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 1 jan. 1995. Coluna do Sarney. P. 1.

_____. Maranhão pobre ou pobre Maranhão. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 04 dez 2005, p. 1.

SECRETARIADO de Roseana desagrada alguns membros da família Sarney. **Jornal Pequeno**, São Luís, 1 jan. 1995: Pequeno Suplemento. p. 12.

SEEDUC apóia escolas comunitárias. **Jornal Pequeno**, São Luís, 16 abr. 1995. Pequeno Suplemento. p. 8.

SEMINÁRIO avalia programa pioneiro da educação maranhense. **Jornal Pequeno**, São Luís, 20 dez. 1996, p. 4.

SHOW “canta Madre Deus”. **Jornal Pequeno**, São Luís, 01 fev. 1996. JP Turismo. p. 4.

SOS Centro Histórico: ato público e programação cultural marcam sexta-feira. **Jornal Pequeno**, São Luís, 03 abr. 1997. JP Turismo. P. 5.

TERR, Valdemar. Deputado denuncia que Roseana “torrou” US\$ 80 milhões e caso foi parar na justiça. **Jornal Pequeno**, São Luís, 6 nov. 2005. Política. p. 5.

VILLA, Marco Antonio. A crise política e o coronelismo. Folha de São Paulo. In: **Jornal Pequeno**, São Luís, 5 out. 2005, p. 1.

D) DOCUMENTOS OFICIAIS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. **Sessão especial do dia 10 de agosto de 1999**: discurso do deputado Aderson Lago e Luís Bulcão no grande expediente. São Luís, 10 ago. 1999.

BRASIL. (Constituição 1988). **Constituição Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Floriano A. Dias. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1995.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília.

BRASIL. Lei Sarney, de 2 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de Renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Secretaria de Estado da Cultura (Azulejos). São Luís: SIOGE, 1988.

GOVERNO DO MARANHÃO. Mensagem nº 001, de 11 de janeiro de 1999. Veto total ao Projeto de Lei nº 267/98 (do gabinete do deputado Aderson Lago. Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão). Gabinete da Governadora do Estado do Maranhão.

GOVERNO DO MARANHÃO. Mensagem nº 066, de 30 de novembro de 2005. Dispõe sobre o Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão – SEGIC. Gabinete do Governador do Estado do Maranhão. Diário da Assembléia, 5 dez. 2005, p. 6.

GOVERNO DO MARANHÃO. Perfil da administração pública. Secretaria de Estado da Administração. V 1, n. 1, jun./dez. São Luís: 1995.

MARANHÃO. (Constituição 1989). **Constituição do Estado do Maranhão**: Promulgada em 5 de outubro de 1989. Organização do texto: Assembléia Legislativa do Maranhão. 1. ed. São Luís: Aquarela, 1999.

MARANHÃO. Lei nº 7.379, de 7 de maio de 1999. Dispõe sobre a criação da Fundação Cultural do Maranhão. São Luís: Palácio Governo do Estado do Maranhão. São Luís: 1999.

MARANHÃO. Lei nº 6.272, de 6 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre a reorganização administrativa do Estado. São Luís: Palácio do Governo do Estado do Maranhão, 1995.

MARANHÃO. Projeto de Lei nº 267, de 18 de outubro de 1998. Dispõe sobre o incentivo a cultura maranhense na forma que especifica. Gabinete do Deputado Aderson Lago. Assembléia Legislativa do estado do Maranhão. São Luís, 1998.

MARANHÃO. Projeto de Lei nº 199, de 30 de novembro de 2005. Institui Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do estado do Maranhão – SEGIC, e dá outras providências. Diário da Assembléia, 5 dez. 2005, p. 6-7.

MARANHÃO. Reforma do Estado: um novo modelo de gestão para o Maranhão, de 29 de dezembro de 1998. Dispõe sobre reestruturação organizacional do Aparelho do Estado. Organização do texto: Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência. 2. ed. São Luís: SIOGE, 1999. (Série Reforma do Estado do Maranhão).

SÃO LUÍS. Lei nº 3.700, de 22 de abril de 1998. Dispõe sobre incentivo para a realização de projetos culturais no âmbito do município de São Luís e dá outras providências. São Luís: Gabinete do Prefeito da cidade de São Luís, 1998.

E) INTERNET e CINEMA

BARRETO, Luiz Antonio. **Lendas do sul**. In: BENJAMIN, Roberto. *Folclore: invenção, apropriação e expropriação*. Comunicação ao XXVIII Encontro Cultural de Laranjeiras. SE. 27 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.minc.gov.br/diraut/Mic3.doc>>. acesso em: 14 fev. 2006.

BENJAMIN, Roberto. **Folclore: invenção, apropriação e expropriação**. Comunicação ao XXVIII Encontro Cultural de Laranjeiras. SE. Jan. 2002. Disponível em: <<http://www.minc.gov.br/diraut/Mic3.doc>>. acesso em: 14 fev. 2006.

D'ELBOUX, Paulo César. **A trajetória comunicacional de José Sarney**. In: B. Nacional. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, (s. d.). Disponível na Internet www, acesso em: 19 maio. 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Plano Plurianual 1996/1999**. São Luís: 23 out. 1999. Disponível em: <<http://www.seplan.ma.gov.br/planejamento/ppa200020002003/index.html>>. acesso em: 27 dez. 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Plano Plurianual 1996/1999**. São Luís. 23 out. 1999. Disponível em: <<http://www.seplan.ma.gov.br/planejamento/ppa200020002003/ppa2000-03.pdf>>. acesso em: 27 dez. 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Plano Plurianual 1996/1999**. São Luís. 23 out. 1999. Disponível em: <<http://www.seplan.ma.gov.br/planejamento/ppa200020002003/ppa2000-03.pdf>> acesso em: 27 dez. 2005.

GOVERNO FEDERAL. **Lei de mecenato**. Brasília. 25 mar. 2004. Disponível em: <<http://www.min-cultura.pt/Destaque/MecenatoCnt.html>>. acesso em: 12 dez. 2005.

INFOANPUH. Associação Nacional de História. Informe-anpuh@uol.com.br. **Diretrizes curriculares**. São Luís. 22 dez. 2001. Disponível em: <http://www.edecca@terra.com.br>. Acesso em: 22 abr. 2005.

REIS, Mário Carneiro. **Estado e mercado na teoria econômica e na história do capitalismo**. São Paulo. 18 ago. 2005. Disponível em: <http://www.geocities.com/gramsci_uni/pag1.html>. acesso em: 29 out. 2002.

UEMA. <http://www.uema.br/noticias/noticia.php?id=3276>, acessado em 14 fev. 2006.

VIKIPEDIA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Folclore>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

GLADIADOR. Produção de Ridley Scott. São Paulo: Universal, 2000. 1 DVD (154 min.): Ntsc, son., color. Dublado, Português. Documentário special features – Gladiador games roman blood sport.

F) ACERVO

Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão

Arquivo Público do Estado do Maranhão

Biblioteca Pública "Benedito Leite"

Biblioteca da Universidade Estadual do Maranhão

Biblioteca da Universidade Federal do Maranhão

Centro de Cultura popular Domingos Vieira Filho

Conselho Cultural Comunitário da Madre Deus

Convento das Mercês

Jornal Pequeno

Secretaria de Estado da Cultura

SIOGE

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

G) ENTREVISTAS

BULCÃO, Luís Henrique de Nazaré. **Relação Governo Roseana Sarney (1995-2002) e manifestações culturais populares maranhenses.** São Luís, 27 dez. 2005. Entrevista concedida a Carlos Alberto Gama.

CARDOSO, Ferdinan Natividade. **Relação Governo Roseana Sarney (1995-2002) e manifestações culturais populares maranhenses.** São Luís, 13 dez 2005. Entrevista concedida a Carlos Alberto Gama.

CARVALHO, Maria Michol. **Relação Governo Roseana Sarney (1995-2002) e manifestações culturais populares maranhenses.** São Luís, out. 2005. Entrevista concedida a Carlos Alberto Gama. São Luís, 11 out 2005.

COUTINHO, Jorge Luís Silva. **Relação Governo Roseana Sarney (1995-2002) e manifestações culturais populares maranhenses.** São Luís, 24 ago. 2005. Entrevista a Carlos Alberto Gama.

FRANÇA, Jeovah Silva. **Relação Governo Roseana Sarney (1995-2002) e manifestações culturais populares maranhenses.** São Luís, 6 jan. 2006. Entrevista concedida a Carlos Alberto Gama.

FONTES, Luzian Silva. **Relação Governo Roseana Sarney (1995-2002) e manifestações culturais populares maranhenses.** São Luís, 26 dez. 2005. Entrevista concedida a Carlos Alberto Gama.

GODÃO, José Pereira. **Relação Governo Roseana Sarney (1995-2002) e manifestações culturais populares maranhenses.** São Luís, 1 out. 2005. Entrevista concedida a Carlos Alberto Gama.

INOJOSA, Joel Silva. **Relação Governo Roseana Sarney (1995-2002) e manifestações culturais populares maranhenses.** São Luís, 5 set. 2005. Entrevista concedida a Carlos Alberto Gama.

NOGUEIRA, Gisélia Castro Silva. **Relação Governo Roseana Sarney (1995-2002) e manifestações culturais populares maranhenses.** São Luís, 7 jan. 2006. Entrevista concedida a Carlos Alberto Gama.

PARGA, Orlando de Sousa. **Relação Governo Roseana Sarney (1995-2002) e manifestações culturais populares maranhenses.** São Luís, 11 set. 2005. Entrevista concedida a Carlos Alberto Gama.

ANEXOS

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DOS PRINCIPAIS PROJETOS - 1998/2005

ORDEM	PROJETO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
01	CARNAVAL	262.250,00	250.000,00	1.850.000,00	1.600.000,00	3.900.000,00	4.670.000,00	6.210.000,00	5.500.000,00
02	DIVINO ESPÍRITO SANTO	80.000,00	475.000,00	978.700,00	200.000,00	240.000,00	345.000,00	500.000,00	450.000,00
03	SÃO JOÃO	1.137.000,00			2.000.000,00	5.870.000,00	6.552.000,00	6.000.000,00	5.350.000,00
04	NATAL/REVEILLON			600.000,00	1.183.000,00	1.125.000,00	1.825.088,00	749.793,00	
TOTAL		1.479.250,00	725.000,00	3.428.700,00	4.983.000,00	11.135.000,00	13.392.088,00	13.459.793,00	11.300.000,00



Estado do Maranhão
Tribunal de Contas

Demonstrativo dos Recursos Orçamentários do Estado nas áreas de Comunicação e Cultura, abrangendo os exercícios de 1995 a 2001, atendendo Ofício nº 067/02- SAA- Faculdade São Luís.

Investimento Estadual em Comunicação e Cultura (Orçamento Aprovado)

Ano: 1995

Comunicação (Órgão: SECOM)

Cultura (Órgão: SECMA)

R\$ 3.444.330

R\$ (12.564.368)

Ano: 1996

Comunicação (Órgão: SECOM)

Cultura (Órgão: SECMA)

R\$ 7.461.868

R\$ (8.834.328)

Ano: 1997

Comunicação (Órgão: SECOM)

Cultura (Órgão: SECMA)

R\$ 4.925.723

R\$ 8.708.282

Ano: 1998

Comunicação (Órgão: SECOM)

Cultura (Órgão: SECMA)

R\$ 8.735.393

R\$ 8.725.049

Ano: 1999

Comunicação (Órgão: SECOM)

Cultura (Órgão: SECMA)

R\$ 8.686.914

R\$ 8.049.208

Ano: 2000

Comunicação (Órgão: ASSECOM)

Cultura (Órgão: FUNCMA)

R\$ 7.937.880

R\$ 8.322.937

Ano: 2001

Comunicação (Órgão: SECOM)

Cultura (Órgão: FUNCMA)

R\$ 7.937.880

R\$ 8.869.095


Rita Tomazela da Costa Nascimento
Sy. do Deptº de Cont. Ext. Estadual

quando houver mais de um beneficiário.

Art. 2º O abono de que trata o art. 1º, não se incorpora aos vencimentos, soldos, proventos e pensões e não servirá de base de cálculo, para pagamento de gratificações, adicional ou contribuição para a seguridade social.

Art. 3º As despesas, decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de créditos orçamentários próprios.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 066 / 2005

São Luís, 30 de NOVEMBRO de 2005.

Senhor Presidente,

Encaminho a essa Assembléia Legislativa o projeto de lei que dispõe sobre o Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão - SEGIC, com o objetivo de consolidar as políticas e ações transformadoras do processo cultural do Estado.

A operacionalização do SEGIC ficará a cargo da Secretaria de Estado da Cultura, órgão que, a nível estadual, tem a competência de planejar, normatizar, coordenar, executar e avaliar a política cultural do Estado.

O SEGIC terá como fonte de receita, além das dotações orçamentárias, contribuições, transferências, subvenções, auxílios, doações, rendas, contratos e acordos, as receitas oriundas de contribuintes do ICMS, detentores de benefícios e incentivos fiscais no Estado, na forma a ser definida em decreto específico, o que representará em sua essência, uma eficiente política de desenvolvimento social e econômico.

Ademais, os projetos culturais incentivados deverão utilizar recursos financeiros, no mínimo de 50% (cinquenta por cento), em aquisição de bens e/ou contratação de serviços disponíveis no Maranhão, cujos recursos serem destinados, exclusivamente, à projetos dentro do Estado.

Por outro lado, proponho, ainda, a criação do Conselho Estadual de Cultura, na estrutura da Secretaria de Estado da Cultura e o Subsistema de Incentivo à Cultura.

Desta forma e confiante de que este pleito merecerá a melhor acolhida por parte Vossa Excelência e dos Senhores Deputados, solicito que lhe seja dada a prioridade no art. 46 da Constituição Estadual.

Ao ensejo, aproveito para reiterar a Vossa Excelência e aos Excelentíssimos Senhores Deputados, os mais elevados protestos de consideração e apreço.

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Governador do Estado

A Sua Excelência o Senhor
Deputado JOÃO EVANGELISTA SERRA DOS SANTOS
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
Palácio Manoel Bequimão
Local

PROJETO DE LEI Nº 199 / 05

Institui o Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão - SEGIC, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão - SEGIC, com o objetivo de consolidar as políticas e ações do Governo do Estado, na área da cultura, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura.

§ 1º A alocação de recursos destinados à administração e investimentos em projetos de responsabilidade do SEGIC, assim como seus

objetivos específicos, serão definidos por decreto.

§ 2º A operacionalização do SEGIC ficará a cargo da Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 2º Fica criado, no âmbito do Sistema de Gestão e de Incentivo à Cultura do Estado do Maranhão - SEGIC, o Subsistema de Incentivo à Cultura - SINC.

Art. 3º Ficam criados no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, com o fim de operacionalizar o Subsistema de Incentivo à Cultura:

- I - a Secretaria Executiva do SINC - SESINC;
- II - a Comissão de Aprovação de Projetos - CAP;
- III - as Câmaras Técnicas de Especialização, Avaliação e Seleção de Projetos - CTAS.

Art. 4º Constituem receita ou patrimônio do SEGIC:

I - dotações orçamentárias, respeitados os valores e os limites legalmente estabelecidos;

II - contribuições, transferências, subvenções, auxílios ou doações de organismos públicos ou privados, rendas de loterias e demais mecanismos similares legalmente estabelecidos;

III - transferências decorrentes de convênios, contratos e acordos celebrados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

IV - depósitos efetuados por incentivadores, dentro dos limites estabelecidos;

V - produto da arrecadação das multas aplicadas aos empreendedores culturais, na forma prevista na legislação aplicada à espécie;

VI - doações diretas de pessoas físicas ou jurídicas;

VII - produtos das aplicações financeiras e demais investimentos realizados com suas receitas;

VIII - saldos não utilizados na execução de projetos culturais incentivados pelo SEGIC, bem como aqueles resultantes de exercícios financeiros anteriores;

IX - valores provenientes de devolução de recursos captados relativos a projetos não iniciados ou cuja execução tenha sido interrompidos;

X - receitas oriundas de contribuintes do ICMS detentores de benefícios e incentivos fiscais no Estado do Maranhão, na forma definida em decreto.

XI - outras receitas previstas em lei.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo, serão recolhidos na rede bancária em conta ou subconta corrente específica, vinculada à Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 5º Somente poderão ser beneficiados por esta Lei, os projetos culturais que visem a exibição, a utilização ou a circulação pública de bens culturais, sendo vedada a concessão de incentivo a projeto destinado, exclusivamente, a circuitos privados ou coleções particulares.

§ 1º Os projetos culturais incentivados deverão utilizar os recursos financeiros aplicados, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) em aquisição de bens ou contratação de serviços disponíveis no Estado do Maranhão, salvo nos casos devidamente justificados e aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura - CONSEC.

§ 2º Os projetos culturais que pretendam obter incentivos deverão ser apresentados à Secretaria de Estado da Cultura, de acordo com o disposto no Regulamento do SINC.

§ 3º Os recursos do SINC serão destinados a projetos dentro do Estado do Maranhão.

§ 4º Na divulgação dos projetos deverá constar, obrigatoriamente, o número da lei, legenda e logomarca referentes ao apoio institucional do Governo do Estado do Maranhão, através da Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações orçamentárias necessárias à implantação desta Lei.

Art. 7º Ficam criados na estrutura da Secretaria de Estado da Cultura:

- I - o Conselho Estadual de Cultura - CONSEC;

II - o Museu da Imagem e do Som do Estado do Maranhão.

Parágrafo único. A elaboração, emissão e divulgação da Lista dos Bens Tombados pelo Patrimônio Histórico-Arquitetônico e Urbanístico do Estado do Maranhão, é de responsabilidade do Conselho Estadual de Cultura.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 200 /05

Com fundamento no Art. 30º, *caput* e Art. 42º, da Constituição do Estado do Maranhão, e do Art. 122º, III, do Regimento Interno desta Casa, apresso o seguinte **Projeto de Lei**, requerendo a sua normal e regular tramitação, até a sanção final do Chefe do Poder Executivo Estadual:

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Capacitação e Profissionalização dos Agricultores do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Maranhão autorizado a criar o Programa de Capacitação e Profissionalização dos Agricultores do Estado do Maranhão, com a finalidade de transferir tecnologias para os agricultores de base familiar e seus dependentes, que agreguem valor a pequena e média produção agropecuária;

Parágrafo Único - O referido programa oferecerá cursos profissionalizantes nas seguintes áreas:

I - produção agropecuária;

II - administração, economia e organização rural;

III - direito e política agrária;

IV - manejo do uso racional e sustentável, conservação e preservação do solo e da água;

V - noções de agricultura ecológica; e

VI - industrialização dos produtos agropecuários e florestais.

Art. 2º - O Programa de Capacitação e Profissionalização dos Agricultores do Estado do Maranhão, será executado pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAGRO em cooperação com outras instituições governamentais;

Art. 3º - Compete ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável a elaboração do Plano Anual de Capacitação e Profissionalização obedecendo ao disposto no Art.º 1º desta Lei;

Art. 4º - Os recursos financeiros para a implementação dos treinamentos definidos pelo Programa de Capacitação e Profissionalização dos Agricultores do Estado do Maranhão, correrão por conta dos créditos orçamentários próprios do O. G. E., para atender as funções de governo de: agricultura, pecuária e desenvolvimento rural;

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Deputado "Gervásio Santos", do Palácio "Manoel Bequimão", em São Luís, Maranhão, 01 de dezembro de 2005. - Dep. Rubem Brito - PDT/MA.

PROJETO DE LEI Nº 201 /05

Denomina de "Professor Ignácio Rangel", o prédio escolar onde funcionou a Casa da Lua Cheia, localizado no Município de São Luís-MA, à Rua Nova, s/n, Maiobinha.

Art. 1º - Fica denominado de Professor Ignácio Rangel, o prédio escolar, localizado no Município de São Luís-MA, à Rua Nova, s/

n, Maiobinha, onde funcionou a Casa da Lua Cheia, destinado ao funcionamento de um Centro de Ensino Médio;

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Deputado "Gervásio Santos", do Palácio "Manoel Bequimão", em São Luís, Maranhão, 30 de novembro de 2005. - Dep. Rubem Brito - PDT/MA

JUSTICATIVA

Ignácio de Mourão Rangel, nasceu aos 20 dias do mês de fevereiro do ano de 1914, no Município de Mirador-MA, e faleceu em 04 de março de 1994, no Rio de Janeiro.

Foi, talvez, o maior autodidata maranhense, tendo estudado História e Economia, disciplinas essas que aliou ao curso de Direito concluído na antiga Faculdade de São Luís.

Homem de caráter sólido, militante de um ideário libertador, participou de muitas lutas ao lado dos trabalhadores rurais do Alto Sertão maranhense e piauiense contra a exploração dos latifundiários, e, por consequência, esteve várias oportunidades encarcerado nos presídios do Rio de Janeiro, e sempre vigiado, quando se encontrava em São Luís.

A biografia desse grande educador é por demais extensa, bastando destacar sua produção literária, toda ela voltada para a cultura em geral, elegendo como temas prioritários a Economia e a Ciência Jurídica.

Esta homenagem é um reconhecimento público a um dos filhos mais ilustre do Maranhão, merecendo o aplauso e o apoio de todos os representantes do povo do Maranhão, nesta Casa Legislativa.

Plenário Deputado "Gervásio Santos", do Palácio "Manoel Bequimão", em São Luís, Maranhão, 30 de novembro de 2005. - Dep. Rubem Brito - PDT/MA.

REQUERIMENTO N.º 367 / 05

Senhor Presidente,

Na forma regimental e após a manifestação do Plenário, requero a V. Exa., seja colocado na Ordem do Dia o **Projeto de Lei N.º 087/2003**, que dispõe sobre os critérios de admissão e seleção de estudantes da rede pública estadual de ensino na Universidade Pública Estadual, que se encontra na Comissão de Educação, para parecer.

Plenário Gervásio Santos do Palácio Manuel Bequimão, em 07 de novembro de 2005. - JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - Dep. DOMINGOS DUTRA (PT).

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA 05.12.05

EM: 01.12.05

REQUERIMENTO Nº 368 / 05

Senhor Presidente:

Na forma regimental do que dispõe o Regimento Interno desta Assembléia, requero a V. Exa., que após ouvido o Plenário, seja discutido e votado em regime de urgência, em uma Sessão Extraordinária, logo após a presente Sessão, os Projetos de Lei nº 117/2005, e 158/2005, de minha autoria.

PLENÁRIO DEPUTADO "GERVÁSIO SANTOS", DO PALÁCIO "MANOEL BEQUIMÃO", em 30 de novembro de 2005. TELMA PINHEIRO - Deputada Estadual.

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA 05.12.05

EM: 01.12.05

PROPAGANDA

Roseana 'grila' até o Reviver

A poucos dias da eleição, o Palácio La Rocque publicou na imprensa um resumo das principais realizações do governo Roseana. A maioria dos ítems não resiste a um exame crítico superficial:

- ♦ *"Fez cinco mil obras, criando 100 mil empregos"*.

Nenhum instituto sério (IBGE, IPEA etc) confirma esses números. O chute é ainda maior quando a propaganda governamental sustenta que foram 100 mil "na produção", o que daria pelo menos 300 mil no setor de serviços. O SINE (Sistema Nacional de Empregos) informou no *Atos & Fatos* de que o desemprego atinge 10% da população economicamente ativa, ou cerca de

- ♦ *Executou o "maior projeto de estradas do Brasil, asfaltando mais de 2.000km"*.

A primeira impressão é que o DER botou asfalto novo em 2.000km, mas as estradas mais importantes são quase todas federais e o Governo soma novas estradas asfaltadas, com recapeamento de estradas velhas e até com operações "tapa-buraco", para chegar àquele total. Que não é desprezível, mas que pouco distingue o atual governo de seus antecessores. O ex-governador Edison Lobão, por exemplo, até hoje sustenta ter realizado uma "revolução rodoviária".

- ♦ *Assentou 39 mil famílias de lavradores, recorde nacional.*

O Maranhão continua um "paraíso do latifúndio", segundo Pedro Stédile, líder do MST. O Censo Agropecuário do IBGE lhe dá razão: a concentração da propriedade da terra no Estado, em 1996 - segundo ano do governo Roseana - permanecia "fortemente concentrada", sem melhorias significativas em relação a 1970.

- ♦ *Com o programa Primeiro Emprego, "deu oportunidade de trabalho para mais de 7 mil jovens"*.

Esses sete mil estão na conta daqueles cem mil citados anteriormente. Foram empregos temporários, subsidiados pelo estado, com duração de três meses. Primeiro emprego, primeiro desemprego.

- ♦ *Triplicou os agentes de saúde. Reformou e ampliou hospitais e maternidades, reduziu em % a taxa de mortalidade infantil.*

Avaliação do Ministério da Saúde aponta o Maranhão como o segundo pior estado do Nordeste na oferta de serviços cobertos pelo SUS (Sistema Único de Saúde). O Hospital Geral (o maior do Maranhão) está fechado. A Maternidade Marly Sarney reabriu recentemente. As estatísticas de mortalidade infantil no estado são pouco confiáveis, e não adianta falar em "redução" da taxa sem dizer qual é a taxa.

- ♦ *"Realizou o maior programa de treinamento e qualificação de pessoal de educação da história do Maranhão"*.

O Maranhão tem os piores indicadores educacionais do país, segundo o MEC. Durante a campanha, o eleitoreiro ministro Paulo Renato disse que o Estado melhorou muito no setor, mas e daí? Como o país inteiro melhorou neste aspecto, o Maranhão continua na retaguarda.

- ♦ *"Transformou São Luís em canteiro de obras. E realizou amplo programa de restauração do Centro Histórico, reconhecido em 1997 pela Unesco como patrimônio da Humanidade"*.

Dois viadutos, a ampliação de uma longa avenida e um aeroporto federal, além de obras menores, sem dúvida fazem bem à cidade, mas não bastam para justificar a retórica do "canteiro de obras". Nem muito menos a patranha de atribuir-se a restauração do centro histórico, obra do Projeto Reviver, de Cafeteira.

MAGISTRADOS

Ninguém se espanta com nada

Há nítida semelhança entre a declaração do presidente do TSE, de que a reeleição de Fernando Henrique é "indispensável", e o episódio ocorrido em 1994, quando o presidente do Tribunal de Justiça, Pires da Fonseca (poucos meses antes de assumir a presidência do TRE), literalmente "vestiu a camisa" do situacionismo.

constrangimento da grande imprensa para concluir que a maioria não pensa assim.

O que distingue o Maranhão (ou Alagoas, ou mesmo a Bahia de ACM) é a quase ausência de opinião pública, de espírito crítico. O conselho nacional da OAB exigiu esclarecimentos de Galvão, que, mal ou bem, procurou retratar-se.

WALTER RODRIGUES

Editado por Tromps Publicidade — Rua 5, C A/23, Pq. Timbira

ADERSON

Roseana quer tirar este homem da Assembléia

O mais combativo e eficiente deputado da oposição maranhense, Aderson Lago, chega ao dia da eleição sob fogo cerrado da máquina estadual.

Autor das primeiras denúncias do Caso Kao-I (a picaretagem internacional que iludiu mais de quatro mil pessoas no "pólo de confecções" de Rosário) e do Caso da Estrada Fantasma (onde duas empresas comeram R\$ 33 milhões do erário, com autorização direta da governadora), Aderson destacou-se nos últimos quatro anos como crítico seguro da administração estadual.

Nos últimos 30 dias, um ataque especulativo nitidamente comandado pelo Palácio La Rocque tropejou nas suas bases do interior do Estado, com o propósito de impedir-lhe a todo custo a renovação do mandato. "Coitado dele", me disse semana passada um secretário de Roseana. Outras fontes do próprio governo, entretanto, admitem que a operação provavelmente não deu certo, porque Aderson pode ser compensado por uma votação consagradora na capital.

O engenheiro Aderson Lago elegeu-se deputado estadual pela primeira vez em 1990, após executar na Caema o programa social mais importante do governo Cafeteira — a ampliação do abastecimento d'água em São Luís, Imperatriz, Pinheiro, Barra do Corda e outras cidades maranhenses, ao custo de US\$ 250 milhões.

Sua atitude combativa no confronto entre Samey e Cafeteira (retornado depois que Cafeteira passou o governo ao vice João Alberto) valeu-lhe uma bem orques-



Aderson: incomodando o esquemão

trada campanha conduzida pelo Sistema Mirante, com apoio de setores da oposição, com o objetivo de apresentá-lo como administrador corrupto. Aderson reagiu requerendo uma CPI da Assembléia para investigar sua administração e a de seu sucessor, o engenheiro Ulisses Assad, ligado ao deputado Sarney Filho. A maioria go-vernista não permitiu que a CPI desse resultados.

Essa atitude

difere radicalmente da que tomou Roseana quando impediu a criação da CPI da Kao-I e abortou uma simples visita de deputados aos municípios de Arame e Paulo Ramos — onde tentariam encontrar a famosa "rodovia fantasma".

Em outra oportunidade, um deputado governista pediu que Assad esclarecesse as "irregularidades praticadas por seu antecessor". Cauteloso, Assad respondeu que "não seria ético" falar da administração passada. "Nada disso" — cortou Aderson — "Sua obrigação como administrador é apurar e denunciar qualquer falcatrua que tenha constatado, e, de minha parte, fique à vontade". Assad acabou dizendo que não havia erro nas contas de Aderson. Em compensação, Aderson nunca deixou de denunciar o desfalque de 70 milhões de dólares da Caema depois que Ulisses e o governador João Alberto assumiram o controle da companhia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SECRETARIA DE INFORMÁTICA
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES E CADASTRO

INFORMAÇÃO

INFORMO, em atenção à Solicitação do Sr. Carlos Alberto Gama, que após consulta ao Sistema de Gerenciamento deste Tribunal Eleitoral, consta os seguintes resultados das respectivas eleições para o cargo de Governador do Estado do Maranhão:

Resultado final das Eleições para Governador em 1994.

Eleita: Roseana Sarney Murad, com 753.901 votos.

Não Eleito: Eptácio Cafeteira Afonso Pereira, com 753.841 votos.

Resultado final das Eleições para Governador em 1998.

Eleita: Roseana Sarney Murad, com 1.005.755 votos.

Não Eleito: Eptácio Cafeteira Afonso Pereira, com 401.578 votos.

Não Eleito: Domingos Francisco Dutra Filho, com 97.536 votos.

Não Eleito: Marcos Antônio de Paiva Igreja, com 10.569 votos.

Não Eleito: Marcos Antônio da Silva Nascimento, com 8.296 votos.

Resultado final das Eleições para Governador em 2002.

Eleito: José Reinaldo Carneiro Tavares, com 1.076.893 votos.

Não Eleito: Jackson Kleper Lago, com 896.930 votos.

Não Eleito: Raimundo Monteiro dos Santos, com 127.082 votos.

*Não Eleito: Ricardo Jorge Murad, com 114.640 votos.

Resultado final das Eleições para Senador em 2002.

Eleita: Roseana Sarney Murad, com 1.314.524 votos.

Eleito: Edison Lobão, com 1.106.151 votos.

Não Eleito: Eptácio Cafeteira Afonso Pereira, com 874.573 votos.

Dou fé. Para constar, eu, Ferdinand Gil Cardoso Pereira Lima, lavrei a presente certidão, ao oitavo dia do mês de fevereiro de dois mil e seis, que vai conferida pelo Coordenador de Eleições e Cadastro.

Domingos Fernando de Carvalho Tavares
Coordenador de Eleições e Cadastro

Visto: 
Secretário de Informática
São Luís, 08 de fevereiro de 2006.